

Marcas da Memória

Violência de Estado e
estado de violência:
corpos e(m)resistência

VOLUME 2



Organizadoras

Andréia da Silva Daltoé
Giovanna Benedetto Flores
Juliana da Silveira
Nadia Neckel

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo – SP)

D152m Daltoé, Andréia da Silva (org.) et al.

Marcas da Memória - Violência de estado e estado de violência: corpos
e(m) resistência – Volume 2 /

Organizadoras: Andréia da Silva Daltoé, Giovanna Benedetto Flores,
Juliana da Silveira e Nadia Neckel.

1. ed. — Campinas, SP : Pontes Editores, 2024;

figs.; fotografias.

E-Book: 7 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-217-0381-3.

1. Análise do Discurso. 2. Brasil – Política. 3. Linguística.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Política. 320
2. Análise do discurso. 401.41
3. Linguística. 410

Marcas da Memória

Violência de Estado e
estado de violência:
corpos e(m)resistência

VOLUME 2

Organizadoras

Andréia da Silva Daltoé
Giovanna Benedetto Flores
Juliana da Silveira
Nadia Neckel

ORGANIZAÇÃO

 **UNISUL** Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Linguagem

instituto **ã**nima

APOIO

 **fapesc**
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

Copyright © 2024 – Das organizadoras representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Giovanna Benedetto Flores

Editoração: Vinnie Graciano

Arte: Juliana da Silveira

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

FAZER JUSTIÇA AO PASSADO... SEGUIR ADIANTE.....9

Andréia da Silva Daltoé

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

AS MARCAS DA MEMÓRIA DA DITADURA, INSCRITAS EM
NOSSOS CORPOS, NOSSOS TERRITÓRIOS!
SESSENTA ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964 E AS
FERIDAS CONTINUAM SANGRANDO.....34

Maria Amélia de Almeida Teles

DA DEMANDA POR ANISTIA À ANISTIA NUNCA MAIS:
MOVIMENTOS DOS SUJEITOS PELA ESPESSURA DA
LINGUAGEM.....51

Freda Indursky

VIOLÊNCIA DE ESTADO

VIOLÊNCIA DE ESTADO, MULHERES E PRISÕES:
TRABALHO REPRODUTIVO E(M) DISCURSO.....68

Luciana Iost Vinhas

MUSEU DAS MEMÓRIAS (In)POSSÍVEIS: A MORTE
SIMBÓLICA E A (IM)POSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO.....87

Maíra Brum Rieck

TESTEMUNHOS DA PANDEMIA: NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA POR-VIR.....	102
<p>Alexandre Costi Pandolfo Francielle Limberger Lenz Maria Soledad Méndez</p>	
CORPO-DOCUMENTO E CORPO-MEMÓRIA EM FUNCIONAMENTO NA PERSPECTIVA DISCURSIVA.....	117
<p>Maria Cleci Venturini</p>	
LEGADOS AUTORITÁRIOS, POLÍTICAS DE MEMÓRIA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL: DESAFIOS PARA O PRESENTE.....	138
<p>Carlos Artur Gallo</p>	
MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA PARA ARNO PREIS: REGISTROS DA ATUAÇÃO DO COMITÊ CATARINENSE PRÓ-MEMÓRIA DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO ACERVO MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS (IMDH/UFSC).....	157
<p>Luiz Felipe Souza Barros de Paiva Amanda Beatriz Bail</p>	
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS DISCURSIVAS REPRESENTATIVAS DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL.....	173
<p>Mariana Jantsch de Souza</p>	
A DEMOCRACIA DE BOLSONARO.....	196
<p>Luiz Carlos de Oliveira</p>	
FOTOJORNALISMO, RACIALIDADE E RESISTÊNCIA: O COTIDIANO DE GAZA E O ORDINÁRIO DOS SENTIDOS NO ESPAÇO ENUNCIATIVO DO INSTAGRAM.....	211
<p>Juliana da Silveira</p>	

EFEITOS DA MEMÓRIA EM "DECÍME... ¿QUÉ CONCEPTO
TE PARECE QUE TENDRÁ DE LOS REYS MAGOS EL
GOBIERNO BRASILEÑO?" (MAFALDA).....231

Luciane Botelho Martins

GÊNERO E RESISTÊNCIA

CORPO-MULHER: ENTRE A VIOLÊNCIA DE ESTADO E O
ESTADO DE VIOLÊNCIA.....247

Nadia Neckel

RESISTÊNCIA, LIBERDADE SEXUAL E SAÚDE
FEMININA: A LUTA POLÍTICA DOS JORNAIS
FEMINISTAS NA DITADURA BRASILEIRA.....266

Giovanna Benedetto Flores

Fernanda Lunkes

CASSANDRA RIOS E A DITADURA MILITAR: CENSURA À
VISIBILIDADE LÉSBICA.....284

Talita Ferreira Gomes da Silva

SILÊNCIO E RESISTÊNCIA DA MULHER NO/PELO MUSEU
PARANAENSE.....297

Josiele Zevierzecoski

Maria Cleci Venturini

IMPARCIALIDADE PARA QUEM? A "SUPOSTA"
OBJETIVIDADE DA IMPRENSA E A VIOLÊNCIA DE
GÊNERO NA DENÚNCIA DE GESTOS NAZISTAS EM
SANTA CATARINA.....312

Thomas Falconi

Karol Braga

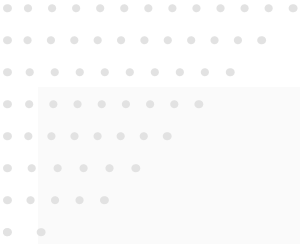
Lucas Alves Selhorst

SOLEDADE: TEATRO E MEMÓRIA.....332

Mariana Corale

RACIALIDADES E RESISTÊNCIA

MEMÓRIAS ANCESTRAIS EM NARRATIVAS CERRADEIRAS DO ASSENTAMENTO RURAL VOLTA DO RIO.....	344
Tânia Ferreira Rezende	
VIOLÊNCIAS DE ESTADO E POPULAÇÕES INDÍGENAS: O CASO DA BARRAGEM NORTE E O POVO LAKLÃNÕ-XOKLENG EM SANTA CATARINA.....	362
Sandor Fernando Bringmann	
MILITARES, DEMARCAÇÕES E MARCO TEMPORAL: UM ESTUDO DO CASO XOKLENG, EM SANTA CATARINA.....	379
Pedro de Moraes Silva	
OS MODOS DE (R)EXISTÊNCIA AO RACISMO.....	393
Camila Borges dos Anjos	
Marilane Mendes Cascaes da Rosa	
O ALVO DA COR: UM GESTO DE LEITURA.....	406
Aretuza Pereira dos Santos	
NOS RASTROS DA HISTÓRIA: O HORROR COMO ESPETÁCULO, ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.....	422
Marilda Aparecida Lachovski	
OCUPA ALESC: A OCUPAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA PELOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO.....	438
Rodrigo Antonio Mattos	
Vanessa Policarpo Maciel	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	455
SOBRE OS AUTORES.....	458



APRESENTAÇÃO
FAZER JUSTIÇA AO PASSADO...
SEGUIR ADIANTE

Andréia da Silva Daltoé
Unisul/ Instituto Ânima

*Os deslembrados
Eles vivem e morrem por aí –
Numa estrangeira viela
A vida com violência os atropela
E se põe a fugir.
Viveram e morreram e lutaram duro
E criaram suas crianças
E aí na mais distante deslembração
Terminaram seu percurso.
(Brecht, B., 2019, p. 77)*

Memória, História, historicidade, lembrança, deslembração, testemunho, esquecimento, silêncio... eis um conjunto significativo que se entrelaça, se embrica, se diferencia e se confunde em muitos momentos quando lidamos com a discussão e a escrita de um passado, não tão passado... Como pensar estas palavras quando nos colocamos em um trabalho sobre a Ditadura Militar no Brasil e suas ressonâncias, consequências e presenças no hoje? Que trabalho *com, sobre, de* memória estamos tratando quando desejamos não só falar de um passado, mas também intervir no campo do social como um compromisso

com a própria Democracia? Como não cair num pouco de ingenuidade em achar que, trazendo os fatos à tona, as pessoas que não viveram tal experiência traumática poderiam, então, conhecê-la e evitá-la?

Como trouxemos em trabalho anterior:

Para que jamais se esqueça; para que nunca mais aconteça é um enunciado recorrente na voz dos que até hoje lutam por memória, verdade e justiça em relação à ditadura de 1964 a 1985 no Brasil – uma espécie de (di)lema, que implica a injunção ao não esquecer como condição do não repetir (Daltoé, 2019, p. 221).

Do campo teórico no qual nos inscrevemos, a Análise de Discurso de linha materialista, compreendemos que a não repetição de um passado, e um passado desses, é uma reivindicação legítima, uma obrigação cívica em prol de um Estado democrático, no entanto, esta tarefa não se trata apenas de um fazer ver, ou um apelo à razão. A memória que nos interessa não é a de um conjunto de lembranças a ser recuperado como um filme que reprisamos e que assim seria compreendido. A história não é o relato dos fatos que, em realidade, teriam acontecido, também o esquecimento para o qual olhamos não é da ordem de uma mera fatalidade. Para nós, o fio que segura uma memória ao passado é ideológico, contraditório, não preso a uma determinada cronologia ou causa-origem.

Por este motivo, do ponto de vista discursivo, somos alertados desta ilusão em preencher os vazios do passado, passar a limpo uma história, conciliar-se com ela. Todavia, não desconsideramos estas expectativas; colocamo-nos, antes, no dever de problematizá-las, dessuperficializá-las, almejando fazer alguma coisa com toda a complexidade que envolve um ontem e o que fazemos dele/com ele no presente.

É necessário, portanto, enfrentar tudo isso dialeticamente: entre o alerta teórico que nos fundamenta, de que tudo não pode ser dito, que o real é inatingível, que a verdade é um efeito...; e a luta por memória, verdade e justiça no campo do social. O primeiro não impede o segundo; justamente o complexifica, avisando-nos que não é tão simples falar de reconciliação com o passado, acerto de contas, passar a história a limpo etc., afinal, como nos diz Pêcheux (1997, p. 57), há um “enorme trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva”. Ou seja, há a ordem própria *da/na* língua (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 30), com a qual dizemos algo deste passado; há o exercício da cidadania em lutar por esta história; mas há também o Estado em sua “arte de anestesiá-las resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções” (Pêcheux, (1990) 2011, p. 92).

Neste terceiro aspecto, ainda como nos diz Pêcheux (1997, p. 60), “não faltam almas boas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, expressões e dos enunciados”. Vejamos Dias Toffoli, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, ao participar de um debate sobre respeito à liberdade e à Democracia em Nova Iorque/EUA, em 14 de novembro de 2022, dizendo que o Brasil não poderia se deixar levar pelo que aconteceu na Argentina, referindo-se à condenação de militares que participaram da ditadura. Em suas palavras¹, “Não podemos nos deixar levar pelo que aconteceu na Argentina: uma sociedade que ficou presa no passado, na vingança, no ódio e olhando para trás, para o retrovisor, sem conseguir se superar” (Toffoli, 2022, n.p.).

Importante ressaltar que, enquanto o Brasil ainda não condenou os militares e civis responsáveis pelas mortes, desaparecimentos e ocultação de cadáveres ocorridos durante sua Ditadura, a Argentina

1 Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/11/16/mundo/noticia/dias-toffoli-juiz-supremo-brasileiro-brasil-nao-viver-presos-passado-argentina-2028009>>. Acesso em: 23 jan.2024.

condenou mais de mil dirigentes políticos e militares por crimes contra a humanidade durante seu período ditatorial, que durou de 1976 a 1983, com uma estimativa de mais de 30 mil mortes.

É complexa e bastante particular a maneira como cada país do Cone Sul lidou com seu processo de “redemocratização” e justiça de transição, mas brevemente se pode pensar em dois aspectos: a Argentina, por exemplo, foi um dos poucos países a revogar a lei de anistia que os militares aprovaram antes de deixar o poder; e, ainda em 1983, criou a *Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas* (Conadep), com a função de investigar os crimes contra direitos humanos cometidos nos anos do regime.

No Brasil, porém, a Lei de Anistia, Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979, sancionada pelo regime militar, segue em vigor, significando que a grande maioria dos civis e militares envolvidos nos crimes durante o período não pode ser julgada. Conforme Teles e Quinalha (2020, p. 30), a principal ação judicial questionando a interpretação adequada da Lei da Anistia no STF foi proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil apenas em 2008 e julgada improcedente em 2010. Ainda em comparação, enquanto a Argentina instala sua Conadep na década de 80, somente em 2011, é instalada no Brasil a Comissão Nacional da Verdade (CNV), Lei 12.528 de 18 de novembro, com cerca de 2 anos apenas para todo o trabalho de investigação a que se destinava.

Para a Dra. Marina Franco (2022)², professora na Universidade Nacional de San Martín (UNSAM) e coordenadora do Programa de *Estudios de las Dictaduras del Cono Sur y Sus Legados* (Programa de Estudos das Ditaduras do Cone Sul e Seus Legados), o Brasil ocupa o último lugar em relação a seus vizinhos por ser o que menos investigou, julgou e puniu crimes da ditadura, considerando que, no Uruguai

2 Entrevista disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-61171113> . Acesso em: 23 jan. 2024.

e no Chile, houve processos de julgamento – tardios e limitados de investigação e justiça, mas aconteceram.

Indursky, que também discute a Lei da Anistia brasileira, no Posfácio da segunda edição de seu livro *A fala dos quartéis e as outras vozes* ([1997] 2013), problematiza o modo como o Art. 1º, ao conceder anistia a todos que cometeram “*crimes políticos ou conexos com estes*”, “*anistiou tanto os torturados quanto os torturadores, tanto os mandantes quanto suas vítimas*” (Indursky, [1997] 2013, p. 337, grifo da autora).

Embora tenha sido produzido o efeito de que este projeto de Lei era uma benesse de Figueiredo, Indursky nos mostra o modo como pressões internas, rachas entre os próprios militares e a pressão da sociedade civil ensejou a votação de uma Lei de Anistia que não garantiu a punição dos que cometeram crimes legitimados pelo Estado. Até hoje, conforme Indursky ([1997] 2013), há sempre um movimento em prol da reinterpretção desta Lei, numa discussão, resumidamente falando, entre serem estes crimes políticos ou contra a humanidade, portanto, imprescritíveis. Todavia, o texto desta Lei continua como “algo imutável, como se fosse cláusula pétrea. A perpetuação desse pacto funciona como uma *mordaca* que impede cobrar justiça” (Indursky, [1997] 2013, p. 340, grifo da autora).

Para Teles e Quinalha (2020),

Figueiredo impôs uma lei ambígua, a qual viria a se tornar, no marco inaugural da democracia, um mecanismo de garantia da impunidade dos agentes públicos. O Estado de Direito nasceria já sob a insígnia de um estado de exceção. Em vez de seguir as leis do país e os tratados internacionais aceitos e assinados pelo Estado brasileiro, se preferiu suspender tais direitos e apostar na não punição dos criminosos como parte do acordo consensual (Teles; Quinalha, 2020, p. 34).

Por sua vez, como já mencionamos, a CNV vem bastante tarde e sem força punitiva, destacando-se, conforme seu Relatório Final (CNV, 2014, p. 963), os “obstáculos encontrados na investigação produzida pelas Forças Armadas, oficialmente dada como destruída”. Em trabalho anterior de Daltoé (2016):

São, portanto, 50 anos de uma história que ainda não se conta e que não contam, que se esconde atrás de fichários que podem ou não existir mais; enfim, de documentos e provas destruídas que fazem com que a expectativa, principalmente das famílias dos desaparecidos, reste frustrada mais uma vez (Daltoé, 2016, p. 138).

Vamos sempre defender que a criação da CNV e das comissões estaduais e institucionais que a ela se juntaram por todo o país foi importantíssima, necessária, simbólica, apesar do curto espaço de tempo de trabalho, apesar das limitadas possibilidades de levantamento de provas, apesar de tardiamente. Todavia, mais uma vez, parece uma espécie de “acordo consensual”, tal como disseram Teles e Quinalha (2020) sobre a Lei da Anistia, quando uma Comissão dessas levanta toda uma expectativa, faz, de fato, um significativo trabalho em ouvir as vítimas e/ou familiares, mas sem condições de, mesmo diante de provas, fazer com que os criminosos fossem punidos. Para Teles e Quinalha (2020, p. 49), “sem condições políticas para realizar os embates necessários para avançar, a CNV se viu isolada institucionalmente e deslegitimada publicamente por um Poder Executivo omissivo e um Poder Judiciário que respalda a impunidade”.

O que vemos, portanto, é que, para qualquer vitória neste campo, há sempre uma luta por se travar – algo que, muitas vezes, independe de governo, pois o Estado, enquanto instituição de poder, permanece resistente à admissão de toda a violência praticada no seu interior. Isso nos leva a problematizar o que este Estado compreendeu como

justiça de transição, cujo compromisso deveria ser com a verdade, a memória, a justiça propriamente ditas e a reparação.

Para Teles e Quinalha (2020, p. 29), organizando-se no Brasil já no começo dos anos 1980, indo até o Golpe que depôs Dilma Rousseff pelos desmontes que daí começa a sofrer, a *justiça de transição* se marca por uma “narrativa hegemônica que privilegia o Estado em detrimento dos movimentos sociais de familiares de mortos e desaparecidos e dos ex-presos políticos, inviabilizando ou diminuindo a luta das vítimas”.

Ainda conforme os autores, a justiça de transição vai congrega uma série de ações na busca por reparação e memória destes tempos sombrios, mas se marcará, assim como compreendem a Lei de Anistia, por uma ambiguidade constitutiva: “O Estado assumiu, em abstrato, a responsabilidade por atos de seus agentes, sem, no entanto, desencadear a responsabilização individual e concreta pelas violações” (Teles; Quinalha, 2020, p. 40). Ou seja, nasce, com fim da Ditadura, um Estado Democrático de Direito sem que o país tenha condenado penalmente os que torturaram, mataram, ameaçaram e ocultaram cadáveres em nome do próprio Estado. A questão então: que transição temos aí – do quê para o quê – se, conforme os autores, “avanços importantes notados nesse período sob a égide do discurso de transição conviveram com a impunidade e o boicote de vários órgãos de Estado em relação à apuração da verdade” (Teles; Quinalha, 2020, p. 45)?

Voltando ao paralelismo criado por Tofolli na comparação entre Brasil e Argentina e sobre a qual discutimos as questões relacionadas à Lei da Anistia e à Comissão da Verdade, importante reforçar que compreendemos as diferenças estruturais, políticas, econômicas, etc. entre os dois países, mas isso não impede de valorizar o que a Argentina fez com seu passado. O que o Ministro do STF chama, então, de ficar preso ao passado, para nós, porém, é justamente o contrário: acertar as contas com o passado seria justamente a chance de fazer (até onde isso é possível) as pazes com ele; seguir adiante. Ficar preso ao passa-

do é justamente quando não há este reconhecimento, esta admissão, uma dívida que não se enfrenta.

Há de se ressaltar, porém, que este enfrentamento da Argentina parecia suficiente para pensar um processo democrático mais sólido, até que, na última eleição, os argentinos elegem Javier Milei, um candidato da extrema direita que abertamente minimiza o que foi a Ditadura no seu país, assim como questiona o número das mortes, sem falar nas demais pautas antidemocráticas que defende. Isso parece nos mostrar que todo um enfrentamento a respeito passa por questões de educação e de história, questões de justiça e reparação social, gestão de memória dos aparelhos de poder, políticas de esquecimento e, ainda, é necessário considerar toda a conjuntura político-econômico-social no modo como a extrema direita tem se espreado no mundo todo.

Desse modo, apesar de tanta luta por justiça em relação ao nosso passado, nas organizações da sociedade civil, na arte, na reparação judicial que já foi possível, em algumas políticas públicas nesse sentido, há uma força capitalista-neoliberal muito grande que impede que se vá adiante, pois questionar a Ditadura do passado é, em muito, questionar a que perdura até hoje sob outros modos e que continua beneficiando certos grupos. Portanto, aprimorar cada vez mais a democracia é colocar problema às diversificadas formas de exploração do capital sob uma grande parte da população; é questionar uma estrutura social que mantém o privilégio de uns poucos em detrimento de outros tantos; é colocar perguntas a uma sociedade patriarcal e conservadora.

Para nós, esta força contrária é extremamente poderosa e vai tirar proveito do desafio mesmo de todo trabalho com a memória, uma construção em permanente disputa. E daí a questão da memória e do tempo se enroscam... Não uma memória que tenha sede dentro do sujeito enquanto corpo biológico, mas que se reporta, conforme Pêcheux (2011, p. 142) “a um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de tecidos de índices legíveis,

constituindo um corpus socio-histórico de traços”. Assim também o tempo que nos interessa, como já adiantamos anteriormente, é o tempo determinado ideologicamente e contraditoriamente, que permite, por exemplo, uma construção enunciativa como a de Millôr Fernandes: temos um passado pela frente.

Sendo assim, o tempo transcorrido desde o “fim” da Ditadura de 64 não conta apenas em dias e anos, o que não deixa de interferir nos trabalhos da CNV, implementada somente 30 anos depois do seu fim. Todavia, o tempo que nos importa é aquele em que se trabalhou toda uma *política de esquecimento*, para a qual contribuiu a Lei de Anistia, contra *políticas de resgate de memória* (Indursky, 2015), neste espaço de luta permanentemente travada entre os que negam ou amenizam o horror que foi a Ditadura e todo um conjunto da sociedade civil que defende a importância em fazer ver todo o horror deste tempo. É necessário enfrentar este resto que fica e que, conforme trabalho anterior, transforma-se num fantasma que sempre nos assombra,

pois não acertamos a conta com este passado, não assumimos com todas as letras as violações cometidas por um estado de exceção, não fizemos justiça com as vítimas e/ou seus familiares, o que transforma estes crimes em crimes continuados, em aberto, se repetindo, se atualizando em diferentes práticas cotidianas” (Daltoé, 2019, p. 371-372).

Consideramos, portanto, que não deixamos de viver hoje em um estado de exceção, cujas práticas de militarização, de execução, de ameaça à vida, de tortura e de desaparecimento de corpos são práticas que ainda persistem, marcadas por uma divisão de gênero, de raça, de classe. Se, para muitos, a Ditadura no Brasil acabou; para outros muitos, ela continua no modo como o Estado mais ameaça do que protege. Por isso, defender a Democracia é necessário e permanen-

te, e isso não se faz, daí respondendo ao Ministro Tofolli, sem olhar para trás.

É este compromisso o assumido pelo Evento Marcas da Memória, que nasce lá em 2014 com o propósito de promover um espaço de debate sobre a Ditadura no Brasil e sua extensão em nosso presente. Esta história começa em 2014, com a palestra da Professora e ex-presa política Derlei Catarina De Luca, quando os alunos da graduação demonstraram vontade de saber deste passado, ao mesmo tempo em que víamos neles a indignação sobre o silêncio que o permeia. Desde então, o Marcas foi cada vez mais se expandindo e se transformando em um importante espaço de interlocução com a comunidade acadêmica e a do entorno da Unisul, Universidade onde nasceu. São dez anos de história e também de enfrentamento(s), pois haverá sempre uma força social dos que não querem saber de tudo isso, dos que negam este passado, dos que não querem se haver com ele.

Mesmo assim, seguimos fortes, como mostram os potentes trabalhos, que abrilhantaram o *VI Marcas da Memória Violência de Estado e estado de violência: corpos e(m) resistência* de 2023, e os quais apresentamos a seguir:

No primeiro capítulo Memória e Esquecimento:

Em *As marcas da memória da ditadura, inscritas em nossos corpos, nossos territórios! Sessenta anos do golpe militar de 1964 e as feridas continuam sangrando...*, Maria Amélia de Almeida Teles volta ao golpe militar de 1964 para denunciar o modo como se utilizou da misoginia, do sexismo e do racismo, elementos estruturantes e estruturadores do estado brasileiro, com a finalidade de impedir o avanço da mobilização e da participação popular. Um passado que causou opressões que se perpetuaram e se perpetuam, devido à política do desprezo e apagamento do passado, estrategicamente criada pelas elites. Dedicando-se à questão de gênero principalmente, Amelinha se pergunta sobre onde estariam as mulheres progressistas. E, nes-

ta empreitada, não deixa de discutir o modo como a desmobilização das mulheres no campo popular facilitou o desfecho do golpe militar, mas destinará seu texto à importância daquelas que não aceitaram as manobras fascistas de manipulação e cooptação e foram à luta em defesa da democracia.

Em *Da demanda por anistia à anistia nunca mais: movimentos dos sujeitos pela espessura da linguagem*, Freda Indursky volta a trabalho anterior sobre a Lei da Anistia e seus efeitos de sentido, na conjuntura histórica de sua promulgação, para, neste capítulo, refletir sobre o modo como seus efeitos de sentido repercutem na atualidade a partir dos enunciados em torno da questão da Anistia, que ocuparam a rede depois da tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023. A partir de enunciados como *Anistia nunca mais*, *Anistia não*, em circulação hoje, a autora mostra uma nova rede de formulações discursivas que faz ressoar *marcas de uma memória* que produz um novo processo de significação, que vai se desdobrando e desenhando uma *política da memória* em contraposição à *política estatal do esquecimento*. Esse confronto de processos discursivos representa, no entendimento de Indursky, uma das formas que a luta de classes assumiu em nossa atualidade.

No segundo capítulo *Violência de Estado*:

Em *Violência de estado, mulheres e prisões: trabalho reprodutivo e(m) discurso*, Luciana Iost Vinhas recupera suas pesquisas sobre pessoas em situação de privação de liberdade e busca, neste capítulo, discutir a relação entre violência de estado e reprodução social na articulação entre gênero, raça e classe, apresentando importante análise de formulações produzidas de/sobre mulheres em situação de privação de liberdade. Em visita à Mostra “Encarceramento feminino e múltiplos olhares no tempo”, que aconteceu em Porto Alegre, outubro de 2022, na Casa de Cultura Mário Quintana, recortando a imagem da instalação de uma espécie de gaiola com sacolas penduradas contendo objetos de higiene e cuidado pessoal, Vinhas organiza sua aná-

lise a partir do significante *sacola*. Em seu gesto de leitura, a sacola torna-se “um símbolo da prisão” e diz da totalidade da instituição penal e da manutenção das relações de dominação dentro das celas ao mesmo tempo em que mantém vivas estas mulheres, criando laço com quem está fora. A sacola, então, produz resistência.

Em *Museu das Memórias (In)Possíveis: a morte simbólica e a (im)possibilidade de inscrição*, Máira Brum Rieck, neste forte trabalho, nos mostra como os testemunhos dos vencidos vêm nos contar a memória oficial de um país, forjada sobre bases de apagamentos, mentiras, corpos, violências. Diferenciando esta memória oficial, aquela que sufoca todas as outras versões e que tem a pretensão de ser tornar A Verdade, Rieck nos leva a pensar nas memórias subterrâneas, aquelas ficariam de fora deste espaço de possibilidade de dizer. Todavia, para a autora, isso não significa que não existam ou que não tenham valor de verdade e, assim, pergunta: O que acontece com aqueles que não tem lugar no laço social? Ou, se têm, estão colocados no lugar de restos, de “marginais”? Com esta indagação, Rieck apresenta-nos o Projeto Museu das Memórias (In)Possíveis, um Museu virtual, gestado desde 2014 dentro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre e criado em 2021, durante o período pandêmico. Como espaço de resistência e de questionamentos, este Museu vem dar escuta para as vozes dissonantes do nosso tempo, inscrevendo na história as memórias subterrâneas de forma que os sujeitos não precisem pagar, individualmente, o preço dos desmentidos de uma época e de uma cultura.

Em *Testemunhos da pandemia: na construção de uma memória por-*vir**, Alexandre Costi Pandolfo, Francielle Limberger Lenz e Maria Soledad Méndez apresentam o trabalho de escuta e registro do Coletivo Testemunhos da Pandemia a partir de 2021, visando a uma responsabilidade ética perante a devastadora sofrência promovida pela violência de Estado no contexto da pandemia de Covid-19. Em meio ao descalço por parte do Governo Federal à época com a vida da população, o grupo se desafia a compreender a tramitação do luto no laço social

e o trabalho psicanalítico deste Coletivo em produzir as condições para que o luto acontecesse. Numa preocupação também com o registro desta experiência, o Coletivo estabeleceu uma parceria com o Museu das Memórias (In)possíveis, que viabilizou um espaço em sua página para o arquivo: a Coleção de Testemunhos da Pandemia – um lugar real virtual de resguardo, provisório e em construção permanente, dos testemunhos que vão se produzindo e se colhendo e recolhendo.

Em *Corpo-documento e corpo-memória em funcionamento na perspectiva discursiva*, Maria Cleci Venturini nos traz uma leitura do conto “Como na Argentina”, de Luís Fernando Veríssimo, como fio condutor do funcionamento metafórico que aproxima o corpo, a memória e a história, objetivando estabelecer redes de memória e de sentidos e para pensar no corpo inscrito no discurso e, também, no político. Publicado em 1982 no Jornal Zero Hora/Porto Alegre e, em 1985, no livro *A Mãe de Freud*, o conto servirá de materialidade para a interpelação que a autora nos faz: Como o corpo, invisível/su-mido/resistente permanece presente/ausente em (dis)curso, ressoando por ele e nele a resistência que impede o esquecimento da violência de Estado e a ferida aberta nesses corpos e nas nações? Desse modo, Venturini problematiza o funcionamento do corpo como metáfora da resistência e da luta pela democracia, diante de práticas autoritárias e ditatoriais que trabalham para não só tornar possível, mas também para realizar a anulação imaginária do processo histórico, com sua duração e suas contradições próprias.

Em *Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil: desafios para o presente*, Carlos Artur Gallo apresenta-nos importante contribuição ao discutir a relação entre legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. Apresenta, desse modo, em termos conceituais, o que se entende por legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia, bem como se preocupa em identificar os principais legados autoritários existentes no contexto brasileiro na atualidade.

Em *Memória, verdade e justiça para Arno Preis: registros da atuação do Comitê Catarinense Pró-memória dos mortos e desaparecidos políticos no Acervo Memória e Direitos Humanos (IMDH/UFSC)*, Luiz Felipe Souza Barros de Paiva e Amanda Beatriz Bail nos trazem a necessidade de discutir medidas de tratamento e conservação dos documentos reunidos e produzidos pelo Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos (CCPMMDP), com realização da equipe do Acervo Memória e Direitos Humanos do Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC. No que diz respeito ao tratamento, conservação e disponibilização deste arquivo, os autores buscam explorar os documentos que permitem narrar e evidenciar a atuação específica do Comitê relacionadas ao caso do catarinense Arno Preis, valorizando a memória das vítimas da ditadura e a necessidade de prosseguimento de pesquisas relacionadas com a temática dos direitos humanos e da ditadura no Brasil.

Em *Violência simbólica e direitos fundamentais: uma análise de práticas discursivas representativas da extrema direita no Brasil*, Mariana Jantsch de Souza nos traz sua pesquisa sobre discursos que põem em movimento sentidos que funcionam socialmente de modo violento em relação aos direitos fundamentais. Neste capítulo, a autora analisa como são significados os direitos fundamentais em práticas discursivas representativas da extrema direita no Brasil, tomando os dizeres do ex-presidente durante a pandemia de Covid-19 como índice dos saberes dessa rede discursiva. Em sua análise, a autora nos mostra como estes saberes convergem para um mesmo desfecho: desacreditar a ciência e a vacina (como resultado do conhecimento científico), enaltecer os saberes negacionistas e encorajar a população a não cumprir as medidas preventivas a fim de atingir a falaciosa imunidade de rebanho. Souza ainda, para mostrar que estes dizeres não surgem do agora, recupera outras falas do ex-presidente, antes de assumir este cargo, que já mostravam total desconsideração com o bem público, com a população, com os Direitos Humanos, articulando o registro e a do-

cumentação de discursos violentos produzidos a partir de uma matriz de sentido de extrema direita.

Em *Democracia de Bolsonaro*, Luiz Carlos de Oliveira analisa a “carta manifesto” em defesa de democracia, escrita pelo ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, publicada em 28 de julho de 2022. Buscando traçar como ocorre a produção dos efeitos de sentido sobre a democracia neste texto, Oliveira recupera outros dizeres do ex-presidente sobre o tema e a discussão a respeito da democracia que tomava a sociedade brasileira em meados de 2022, por meio da divulgação de diversas cartas e manifestos em defesa da democracia. O autor pergunta-se então sobre as condições de produção discursivas existentes na produção do discurso sobre a democracia, problematizando a questão da autoria da carta escrita pelo Presidente os efeitos de sentido decorrentes da ironia com a qual a carta manifesto pode ser tomada. Neste trabalho, Oliveira mostra o movimento de defesa da democracia deslizando para outras possibilidades de significação, abrindo brecha para os efeitos de sentido do autoritarismo, para outras formas de governo, que não a democracia.

Em *Fotojornalismo, racialidade e resistência: o cotidiano de Gaza e o ordinário dos sentidos no espaço enunciativo do Instagram*, Juliana da Silveira se propõe a pensar a relação racialidade e resistência (tema da mesa que coordenou no Marcas da Memória), tendo como foco as lutas antirracistas e os movimentos de resistência que delas derivam, articulando-as a um gesto de análise que representa um pequeno recorte de uma pesquisa maior que a autora desenvolve e que objetiva investigar práticas de resistência em publicações cotidianas de grupos sociais vítimas de violência de Estado. Silveira traz, então, para o debate a questão da cupação Israelense à Gaza, mostrando-nos como o genocídio ao povo palestino fala das violências de Estado que não estão de modo algum desconectadas da mundialização e dos projetos de colonização no capitalismo. Para tanto, a autora analisa perfis do *Instagram* que tratam do horror destes crimes contra o povo

palestino, enfatizando, desse modo, como os espaços enunciativos informatizados têm se configurado como espaços a partir dos quais estamos, também, (re)escrevendo a história e chacoalhando as memórias dessas violências e de suas resistências a partir de determinações e rearranjos digitais/digitalizados.

Em *Efeitos da memória em “Decíme... ¿qué concepto te parece que tendrá de los reys magos el gobierno brasileño?” (Mafalda)*, Luciane Botelho Martins apresenta uma análise da tira da Mafalda, personagem de Quino, cujo enunciado intitula este capítulo. Analisando as duas perguntas que Mafalda faz, Martins questiona se seria possível pensar a relação entre o discurso religioso e o discurso político, entre os “reis magos” e o “governo brasileiro” como efeito metafórico? Para isso, a autora chama a atenção para o recurso linguístico e discursivo no uso da interrogação como estratégia no processo de produção de sentidos, um excesso capaz de produzir sentidos que driblam os governos autoritários mantendo a circulação de sentidos que ousam em resistir. Saindo do enunciado e pensando também os gestos de Mafalda, Martins valorizará as expressões faciais e corporais da personagem de Quino como preocupação e inquietação diante da liberdade de pensamento tão ameaçada por governos autoritários.

No terceiro capítulo *Gênero e Resistência*:

Em *Corpo-Mulher: Entre a Violência de Estado e o estado de violência*, a partir do cenário do golpe de 1964, que instalou uma prática de perseguição, tortura e morte perdurando por 21 anos, Nadia Neckel propõe-se a discutir o Discurso Artístico e seus funcionamentos, olhando para produções artísticas que trazem à reflexão estados de violência sobre os corpos-mulheres, o que implica entender as complexidades e contradições do/no laço social nos territórios dos processos criativos. Para isso, a autora nos traz recortes do vídeo do projeto *Cyberskin* em que Juliana Waehner, numa performance nos andaimes do prédio em reforma do antigo DOPS no RJ, utiliza-se de um simulacro de pele desenvolvido nos laboratórios da NASA. Como nos diz a autora, “um

corpo-arte que luta, tombado nas ruínas deste prédio deste prédio, instrumento da violência de Estado praticada durante a Ditadura.

Em *Resistência, liberdade sexual e saúde feminina: a luta política dos jornais feministas na ditadura brasileira*, Giovanna Benedetto Flores e Fernanda Lunkes nos apresentam um singular gesto de leitura preliminar dos processos de produção de sentidos sobre saúde e sexualidade feminina nos jornais alternativos: *Nós Mulheres e Brasil Mulher*. Para tanto, tomam como *corpus* títulos de matérias que estamparam as capas desses jornais e que abordavam a sexualidade e o uso de pílulas anticoncepcionais no contexto da Ditadura no Brasil, entre os anos de 1975 e 1980. Neste capítulo, as autoras mostram a importância da mídia alternativa engajada na luta política e, no caso dos jornais analisados, sua decisiva contribuição para a construção do feminismo no Brasil.

Em *Cassandra Rios e a Ditadura Militar: censura à visibilidade lésbica*, Talita Ferreira Gomes da Silva analisa parte da produção literária de Cassandra Rios sob a ótica da crítica contemporânea feminista, buscando desconstruir a heteronormatividade dos saberes e produções científicas. Questiona, ainda, a construção do feminino, as ideias da fixidez de gênero e, principalmente, as perspectivas limitadoras sobre as identidades sexuais. A autora discute, assim, os romances de Rios que tinham, primordialmente, mulheres lésbicas como protagonistas, o que resultou na censura da crítica literária à época da ditadura no Brasil. Procurando afastar a obra de critérios morais de avaliação, Gomes da Silva realiza importante estudo sobre as definições históricas e conflitantes dos conceitos de “erotismo” e “pornografia”, assim como da complexidade de se definir justamente esses termos.

Em *Silêncio e resistência da mulher no/pelo museu paranaense*, Josiele Zevierzecoski e Maria Cleci Venturini nos apresentam a história de Ritta Anna de Cássia Franco, primeira professora pública no ensino direcionado a meninas em Curitiba/PR, em 1833, uma mulher, segundo as autoras, que se constituiu pelo não e pelo sim: não ao espaço desig-

nado a ela, o lar, e sim à luta para ocupar um espaço no mercado de trabalho. A professora é discursivizada pela obra digital “*Personagens da História do Paraná: acervo do Museu Paranaense*” (2014), de autoria de Renato Carneiro, Maria Luzia Ferreira e Cíntia Carneiro. Esse quadro já foi exposto no espaço físico do Museu Paranaense (MUPA), inscrevendo a mulher na historiografia paranaense, dando visibilidade à conquista feminina, que nas condições socio-histórico da época foi um marco. A partir desta materialidade, as autoras perguntam como, pelo funcionamento da memória, as práticas de resistência discursivizadas pelo/no MUPA, em torno de Ritta Anna de Cássia Franco, (re)significa o imaginário de mulher na história do Paraná? Abordando o museu enquanto lugar de memória, as autoras valorizam o *Museu Paranaense* como organizador dos discursos sobre Ritta Anna e que, ao discursivizar esse acontecimento, faz com que a memória em relação a ela não seja esquecida e que a resistência feminina continue inscrita na história.

Em *Imparcialidade para quem? A “suposta” objetividade da imprensa e a violência de gênero na política*, Thomas Falconi, Karol Braga e Lucas Alves Selhorst analisam o episódio de São Miguel do Oeste/SC em que manifestantes, após o resultado das eleições para presidente do Brasil em 2018, reúnem-se em frente ao quartel da cidade, empostando a mão estendida, ereta e um pouco acima do ombro, diante da bandeira do Brasil. Maria Tereza Capra, vereadora da cidade, divulgou o vídeo repugnando o gesto nazista. A vereadora nomeia o gesto e, dali em diante, o sentido produz um discurso que retoma a historicidade do fato e se transforma num espaço de disputa. Isso lhe custaria a cassação do mandato. Numa análise cuidadosa das imagens deste dia e de recortes da cobertura midiática a respeito, os autores mostram como a violência se materializa na língua e como a “neutralidade” dos jornais não passa de um efeito.

Em *Soledad: Teatro e Memória*, Mariana Corale apresenta-nos *Soledad*: peça de agitação, criada pela Cia Embróglia, coletivo

de artistas e pesquisadores de Teatro da cidade de Florianópolis/SC. Numa importante pesquisa histórica, artística e de memória, que começa em 2021, sobre a vida da poeta e militante paraguaia Soledad Barrett Viedma (1945-1973), Corale encontra os desafios da incompletude dos arquivos, as memórias traumáticas e a pedagogia do silêncio. Ao discutir Soledad, sequestrada por um grupo da extrema direita em 1962, no Uruguai, estes escritos valorizam a construção de memórias de mulheres guerrilheiras do continente latino, especialmente do Brasil. Trata-se de um trabalho que nos traz a arte, no teatro e nos bordados, como espaço de insurgência simbólica e imagética, ligando-se às lutas por memória, reparação e justiça.

No quarto capítulo Racialidade e Resistência:

Em *Memórias ancestrais em narrativas cerradeiras do assentamento rural Volta do Rio*, Tânia Ferreira Rezende denuncia o violento projeto de memoricídio praticado contra pessoas que se deslocam de seu território, substituindo, assim, sua história, sua memória e lhes impondo uma espiritualidade outra. Por meio do memoricídio, do sentimencicídio e do espiritualicídio, operou-se o processo de colonização escravagista, difundido como civilização, que não foi bem-sucedido, pois a espiritualidade não se coloniza nem se escraviza. Nesse sentido, por mais que este projeto colonial fracture e fragmente as existências, para Rezende, não tem poder de aniquilar totalmente as existências coletivas de um vínculo ancestral de pertencimento. Os grupos subalternizados pela colonização escravagista, ainda que deixem de viver, não deixam, jamais, de existir, pois a existência é coletiva e política. Nesse contexto, a autora atribui força à narrativa dos povos subjugados em construir um lugar e um modo de continuar habitando o mundo ancestral. Este narrar transforma-se assim em um ato de resistência, de denúncia e de enfrentamento às violências.

Em *Violências de estado e populações indígenas: o caso da Barragem Norte e o povo Laklãnô-Xokleng em Santa Catarina*, Sandor Fernando Bringmann apresenta dados assustadores so-

bre a violência contra os povos indígenas no Brasil: os dados atuais, mas também o modo como esta violência acontece desde o tempo colonial, passando pela Ditadura, quando a FUNAI transformou-se em um agente do estado para dilapidar as terras indígenas, sob a ótica do nacional desenvolvimentismo. Bringmann aborda todas estas violências em todo o território nacional, mas, neste capítulo, denuncia o moco como a Barragem Norte, numa obra de grandes proporções, interferiu nos modos de vida e nas relações socioeconômicas do povo Laklãnõ/Xokleng de SC enquanto violência sistêmica, simbólica e de patrimônio indígena. Enfatizando a importância à resistência deste povo, que tem protestado, feito greve e denunciado todos os abusos por parte do Estado e outros setores sociais, o autor não deixa de alertar para a necessidade de comoção da sociedade como um todo, reivindicando apoio dos representantes nas esferas políticas.

Em *Militares, demarcações e marco temporal: um estudo do caso Xokleng, em Santa Catarina*, Pedro de Moraes Silva apresenta-nos o caso da Barragem Norte, construída durante a ditadura militar brasileira, final da década de 1970, no Vale do Itajaí/SC. Embora a obra seja de relevância crucial para evitar enchentes e cheias nos municípios do vale, também representou uma invasão do território original e tradicional do povo Xokleng, levando-os a se dividir em outras oito aldeias: sem uma sede fixa e com frequentes enchentes incidentais ocasionadas pela barragem. Hoje, a questão da demarcação tramita na instância do Supremo Tribunal Federal (STF), após reivindicação das terras originais Xoklengs por parte do estado de Santa Catarina, baseada na tese do marco-temporal. Sobre tema tão forte, Silva busca compreender cronologicamente os eventos que sucedem a tramitação do caso no Supremo, compreendendo as políticas indigenistas criadas durante a ditadura militar brasileira, a escolha da região para construção da barragem, a situação do Xoklengs posteriormente ao regime e as políticas construídas para esse povo desde então, e por fim expor a condição que os Xoklengs enfrentam atualmente, em meio do trâmite

do julgamento. Dando visibilidade aos impactos das ações do regime militar nas demarcações indígenas da terra Ibirama Ibirama-Laklãnõ, o autor mostra esta influência na validade das decisões judiciais baseadas na tese do marco-temporal em pauta no momento da elaboração deste trabalho.

Em *Os modos de (r)existência ao racismo*, Camila Borges dos Anjos e Marilane Mendes Cascaes da Rosa, buscando neste trabalho denunciar o discurso racista naturalizado no espaço social, apresentam a manifestação *Respeito não tem cor, tem consciência*, que aconteceu no centro da cidade de Tubarão/SC, em 2023, reivindicando justiça em relação a um ataque físico e a insultos verbais praticados contra um homem negro à época. Recolhendo materialidade advindas de cartazes e fotos desta manifestação, as autoras procuram enfatizar a possibilidade de um lugar possível para demarcar outros discursos sobre o negro, desconstruindo e deslegitimando os sentidos preestabelecidos, em novas discursividades no ato de convocar a igualdade social, fazendo furo no discurso que violenta o negro diariamente.

Em *O alvo da cor: um gesto de leitura*, Aretuza Pereira dos Santos discute as abordagens da polícia militar para com jovens/homens negros, ressaltando que as práticas violentas são maiores a depender da raça e do gênero. Ao trazer pesquisas que mostram o modo como a ação policial e o racismo são imbricados, a autora interpela a polícia como representante do Estado que promove a violência genocida racial. Por meio de materiais veiculados em jornais virtuais, neste capítulo, dos Santos se propõe a discutir o enunciado “*Pele alvo: a cor que a polícia apaga*”, procurando compreender a tensão social quando um negro é vitimado por policiais *versus* quando um policial negro é vitimado por outros negros. Nesta forte discussão, a autora ancora-se na relação entre a história e a língua suscitando, no imaginário social, sentidos de denúncia em relação aos policiais que se utilizam de corpos negros como alvo letal, um ponto que se mira.

Em *Nos rastros da história: o horror como espetáculo, entre mudanças e permanências*, Marilda Aparecida Lachovski, ao chamar a atenção as vozes que ressoam caladas, negadas, interditadas no traçado da mesma história de nossa país, discute mudanças e permanências, sobre os modos de controle e dominação e (re)produção da violência, como forma e veículo de dominação. Lachovski vai à literatura, como lugar de observação do discurso e em sua relação de entremeio com a Análise de Discurso, para refletir sobre o funcionamento da violência exercida no e pelo Estado, num movimento de apagamento/negação dos direitos civis e jurídicos, que se (re)produzem na construção das personagens da obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, publicada em 1938. Costurando a relação entre a obra e as práticas jurídicas, a autora parte do personagem Fabiano para dizer do modo como muitos são subjugados em sua constituição enquanto parte do corpo social, condenados a não ser e a não existir. A análise leva-nos, então, a problematizar o exercício de domínio da classe dominante e o ódio ao pobre, mas também a todos os aspectos que lhe digam respeito, tornando assim natural a percepção de que é ele o grande desafio na atual organização social brasileira.

Em *Ocupa Alesc: a ocupação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina pelos trabalhadores em educação*, Rodrigo Antonio Mattos e Vanessa Policarpo Maciel nos trazem o episódio da ocupação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina por um grupo de trabalhadores da Educação em greve, durante 72 dias dos meses de março e junho de 2015, movimento este que foi nomeado como Ocupa Alesc. Buscando mostrar como o movimento representou a resistência do magistério catarinense, os autores discutem as perdas trabalhistas significativas e a negociação com o Governo do Estado com a categoria, à revelia da direção sindical. Mostram ainda que a ocupação colocou em jogo o embate contra o governo, mas não só, colocou em jogo também o enfrentamento ao estigma social da classe trabalhadora, tratada com indiferença e desdém pelos funcionários da casa legislativa e mes-

mo de alguns deputados. Para os autores, a ocupação evidenciou a necessidade de desmistificar estigmas associados à classe trabalhadora, reforçando a importância da valorização profissional e da luta por condições dignas de trabalho.

Por fim, contra os *deslembrados* da epígrafe desta apresentação, queremos dizer que todos os trabalhos reunidos neste e-book insistem com a memória do nosso ontem para refletirmos sobre sua presença no nosso hoje, pois sabemos, como nos disse Galeano (2009, p. 214), que “O esquecimento, diz o poder, é o preço da paz, enquanto nos impõe uma paz fundada na aceitação da injustiça como normalidade cotidiana. Acostumaram-nos ao desprezo pela vida e à proibição de lembrar”.

Assim, contra toda proibição do lembrar, aqui apresentamos um pouco do muito que foi o VI Marcas da Memória, na contribuição e no desejo de uma leitura de cumplicidade.

Referências

BRASIL, **Lei Nº 6.683 de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm Acesso em: mar. 2024.

BRASIL, **Lei Nº 12.528 de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: mar. 2024.

BRECHT, Bertolt. Poesia. Introdução e tradução André Valias. São Paulo: Perspectiva, 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014.

DALTOÉ, Andréia S. Déjà-vu e rendez-vous: os atravessamentos da memória no fazer do analista do discurso. In: FLORES, Giovanna B *et al.* (org.). **Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2019, v. 4, p. 359-374.

DALTOÉ, Andréia S. O Relatório da Comissão Estadual da Verdade de SC e a Exposição Ausências de Gustavo Germano: gestos de leitura do arquivo. *In*: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (org.). **Análise do Discurso e sua história**: avanços e perspectivas. Campinas: Pontes, 2016, p. 135 a 162.

DIAS TOFFOLI; Juiz do Supremo brasileiro diz que Brasil não pode viver “preso no passado” como a Argentina. **Público**, [S.l.], 16 nov. 2022, Brasil. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/11/16/mundo/noticia/dias-toffoli-juiz-supremo-brasileiro-brasil-nao-viver-presno-passado-argentina-2028009>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradução de Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar**: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre: L&PM, 2009.

INDURSKY, Freda (1997). **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. Políticas do esquecimento X Políticas de resgate da memória. *In*: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S. (org.) **Análise de Discurso em Rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015, v.1, p.11-27.

MOTA, Camila Veras. Brasil é país que menos julgou e puniu crimes da ditadura na região, diz historiadora argentina. **BBC News Brasil**, São Paulo, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-61171113>. Acesso em 23 jan. 2024.

PÊCHEUX, Michel (1990). Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2011, p. 49-57.

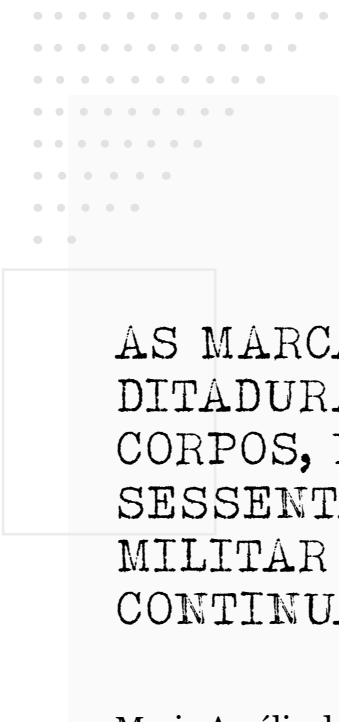
PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 55-66.

TELES, Edson; QUINALHA, Renan. O Alcance e os limites do discurso da “Justiça de Transição” no Brasil. *In*: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (org.). **Espectros da ditadura**: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 15-58.



MEMÓRIA E ESQUECIMENTO





AS MARCAS DA MEMÓRIA DA
DITADURA, INSCRITAS EM NOSSOS
CORPOS, NOSSOS TERRITÓRIOS!
SESSENTA ANOS DO GOLPE
MILITAR DE 1964 E AS FERIDAS
CONTINUAM SANGRANDO...

Maria Amélia de Almeida Teles

União das Mulheres de SP/Comissão de Familiares dos Mortos e
Desaparecidos Políticos

*Me espanta a capacidade que se tem
de sobreviver aos horrores!*

Susel de Oliveira da Rosa, 2013, p.180

O golpe militar de 1964 se utilizou da misoginia, do sexismo e do racismo, elementos estruturantes e estruturadores do estado brasileiro, com a finalidade de impedir o avanço da mobilização e da participação popular, com suas inovações expressivas e autônomas.

Os vetores das opressões de raça/etnia, sexo e gênero, geracional, classe social, capacidade, entre outros foram e são elementos fundantes e históricos do processo de colonização e formação do estado. Causaram opressões que se perpetuaram e se perpetuam, devido à política do desprezo e apagamento do passado, estrategicamente criada pelas elites.

A dialética é teimosa: quanto mais tentam apagar a memória, mais os passados emergem, cheios de sangue de feridas abertas, se misturam com o presente, consolidam-se e se transformam numa barreira que impede a ruptura do círculo vicioso. Os fatores de opressão encontram-se bem acomodados na sociedade brasileira, ontem e hoje, mantidos pela impunidade histórica.

Ao lançarem mão desses vetores, em 1964, os golpistas não chegaram a provocar nenhuma reação da sociedade, nem mesmo por parte das forças progressistas. Havia uma incompreensão generalizada de que se devia priorizar os problemas da macropolítica (?), como a luta de classes, que segundo este entendimento, seria a única força capaz de combater o fascismo. Desconsideravam-se as demais opressões, e as colocavam como questões secundárias, e só “seriam resolvidas bem posteriormente”. Esqueceram-se de que o fator ideológico é utilizado pelo fascismo como arma de enfraquecimento do potencial latente da sociedade que são as mulheres: as pobres, as negras, as indígenas, as LBTQIA+. É frequente o uso de discursos ideológicos por parte dos fascistas no sentido de fragilizar e desmobilizar a sociedade e os movimentos sociais.

Forças progressistas hierarquizavam e há aquelas que ainda hierarquizam as opressões resultantes de raça/etnia e das desigualdades de gênero que seriam resolvidas somente com a vitória do proletariado. Imaginava-se o proletariado como um conjunto de homens, sem cor, sem sexo, sem cheiro, sem desejo. Uma massa meio amorfa, com um pensamento único, estático, que atendia automaticamente ao “apelo revolucionário” de por fim ao capitalismo. Ignoravam, até então, que o proletariado brasileiro tem sido historicamente feminino e negro, como nos ensina a editora do portal de notícias Esquerda Diário, Leticia Sparks.

Em 1964, claro que, houve grupos que reclamaram da manipulação e da interdição da participação política dos segmentos periféricos.

Contudo, não obtiveram a repercussão suficiente para mudar os rumos políticos daquele momento sob o comando das forças reacionárias.

Os golpistas mobilizaram as mulheres que, em sua maioria, encontravam-se dispersas e sob a influência de ideologias conservadoras. As mulheres de esquerda, organizadas, foram afastadas da política antes do golpe de 1964, sob o silêncio confortável de parte significativa da esquerda. No governo de Juscelino Kubitschek (1957-1960), foi suspenso o funcionamento das organizações femininas reunidas na Federação das Mulheres do Brasil, sob a direção de mulheres comunistas, a pedido da Liga das Senhoras Católicas. Fato ignorado pela História, não fosse o olhar atento da Heleieth Saffioti (1933-2010), uma das únicas que registrou tal acontecimento no seu livro clássico: *“Mulherna Sociedade de Classes: mito e realidade”*, tendo sua primeira edição publicada em 1969.

A desmobilização das mulheres no campo popular facilitou o desfecho do golpe militar, quando em 1964, ocorreu a “Marcha com Deus pela Família e Liberdade”, clamando a deposição de João Goulart, presidente eleito pelo voto popular. Acusavam-no de estar instalando no Brasil uma república sindicalista. Com cartazes elaborados por entidades financiadas pelos Estados Unidos, como IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, nos quais estavam escritos mensagens como: “Nem foice, nem martelo, queremos verde e amarelo”, “Vermelho só é bom no batom”, a Marcha se utilizou de milhares de mulheres nas grandes cidades brasileiras, de modo a enganar a opinião pública sobre o verdadeiro caráter fascista da ditadura – que durou 21 anos.

Onde estariam as mulheres progressistas? Dispersas, imbricadas nas tarefas domésticas – o trabalho que é até hoje “invisível” – no mercado de trabalho, restrito e hostil, com salários desiguais e mais baixos, submetidas aos assédios moral e sexual. Enfrentando a ausência de creches e equipamentos sociais, como restaurantes e lavanderias populares e ainda tendo que fazer as tarefas de suporte e de cuidados

dos filhos e das filhas, companheiros, pais, outros familiares, vizinhos e de sua comunidade.

Havia mulheres que estavam atentas ao que ocorria ao seu redor político, mas estavam imobilizadas por não terem as mínimas condições de se manifestarem.

Claro, houve mulheres que não aceitaram as manobras fascistas de manipulação e cooptação. Foram à luta em defesa da democracia e é para elas que dedico este texto.

Devido ao espaço limitado, vou trazer alguns poucos casos bem resumidos de mulheres que tiveram suas vidas ceifadas ou mutiladas, nos embates de resistência contra a ditadura.

Sou uma sobrevivente daquela época de terrorismo de estado e poderia ter meu nome incluído na lista das desaparecidas políticas da ditadura. Nesta condição, eu considero as companheiras assassinadas ou desaparecidas, tão próximas e íntimas, como se fossem minhas irmãs de sangue e de afeto.

Como integrante da Comissão de Familiares de Pessoas Mortas e Desaparecidas Políticas, fiz parte da equipe que elaborou o *Dossiê Ditadura* que contém uma pequena biografia de 51 mulheres assassinadas pela ditadura.

Não há como tratar de todas aqui neste texto. Escolhi aleatoriamente algumas delas. Tratei também de outras mulheres que não morreram nas mãos de seus algozes. Elas também contribuíram com seu exemplo de altivez e dignidade, para que a História brasileira pudesse ser contada a partir das mulheres.

Começo com Labib Elias Abduch (1899 – 1964), dona de casa, com 65 anos de idade, cuidava com zelo do trabalho doméstico, levantava cedo, preparava o café, cuidava do quintal, lavava roupas, deixava-as quicar ou de molho numa bacia com água e sabão, depois de enxaguada ela as colocava novamente na água com uma pedra de anil.

E assim ela se ocupava o dia inteiro. Realizava tantas outras tarefas do “trabalho invisível”, o trabalho não remunerado e praticamente realizado, em sua maioria, por mulheres até os dias de hoje.

Naquele 1º. de abril de 1964, ela deixou de molho a roupa na bacia, foi à rua, protestar, junto com outras tantas pessoas em frente ao Clube Militar, no centro do Rio de Janeiro. Um tiro, dado pelos policiais, atravessou seu peito e, assim ela morreu.

A jovem Nilda Carvalho (1954-1971) era estudante secundarista e participava da luta contra a ditadura. Por ocasião do assassinato da dirigente política, psicóloga e professora universitária, Iara Javelberg (1944 – 1971), sequestraram Nilda, com apenas dezessete anos e a levaram para o quartel de Barbalho, em seguida para a Base Aérea de Salvador. Nilda sofreu toda sorte de torturas e, quando ela não conseguia mais ficar de pé, soltaram-na. Estava cega, com tonturas e falta de ar. Morreu logo em seguida.

Sua mãe, Esmeraldina Carvalho Cunha (1922 – 1972), não se conformou de ter sua filha caçula morta assim desse jeito. Saiu às ruas, em busca por toda Salvador, dos agentes militares, assassinos, responsáveis pelos sofrimentos de sua filha que a levaram à morte. Esmeraldina sofria muito e andava pelas ruas da cidade chamando os militares de assassinos de sua filha, uma criança de dezessete anos. Ela gritava pelas ruas que eles eram assassinos de estudantes. Até que um dia ela apareceu enforcada.

As ações de denúncias contra torturadores assassinos feitas pela mãe baiana precederam às ações das “*Madres de Plaza de Mayo*”, que ocorreram a partir de 1976, na ditadura sob o comando do general Videla (1976-1981), quando as mães argentinas passaram a denunciar sistematicamente os crimes da ditadura em praça pública.

Outra mãe brasileira morta pela ditadura, Zuzu Angel, como era conhecida Zuleika Angel Jones (1927-1976) – profissional da alta costura, mãe do militante político, Stuart Angel Jones (1946- 1971),

sequestrado e assassinado pelo CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica–no Rio de Janeiro. O corpo de Stuart nunca foi entregue aos familiares para um sepultamento digno, o que a deixou ainda mais indignada.

Zuzu Angel lutou pelo direito de sepultar o corpo de Stuart, o *Tuti*, como era conhecido. Costureira famosa, de prestígio internacional, organizou diversos desfiles no exterior, denunciando a morte de seu filho e as torturas praticadas no Brasil. Conseguiu, assim, romper com a barreira da férrea censura que impedia a população tomar conhecimento do que se passava nos quartéis e porões da ditadura.

Zuzu fez, então, “a primeira coleção de moda política da História”, segundo ela mesma definiu. Usou estampas de silhuetas bélicas, pássaros engaiolados e balas de canhão disparadas contra anjos. O anjo tornou-se símbolo de *Tuti*, apelido do filho desaparecido, o que fez com que fossem caracterizadas suas coleções de moda, com anjos amordaçados, meninos aprisionados, sol atrás das grades, jipes e queques militares.

Os agentes da repressão política simularam um acidente de carro para matá-la, e conseguiram o feito em 14 de abril em 1976, no Rio de Janeiro.

Um pouco depois, houve o sequestro e assassinato da esposa de Stuart, Sonia Maria Lopes de Moraes Angel Jones (1945 -1973), cuja morte no DOI-Codi/SP, está descrita no Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Tal documento se refere ao uso de animais vivos nas sessões de tortura, o que causou a morte de Sonia:

[...] presos políticos foram expostos aos mais variados tipos de animais, como cachorros, ratos, jacarés, cobras, baratas, que eram lançados contra o torturado ou mesmo introduzidos em alguma parte de seu corpo.

Especificamente em relação aos camundongos, o torturador Lourival Gaeta (1927-1997), que atuou no DOI-Codi

do Exército, em São Paulo, durante a década de 1970, explicava a destrutividade uma vez introduzidos nos corpos de suas vítimas, com o argumento de que o animal não sabe andar pra trás (CNV, 2014, p.373-374).

Os responsáveis pelas atrocidades que levaram Sônia à morte, seriam o chefe de interrogatórios, Lourival Gaeta, que atuava no DOI-Codi/SP, e os integrantes de sua equipe sob o comando do então, Major Carlos Alberto Brillhante Ustra (1932 – 2015).

Inês Etienne Romeu (1942–2015), única sobrevivente da Casa da Morte, em Petrópolis, RJ, centro de tortura e extermínio de militantes políticos. Era dirigente da “Vanguarda Popular Revolucionária” (VPR) – organização política da luta armada – quando foi presa em São Paulo, em 5 de maio de 1971, pelo, então, delegado de polícia do DOPS/SP, Sérgio Paranhos Fleury que a entregou ao CIE – Centro de Informações do Exército. Foi submetida às torturas, levada para a “Casa da Morte”. Ao sair da prisão, com a Lei da Anistia de 1979, deu um depoimento ao semanário *Pasquim*, n. 607, de 12 a 18 de janeiro de 1981, em que conseguiu relatar o estupro sofrido e outras violências sexuais:

[...] Fui conduzida para uma casa [...] em Petrópolis [...]. O dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores, arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, tentou me estrangular e só largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça. [...] Fui várias vezes espancada e levava choques na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. A certa altura, o dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma: estavam praticando o mais puro sadismo, pois eu já havia sido condenada à morte e ele, dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos “terroristas” [...]. Alguns dias depois, [...] apareceu dr. Teixeira, oferecendo-me uma saída “humana”: o suicídio [...]. Aceitei e pedi o revólver, pois já não suportava mais. Entretanto o dr. Teixeira queria

que o meu suicídio fosse público. Propôs-me, então, que eu me atirasse embaixo de um ônibus, como eu já fizera. [...] No momento em que deveria atirar-me sob as rodas de um ônibus, agachei-me e segurei a perna de um deles, chorando e gritando. [...] Por não ter me matado, fui violentamente castigada: uma semana de choques elétricos, banhos gelados de madrugada, “telefones”, palmatórias. Espancaram-me no rosto até eu ficar desfigurada. [...] o “Márcio” invadia minha cela para examinar meu ânus e verificar se o “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Esse mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes pelo “Camarão” e, era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros [...] (Inês Etienne Romeu, 1981)

O caso da Inês é emblemático. Por ela ter feito esta denúncia no jornal *Pasquim* (1981) e também na OAB-RJ (1979), ela passou a ter um documento oficial sobre o estupro sofrido. Na Comissão Nacional da Verdade (2012 – 2014), ela teve oportunidade de reconhecer “Camarão”, por meio de foto que se encontrava entre os documentos guardados pelo coronel do Exército, Paulo Malhães, que depôs naquela Comissão e, logo em seguida foi assassinado.

O “Camarão” da “Casa da Morte” foi identificado como Antonio Waneir Pinheiro Lima, sargento paraquedista do Exército, reformado. Em 27 de março de 2023. A Justiça Federal, a pedido do Ministério Público Federal, decidiu que Antônio Waneir Pinheiro Lima, o “Camarão” deveria responder pelos crimes de estupro e tortura contra Inês Etienne Romeu.

A desembargadora Simone Schreiber, ao votar pela responsabilização do torturador e estuprador, declarou que “crimes contra a humanidade são imprescritíveis”. Antônio Waneir passa a ser, no momento, o único militar da ditadura a responder pelos crimes de estupro e tortura.

Conceição Imaculada de Oliveira (1944-) era operária metalúrgica na Belgo Mineira, em Contagem (MG). Fala-se com uma certa frequência, das passeatas dos estudantes em 1968 ou mesmo da greve de Osasco, SP. Todos são feitos audaciosos de enfrentamento da ditadura. No entanto, quase nunca se fala da greve de Contagem, liderada por uma mulher de 24 anos, Conceição Imaculada de Oliveira.

A greve de Contagem, MG, foi a primeira e, sem dúvida, pegou de surpresa a ditadura militar. Foi deflagrada no dia 16 de abril de 1968 pelos metalúrgicos da Siderúrgica Belgo-Mineira. Esses trabalhadores foram acompanhados pelos trabalhadores de outras empresas como a Mannesmann, Mafersa, RCA Victor, Acesita e tantas mais.

A liderança que conduziu a greve com muito sucesso e que, até hoje, quase nunca é lembrada foi ela, a Conceição de Oliveira.

Na época, ela conseguiu fugir sem ser presa. Prenderam-na no ano seguinte.

Ela foi presa grávida. A repressão não se esqueceu da Conceição, secretária do Sindicato de Metalúrgicos a que o ministro Passarinho (coronel do Exército Jarbas Passarinho que era, então, Ministro do Trabalho) queria encontrar na época da mobilização da massa operária. Presa grávida, foi submetida a um aborto criminoso em uma sala comum do DOPS de Belo Horizonte, MG, na presença dos demais presos políticos e dos policiais. [...] para assistir [...] à cirurgia, praticada sem anestesia, sem nenhum cuidado higiênico e inclusive sem os instrumentos cirúrgicos necessários para uma operação. Quando, impotente, a vítima gritava, os torturadores faziam um alarido histérico e sádico, gritavam de alegria, diziam palavrões aos indignados espectadores, mantidos sob ameaças de fuzis” (Tribuna da Imprensa, 6 dez.1969)¹.

1 Conforme Kucinski e Tronca (2013), este trecho do depoimento foi transcrito no jornal Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro.

É chocante saber que a notícia veiculada, em jornal vendido nas bancas, talvez por um descuido do censor, não tenha causado quase nenhuma reação por parte dos setores progressistas. É certo que terrorismo de estado, torturava, matava e desaparecia com os corpos, intimidava de modo acachapante qualquer tentativa de romper o silêncio.

Mães e crianças viveram momentos de terror nos DOI-Codis. O depoimento de Hecilda Fontelles Veiga, presa em Brasília no dia 6 de outubro de 1971, por pertencer a um grupo opositor, AP – Ação Popular, nos mostra o quanto sofreram ela e seu filho que nasceu alguns meses depois.

Quando fui presa, minha barriga de cinco meses de gravidez já estava bem visível. Logo comecei a ouvir, sob socos e pontapés: “Filho dessa raça não deve nascer” (Veiga, s.d.)²

Dinalva Teixeira, mulher negra, geóloga, baiana, foi a única guerrilheira do Araguaia que chegou a ocupar o cargo de vice-comandante do Movimento Guerrilheiro.

O Exército e as demais Forças armadas investiram impetuosamente contra ela, pois estariam muito desmoralizados se a deixassem viva na selva.

O nome de Dinalva era um dos poucos não riscados na folha pregada na parede da Casa Azul (campo de concentração na selva amazônica). Era a “peça” que faltava para o Exército considerar extinta a guerrilha. Com a mulher que virava borboleta, pomba e cupim livre na mata, a vitória da repressão jamais seria assimilada pelos caboclos nos barrancos dos rios, garimpos e povoados, acreditavam os militares (NOSSA, 2012, p.209)

2 Disponível no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014.

Quem iria acreditar na potência do exército que passou anos na selva a procura da guerrilheira, que no caso, era uma mulher miúda, magra e grávida, com vestes rasgadas, desprotegidas dos mosquitos e das muitas intempéries? Dinalva, a nossa Dina, teve que morrer, ser assassinada depois de ter sido obrigada a cavar um buraco que serviria para ocultar seu próprio corpo para que os militares pudessem posar de “heróis e salvadores da pátria”, “os temidos invencíveis” e, mesmo assim, se mantiveram e se mantém impunes até os dias atuais.

Onde estaria a criança da Dina? Teria nascido? Teria sido entregue a algum orfanato da região? Não se sabe.

A Guerrilha do Araguaia foi o movimento rural que, provavelmente, mais teve mulheres. A maioria delas era originária dos centros urbanos. Elas tiveram o desprendimento de enfrentarem as condições hostis da selva para alfabetizar e cuidar daqueles povos abandonados pelo estado, ao mesmo tempo, que participavam da guerrilha.

Todas elas são marcas da memória, desbravaram a política misógina que se recusava a admitir mulheres nos espaços de decisão e de mando na guerrilha. Além da Dinalva Teixeira, a vice-comandante, são elas:

Maria Lúcia Petit da Silva, professora primária, 22 anos; Helenira Rezende de Souza Nazareth (Preta, Fátima), negra, tinha 28 anos, foi vice-presidenta da UNE – União Nacional de Estudantes. Era uma das poucas mulheres daqueles tempos sombrios, que pegava um microfone e fazia discurso nas ruas e assembleias estudantis.

Lúcia Maria de Souza (Sônia), 29 anos, negra, estudava medicina. No Araguaia, se destacou como parteira.

Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia), 27 anos, estudante de geografia.

Jana Moroni Barroso, 26 anos, alfabetizava as crianças no Araguaia. Suas últimas palavras teriam sido essas: “Meu lugar

é aqui na luta contra a ditadura fascista[...] No futuro, não se esqueçam de contar nossa história!”

Maria Célia Corrêa (Rosinha), era de cor muito branca, foi bancária na cidade. No Araguaia, tornou-se uma trabalhadora rural. Tinha 29 anos de idade.

Dinaelza Soares Santana Coqueiro tinha 25 anos quando foi capturada pelos militares. Estudava geografia em Salvador, BA, quando foi para o Araguaia.

Aurea Eliza Pereira Valadão (Elisa), tinha 24 anos quando foi capturada pelos militares. Há rumores de que ela teria um bebê no colo quando foi executada. Teriam fuzilado o bebê?

Luisa Augusta Garlippe (Tuca) era enfermeira e tinha 32 anos de idade.

Suely Yumiko Kanayama (Chica) era estudante da USP quando foi para o Araguaia. Estava com 26 anos.

Walkiria Afonso Costa, 27 anos, era dedicada à educação e à música.

Não temos ainda condições de estimar quantas mulheres, quantas militantes grávidas ou mães foram capturadas, torturadas, esturpadas nos centros de tortura e extermínio durante a ditadura militar.

Não sabemos quantas crianças, filhas de guerrilheiras e guerrilheiros nasceram em cativeiros, foram sequestradas, ou levadas para orfanatos ou para adoção.

O sistema repressivo da ditadura serviu de “laboratório” de experiências de torturas e extermínio, inclusive de sequestro de bebês, que, foram aperfeiçoados nos países do Cone Sul.

As mulheres foram censuradas, proibidas de manifestar suas opiniões, desejos e reivindicações, sob o pretexto de que isso poderia levar a destruição da família, da moral e dos bons costumes.

A população brasileira, submetida ao racismo estrutural, era criminalmente proibida de denunciar o racismo sob pena de ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Os anúncios nos jornais censurados faziam um apelo: “Precisa-se de funcionária com boa aparência”, e assim excluía do mercado de trabalho, as negras, as indígenas e as pobres.

A Lei de Segurança Nacional de 29 de setembro de 1969, truculenta, autoritária e repressiva combatia a subversão e defendia a ordem ditatorial fascista. Considerava crime qualquer manifestação antirracista, entendida, então, como ato de incitamento à guerra, à subversão e à divisão da população.

O “negacionismo” do racismo foi reforçado na ditadura, a qual por sua vez, se empenhou em propagandear como ideologia oficial, a farsa de que no Brasil, havia uma “democracia racial”. Boa parte da sociedade aceitou esta mentira, consolidando de forma perversa o racismo.

Houve a ditadura racista, houve a ditadura de gênero, houve a ditadura que levou à miséria econômica, social, política e moral. Houve a LGBTfobia com prisões, torturas e extermínio de pessoas que não se encaixavam na “heteronormatividade compulsória”. Tais práticas de violações de direitos humanos não foram erradicadas e, permanecem ainda no cotidiano de nossas vidas, mesmo com novas leis que punem o racismo, o sexismo e as LGBTfobias.

Prostitutas e travestis tiveram suas vidas ameaçadas ou mesmo ceifadas pela repressão política.

Safira Bengell, travesti, cujo nome de batismo é João Alberto Souza, entrevistada pelo jornalista Evandro Éboli³ denunciou as perseguições e maus tratos sofridos durante a ditadura militar, o que teria afetado sua integridade física e mental.

3 Jornal “O Globo”, de 21 set. 2013.

Fui presa várias vezes e me jogavam água gelada somente pelo fato de eu me vestir de mulher. Quando estávamos na cela, muitas se cortavam com giletes para serem soltas. [...] Tínhamos que fazer sexo com os carcereiros e policiais para recebermos um pouco de água (Bengell, 2013).

Na mesma entrevista citada acima, Lourdes Barreto, com 71 anos de idade, 53 anos de prostituição e presidenta do Grupo de Mulheres Prostitutas do Pará, confirma a violência da repressão e as investidas contra as prostitutas.

Em 1971, a zona do meretrício, com cerca de duas mil prostitutas, foi fechada pelos militares. O local foi invadido e lacrado por agentes da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Federal (Barreto, 2013).

Lourdes afirmou que as prostitutas foram alvo das mais diversas barbaridades cometidas pelos militares e agentes públicos, como seqüestros, prisões, torturas e até assassinatos.

A ditadura criou condições para que houvesse esterilização em massa de mulheres pretas, pobres e periféricas. Os militares não falavam do assunto, mas abriram as portas para que agências estrangeiras de “planejamento familiar”, que nada mais eram que agências de “controle da natalidade”. Manteve as desigualdades de gênero, por meio de políticas misóginas e reforçou a política do esquecimento, do apagamento da memória.

Sem a devida apuração desses crimes cometidos por responsabilidade do estado, as violações de direitos humanos permanecem e é mantido o desprezo pelos valores e princípios democráticos. O que possibilita tentativas de golpe como as que ocorreram recentemente, tendo seu ápice no dia 8 de janeiro de 2023, com a invasão e destruição de física de equipamentos e objetos dos prédios onde funcionam os três Poderes da República, do executivo, legislativo e judiciário.

Passados 60 anos do golpe de 1964, as feridas não cicatrizaram e são reabertas diariamente.

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans. O feminicídio e o estupro são crimes em ascensão. Mais de 20 mil crianças, entre 10 e 14 anos, se tornam mães no Brasil.

Os Yanomamis, nossos povos originários, se tornam frágeis, debilitados em consequência da invasão do garimpo ilegal, da destruição da floresta e da água contaminada pelo uso criminoso do mercúrio para extração dos minérios. As meninas Yanomamis são estupradas e mortas. O povo Yanomami morre de desnutrição, de malária entre outras doenças.

A Ministra dos Povos Indígenas e também indígena, Sônia Guajajara, recentemente declarou que a situação dos Yanomamis é extremamente grave:

Não é só falar que [a crise] não se resolveu em 2023. De fato, não se revolveu. E provavelmente não se resolverá em 2024., considerando a situação complexa que temos. Mas pegamos o território nessa situação. Achamos que era só uma crise sanitária, mas tinha toda essa questão do garimpo impregnado (Guajajara, 2024).

Esta declaração foi dada em 16 de janeiro de 2024, em transmissão no *Instagram* com o Secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Webe Tapeba e publicada no *site Poder 360*.

Resistência, Marcas, Memórias são substantivos femininos e feministas. Carregamos em nossos corpos (ou serão nossas corpos?) as Marcas das Memórias, inscritas com sangue e lágrimas. Novas práticas performativas são expressas nos atos de protesto contra o patriarcado e suas manifestações ditatoriais.

Marcas das Memórias correm e passeiam pelas ruas, nas marchas feministas de mulheres que gritam: “Nossos corpos nos pertencem”

cem”, “O pessoal é político”, nas marchas das mulheres negras e indígenas, que manifestam sua dor e indignação: “Nem cárcere, nem tiro, corpos negros vivos! Mulheres Negras e Indígenas! Por nós, por todas nós, pelo bem viver!”

“Chega de feminicídio, de assédio e espancamentos!” “Mulher não é só bunda e peito!”

Nossa história vem de longe, e vamos falar dela até que todas vivam em segurança e em condições dignas. Nossas cicatrizes fazem parte da nossa história. As feridas ainda não se fecharam. Serão, um dia, apenas cicatrizes e não continuarão a sangrar em nossos corpos e territórios? Esperamos que sim. Um dia serão apenas Marcas da Memória e as novas gerações saberão acolhê-las e tê-las como troféu da luta por justiça social, por vidas dignas, com moradia, trabalho, igualdade, liberdade e justiça!

Referências

BANDEIRA, Guilherme, Ministra cita dificuldade e diz que crise Yanomani não acabará em 2024. **Poder 360**, [S.l.], 16 jan. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/guajajara-cita-dificuldade-e-diz-que-crise-yanomami-seguira-em-2024/>. Acesso em mar. 2024.

CARVALHO, Cláudia Paiva (org.). **Crimes Sexuais e Justiça de Transição na América Latina** – Judicialização e Arquivos. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2016.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA (org.). **Infância roubada**. São Paulo: CVESP, 2014.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”, Relatório. São Paulo: CVESP, 2015.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; TELES, Janaína (org.). **Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014.

KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. **Pau de Arara**: a violência militar no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

NOSSA, Leonêncio. **Mata!** O major Curió e as guerrilheiras do Araguaia. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

PASQUIM. **Relatório das torturas de Inês Etienne**. n. 607, ano XII, p. 4-6, 12 a 18 de janeiro de 1981.

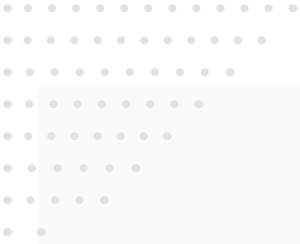
PIMENTEL, Silvia; PEREIRA, Beatriz; MELO, Mônica de (org.). **Estupro**: perspectiva de gênero, interseccionalidade e interdisciplinaridade. São Paulo: Lummen Juris Direito, 2018.

SAFFIOT, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes. 1969.

TELES, Edson; QUINALHA, Renan (org.) Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil e Outros Ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à Imprensa Feminista**. A construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.




DA DEMANDA POR ANISTIA À ANISTIA NUNCA MAIS: MOVIMENTOS DOS SUJEITOS PELA ESPESSURA DA LINGUAGEM

Freda Indursky
UFRGS

Primeiras palavras

Após os acontecimentos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, surgiram campanhas e movimentos que clamam por interpretação. O que a campanha *#semanistia* evoca? O que o abaixo-assinado *Anistia nunca mais*, lançado pelo Manifesto Coletivo, recusa? O que subjaz a adesões individuais como *Anistia não* ou, ainda, *Não à anistia*, que alguns perfis do *WhatsApp* estampam? Que efeitos de sentido esses sujeitos, na contemporaneidade, evocam e o que repudiam, já que todos vêm formulados negativamente?

Em trabalho anterior (Indursky, 2013), analisei a Lei de Anistia e seus efeitos de sentido na conjuntura histórica de sua promulgação. Hoje, retorno àquela Lei para refletir sobre o modo como seus efeitos de sentido repercutem na atualidade. Tomo esses enunciados, hoje em circulação, como uma rede de formulações discursivas que faz ressoar *marcas de uma memória* que produz um novo processo de significação.



Essas vozes, ao evocarem sentidos produzidos a partir da Lei da Anistia, promulgada em 1979, pelo último ditador, o General Figueiredo, produzem um duplo efeito de sentido. Por um lado, uma denúncia, cabendo questionar o que denunciavam, decorrendo daí um segundo efeito de sentido que toma a forma de um grito de alerta.

Para refletir sobre essas diferentes temporalidades, ocorridas em conjunturas diferentes, mobilizo uma reflexão de Benjamin, extraída de seu ensaio intitulado *Sobre o conceito da história*, onde questiona se “não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?” (Benjamin, [1940]1994, p.223). E, um pouco mais adiante, acrescenta que cabe ao materialista histórico “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, [1940]1994, p.225).

Tomo metodologicamente a noção de *escovar a história a contrapelo* para recuar aos últimos anos da ditadura militar no Brasil, com o propósito de cotejar os efeitos de sentido sobre anistia durante a ditadura com os processos de significação sobre anistia, em nossos dias, para compreender/interpretar a atual campanha de recusa a uma eventual anistia aos envolvidos nos episódios de 8 de janeiro de 2023.

Escovando a história a contrapelo

Durante os anos de chumbo, aqueles que se opunham à ditadura envolveram-se em diferentes formas de resistência. Em resposta, as forças de repressão da ditadura prenderam, torturaram e assassinaram muitos dos insurgentes. E, para não deixar vestígios de seus crimes, inúmeros desses corpos seviciados foram desaparecidos.

Em meados dos anos 70, surgiram diferentes movimentos na sociedade civil em prol da anistia aos presos políticos e aos exilados. Essa luta se travou dentro e fora do Brasil, consagrando-se pela demanda de uma “*Anistia ampla, geral e irrestrita*” em contraponto à proposta de uma “*Distensão lenta, gradual e segura*”, proposta pelo ditador de plantão, General Geisel. O movimento ganhou o apoio de entidades como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ABI (Associação

Brasileira de Imprensa) e CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil). Após muita luta, muitos abaixo-assinados e manifestações, Figueiredo, que sucedeu a Geisel em 1979, viu-se pressionado a conceder a anistia que, em suas palavras, foi “tão ampla quanto possível”. E, ao encaminhar o PL de Anistia ao Congresso, afirmou ser “*A anistia um ato unilateral de poder*” (Figueiredo, 27 jun. 1979), deixando claro que esse projeto não seria discutido com a sociedade civil.

Neste passo, entretanto, é preciso fazer duas ressalvas. Em primeiro lugar, o movimento pró-anistia, na década de 70, foi uma *bandeira de luta da sociedade civil*, da qual a ditadura se apropriou e, nesse movimento de apropriação, apagou a história de lutas da resistência. Por conseguinte, a Lei de Anistia não pode ser entendida como uma benesse unilateral da ditadura, em que pese a falta de diálogo por parte do ditador. Essa Lei só foi promulgada porque houve pressão, denúncia e resistência por parte dos opositores. Em segundo lugar, a Lei de Anistia, por ter sido elaborada sem ouvir a sociedade, comporta inúmeras distorções. Por conseguinte, é preciso atravessar a espessura da linguagem com que essa lei foi tecida para observar os efeitos de sentido que a Lei de Anistia assinada por Figueiredo produziu e ainda produz.

Em função da opacidade constitutiva dessa Lei, vou analisar seu Art. 1º e seus dois parágrafos. Vejamos inicialmente a formulação do *caput* desse artigo:

Art.1º—É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em atos institucionais e complementares (Brasil, 1979, grifos meus).

Considerando globalmente sua formulação, é possível questionar inicialmente por que os efeitos dessa lei recuam até 1961 e, ainda mais intrigante, o que seriam esses *crimes conexos aos crimes políticos*. É preciso, pois, ver mais de perto essa formulação. Para tanto, vou recortar desse *caput* algumas sequências discursivas (SDs) para fazer algumas análises e, desse modo, desenvolver minha reflexão.

SD1—*Período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.*

Ao recuarem a 1961, ano em que João Goulart assumiu a Presidência da República, os legisladores tentaram produzir o efeito de sentido de que a Anistia concedida era “ampla”. Mas qual o sentido dessa amplitude? Através dessa datação, houve um *deslizamento de sentidos* que conduziu de uma *amplitude que abrangesse todos os que se opuseram à ditadura* para uma *amplitude temporal*, contemplando casos que ocorreram antes do golpe militar. Assim, desde o início desse artigo, os sentidos encontram-se em deriva, processo que ganha intensidade no recorte seguinte.

SD2—*É concedida anistia a todos quantos [...] cometeram crimes políticos ou conexos com estes.*

A formulação dessa SD2 continua trabalhando discursivamente a produção do *efeito de amplitude*, simulando uma resposta à demanda de uma anistia *ampla, geral e irrestrita*. Esse “trabalho do sentido sobre o sentido”, como o entente Pêcheux ([1988] 1990a, p.51), se fez através do funcionamento da ambiguidade linguística, a qual sustenta o equívoco discursivo dela decorrente. Essa ambiguidade é inerente ao pronome indefinido *todos*. A própria classificação desse pronome – *indefinido*—já deixa claro que a extensão de *todos* é indefinida; *todos* não implica uma totalidade universal.

O legislador jogou com o que Gadet e Pêcheux (2004, p. 64) entendem ser o equívoco, “o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”. Vale dizer, o ponto em que o real da língua se une ao real da história, daí decorrendo o equívoco discursivo que sustenta a contradição dessa formulação. Trata-se, como adverte Pêcheux, de uma “estratégia da diferença sob a unidade formal” da língua que “culmina no discurso do Direito” (Pêcheux, [1982] 1990b, p.11). E é exatamente esse efeito de sentido de *unidade formal* decorrente de *todos* que deteve minha atenção inicialmente.

O equívoco discursivo que se inscreve na formulação de SD2, no entanto, ultrapassa *todos*, estendendo-se ao sintagma *crimes políticos ou conexos a estes*. O que poderiam ser esses *crimes conexos aos crimes políticos*?

Seria plausível esperar que o § 1º deste artigo esclarecesse essa questão. No entanto, esse não é o caso e essa vaguidade semântica segue seu curso, como é possível observar, a seguir, na SD3.

SD3 – (§ 1º)–Consideram-se *conexos*, para efeito deste artigo, *os crimes de qualquer natureza relacionados com os crimes políticos ou praticados por motivação política*.

A função de um parágrafo, em texto legal, é a de esclarecer o que o artigo dispõe; no caso em tela, o que sejam *crimes conexos*. Observando sua formulação, percebe-se que são descritos como *crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política*. Ou seja: essa descrição—*crimes de qualquer natureza praticados por motivação política* – é tautológica e, por conseguinte, continua genérica e vaga. Em função disso, poder-se-ia entender que tais crimes conexos estavam sendo imputados aos que resistiram à ditadura. Mas a pergunta que cabe nesse passo é: será mesmo a eles que o texto legal refere?

Frente a essa falta de clareza, cabe observar melhor essa SD3, pois sua formulação se apresenta descrita, mas permanece discursivamente indeterminada, já que não explicita o que possam ser os tais *crimes conexos de qualquer natureza* praticados por “motivação política”. Esse é o ponto em que a língua instaura a indeterminação discursiva dos sentidos, atingindo o real da língua, tornando-se imperativa a interpretação do “trabalho dos sentidos sobre os sentidos” que instaura nesse parágrafo um “jogo de diferenças, alterações, contradições” (Pêcheux, [1988] 1990a, p.51). A essa relação, acrescento o jogo entre visibilidade linguística x invisibilidade semântica. Vejamos como foi construído o funcionamento discursivo dessa sequência.

Na SD3, é produzida uma torção discursiva que abre espaço para o engodo legal, pois os tais “*crimes conexos*” que o parágrafo 1º deveria especificar, não só não especifica, como obscurece o que sejam e, sobretudo, apaga quem os praticou, indeterminando discursivamente sua formulação e deixando essas tipificações ocultas em uma dobra-dura semântica do texto legal. Essa torção discursiva, introduzida pelo sintagma *crimes conexos de qualquer natureza*, produziu uma dupla indeterminação discursiva – a da natureza de tais crimes e a referência a quem os cometeu. Essa dupla opacificação sustenta a torção discursiva: houve um deslizamento dos resistentes e seus crimes políticos aos agentes da repressão e seus crimes de tortura e morte sem nunca terem sido nomeados, nem seus crimes serem especificados. De modo que os torturadores foram anistiados com base na manipulação semântica da língua jurídica.

Não esqueçamos das palavras de Figueiredo: “A anistia será suficientemente ampla” (Figueiredo, 1979). E, de fato foi, pois crimes como *tortura, estupro, assassinato, desaparecimento de corpos* foram introduzidos sub-repticiamente e sem nomeação à relação de crimes atribuídos aos que resistiram à ditadura através de “*conexos*”. Essa é a natureza dessa torção discursiva: reunir crimes políticos e crimes contra a humanidade no mesmo parágrafo, tornando-os equivalen-

tes. Decorre dessa torção discursiva o efeito de sentido de que crimes contra a humanidade equiparam-se juridicamente a crimes políticos, já que foram praticados por motivação política. Eis aí o real da língua afetando o real da história.

Trago, a seguir, um último recorte. Trata-se do § 2 desse Art. 1º, sinalizado, a seguir, como SD4.

SD4 – (§ 2) – Exceuem-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Chama a atenção nessa SD4 a *súbita clareza de linguagem* com que foi formulada. Toda opacidade que se faz presente nas três sequências discursivas anteriores repentinamente se dissipa e sua formulação ganha *clareza cristalina para apontar quem não seria anistiado*.

Então, à luz de SD4, retomo a reflexão sobre torção discursiva iniciada mais acima, a partir de *crimes conexos*, porém, englobando agora tanto os *crimes conexos* quanto o pronome indefinido *todos*. Essa torção se dá no ponto preciso em que *o real da língua* atinge *o real da história* através do pronome indefinido *todos* que ganhou nessa tecitura legal uma *amplitude* insuspeitável, por um lado, e inaceitável, por outro. Essa amplitude introduz o impossível de simbolizar que, no entanto, é apreendido pelo viés da contradição que produz: enquanto nem todos os insurgentes puderam ser contemplados pela Lei de Anistia, como pode-se ver na SD4, os agentes da repressão dela se beneficiaram pelo viés dos *crimes conexos* (SD3). Esse impossível de dizer/dizendo afeta *o real da história*, produzindo profundas contradições.

Pelo viés dessa torção discursiva, *torturadores e assassinos* tornaram-se vítimas dos torturados. Essas formulações, mergulhadas no equívoco discursivo, produziram um manto espesso e obscu-

ro que possibilitou à Lei de Anistia produzir outra torção discursiva, plena de novas contradições: a Lei de Anistia passou de *instrumento de pacificação a instrumento de impunidade*. Vale dizer: se crimes políticos não tivessem sido praticados não teria havido torturas e mortes. Assim, os que cometeram crimes políticos foram os únicos responsáveis pelas torturas que sofreram. Esse é o *efeito de sentido perverso* que essa torção discursiva introduziu na Lei de Anistia através do sintagma *crimes conexos*. Como alerta Pêcheux, “*a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social [...]*” (Pêcheux, [1982] 1990b, p. 11, grifos meus).

Ao longo das análises que trouxe aqui, vimos a linguagem jurídica em pleno funcionamento ideológico, produzindo torções discursivas que sustentaram divisões contraditórias na distribuição dos direitos que a Lei de Anistia concedeu. Embora saibamos que o real é o impossível de ser simbolizado, Pêcheux nos alerta que “*a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra*” (Pêcheux, [1988] 1990a, p.29, grifos meus).

Como procurei analisar, é possível dar de encontro com o *real*, praticando uma “*leitura sintomática*” (Pêcheux, [1988] 1990a, p.44)¹, através da qual é possível “fazer trabalhar o *real da história* como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído” (Gadet; Pêcheux, 2004, p.52), seja pelo viés de funcionamentos linguísticos como a ambiguidade, seja através de funcionamentos como torções discursivas que manipulam as referências, inscrevendo no real da língua os equívocos discursivos e as contradições de um determinado discurso, como este aqui em análise.

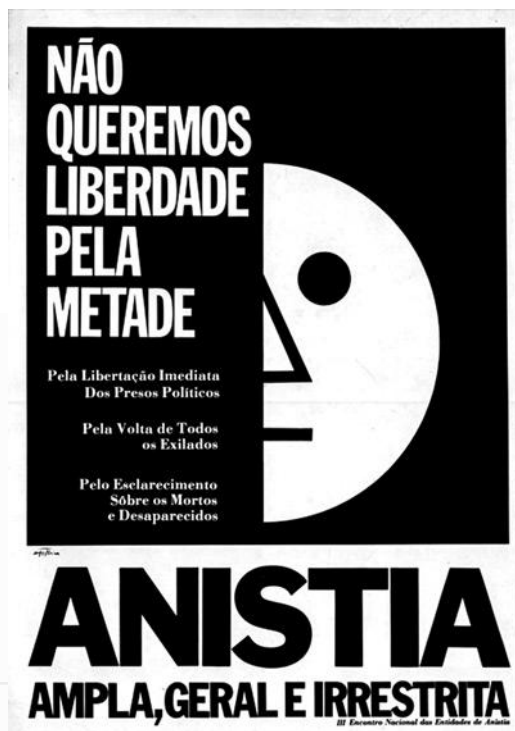
Cabe ainda um questionamento: essas distorções e contradições foram percebidas à época?

1 Pêcheux traz em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (Pêcheux, [1988] 1990a, p.44) a noção de *leitura sintomática*, formulada por Althusser em *Ler o capital*.

Algumas delas foram discutidas por deputados da então oposição consentida, o MDB, mas eles não conseguiram reverter as contradições do texto legal. Diria que a aceitação daquelas terríveis contradições foram o preço pago para que muitos fossem anistiados.

Movimentos pró-anistia também protestaram, como pode-se perceber por um dos cartazes que circularam e sobre o qual passo a me deter, a seguir.

Figura 1: Cartaz do Movimento Feminino pela Anistia, do Núcleo de Arquitetos pela Anistia.



Fonte: Arquivo Armazém Memória, 1979².

2 Esse cartaz marca a participação do Movimento Feminino pela Anistia na Caravana da Anistia, II Encontro das Entidades de Anistia, em 1979. Disponível em: <https://armazem-memoria.com.br>. Acesso em: ago. 2023.

Vou tomar as demandas formuladas nesse cartaz e com elas fazer duas diferentes montagens discursivas: na SD5, encontra-se o primeiro enunciado que dá título ao cartaz e os dois enunciados seguintes; e na SD6, o último enunciado.

SD5 – Não queremos liberdade pela metade

Pela libertação imediata dos presos políticos

Pela volta de todos os exilados

SD6–Pelo esclarecimento sobre os mortos e desaparecidos.

Examinando a SD5, percebe-se que o movimento pró-anistia retomou sua pauta de reivindicações, atualizando-a à luz do artigo 1º da Lei de Anistia e de seu parágrafo § 2. Esses enunciados discursivos contestam as exclusões feitas e denunciam que a anistia concedida não foi *ampla, geral e irrestrita*.

Já a SD6 traz uma nova demanda, indicando que os Movimentos pela Anistia estavam cientes das mortes ocorridas nos porões da ditadura.

Chama a atenção, contudo, que nenhum desses enunciados faz referência aos “*crimes conexos*”. Em função disso, levanto duas hipóteses a respeito desse silêncio: as torções discursivas teriam passado despercebidas? Ou naquele momento importava com urgência liberar os presos políticos e deixar para mais tarde a revisão da Lei, no que concerne aos ditos “*crimes conexos*”?

Pesquisei vestígios desse silêncio em torno dos crimes conexos e localizei no sítio *Armazém Memória* o cartaz que segue.

Figura 2: Juventude Revolução



Fonte: Arquivo Armazém Memória³.

Esse segundo cartaz é assinado pelo Movimento Juventude Revolução e não está datado. No entanto, ao examinar o rodapé desse cartaz, percebe-se a palavra *Facebook*, o que indica tratar-se de um movimento mais recente, provavelmente contemporâneo à Comissão Nacional da Verdade.

Nesse cartaz há um enunciado que desejo comparar/contrastar com o enunciado que constitui a SD6. Para tanto, produzi mais uma montagem discursiva, que segue como SD7, na qual reuni o enunciado discursivo da nova demanda do Movimento Feminino pela Anistia, de 1979, e a demanda do Movimento Juventude Revolução.

SD7 – Pelo esclarecimento sobre os mortos e desaparecidos

Pela punição dos crimes da ditadura

O exame da SD7 deixa claro que ambos os movimentos contestaram os tais *crimes conexos*, mas o fizeram sem nunca nomeá-

³ Disponível em: <https://armazemmemoria.com.br>. Acesso em: ago. 2023.

-los enquanto *crimes conexos*. Em um *gesto político de resistência*, recusaram-se a repetir o *equivoco discursivo* inscrito no texto legal. Em seu lugar, o reescreveram, como pode-se observar na SD7, seja como um *pedido de esclarecimento*, seja como *demanda de punição*.

Por outro lado, comparando as duas formulações reunidas em SD7, percebe-se que elas indicam posições-sujeito diferentes, porque formuladas em conjunturas diversas. Enquanto o *movimento pró-anistia* solicitava *esclarecimento sobre os mortos e desaparecidos*, deixando claro que tinham conhecimento dos assassinatos, o movimento Juventude Revolução pede a *punição* dos crimes da ditadura.

Essa segunda reescrita faz toda a diferença, pois sabem o que ocorreu e exigem diretamente a *punição dos criminosos*. Esse segundo enunciado constitui-se em uma palavra de ordem. Esse é o ponto nodal em que a língua desfaz a torção discursiva inscrita na letra da lei. Vimos como essa torção discursiva foi construída pelo legislador e, agora, como a resistência a desconstruiu, recusando-se a repetir aquele equivoco discursivo.

A Anistia pós-ditadura: efeitos de sentidos

Nos anos que se sucederam à ditadura, ocorreram várias tentativas de revisar a Lei de Anistia e todas fracassaram, pois sempre esbarraram na resistência de algum membro do STF, e sempre com a mesma justificativa: a anistia foi perdão para todos e visou a pacificação de todos os envolvidos. Assim procedendo, o STF, à época, blindou as FFAA. E, no vácuo de uma transição jurídica que não se realizou, foi se instituindo uma *política estatal de esquecimento*, a qual produziu um outro tipo de impunidade: não existe nenhuma Lei que coíba e criminalize elogios à tortura e homenagem a torturadores, da mesma forma que abriu espaço para a denegação dos crimes da ditadura, hoje em curso no país.

De tudo quanto precede, considero que a não-responsabilização das FFAA pelos crimes cometidos nos porões da ditadura abriu o ca-

minho às diversas intencões de golpe realizadas ao longo dos quatro anos do governo anterior e que culminaram na tentativa de golpe, em 8 de janeiro de 2023. E a campanha atual contra a anistia apresenta-se como um *gesto político de resistência*, produzido para romper com o efeito de impunidade e de silêncio que a política estatal do esquecimento instaurou no Brasil.

Movimentos como o Marcas da Memória são essenciais para que a *desmemória* (Indursky, 2016) não seja produzida. Para romper com a *política estatal do esquecimento*, impõe-se um movimento inverso, revestido da força de uma *intervenção política* que instaure uma *permanente Política da Memória*.

Hoje, a sociedade civil não clama mais por anistia. Ao contrário. Hoje, essas vozes ressoam como um mantra: *Sem anistia, Não à Anistia, Anistia não, Anistia nunca mais*. E seu efeito de sentido é um grito de alerta: cuidado com esses rumores sobre uma possível anistia. Anistia é uma “armadilha” que protege os que sonham com a volta da ditadura militar e seu AI5, de má memória. Esses gritos denunciavam um efeito-cicatriz marcando corpos e mentes das vítimas da ditadura. E que uma parcela do corpo social também carrega. Marcas da Memória.

Suspendendo a reflexão

Para entender esse movimento dos sujeitos pelos sentidos de anistia, em nossos dias, precisamos entender que *há dois processos de significação em delimitação recíproca em circulação*. Por um lado, há um regime de repetibilidade que se sustenta no deslizamento que conduz de *pacificação à impunidade*. Mas *pacificação*, em nossos dias, além de fazer ressoar impunidade, produz o efeito de sentido de manutenção dos mesmos pressupostos ideológicos que conduzem ao continuísmo dos privilégios das classes dominantes de direita/extrema direita. Sobretudo quando é sabido que o General Mourão, vice-presidente do governo anterior, encaminhou, através do PL 5064,

a proposta para anistiar os acusados e condenados em razão das “manifestações” ocorridas em Brasília, na “Praça” dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023⁴.

Nessas considerações finais, não é hora de iniciar a uma nova análise seja da fala de Mourão, seja da fala do ex-presidente, que cito na nota 3. Limito-me a destacar do PL de Mourão os termos “manifestações” e “Praça”, e da manifestação do ex-presidente “passar uma borracha”, “pacificação” “pobres coitados” e “já anistiamos no passado quem fez barbaridade no Brasil”, como sugestão para uma leitura sintomática com vistas a observar como o real da língua afeta o real da história, expondo a contradição que não cessa de se inscrever, facultando que “trocemos”, que “trobemos” com o real. Tentativas como o PL 5064 só reforçam o repúdio à campanha contra a anistia, hoje em curso entre nós.

Por outro lado, está em circulação um outro processo de significação, impulsionado por um sujeito que, ao gritar *anistia não*, busca romper esse “processo virtuoso de repetição” para que haja apuração dos fatos ocorridos não só em 8 de janeiro de 2023, mas durante os quatro anos do desgoverno anterior, com julgamento e punição de todas suas tentativas de golpe e autogolpe, assim como os atos criminosos praticados durante a pandemia. Clamam igualmente por justiça as mortes que ocorreram durante a ditadura e que foram encobertas pela anistia aos ditos “crimes conexos”.

4 Enquanto finalizava a revisão deste artigo, ocorreu, em São Paulo, uma “manifestação-comício” convocada por Bolsonaro, em 25 de fevereiro de 2024, na qual o ex-presidente pediu anistia aos presos e condenados pela tentativa de golpe, nos seguintes termos: “O que eu busco é a *pacificação*, é *passar uma borracha no passado*. É buscar uma maneira de vivermos em paz, não continuarmos sobressaltados. É, por parte do parlamento brasileiro, uma *anistia para os pobres coitados que estão presos em Brasília*. Não queremos mais que seus filhos sejam órfãos de pais vivos [...] Nós já anistiamos no passado quem fez barbaridade no Brasil”. Matéria assinada por Igor Carvalho – *Bolsonaro pede ‘borracha no passado’ e anistia para golpistas de 8 de janeiro*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/25/bolsonaro-pede-borracha-no-passado-e-anistia-para-golpistas-de-8-de-janeiro>. Acesso em: 26 fev.2024.

À medida que se pratica uma *escuta discursiva* e a consequente *leitura sintomática* desse movimento contra a anistia, percebe-se que ele se desdobra em muitas camadas de significação, deixando entrever que diferentes tomadas de posição estão em curso.

Trata-se de dois processos discursivos inscritos em campos ideológicos antagônicos. Por um lado, uma série histórica apreendida em sua dispersão temporal: nela encontra-se a marca da impunidade, a qual produz sequelas que vão muito além do perdão aos crimes da ditadura, pois visa controlar os sentidos que circulam e os que irão se inscrever na memória histórica. E, por outro, uma nova série histórica encontra-se em formação. Nesse processo discursivo de recusa à anistia percebe-se a produção de um deslizamento de sentidos que se faz no movimento entre o retorno da memória e sua reorganização, sentidos que a memória social recupera para deles se afastar. Esses movimentos rompem com a rede de formulações já sedimentada e inauguram uma nova rede de formulações: *anistia não, não à anistia, anistia nunca mais*.

Essa nova rede se constitui em um acontecimento discursivo que vai se desdobrando e desenhando uma *política da memória* em contraposição à *política estatal do esquecimento*. Esse confronto de processos discursivos representa, no meu entendimento, uma das formas que a luta de classes assumiu em nossa atualidade. O grito de *Anistia nunca mais* é um clamor por Justiça: que a Justiça, ainda que tardia, por fim se faça!

Referências

BENJAMIN, Walter (1940). Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaio sobre literatura e história da cultura. (org.). 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.222-232. (Obras escolhidas: v.1)

BRASIL, **Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia

para Assuntos Jurídicos, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm Acesso em: ago. 2023.

FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira. **Discurso ao assinar mensagem sobre a anistia**. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 27 jun. 1979. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1979/14.pdf/@@download/file/14.pdf>. Acesso em : ago. 2023.

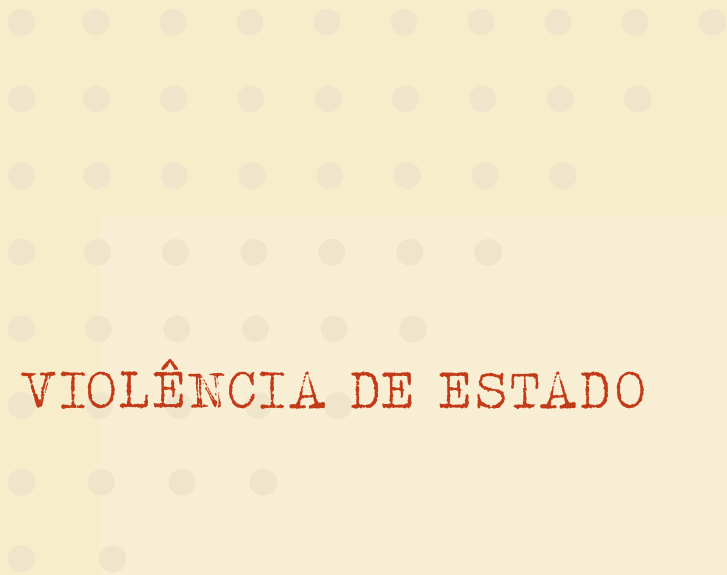
GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel (1981). **A língua inatingível**. O discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

INDURSKY, Freda. As outras vozes e as feridas ainda abertas (Posfácio). *In*: INDURSKY, Freda. (org.). **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2.ed. rev. ampl. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p.323-342.

INDURSKY, Freda. Práticas da linguagem no jogo entre desmemória e resgate da memória. *In*: KARIM, M. Taisir *et al.* (org.). **Lingua(gem), sujeito e memória**. Campinas: Pontes, 2016. p.19-33.

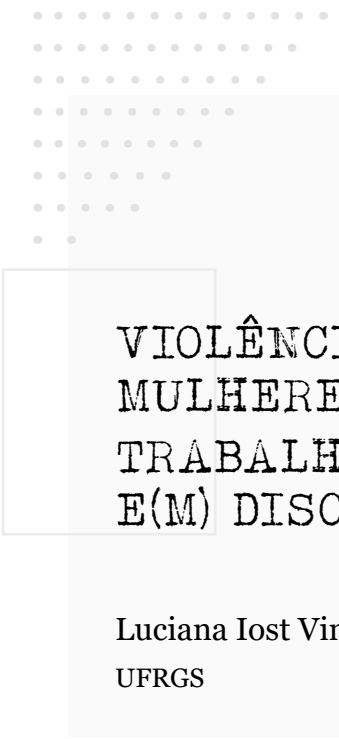
PÊCHEUX, Michel (1988). **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990a.

PÊCHEUX, Michel (1982). Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de estudos linguísticos**, n.19, p. 7-24, 1990b.



VIOLÊNCIA DE ESTADO





VIOLÊNCIA DE ESTADO, MULHERES E PRISÕES: TRABALHO REPRODUTIVO E(M) DISCURSO

Luciana Iost Vinhas
UFRGS

■ Considerações iniciais

Desde minha pesquisa de doutorado¹, venho trabalhando com a análise de dizeres de pessoas em situação de privação de liberdade. Na tese, meu objetivo era observar a relação entre corpo e subjetividade a partir de formulações produzidas por mulheres sobre sua situação de privação de liberdade em entrevistas orais gravadas em uma penitenciária feminina do Rio Grande do Sul. Após a pesquisa do doutorado, comecei o trabalho na extensão, criando um projeto de remição de pena pela prática de leitura no Presídio Regional de Pelotas, sendo que, atualmente, coordeno um projeto² de mesmo objetivo no Instituto Penal Feminino de Porto Alegre. No momento atual,

1 Minha tese de doutorado é intitulada “Discurso, corpo e linguagem: processos de subjetivação no cárcere feminino”, e foi defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2014, sob orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira.

2 O projeto “Palavramundo: educação em contextos de privação de liberdade” é coordenado em parceria com a Profa. Dra. Ana Cláudia Godinho, da Faculdade de Educação (UFRGS).

a pesquisa que desenvolvo, entre UFRGS e Unicamp³, trata do trabalho reprodutivo realizado por mulheres e o processo de aprisionamento, tendo a Teoria da Reprodução Social (TRS) como articulação teórica. Este texto⁴ apresenta um recorte inicial da pesquisa desenvolvida neste projeto.

A questão penitenciária vem sendo objeto de diferentes debates em nossa formação social, o que mostra a urgência de novas iniciativas investigativas serem desenvolvidas sobre o tema. Podemos citar, nos últimos anos, duas medidas que possuem impactos diretos nessa questão: a flexibilização das parcerias público-privadas na gestão de presídios, integrando o sistema prisional ao Programas de Parcerias de Investimentos (Decreto nº11.498, de 25 de abril de 2023), e a aprovação, pelo Senado, de projeto que extingue o benefício das saídas temporárias de pessoas em situação de privação (PL 2.253/2022). Tanto o processo de privatização dos presídios quanto a proibição das saídas temporárias são medidas que possuem um impacto nos direitos das pessoas presas. O aprisionamento de pessoas, não dissociado de sobredeterminações de gênero, raça e classe, compõe um projeto de Estado que mantém relações de produção de exploração legitimadas pelo trabalho da ideologia jurídica. As formas de repressão do Estado de uma formação social capitalista se enraízam *“na base material das relações de produção capitalistas que são as relações da exploração capitalista e em um sistema de exploração em que a própria produção está subordinada à exploração e, portanto, à produção ampliada do capital”* (Althusser, 2008, p. 57, grifos do autor).

Antes de apresentar o objetivo do texto, trago alguns dados sobre o encarceramento de mulheres no Brasil. De acordo com a Lista

3 O projeto “Sobre a reprodução social: lugares de enunciação e processos de subjetivação na análise de dizeres de/sobre mulheres encarceradas” é supervisionado pela Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana, realizado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Unicamp e no grupo de pesquisa *Mulheres em discurso*.

4 Agradeço a João Pedro Bitelo, estudante da graduação em Letras da UFRGS e membro do grupo de pesquisa OuSaR, pela leitura atenta da primeira versão deste texto.

Mundial de Aprisionamento de Mulheres (Fair; Walmsley, 2023), o Brasil é o país com a terceira maior população de mulheres em prisões. Dados de 2022 mostram que há mais de 42 mil mulheres nesta situação, tanto condenadas quanto provisórias. Conforme o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2019, o Brasil tinha mais de 773 mil pessoas em prisões, das quais 33% ainda não haviam sido condenadas. Do segundo semestre de 2018 até o primeiro semestre de 2019, o número de pessoas presas aumentou em 3,89%.

Entre 2006 e 2014, houve um aumento de 567,4% no aprisionamento de mulheres (Borges, 2019). Isso se atribui à nova política de drogas (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006), a chamada Lei das Drogas, em cujo Artigo 28 não se estabelece uma distinção objetiva entre quem é considerado traficante e quem é considerado usuário. A racialização dos processos de aprisionamento passa por essa determinação, já que a maioria das pessoas presas por tráfico é negra. De modo geral, esse fato produziu um efeito determinante para as mulheres, que ficaram responsáveis por suas famílias depois do aprisionamento de seus companheiros, e, em algumas situações, foram obrigadas a também traficar.

Em 2020, havia mais de 500 crianças vivendo no sistema penitenciário brasileiro. 76 mulheres eram lactantes e 156 eram gestantes. É importante reconhecer que as prisões brasileiras não foram construídas para mulheres, muito menos para mulheres com filhos, o que significa que as condições de sobrevivência tanto para mulheres gestantes quanto para crianças são extremas nesse contexto. Além disso, cabe dizer que, em 2020, mais de 66% da população carcerária feminina não era considerada branca.

Para sumarizar, o perfil das mulheres brasileiras em prisões é: 50% têm apenas o ensino fundamental; 50% têm entre 18 e 29 anos; 68% são negras; 57% são solteiras. A maior parte é mãe e cumpre pena em regime fechado; não possui antecedentes criminais; trabalha em pequenas atividades do varejo do tráfico e do transporte nacional

e internacional de drogas; possui dificuldade de acesso a empregos formais—principalmente porque são pretas ou pardas—e é responsável pela sustentação da família monoparental⁵.

Tentando realizar uma discussão sobre a relação entre violência de estado e reprodução social na articulação entre gênero, raça e classe, o presente texto apresenta uma análise de formulações produzidas de/sobre mulheres em situação de privação de liberdade. Tomaremos como foco da análise o significante *sacola*, conforme comparece em duas formulações. Com a análise, podemos estabelecer uma relação de sobredeterminação entre gênero, raça e classe relacionada à reprodução social.

A reflexão está dividida em três partes: primeiramente, vamos considerar a situação das mulheres e da reprodução na formação social capitalista brasileira; em seguida, analisamos as formulações selecionadas pela Análise Materialista de Discurso; finalmente, apresentamos as considerações finais.

Mulheres, reprodução social e processos de subjetivação

No Brasil, o encarceramento de mulheres tem forte relação com o chamado trabalho reprodutivo (ou trabalho de reprodução), considerando que um dos fatores que geram o encarceramento de mulheres concerne à necessidade de garantir a subsistência de pessoas de suas famílias; é assim que recorrem a furtos, roubos ou a atividades relacionadas ao tráfico de drogas. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo é mais complexo do que o trabalho doméstico (e/ou o trabalho de cuidado), pois “articula organicamente, em nível individual, doméstico, familiar, comunitário, público e social diversos tipos de trabalhos, remunerados ou não, que permitem a reprodução de nossas vidas

5 Informações disponíveis no site do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN): Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (julho a dezembro de 2019). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyM-SooOWJiLWE3ZTgtZGNjYzZhNTYzZDliIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQoNGMtNDNm-Ny05MWYyLTRI0GRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 01 mar. 2024.

cotidianas, bem como a reprodução geracional” (Moraes; Roncato; Borrego, 2023, p. 32). Esta reflexão abordará como as mulheres em situação de privação de liberdade se mantêm vivas, e isso tem relação com a execução do trabalho reprodutivo por pessoas que estão fora da prisão, geralmente suas mães.

Há, aqui, uma tentativa, ainda inicial, de articulação da AD com a TRS, conforme já explicado. Justificamos essa tomada de posição a partir das considerações acima apresentadas, entendendo que as mulheres negras em vulnerabilidade social, que possuem maiores dificuldades de possuir empregos formais, são mais suscetíveis a cometer crimes para serem capazes de sustentar suas famílias. Quando são presas, seus filhos são entregues a parentes ou colocados em abrigos, podendo sofrer abuso físico e psicológico.

O aprisionamento de mulheres é ainda pior do que o dos homens, porque a maioria das prisões em que são presas não foram construídas para mulheres. Elas vivem em condição de abandono. De acordo com Borges (2019, p. 22), “tráfico de drogas e roubo são a maioria dos atos infracionais e os argumentos apresentados não diferem: vulnerabilidades sociais, necessidade de sustento dos filhos e da família, desestruturação familiar, violência e abuso doméstico-sexual”. A autora diz que tanto a prisão quanto o pós-encarceramento significam a morte social das pessoas negras: “Essa é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país” (Borges, 2019, p. 22).

As mães, presas, não conseguem o suporte de suas famílias, e, por causa disso, têm mais dificuldade para viver dentro da prisão—sem comida, produtos de higiene, roupas necessárias para a sobrevivência. São abandonadas tanto pelas famílias (o que não costuma acontecer com os homens presos) quanto pelo Estado. A reprodução social regula o processo de aprisionamento de mulheres no Brasil, da mesma forma que está na base da reprodução da formação social capitalista, pois

é o trabalho (não pago das mulheres) que produz a mercadoria força de trabalho. É importante atentarmos para essa contradição. Há casos especiais em que as mulheres conseguem o apoio de alguém de fora, geralmente suas mães, quando, com a visita, levam à prisão produtos que as ajudam na sobrevivência no presídio. No entanto, em geral, são poucas as mulheres que conseguem esse apoio.

É por isso que a Teoria da Reprodução Social é importante. Segundo Battacharya (2023), ela

revela que a categoria-essência do capitalismo, sua força animadora, é o trabalho humano, e não a mercadoria. Ao fazê-lo, expõe ao escrutínio crítico a superficialidade do que geralmente entendemos como processos “econômicos”, e devolve a eles seu componente confuso, sensorial, de gênero, racializado e indisciplinado: seres humanos vivos, capazes de seguir ordens ou desprezá-las (Battacharya, 2023, p. 41-42).

Corpos de mulheres negras estão na base desse processo. Nessa discussão, então, é necessário chamar Lélia Gonzalez. Para a autora, a “discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão” (Gonzalez, 2020, p. 160). É por isso que as mulheres negras brasileiras são relacionadas a trabalhos manuais e ao trabalho doméstico. Também, devido ao mito da democracia racial, há forte violência simbólica contra mulheres negras, colocadas em um lugar de pobreza e de inferioridade. Para Carneiro (2011, p. 127-128), há uma asfixia social sofrida pelas mulheres negras, que tem efeitos negativos em todas as dimensões da vida, manifestados em consequências emocionais com prejuízo para a saúde mental e baixa autoestima; menor expectativa de vida, de cinco anos, em relação às mulheres brancas; menor índice de casamentos; e restrição a ocupações de menor prestígio e salário.

Com tais considerações, podemos afirmar que existe uma forma específica de violência de Estado que se manifesta na sobredeterminação entre gênero, raça e classe, afetando especialmente mulheres negras e pobres, cuja força de trabalho atua na reprodução social da vida. A reprodução das relações de produção na formação social capitalista depende da eficácia desse processo material.

Assim, é necessário, neste momento, tratar da forma como as evidências sobre o trabalho de reprodução social se constituem, e, para isso, precisamos falar, de forma breve, sobre os processos de subjetivação e as relações de sentido. Tomamos como base as reflexões de Cestari (2015), Zoppi-Fontana e Ferrari (2017) e Modesto (2021).

Cestari (2015) considera os discursos que constituem os sujeitos como “discursos classistas racializados de gênero, denominação que adoto para referir-me ao conjunto de discursos que produzem e fazem circular os imaginários de gênero-raça-classe”. Com Zoppi-Fontana e Ferrari (2017, p. 14), entendemos que, “pela sua inscrição no simbólico, o indivíduo se constitui a um só tempo em sujeito ideológico sexuado, a partir do funcionamento da ideologia e das fórmulas da sexuação, enquanto estruturas-funcionamentos que se organizam em torno do não-UM, da falha”. Modesto (2021, p. 3), por sua vez, refere que a “materialidade do discursivo das/nas condições de produção brasileiras apontam para o funcionamento de discursos racializados em larga escala e em diversas instâncias, tecnologias e materialidades à primeira vista não necessariamente inscritas tematicamente na discussão racial”. Tais reflexões concebem o processo de interpeção ideológica como sempre já generificado e racializado, não sendo possível tornar-se sujeito de forma desatrelada de identificações de gênero e de raça. Assim, os processos de produção de sentidos são efeito de relações de sobredeterminação necessariamente afetadas tanto por gênero quanto por raça.

Desse modo, considerando as teorizações dessas autoras e desse autor, além de outres que têm realizado trabalhos no âmbito da AD sobre tais questões, é possível afirmar que raça e gênero não são temas (como diz Modesto sobre a raça), mas são constitutivos do processo de interpelação ideológica, da forma como o indivíduo se torna sujeito, e isso se dá materialmente nas diferentes configurações sociais, históricas e ideológicas que constituem nossa sociedade de classes com base na reprodução das relações de produção dependentes da opressão e da exploração. Assim, a interpelação ideológica é generificada e racializada (Cestari, 2015; Zoppi-Fontana; Ferrari, 2017; Modesto, 2021).

As relações de produção e de reprodução só são possíveis de serem reproduzidas no modo de produção capitalista pelo efeito ideológico elementar, que dá corpo à produção de sentidos afetada pela sobredeterminação entre raça, classe e gênero/sexualidade. Nas coordenadas socio-históricas da formação social brasileira estão formas específicas de subjetivação e de enunciação sobredeterminadas, as quais produzem efeitos na forma como o sentido se produz. Os sentidos produzidos sobre as mulheres encarceradas são afetados por essas relações.

Uma análise em torno do significante *sacola*

A terceira parte deste estudo apresenta a análise de formulações de/sobre mulheres encarceradas. Considera-se, com base na AD, que o sentido é produzido conforme coordenadas sociais, históricas e ideológicas (Pêcheux, [1975] 2009). A AD tem o objetivo de compreender como os textos produzem sentidos, e, especialmente, como os sentidos se tornam naturalizados através das formulações colocadas em circulação. Os sentidos são reproduzidos através de processos de subjetivação relacionados a lugares de enunciação (Zoppi-Fontana, 2017). Essa consideração nos permite compreender que os efeitos de sen-

tido são afetados pelas categorias de gênero, raça e classe, as quais criam sujeitos, sendo que os discursos são constituídos nessas relações, que são sempre generificadas, racializadas e afetadas pela classe, conforme exposto na seção anterior.

De acordo com Zoppi-Fontana e Ferrari (2021, p. 3-4), “posições-sujeito se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação na história e na relação com os modos de individuação em relação à formação social e ao Estado”. O sujeito é individualizado pelo Estado, e, nesse processo, através da reprodução da ideologia dominante, o sujeito não reconhece os efeitos dos lugares de enunciação na forma como se identifica com a ideologia. Na formação social brasileira, há uma diferença material através da qual os processos de identificação ocorrem, porque gênero, raça e classe são efeitos de processos sociais específicos, e isso afeta a forma como o sentido se produz. A reprodução das relações de produção acontece de forma sobredeterminada, sendo que, segundo nosso entendimento, a base desse processo está na reprodução social.

As formas materiais selecionadas para esta análise colocam em circulação o significante *sacola*, através do qual diferentes efeitos de sentido são mobilizados para fazer referência à situação de aprisionamento das mulheres, e, também, à relação das mulheres com o trabalho de reprodução social, tanto dentro quanto fora dos presídios.

Começamos com uma imagem: uma fotografia de parte da mostra “Encarceramento feminino e múltiplos olhares no tempo”, que aconteceu em Porto Alegre, em outubro de 2022, na Casa de Cultura Mário Quintana. Foi organizada pelo coletivo Balcão da Cidadania e produzida por pessoas em situação de privação de liberdade na Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

Figura 1: parte da exposição *Encarceramento feminino e múltiplos olhares no tempo*



Fonte: arquivo pessoal

A imagem mostra grades de cor bege que representam uma cela em uma prisão. Nas grades, na parte de dentro da cela, estão penduradas sacolas plásticas de supermercado, e, dentro das sacolas, há rolos de papel higiênico. As sacolas que vemos são muito familiares, pois elas são dadas nos supermercados para tornar possível o transporte das compras. Depois de serem usadas para carregar os produtos, podem ser utilizadas para diferentes objetivos, como carregar objetos de um lugar para outro e descartar resíduos, por exemplo. A parte da exposição na qual está presente a grade é chamada de *Sacola (work in progress)*. Embora somente consigamos enxergar rolos de papel higiênico dentro das sacolas, elas não são unicamente usadas, no con-

texto prisional, para transportar papel higiênico; são um meio fundamental de sobrevivência das mulheres presas, porque representam tudo o que pode ser levado para dentro do presídio pelas famílias das mulheres. Por outro lado, se uma mulher não tem um membro da família para lhe dar suporte, ela não recebe esses itens de fora da prisão e precisa sobreviver somente com os utensílios e alimentos fornecidos pela instituição.

As grades materializam a divisão espacial que caracteriza o funcionamento das prisões. Quem está dentro da prisão não deve dela sair, está segregado do resto da sociedade. A sacola funciona como um elo entre quem está fora e quem está dentro; trata-se de uma ligação estabelecida via trabalho reprodutivo. A sacola, que carrega itens necessários para a manutenção da vida, funciona metaforicamente como esse outro cuidador, geralmente as mães das mulheres presas, e, também, como a própria vida das mulheres, depositadas no interior dessas sacolas. Aqui, já começamos a compreender que, para seguir vivas, é necessário se inserir em uma *cadeia* metafórica, deslocar os sentidos, movimentá-los, para, assim, produzir o inesperado, efeito do trabalho de resistência simbólica no interior do espaço prisional. A imagem traz sacolas com papel higiênico; no entanto, o que pode ser carregado no interior da sacola não concerne somente a esse item de higiene pessoal, mas a alimentos e roupas. O papel higiênico funciona como parte de tudo aquilo que poderia estar no interior da sacola. Esse funcionamento metonímico também nos interessa, e cabe questionar a escolha do papel higiênico para preencher o espaço vazio da sacola na exposição.

Aqui, mobilizamos outros sentidos para *sacola*. Essa diferença semântico-discursiva só é possível ao se considerar a relação necessária entre processos de significação, condições de produção e lugar de enunciação. Não existe um sentido anterior, já-dado, para o significante aqui analisado. O sentido se constitui nas relações, na forma como a exterioridade impõe movimentos de sentidos que nunca

deixam de provocar novas relações devido à incompletude da língua. O significante é o “mesmo”, mas os sentidos que emergem do interdiscurso para ele só podem e devem ser colocados em circulação nessas condições, abrindo a possibilidade de relações não previstas fora dessas condições. Dentro e fora das grades, a sacola mobiliza sentidos em disputa; na exposição artística, com o trabalho em construção sobre a sacola, a imagem aponta para o funcionamento da sacola dentro da prisão, algo que não pode ser visto por quem está fora dela; nessa divisão, ao se trazer a sacola de dentro da prisão para fora da prisão, a possibilidade de movimentar os sentidos de dentro é trazer as grades para fora. Entre o dentro e o fora, entre o visível e o invisível, novos sentidos para sacola surgem, tocando um ponto inalcançável da sobredeterminação entre gênero, raça e classe que concerne às pessoas que estão em situação de privação de liberdade, que diz respeito ao lugar enunciativo da pessoa presa. Mesmo inalcançável, provoca-se uma rachadura, uma fenda enunciativa, no espaço de fora da prisão, de onde o não-dito das mulheres presas emerge e ganha circulação pelo não-verbalizado pela arte.

Há a mobilização de sentidos outros em uma exposição, com a sacola que não é vista. Ela funciona em um novo enquadramento enunciativo no qual as mulheres, mesmo sem palavras, podem dizer e ser metaforicamente visibilizadas pelas sacolas.

Esse item da exposição tinha uma explicação na parede, em uma folha de papel, conforme pode ser observado em (01).

(01) Texto explicativo de parte da exposição *Sacola (work in progress)*:

Sacola, um símbolo da prisão

Todas as quartas-feiras é dia de sacola no Presídio Madre Pelletier, em Porto Alegre. As pessoas em situação de prisão, que contam com apoio de seus familiares, recebem uma sacola que contém itens de alimentação, vestuário e higiene que são permitidos de acordo com a Portaria nº 160/2014 GAB/

SUP, que regulamenta a entrada de visitas e materiais no sistema prisional estadual.

As sacolas representam um espaço de sobrevivência e poder. O primeiro, por ser a oportunidade de familiares levarem à prisão comidas e ou materiais de higiene que nem todos os espaços prisionais possuem. O segundo, o poder representado pela sacola, significa que os femininos que recebem a sacola possuem uma representatividade maior no espaço prisional porque há amparo e cuidado dos familiares do lado de fora. Significa dizer, que ao adentrar no espaço prisional as questões de sobrevivência como alimentos e materiais de higiene exercem um poder sobre as demais, na medida em que passa a ser uma moeda de troca, poder e exercício de maior representatividade como símbolo de poder dentro dos muros prisionais. Sendo assim, buscamos fazer através desse espaço uma integração com você. O que você pode contribuir para esse espaço? Você pode colaborar? Se integre nessa teia de dignidade e alteridade com os femininos.

Além dessa explicação, constam, no texto, exatamente quais itens podem ser aceitos no interior da penitenciária, tais como itens de higiene e limpeza; sabonete; xampu (frasco e líquido transparente); e sabão em barra.

O primeiro texto nos permite analisar como os sentidos para *sacola* são formulados. *Sacola*, no contexto enunciativo da situação de privação de liberdade, estabelece sentido em relação com outros elementos presentes no texto: “um símbolo da prisão”, “que contém itens de alimentação, vestuário e higiene que são permitidos de acordo com a portaria nº 160/2014 GAB/SUP”; “representam um espaço de sobrevivência e poder”; “passa a ser uma moeda de troca, poder e exercício de maior representatividade como símbolo de poder dentro dos muros prisionais”; “teia de dignidade e alteridade com os femininos”. Pelo primeiro sintagma que compõe essa sequência que tem a sacola como referente, há um funcionamento metonímico na relação de sacola com símbolo da prisão; esse funcionamento é relacionado

ao trabalho da memória discursiva e às condições de produção. *Sacola* como “um símbolo da prisão” indica que, nessa cena enunciativa, a sacola passa a ser elemento que representa a totalidade da instituição penal. É impossível, portanto, existir prisão sem sacola, o que produz o efeito de que o Estado não dá condições necessárias para a sobrevivência das pessoas encarceradas.

A sacola representa, nas condições materiais de sobrevivência das mulheres, a possibilidade da reprodução social. Apesar de, na exposição, a sacola aparecer somente dentro das grades, ela cria uma relação entre dois mundos, dentro e fora da prisão, que podemos considerar como vida e resistência. Ela é levada de um lugar para outro, o que não pode acontecer com as próprias mulheres. É nutrição, cuidado, remédio, higiene, vestuário; é resistência, a persistência de seguir viva, através das mãos das mulheres que tomam conta dos filhos daquelas que estão presas. Então, *aquela que cuida* também existe na sacola. Na exposição, as mulheres seguem vivas dentro e fora das prisões. Contudo, é preciso reconhecer que, com base no que é dito na prisão, ter sacola representa a manutenção das relações de dominação dentro das celas.

A vida na prisão se torna possível pela relação entre o dentro e o fora, através do trabalho reprodutivo executado por mulheres. As sacolas são uma forma material da resistência dentro da prisão, é a reprodução da vida, e todo esse processo é sobredeterminado por gênero, raça e classe. Ter mulheres fora das prisões que fazem esse trabalho de cuidado é um “símbolo de poder”.

As relações entre um símbolo da prisão, sacola que contém itens de alimentação, vestuário e higiene que são permitidos de acordo com a Portaria; sacolas que representam um espaço de sobrevivência e poder; moeda de troca, poder e exercício de maior representatividade como símbolo de poder dentro dos muros prisionais; teia de dignidade e alteridade com os femininos nos permitem produzir

mais algumas considerações analíticas. Ter os itens na sacola, trazidos pelos familiares, permite mais possibilidades de sobrevivência tanto pelo usufruto dos itens quanto pela troca dos itens para a criação de relações no interior das celas. Ter pessoas que levem esses itens àquelas que estão dentro das prisões é, portanto, necessário para ter representatividade e poder no interior da prisão. O símbolo da prisão é possível pelo trabalho das mulheres fora das prisões. O que o Estado não garante é garantido pelas mulheres de fora, aquelas que realizam o trabalho de reprodução social que deveria ser feito pelo Estado. Ter sacola é estar em posição dominante no interior das celas, é inserir-se em uma cadeia de reprodução das relações de dominação no interior. Isso não passa desatrelado de relações de raça e de classe. Os sentidos para sacola se constroem em uma configuração discursiva de reprodução de relações de dominância, e, nessas relações, é colocado em circulação o pré-construído do poder e da representatividade necessários para a configuração semântico-discursiva da sacola nesse espaço de enunciação nas condições de produção em análise.

Aqui, retomamos elementos que fazem referência às mulheres de fora que levam sacola para as mulheres presas. No texto, tais elementos são designados como “familiares” e “visita”; no entanto, tais designações não colocam em circulação que tais “familiares” e tais “visitas” são mulheres—as mães, as tias, as irmãs, as filhas. Estabelece-se, nesse laço de sobrevivência entre mulheres dentro e fora, um pacto de gênero na reprodução da vida, sobredeterminado por raça e classe. A sacola passa a ser o fio de vida que transita de uma mulher para a outra, o que passa desconsiderado pelo texto da exposição. A sacola se configura como forma material da resistência no interior da prisão.

A exposição também mostrou textos escritos por mulheres que estavam em situação de privação de liberdade. Um dos textos é chamado “sem sacola”, exposto em (02).

(02) Texto escrito por mulher em situação de privação de liberdade.

Sem sacola

Quando eu não tinha sacola eu me sentia um nada, porque quando a minha mãe faleceu fiquei sem receber. Só depois de dez meses comecei a receber novamente, daí todas as pessoas que me evitavam começaram a se aproximar.

Quando não tinha sacola, se sentia *um nada*. Aqui, podemos compreender que a sacola está em uma relação metafórica com a mãe, porque ela parou de receber a sacola quando a mãe morreu. Ter a mãe é ter poder dentro da prisão, é não ser considerado um nada—tanto para dentro quanto para fora da prisão. Com isso, podemos considerar que, através do trabalho de reprodução social, é possível encontrar lugar contra as relações de opressão e resistir. Acabar com o aprisionamento envolve repensar sobre a reprodução social como um papel de estado, que tem um efeito estrutural relacionado às opressões de gênero, raça e classe. A opressão às mulheres passa pela forma como lhes é atribuída a reprodução da força de trabalho em nossa formação social. Assim, a TRS nos ajuda a pensar sobre esse processo.

Sacola é um significante que, ao produzir sentido a partir das relações com outros significantes, alinhado ao trabalho da memória discursiva, só pode e deve significar como algo essencial para a sobrevivência das mulheres em contexto prisional. Essa sobrevivência não concerne apenas às condições fisiológicas, mas torna a sacola um objeto de poder daquelas que a recebe pelas visitas. Ter sacola significa ter mercadorias que servirão para o mercado interno das celas, criando novas relações de opressão no interior do presídio, já que o Estado não garante que suas vidas sejam mantidas sem a necessidade das sacolas.

Considerações finais

Com as relações de sentido estabelecidas entre o significante e a forma como ele comparece nos textos analisados, conseguimos compreender que existem contradições que determinam esse processo. Na exposição, há a reprodução dos sentidos referentes à dominância, ao poder que se estabelece entre as presas no interior dos presídios, e o não reconhecimento da figura materna na manutenção da vida das mulheres. Da parte das próprias presas, elas reconhecem a sacola como relacionada a sentidos de sobrevivência, de ser alguém, de ser viva. Não podemos compreender que esses sentidos são colocados em circulação da mesma posição, mas estão em contradição, dependendo do lugar de enunciação assumido. Dominar/ter poder e ser viva parecem se relacionar a diferentes relações de sentido. A exposição dá visibilidade ao problema, mas reproduz os lugares que essas mulheres ocupam em uma formação social sempre com dominante. As palavras das mulheres presas apresentam a impossibilidade de seguir viva dentro da prisão, pois a sacola não só a mantém vivas, mas cria laço com quem está fora: precisam se sentir vivas nesse laço. A sacola, então, produz resistência.

Para acabar com as prisões é necessário repensar sobre a reprodução social como uma questão de Estado, que tem um efeito relacionado às opressões de raça e gênero, e, também, à exploração de classe. A violência de Estado se mantém ao se naturalizar a reprodução social como uma responsabilidade de mulheres. Quanto mais investimento no aparelhamento policial, menor o investimento na reprodução social. Trata-se de uma política de estado generificada e racializada, territorializada, pois atinge as mulheres negras, sem amparo para a criação dos filhos, e, ao mesmo tempo, a mesma política elimina os corpos de meninos negros, vítimas da violência policial e do encarceramento em massa.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2008.

BATTACHARYA, Tithi. Mapeando a Teoria da Reprodução Social. In: BATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da reprodução social**: remapeamento de classe, recentralização da opressão. Tradução de Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023. p. 17-42.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Decreto N. 11.498, de 25 de abril de 2023**. Altera o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, para dispor sobre incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11498.htm. Acesso em: 13 maio. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em 13 maio 2024.

BRASIL. **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Junho de 2019. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Infopen; Depto. Penitenciário Nacional. Disponível em: <https://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias/resource/54cdab5b-b241-4dcc-83af-43cba0250ef3>. Acesso em 13 maio 2024.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2.253/2022**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/154451>. Acesso em: 13 maio 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CESTARI, Mariana Jafet. Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabás. 2015. 264f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 13 maio 2024.

MORAES, Lívia de Cássia Godoi de; RONCATO, Mariana Shinohara; BORREGO, Arelys Esquenazi. **A revolução será feminista!** Aporte para lutas estratégicas da classe trabalhadora contra o capital. Marília: Lutas anticapital, 2023.

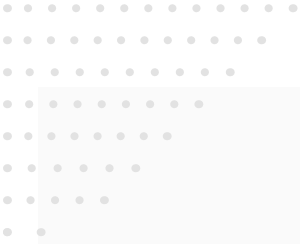
PÊCHEUX, Michel (1975) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

FAIR, Helen; WALMSLEY, Roy. World Female Imprisonment List: Fifth edition. Institute for Crime & Justice Policy Research, 2023. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v.12, n.18, p. 63-71, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 13 maio 2024.

ZOPPI-FONTANA, Mónica; FERRARI, Ana Josefina. Apresentação–Discurso, gênero e resistência: processos de subjetivação contemporâneos. **Leitura**, Maceió, n. 69, p. 3-11, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/12515>. Acesso em 13 maio 2024.

ZOPPI-FONTANA, Mónica; FERRARI, Ana Josefina. Apresentação: uma análise discursiva das identificações de gênero. In: ZOPPI-FONTANA, Mónica; FERRARI, Ana Josefina (org.). **Mulheres em discurso**: gênero, linguagem e ideologia. Campinas: Pontes, 2017, v.1, p.7-19.



MUSEU DAS MEMÓRIAS (In) POSSÍVEIS: A MORTE SIMBÓLICA E A (IM)POSSIBILIDADE DE INSCRIÇÃO

Maíra Brum Rieck

APPOA

“É muito forte o que tenho que dizer. Mas é a minha verdade. Fui presa junto com minha mãe. Não aguentei ver ela apanhando dos homens que nos levaram para o DOI-CODI no Recife. Fui torturada. Levei choque. Machucaram meu olho. Sofri muito. Minha dor é ver como podem fazer isso com as pessoas que não sabem nem o que estão fazendo. Depois me deixaram dentro de um saco infecto de cebola, um saco de estopa. Sem roupa, sangrando, na praça do Derby, em Recife. Fiquei com um casal que me ajudou a recuperar. E minha mãe nunca mais eu vi” Iracema desabafa com o jornalista Eduardo Reina, durante conversa num apartamento no bairro de Pinheiros, em São Paulo (Reina, 2019, p. 199)

As memórias subterrâneas e a função do testemunho

Os testemunhos dos vencidos vêm nos contar que a memória oficial de um país é forjada sobre bases de apagamentos, mentiras, corpos, violências. Cresci ouvindo que a ditadura civil-militar brasileira havia sido branda, a tal da *dita-branda*, que não havia sido tão violenta quanto as dos nossos vizinhos latinos. Cresci sendo colega

de escola de uma neta do ditador Emílio Garrastazu Médici no Rio Grande do Sul. Cresci vendo os meus colegas se divertirem—com ares sádicos—com a reação de susto que era propositalmente provocada por eles nos professores de história quando lhes contavam esse fato. Estávamos nos anos 1990 e a ditadura supostamente havia terminado.

As memórias, as “individuais” e as coletivas são a materialidade que nos dão consistência, contorno. São elas que nos dão a ideia de pertencimento a uma comunidade ou não. Elas nos dão corpo. São elas, em última instância, que nos fazem poder dizer *eu*. Mas, como nos ensina Michael Pollak (1989), em seu texto *Memória, Esquecimento, Silêncio*, as memórias não são estáticas e unívocas. Ao contrário, são disputas constantes da memória coletiva. São os monumentos, a arquitetura, os folclores que criam a ideia de pertença de um sujeito em uma comunidade. E tudo isso é feito a partir de uma “decisão” do que fica dentro e do que fica fora da história oficial de um local. O que fica de fora, Pollak nomeou de *memórias subterrâneas*.

As memórias subterrâneas são aquilo que se convencionou que ficaria de fora. É como se não existisse, como se perdesse a materialidade. O que não significa que não existam de fato, não significa que não tenham valor de verdade. Mesmo que não apareçam na realidade de determinado tempo histórico ou cultura. Mais que isso, as memórias subterrâneas são as articuladoras do que fica “dentro”, por mais improvável que isso possa parecer. A história oficial é aquela que sufoca todas as outras versões, aquela que tem a pretensão de ser tornar A Verdade. E isso afeta diretamente a vida cotidiana dos sujeitos que habitam determinada cultura. Se não se encaixam nos desdobramentos de determinada realidade forjada, sentem-se sem lugar no mundo. O louco, o feio, o criminoso, os que não se encaixam em determinadas formas de viver o sexo, o gênero, os costumes e hábitos são marginalizados (colocados nas margens) e suas vozes e existências passam a não ter mais valor. Mais que isso, o que não se encaixa, o que fica de fora, pode se tornar algo sentido como irreal, como se não pu-

desse existir, como errado, como sem lugar. E, em última instância, pode sentir a impossibilidade de existir no mundo.

As memórias subterrâneas vêm furar a memória oficial, vêm contar que há mais no mundo do que tal moralidade e que o mundo é mais diverso e complexo. Elas são formas de resistência e possibilidade de existência.

O que acontece com aqueles que não tem lugar no laço social? Ou, se têm, estão colocados no lugar de restos, de “marginais”. O que ocorre psiquicamente com os sujeitos que são colocados como inumanos, matáveis, ou que não contam? Como se constituem? Que espelhos trazem? Como se vêem? Como colocam suas vozes e corpos no mundo? O que denunciam?

Sobre a ética do Museu das Memórias (In)Possíveis e da psicanálise

A psicanálise surge como um dispositivo de resistência aos poderes vigentes que destroem sujeitos, subjetividades, alteridades. Como nos ensina a psicanalista Miriam Debieux Rosa (2016) em seu livro *A Clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*, o ato analítico é sempre político na medida em que é uma resistência do sujeito a ser instrumentalizado pelo social.

A psicanálise é resistência quando escuta e reinscreve na cultura o que a própria cultura tentou apagar, aniquilar ou destruir.

Em 2021, durante o período pandêmico, lançamos oficialmente o Museu das Memórias (In)Possíveis. Museu virtual, gestado desde 2014 dentro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Esse museu é um espaço de resistência, de questionamento das amarras do espaço público e vem dar escuta para as vozes dissonantes do nosso tempo, vem inscrever na história as memórias subterrâneas de forma que os sujeitos não precisem pagar, individualmente, o preço dos desmentidos de uma época e de uma cultura.

No nosso Museu, questionamos as formas como vivemos em nossa comunidade humana, questionamos quem são os estabelecidos e os *outsiders*, os que têm direitos e os que não têm, o que são considerados mais humanos do que os supostamente menos humanos. Quem são os matáveis do mundo e o porquê? Ao tentar entender o porquê e ao tentar trazer as histórias, os testemunhos dessas pessoas apagadas da história oficial, nos tornamos um museu de memória, de memórias da dor, de memórias difíceis e de memórias subterrâneas.

Mas como contar os que não contam? Aqui no Museu das Memórias (*In*)Possíveis os contamos um a um, no duplo sentido do termo contar. Contar um por um e contar no sentido de narrar. E é por essa razão que nos tornamos um *Museu-Intervenção*.

Mas o que é um Museu-Intervenção? O que seria uma intervenção sob a ética da psicanálise através de um museu? Não se trata de um espaço clínico propriamente dito. Os participantes do nosso museu não são nossos pacientes—e não nos propusemos a isso —, mas a clínica está implícita aqui porque trabalhamos em transferência. Os efeitos clínicos operam na medida em que são inscritas histórias que supostamente não existiam, deixando os sujeitos abandonados com suas histórias (supostamente individuais), por vezes chamados de loucos, por vezes chamados de mentirosos, sempre isolados e sozinhos.

Sigmund Freud ([1912]1996), em seu texto *A Dinâmica da Transferência*, cria um dos conceitos fundamentais da psicanálise. Em seu trabalho clínico, ele percebe que nem sempre um paciente consegue dizer o que lhe acontece/acontecia, mas ele (re)vive em ato determinadas situações com o analista. Ao invés de contar que sentia muita agressividade, por exemplo, ele transfere a agressividade para o analista. Ao analista cabe saber ler/interpretar, a partir do que sabe da história do paciente, tal agressividade e não tomá-la para si, como se fosse direcionada para si. Tal interpretação poderia se tornar uma forma de o paciente não precisar mais reviver constantemente—na repetição—a memória que não tem lembrança. A interpretação

teria valor de lembrança e, portanto, poderia ser uma possibilidade de o sujeito sair da repetição e mudar seu destino. Em outras palavras, a lembrança da memória esquecida seria a chave para que o sujeito pudesse forjar um novo futuro e estancar a eterna repetição no mesmo nas relações.

Sabemos que o que a história oficial apaga, as memórias subterrâneas, também retornam em ato no espaço público. Cabe também à psicanálise denunciar, questionar, problematizar tais esquecimentos que fazem adoecer aqueles que são sacrificados na cultura por não se encaixar em determinada moral ou realidade forjada pela história oficial. A psicanálise não é uma moral, mas uma ética. É a ética de Antígona que diz que tudo o que viveu um dia não pode ser *apagado*.

Jacques Derrida (2001), em seu livro *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*, nos ensina que eram os magistrados quem, em seus próprios domicílios, escolhiam quais os documentos eram dignos de serem arquivados e quais não eram. O que seria registrado, o que faria marca, história, era decidido por poucos. A escolha de como se arquivava, do que se arquivava, de como se narra, cria a história oficial e a ficção chamada de realidade que monta o que chamamos de espaço público. Na complexidade atual de disseminação de informação via internet, redes sociais e, muito além disso, tempos de *fake news*, quais as narrativas que estão criando as realidades? Sabemos que em tempos atuais ultrapassamos o que chamamos de memórias subterrâneas ou memórias apagadas, uma vez que sabemos que hoje existem milhares de pessoas que vivem não mais versões, mas realidades perversamente forjadas por *fake news*, que as fazem viver em mundos paralelos e bizarros. Tão paralelos que não encontramos mais léxico comum mínimo para pensarmos que ainda estamos lidando com a mesma espécie.

Mas voltemos ao Museu.

O Museu das Memórias (*In*)Possíveis não pretende criar uma nova história oficial. Pelo contrário, busca manter as contradições e os questionamentos que os testemunhos de cada um convoca, o que significa que nunca se chega a uma totalidade ou Verdade

Um museu vivo é um museu que guarda os arquivos importantes de uma cidade. Mas não somente guarda, como os organiza de determinada maneira, funda ou refunda a ética, a lei. Quando recebemos os “documentos”, os objetos que contam dos matáveis do mundo, o Museu pode os renomear como “documentos importantes” não somente para guardar o que não pode aparecer no espaço público, mas para reorganizar os fundamentos de uma ética e recolocar em evidência o que antes estava escondido. Recolocar o que era resto em lugar de importância, tal qual o conceito freudiano de estranho (*Unheimlich*) (Freud, [1919] 1996).

A função do Museu das Memórias (*In*)Possíveis como um Museu-Intervenção é ser o suporte dos arquivos apagados. O museu passa a trazer para o primeiro plano, para o plano do que é testemunhável ou visível, o que estava na lógica da morte, da pulsão de morte. Não se trata de dar voz, mas de dar escuta. É também o lugar de arquivamento do trabalho daqueles que se ocupam desses matáveis e apagáveis, para que possamos repensar a cidade, o espaço público, a violência. A proposta de intervenção do Museu se sustenta no princípio que lembrar/arquivar fazem parte do processo de estancar a repetição de destruição. Nossa intervenção é fazer memória.

A busca é a mesma de Antígona: não se pode apagar/aniquilar o que um dia viveu. O que deixou de *ser nada*, o que passou a ter existência, o que passou a ser alguma coisa, nunca pode retornar ao nada, não pode ter sua existência apagada. É preciso parar a pulsão de morte, aquela que não apaga somente os rastros, mas busca apagar o rastro dos rastros, apagar qualquer possibilidade de encontrar o caminho, as pegadas, os vestígios do que se apagou.

Quando Lacan ([1959-1960]1997) trabalha a ética da psicanálise, ele recorre à Antígona e a sua luta para que ninguém que tenha existido jamais tenha sua existência apagada.

Antígona, em grego, significa “contranascimento”, ou contra o lugar-posição de nascimento. Ela é filha de Édipo, é quem cuida dele depois que ele descobre seu destino *mal dito*. É olhos e pernas do pai, é quem cuidará dele até sua morte. Seus irmãos, Polinices e Etéocles, matam-se mutuamente numa disputa sangrenta pela coroa de rei. Creonte, rei de Tebas, tio de Antígona, decide que o sobrinho que lutou por Tebas — Etéocles — será homenageado e enterrado com todos os ritos fúnebres adequados da época e, o outro — Polinices — ficará insepulto. Ficar insepulto significa cair no vazio, desaparecer da história como se nunca houvesse existido, sair do discurso da *polis*, daqueles que vivem dentro de uma determinada lei. (...) (Rieck, 2022, p.60)

Significa ficar sem memória.

É nesse momento que Antígona se posiciona contra a lei da *polis*, contra a lei de Creonte, do rei, dizendo que há uma lei maior, a lei dos deuses. Tal lei diria que um morto não poderia cair no esquecimento, já que existiu; que o humano, uma vez tendo saído do nada para a existência, não pode voltar ao nada sem deixar rastros. Não há como voltar para um estado anterior ao nascimento, o de nunca ter sido nomeado. Se alguém existiu, existiu. Não há como negar. É por essa razão, então, em nome de uma lei maior que a lei dos homens, que Antígona sepulta o irmão e paga o preço por isso. Antígona é descoberta, e o destino de Polinices se transforma no seu. É ela mesma quem vai agora desaparecer do discurso, da linguagem. Toma o *lugar* do irmão e sofre uma morte em vida: Creonte a prende para que morra de fome e fique insepulta, desapareça da história e volte para o nada — o nada de onde todos viemos. Creonte não mata seu corpo (primeira

morte), mas a deixa para morrer. Seu intuito é que com ela ocorra a segunda morte, a morte simbólica. (...)

Morta-viva, Antígona fica no que Lacan chamou de entre-duas-mortes, entre a morte física e a morte simbólica. Ela, então, morre também fisicamente, enforca-se, e sua morte não é em vão. Sua morte denuncia a posição tirânica de Creonte, que se coloca acima das leis divinas. É nesse lugar que, pagando com a própria vida, Antígona revela que as leis dos homens não são as articuladoras do desejo. Mas que são essas outras leis, as não escritas, que nos posicionam no mundo e dizem de nosso desejo.

Há uma linha tênue entre ocupar uma posição que muda a lei, tal qual Antígona, e virar vítima da lei, estar à sua margem, em lugar de interdito, em lugar *mal dito*. (...) (Rieck, 2022, p. 60-61).

Moradores de rua, imigrantes, refugiados, presidiários, prostitutas parecem encarnar em si determinados lugares interditos da nossa cultura, ao mesmo tempo que parecem ser os articuladores de nossas bordas.

Como dissemos anteriormente, é função das memórias subterrâneas virem interrogar o discurso oficial que se coloca em uma sociedade como A Verdade. Tal “verdade” surge como apagamento de todas as discórdias, conflitos, contradições e violências que forjaram essa unidade social. A memória subterrânea, por outro lado, que vem com o testemunho dos vencidos, vem mostrar o sangue, a sujeira, o conflito e a diferença. Vem dizer que é versão, contingência ou mesmo uma mentira, o que se coloca como verdade.

Pior do que a morte do corpo, é a morte simbólica, a morte em vida, a morte de quem absolutamente não conta. A psicanálise, desde seus primórdios, com Freud, denuncia tudo aquilo que é destruidor do sujeito, todas as formas sociais que aniquilam grupos, as formações de massa que não reconhecem a diferença. A psicanálise como discurso vem esburacar o Outro (com letra maiúscula).

Caberia, portanto, à psicanálise escutar. Escutar não somente os pacientes que chegam, mas nosso tempo, nossa cultura, os ruídos do mundo. Escutar as engrenagens que moem a carne dos que não contam. Cabe à psicanálise fazer memória para que possamos criar um laço social menos destruidor, aniquilador. Não para substituir uma memória oficial por outra, mas para sustentar os buracos, as contradições e uma verdade esburacada.

Em 2023, lançamos, no Museu das Memórias (*In*)Possíveis, a exposição *Cativeiro sem Fim1*, fundada no livro do jornalista Eduardo Reina. Neste livro, Reina comprova o sequestro de 19 bebês, crianças e adolescentes durante a ditadura civil-militar brasileira. Os relatos são aterradores e de uma violência chocante. Era da cartilha militar sequestrar os filhos de ativistas para serem criados pela sua ideologia. Torturas, estupros, abusos de todas as ordens é o que os militares efetivamente faziam com essas crianças, salvo exceções. Salvo exceções que não salvam nada, uma vez que eram casos de sequestros.

Mais do que denunciar, o livro de Eduardo Reina colocou as vozes dos bebês e das crianças roubados pelos militares—agora adultos—num lugar de dignidades, suas vozes deixaram de ser desacreditadas e desmentidas e puderam ter a inscrição de verdade, o que os tira do lugar de loucos e mentirosos, e os coloca na posição de afetados ou vítimas da ditadura civil-militar. Além disso, Eduardo nos traz questionamentos importantes: se demoramos até 2019 para termos provas de sequestros de bebês e crianças no Brasil, a ideia de ditadura branda não seria somente uma mentira, mas, mais que isso, uma inversão de realidade? Me explico: se demoramos tanto tempo para descobrir, não seria porque ela foi mais sanguinária e mortífera a ponto de apagar os rastros dos crimes? Como nos diz Eduardo², “o sequestro de bebês é um matar a própria morte”.

1 Disponível em: <https://museu.appoa.org.br/site/exposicao-cativeiro-sem-fim/>

2 Ver em: https://www.instagram.com/p/CxG9NqeOfQs/?img_index=1

Eduardo nos conta que nos demais países da América Latina que passaram por ditaduras são os pais e avós que procuram os filhos e netos. No Brasil é o contrário: são os filhos que buscam os pais.

Em uma lógica que nenhum médico ou neurologista poderia explicar, em uma «intuição» (ou inconsciente) uma pessoa descobre que não veio daquela família que a cria. Não consegue explicar por quê, só sabe. Até aqui poderia se tratar de uma história comum de adoção. Mas não é uma adoção. As pessoas que as criam, nesse caso, são as mesmas que mataram/torturaram seus pais biológicos ou são cúmplices de quem os fez.

“Hoje vivo na angústia de não saber quem eu sou, quantos anos eu tenho, e sequer saber quem foram ou quem são os meus pais. Saber onde se encontra a minha verdadeira família. Todos se negam terminantemente a falar sobre esse assunto. Só desejo saber quem sou, e onde está a minha família. Acredito que esse direito eu tenho, depois de sofrer tantos anos, tantas humilhações. Hoje eu só sei que sou um ser humano que nada sabe sobre seus pais. Que jamais poderei sentir o colo da minha mãe e o carinho do meu pai. Eu desejo só a Justiça; saber a minha verdade... O que me fere é que de repente fiquei sem nada. Sem família de mentira e sem ter o direito de saber qual é a minha verdadeira família. Sempre me tiraram tudo, e desde 2013 me tiraram até o que eu pensava que fosse”, nos conta Rosângela (Reina, 2019, p. 210).

Rosângela foi sequestrada ainda bebê pelo “faz tudo” do ditador Ernesto Geisel. Enquanto criança, a mãe sequestradora a dopava no contraturno escolar constantemente para não ter de se ocupar dela. Aos 13 anos (supostamente, porque não se sabe exatamente a idade de Rosângela) foi prostituída a um pedófilo 40 anos mais velho. A família sequestradora ficava com o dinheiro da prostituição da menina. Foi obrigada a casar com o mesmo quando supostamente fez 18 anos e a permanecer nessa relação abusiva, de constantes estupros, tortu-

ras, humilhações e sadismos até a mãe sequestradora estar no leito de morte e a libertar do compromisso. Morta, a “mãe» não precisaria mais do “salário” mensal do marido de Rosângela.

O que ocorre com aqueles que são privados de suas histórias? Quais os efeitos de não saber das próprias origens? Mais que isso, o que ocorre com aqueles que não encontram registro no próprio laço social do que lhes ocorreu, do que os constitui mais intimamente? Se o mais fundante/fundamental do que ocorreu a esses sujeitos que foram roubados por militares na época da ditadura brasileira não encontra inscrição mínima no laço social, algo dos fundamentos desse sujeito não encontra valor de realidade, valor de verdade. A mentira compartilhada pela história oficial de que tais crimes nunca ocorreram no nosso país, faz com que esses sujeitos não encontrem o traço que os ligue a essa sociedade, perdendo o pertencimento, o lugar, esse algo que nos liga ao campo social e que nos faz únicos. Ficam perdidos no que lhes é mais singular. É uma espécie de morte. Sem nome, sem registro, sem lugar. O crime que marcou suas vidas, que fundou seu mais profundo íntimo, que matou simbolicamente suas origens e a possibilidade de receber a transmissão de seus antecessores é mais que negado, é como se nunca tivesse existido. E, se os fundamentos de um sujeito não encontram inscrição em uma cultura, sua própria possibilidade de existência está impossibilitada, mesmo que respire, ande, se alimente, trabalhe.

É por essa razão que dizemos que o compromisso ético da psicanálise é a inscrição e fazer resistir no campo social o que foi apagado. Inscrever para resistir. Inscrever para que o sujeito possa efetivamente existir.

É preciso muita memória para produzir esquecimento. É preciso muita memória para não transmitir os horrores de quem os viveu para os próprios filhos e netos. E isso se aplica no campo «individual» e se aplica ao campo coletivo. Enquanto esses crimes não forem ins-

critos como verdade, cairemos sempre na lógica da repetição e, mais que isso, condenaremos essas pessoas ao Cativoiro sem Fim.

Mais uma volta ao começo

Quem será a minha colega de escola neta do Médici? Nunca a conheci realmente. Será que acredita na legitimidade dos crimes perpetrados pelo avô? Acha que tinha que matar, torturar, estuprar, roubar crianças mesmo? Será que acha que não tem nada a ver com isso, que já passou? Ou será que faz parte das filhas e filhos corajosos dos ditadores/torturadores que querem se afastar dos crimes dos pais/avós? Não se afastar pelo esquecimento—que sempre retorna—mas pela memória. Terá ela tido a coragem de enfrentar os demônios mais terríveis?

Sabemos que os descendentes dos criminosos, mesmo que não haja reconhecimento de tais crimes, também os transmitem para seus descendentes. Seja na culpa, quando os descendentes acabam ocupando o lugar da vítima dos crimes perpetrados pelos seus antecessores; seja na repetição dos crimes, quando os descendentes acabam desumanizando e continuando os crimes dos antecessores, seja em ato, seja simbolicamente. A inscrição na cultura, o reconhecimento dos crimes e a inscrição da verdade e, conseqüentemente, a construção de uma realidade onde o que foi apagado possa reaparecer no discurso de uma sociedade, é a única forma de existência para aqueles que ocupam as bordas da história oficial. E é também a única forma de estancar a repetição traumática.

Assim como as crianças sequestradas pela ditadura brasileira eram desmentidas, Eduardo Reina com seu livro passou pelo mesmo processo. Em uma publicação sobre o nosso Museu que saiu no Correio da APPOA (2023), Eduardo escreveu assim, em um texto que ele intitulou «Uma parceria inusitada que rendeu frutos e vontade de viver»

“(…) Minha vida foi muito impactada desde o início da investigação sobre os sequestros dos bebês e crianças. Primeiro porque são histórias humanas que chocam. Chocam muito. Depois porque foi necessário enfrentar uma série de obstáculos durante todo o processo de feitura do livro.

Uma coisa é certa. Durante a apuração consegui manter o espírito de repórter acima de tudo. Só não conseguia enxergar, e talvez não quis sentir, que tudo aquilo me feria por dentro.

O repórter durão prevaleceu. O ser humano tocado e ferido ficou escondido.

O resultado desse processo todo foi o surgimento de uma doença quase mortal que me tirou de circulação por dois anos. (…)

Meu sentimento primeiro foi de estranheza ao receber a proposta (do Museu das Memórias *(In)Possíveis*). Mas compreendi a importância de tudo o que estava acontecendo, e continua até hoje.

Fui muitíssimo bem acolhido pelos integrantes da Associação e do Museu. Nossa relação beira a cumplicidade, no bom sentido desse termo. Todos trabalhamos em busca de um bem social, para escutar e dar voz a aqueles que foram excluídos, ocultados pela história. Dar voz a quem nunca teve a oportunidade de ser ouvido.

(…)

O conteúdo da exposição foi formatado em conjunto ao longo de meses desde 2021. Eu estava convalescendo de várias cirurgias e tal trabalho serviu de combustível para meu ânimo e minha sobrevivência, com toda certeza.

Me senti acolhido e acalentado. Mais que isso, me senti respeitado e ouvido, assim como penso ter agido/feito com as vítimas desse crime que o livro “Cativeiro sem fim” denuncia” (Rena, 2023).

Eduardo traduz em doença física, em uma quase morte, o que é ouvir/receber a história de quem não tem efetivamente lugar na cultura. Sua denúncia em livro reportagem não recebe o lugar simbólico

de verdade e justiça que os crimes clamam. Sofre no corpo o que sofrem os que foram roubados quando crianças, ao mesmo tempo que se torna uma vítima da falta de reconhecimento efetiva no Brasil por denunciar tal crime. Efetivo aqui, seria uma comoção e discussão popular, julgamentos, prisões dos responsáveis etc.

Rosângelas, Eduardos, Iracemas... quantas Antígonas não encontraram alguém que as escutasse. Quantas vidas destruídas pelo apagamento mortífero que mata corpos e possibilidades de existência em nome de uma História Oficial unívoca.

Antígona, com seu sacrifício, denunciou Creonte e as leis injustas da cidade. Seu sacrifício não foi em vão. Quantos se sacrificam por nada por não ter quem os escute? O que teriam a dizer? Sacrifícios individualizados, patologizados. Vidas desperdiçadas. Perdemos nós que não os escutam. Que não escutam a força de transformação na forma como vivemos, na forma como nos relacionamos, na forma como pensamos o mundo. Mundos perdidos e apagados, resistências destruídas.

Referências

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FREUD, Sigmund (1912). **A Dinâmica da Transferência**. O.C. Rio de Janeiro: Imago, 1996a.

FREUD, Sigmund (1919). **O Estranho**. O.C. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

LACAN, Jacques (1959-1960). **O seminário, livro 7**: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *In*: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 20 de fev. 2024.

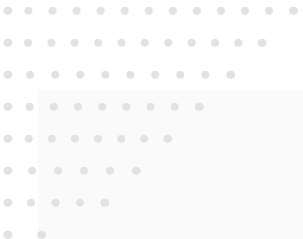
REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim:** as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

REINA, Eduardo. Uma parceria que rendeu frutos e vontade de viver. **Musealizar: registros, relatos, retratos. Correio da APPOA.** Porto Alegre, n. 337, nov. 2023. Disponível em: https://appoa.org.br/correio/edicao/337/uma_parceria_inusitada_que_rendeu_frutos_e_vontade_de_viver/1351. Acesso em: 3 mar. 2024.

RIECK, Máira Brum. **Enigmas do nome próprio:** um encontro entre psicanálise e prostituição. Curitiba: Appris, 2022.

ROSA, Miriam Debieux. **A Clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento.** São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

SÓFOCLES. **Antígona.** In: A Trilogia Tebana. 10 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.



TESTEMUNHOS DA PANDEMIA: NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA POR-VIR

Alexandre Costi Pandolfo

Pesquisador independente

Francielle Limberger Lenz

APPOA

Maria Soledad Méndez

Pesquisadora independente

Os últimos três anos de vida e da nossa história comum foram marcados pelo atravessamento de uma experiência traumática e catastrófica de nível mundial: uma pandemia. As marcas que essa vivência deixa têm dimensões que ainda precisamos compreender e elaborar. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a Covid-19—doença provocada pelo vírus SARS-CoV-2 ou novo Coronavírus—como uma pandemia, pela sua expansão geográfica. Coincidentemente, um dia depois dessa categorização da situação mundial de emergência em saúde, no Brasil, ocorreu a primeira morte atestada por causa da Covid.

Ainda que parecesse evidente a gravidade da situação, as notícias sobre o novo vírus chegaram num cenário global que poderíamos chamar como “era da pós-verdade”. No Brasil, em particular, a pandemia chegou no contexto do governo de Jair Bolsonaro, atual líder de extrema direita no país, que assumiu a presidência da República

nos anos de 2018-2022, exercendo-a com um modo de governo organizado, desde antes da campanha presidencial, na base da construção e divulgação de *fake news* que sustentavam a “realidade” que aquele governo gostaria de organizar, de administrar. Um jogo de linguagem e de imagem perversamente jogado.

Nas condições de forte polarização política que já vinha se estruturando, com a criação de inimigos em sua realidade paralela, a construção retórica do governo diante da situação sanitária global retirava discursivamente a gravidade da pandemia, isto é, não a tomava como uma ameaça ao bem coletivo, limitando-a a superficiais e manipulados “debates” político-partidários, especialmente nas redes sociais virtuais. O ex-presidente brasileiro, no período que coincide com o início da pandemia até 2022—que foi o período mais crítico da situação de emergência em saúde —, atuou com deliberado descaso às medidas sanitárias necessárias e recomendadas pelos organismos de ciência e saúde, tanto locais quanto internacionais; menosprezou a urgência da vacina produzindo uma demora criminosa no ingresso desta no país; banalizou as mortes, escandalosamente numerosas; e jogou na responsabilidade individual das pessoas à decisão de cuidar (ou não) da saúde da população, com o argumento de estar priorizando a economia—para que “não parasse a economia”.

É importante também apontar para mais alguns elementos que agregam complexidade ao cenário: a disseminação do vírus ocorreu numa sociedade e numa população profundamente desiguais; tal sociedade é estruturalmente racista; a disseminação do vírus foi uma realização de ordem *necropolítica*¹, cuja instalação e manutenção no território brasileiro e latino-americano remonta a épocas coloniais, pré-republicanas. A pandemia, nessa conjunção, traduziu-

1 Necropolítica pode ser definida como o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, o “deixar morrer” se torna aceitável, mas não aceitável a todos os corpos. O corpo “matável” é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça. Isso se expressa, por exemplo, no acesso da população aos direitos de saúde, moradia, alimentação, cultura, segurança, e aos meios de sobrevivência de modo geral.

-se num verdadeiro genocídio da população brasileira de modo geral e de modo ainda mais violento nas populações vulneráveis (por condições de raça, classe ou fragilidades no acesso à alimentação e à saúde).

Carla Rodrigues, no seu livro “*O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero*” (2021), se posiciona diante da catastrófica situação da pandemia no Brasil, propondo que “a tragédia das mortes por Covid-19 no Brasil é dupla, está tanto no descaso com a vida quanto no desprezo em relação aos mortos, expressos na ausência de demonstração de luto público. A ausência de práticas de celebração e rememoração é a marca do desamparo coletivo que vem se somar ao desamparo singular do sujeito enlutado” (Rodrigues, 2021, p. 18).

No Brasil, resulta impactante não somente o número trágico de mortos, mas também, especialmente, a indiferença de uma grande parcela da sociedade diante dessa tragédia coletiva (e não devemos nos restringir apenas aos alinhados subjetiva e plenamente à retórica bolsonarista). Aos nossos olhos, ressaltou-se que a obliteração do luto no discurso oficial governamental a respeito desse momento crítico aquartelou-se tragicamente na indiferença.

Três características da gestão da pandemia pelo governo Jair Bolsonaro, exemplificadas em algumas das suas lamentáveis expressões², parecem definir o discurso e a forma de realização da necropolítica, no recorte do período, no país:

- a des-implicação do governo nas possibilidades de ação diante da situação sanitária e social. “*Quer que eu faça o quê? Eu sou o Messias, mas não faço milagre*”, disse em abril de 2020;
- a proposta da morte como destino ineludível, numa negação da especificidade das condições de morte pela Covid. “*A gente lamenta*

2 As citações de falas do ex-presidente que colocaremos na sequência, foram extraídas do texto de Fabio Luis Franco, “Estratégias necrogovernamentais do governo federal para a gestão da pandemia no Brasil”, *post-scriptum* numa reedição do seu livro “*Governar os mortos. Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*” (Franco, 2021, p. 135).

todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”, disse o então presidente em junho de 2020;

- a recusa das lágrimas e a necessidade de um tempo de espera, de demora, de cuidados com os outros e consigo mesmo. “*Nós temos que enfrentar os nossos problemas. Chega de frescura, de mimimi. Vai ficar chorando até quando?*”, afirmou vociferando, em março de 2021.

A necropolítica, enquanto empreendimento racional de governo, administração da morte e da vida da população, utiliza como recurso discursivo, justificativo, imaginativo mecanismos de inferiorização do outro, que podem ou devem ser entendidos como um mecanismo “decisório”—no sentido de operarem cisão, de fender, e mesmo no sentido de suspensão—por exemplo, das leis fundamentais—em nome de um qualquer fundamento místico das leis. A separação, a divisão entre humanos e não humanos (e, portanto, inimigos, ou, pelo menos, matáveis) foi empreendida um sem número de vezes na história e sempre houve uma razão para justificar, levar a cabo e fazer com que somente algumas vidas e formas de vida tenham direito à existência.

Na contra-corrente da realização governamental da morte e, portanto, face a face, corpo a corpo, tempo a tempo, o nosso trabalho procurou sedimentar um espaço-tempo para o luto. É nesse contexto que dizemos que o nosso é um trabalho *de e com e para* a memória. Por isso tornou-se tão importante para nós as palavras que escreveu Carla Rodrigues, a saber: “a condição de enlutável não é algo que se dê apenas quando a morte acontece, mas, bem ao contrário, ser enlutável é condição para que uma vida seja cuidada desde o seu nascimento, é condição para que uma vida seja reconhecida como vida” (Rodrigues, 2021, p. 87).

Entendemos que escutar o sofrimento que se produziu como efeito de uma experiência trágica como foi o atravessamento da pandemia no Brasil, por causa do modo peculiar em que essa pandemia foi ges-

tionada, é uma aposta na vida, no cuidado com a vida, uma política de vida, radicalmente contrária a uma necropolítica, porque nos permite, na tramitação do luto no laço social, restituir algo da condição humana e mesmo lutar pela condição humana.

Luto e clínica: um apelo a nossa responsabilidade

O ano de 2021 encontrou cada um de nós que viemos a compor o Coletivo Testemunhos da Pandemia no cenário descrito acima. Jogados a uma experiência enlouquecedora e perversa de individualização das estratégias de sobrevivência (isolar-se ou não, circular ou não, aglomerar ou não, usar máscara ou não, vacinar ou não etc.), a pandemia no Brasil não só matava com morte biológica, mas também com a morte do silêncio, do desmentido, da denegação, do esquecimento. O que fazer diante do sofrimento que nos passa, perpassa, que nos atravessa? O que ofertar, enquanto psicanalistas? Como ofertar? Radmila Zygouris (2011, p. 35) escreveu sobre doar à psicanálise. Doar o quê? Como? O que contaremos para as futuras gerações em relação a este tempo, sobre como, onde e fazendo o quê? Essas perguntas ecoavam em nós. Podemos entendê-las como apelos à nossa responsabilidade, como formas de interrogar a urgência que exsurgiu no coletivo, sem deixar de singularizar os seus ecos. E também como uma aposta de que se pudesse expandir, abrir ao coletivo do nosso povo, o leito da memória.

Tratava-se, para nós, de encararmos a responsabilidade ética perante a devastadora sofrência promovida pela violência de Estado. Era preciso escutar isso. Registrar, ainda que fragmentariamente, tais escutas. Ofertar espaço à escuta. Algumas referências de trabalho que conhecíamos ou das que tínhamos sido partícipes, colocavam a psicanálise como uma ferramenta para a reparação psíquica e histórica em situações de traumas coletivos, por exemplo, através da restituição das condições sociais de inscrição do luto. Atentemos às palavras de Marcela Gomes (2021, p. 46): “Em contexto de necropolítica

e violência de Estado, a escuta clínica se torna um ato de resistência e de afirmação da vida por se configurar em uma força instituinte frente ao processo de dessubjetivação de determinados corpos”. Trata-se de um esforço de recobrir de valor a singularidade das incontáveis vidas perdidas, de restituí-las à sua dignidade de enlutáveis; de recobrir de valor o espaço de fala e de escuta sobre esse sofrimento—não sem procurar tornar visíveis os nexos de responsabilidade, cotidianamente recusados, entre as mortes em massa e a ação política.

Para Marcela Gomes,

Em um contexto de industrialização e descaso com as mortes de pessoas não passíveis de luto (Butler, 2015), a escuta de biografias que viraram números (Diniz, 2020) é uma reparação psíquica e política: psíquica, pois permite um lugar à palavra, à elaboração e (re)significação; política, pois visibiliza histórias que são jogadas na vala comum da história coletiva, que são soterradas por estatísticas e insensíveis aos ouvidos de muitos/as de nós. Ao testemunhar essas narrativas, imprime-se marcas na memória coletiva em um país que, culturalmente, atua no apagamento de suas violências e arbitrariedades estatais (Gomes, 2021, p. 57).

Esta aposta também foi a de um tempo-espaço de parada, interrupção, de descontinuar um curso aceleracionista frenético no qual estamos todos praticamente submergidos. Na contramão da ideia de “seguir adiante” e “não parar (a economia)”, nós nos propusemos a caminhar em passo lento—e escutar e ler e falar—no passo lento que a urgência do primeiro tempo nos legou na direção de uma futura elaboração do luto coletivo, entendendo este como um ato ético e político, no limiar do possível, um ato de memória e reconhecimento.

Carla Rodrigues, no texto “O luto entre clínica e política”, escreveu:

Luto como ato me ajudaria a dizer que o mero ‘continuar’ da normalidade e a indiferença aos mortos violam o direito à tristeza de quem fica e a memória de quem partiu. [...] Insistir na mera continuação da vida como se nada tivesse acontecido, como se a morte, por ser o destino brutal da vida, não fosse também de uma brutalidade sem nome, é negar aos mortos o seu lugar na memória (Rodrigues, 2021, p. 17).

Entendemos, pois, esta proposta de escuta e registro que o nosso projeto sustenta como uma proposta clínico-política. Apoiamos referencialmente na chamada clínica do traumático, trabalhada por Miriam Debieux Rosa (2018), que entende que, para ter condições de uma escuta que realmente opere, quando se trata de elaboração do traumático na dimensão sociopolítica do sofrimento, são necessárias estratégias coletivas. É a precondição para o luto a retomada de uma coletivização do sofrimento e das estratégias de elaboração. Nessa reelaboração do campo simbólico, é que cada um pode amarrar seu processo singular. É nesse sentido que compreendemos a escuta psicanalítica como um dispositivo que pode operar em espaços diversos; nos consultórios, nas instituições, na rua, na cidade, em meios virtuais.

O conceito de Testemunha trabalhado pela psicanalista Jô Gondar (2017) também orientou nosso modo de entender e nos posicionarmos na escuta do sofrimento traumático, na mão dupla da sustentação de um espaço-tempo íntimo e seguro o suficiente para a construção de uma narrativa testemunhal (sempre singular, sempre inacabada), que frequentemente pode surgir das experiências traumáticas como tentativa de elaboração na apelação de um terceiro que testemunhe, em simultâneo, com a construção das condições no discurso social (no campo simbólico) de recepção dessas narrativas e a inscrição dessas memórias para uma possível elaboração—sempre coletiva—do traumático.

Entendemos, junto com a autora acima referida, que “é preciso que alguém testemunhe o testemunho” para que ele tenha um efeito de elaboração traumática, ou seja, não somente é sobre a dimensão terapêutica de uma narrativa subjetivada, que possa atenuar o sofrimento do traumático, mas é preciso ser levada em conta a perspectiva do terceiro, um outro capaz de ver a cena “de fora”, de forma de reinscrever no laço com o outro aquela narrativa que se admite paradoxalmente inenarrável (Gondar, 2017, p. 191).

Também do ponto de vista filosófico encontramos sustentação para a exigência testemunhal de não esquecimento, à qual nos propomos. Segundo Jeanne Marie Gagnebin (2006, p. 97), “na história, na educação, na filosofia, na psicologia o cuidado com a memória fez dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens”. As articulações filosóficas que Gagnebin vem promovendo em seus textos sobre o tema da memória, da perelaboração e do trauma apresentam diálogos com pensadores como Sigmund Freud, Walter Benjamin, Theodor Adorno, Paul Ricoeur, Giorgio Agamben, Beatriz Sarlo, dentre outros. Pensadores que orientam os mais agudos e radicais trabalhos psicanalíticos de elaboração do luto em relação a um passado presente desenvolvidos especialmente após a segunda metade do século XX. Tais articulações apontam para a contramão da excepcionalização da violência passada, sofrida, promovida pelo Estado. Quer dizer que procuram desmontar os argumentos que reduzem a memória do sofrimento a histórias individuais, apelando sim para uma elaboração propriamente coletiva—que libere não apenas a memória do passado, mas as possibilidades de emancipar o futuro—porque o desmentido referente aos diversos genocídios dos quais tomamos conhecimento pelos seus testemunhos alcançam o dia de hoje na continuidade fática das práticas abusivas, violentas, toleradas e mesmo promovidas por meio do Estado.

Entre-nós

Nos últimos meses de 2023, refletíamos sobre o local do nosso trabalho de escuta, que é um trabalho de memória. Onde se deram as nossas escutas coletivas? Em que terreno, em que sociedade, em que língua? Como se deram? Afinal, o que se deu? Refletíamos, a bem dizer, sobre nosso trabalho, como sempre o fizemos, mas, especificamente, sobre o que quer dizer isso: ofertar um lugar. Estávamos provocadas pela leitura do livro *“Psicanálise e psicoterapia”*, de Radmila Zygouris (2011), que escrevera sobre o “entre”, que uma análise precisa compartilhar—aquilo que não se encontra nem na posição do analista, nem na do analisante, mas no espaço entre ambos (o que nos permite dizer, por exemplo, ele e o outro / eu e o outro) -, a “atmosfera” de um lugar, o leito, no sentido que se pretende ao falarmos “com” quando dizemos “junto com”, mas também no sentido temporal, como momento psíquico, já que o “entre”, por um lado, será produzido pela análise. Assim como dizemos que a transferência se produz e é de forma alguma estável, ao mesmo tempo em que porta uma das condições de possibilidade da análise, portanto, produz a análise e dessa forma responde a uma época própria, na qual analista e analisante são contemporâneos. Trata-se de conceber o tempo-espaço próprio, quer dizer, singular da análise, sem desentender os fios da meada do laço social por meio dos quais a psicanálise pode de fato exsurgir, dar-se. Isso se envolve justamente com os tempos mediante os quais uma análise se torna possível, assim como com a abertura de caminhos futuros para eventuais segundo ou terceiro ou qualquer outro tempo para a análise—tal como Zygouris escreveu, ilustrando com um caso clínico o que ela entende por “espaço entre”.

Jô Gondar também nos convidam a pensar nesse espaço intersticial, quando pensam na função de testemunha do analista:

Diferente de [um] terceiro concebido sob uma lógica estrutural, a função de testemunha do analista põe em jogo um lugar que não é o da lei ou da norma, e sim, de algo que existe an-

tes que qualquer forma se imponha. Esse lugar não poderia ser configurado com nitidez. Ele é intersticial (Gondar, 2017, p. 193).

Mas, além disso, ressoou em nós também outro sentido para o termo tempo-espaco “entre”: aquele que invocamos quando convidamos alguém que chega para entrar num lugar. Algo como atravessar uma soleira, um limiar—mas sem subsumir os lugares de passagem, sem sublevá-los; algo como “embarcar” numa travessia, como certa vez sugerimos numa de nossas reuniões, “entrar” que se oporia assim ao “embargar”, aos obstáculos, aos impedimentos da e para a fala e da e para a escuta.

No interior do genocídio que foi a pandemia no Brasil, o trabalho psicanalítico do Coletivo Testemunhos da Pandemia—produzir as condições para que o luto aconteça—foi levado adiante também por meio de prendedores e fios, desafios, de notícias de vozes e vidas perdidas ou sobrevividas. E para isso montamos um varal. Sutil, efêmero, ao vento, delicado trabalho de suporte para o que virá, com o que nos comprometemos na esperança da travessia do luto, trabalho-espaco frágil de escuta e de ato, por meio do qual oferecemos aberturas, tempo-espaco de entrada, convites para passarmos ao registro, ao arquivo viável, nomeável. Talvez possamos encarar isso como construções de formas capazes de situar, de localizar, de amparar os sujeitos, os assujeitados, o público, o íntimo etc. Mas, ainda assim, é importante sustentarmos a pergunta: que lugar é esse, o do varal? Que lugar é esse, o do desafio? Que lugar é esse, o do coletivo?

Colocarmo-nos diante da empreitada da memória exigiu também de nós trabalhos de elaboração e produção dos nossos próprios testemunhos. Exigiu de nós enlutarmo-nos. Nós nos demoramos. Choramos. Nós nos carregamos uns aos outros e mais além. Emprestamos as vozes, dispomos tempo à escuta. Um urgente primeiro momento para nos ocuparmos do trauma, do desmentido, do des-caso, do desfrute—através dos seus reconhecimentos e desconheci-

mentos. Para o luto advir e a partir dele sustentarmos a construção de uma memória coletiva. Um jogo com o tempo.

Assim foi que a construção de memória delineou-se no nosso horizonte. E o *Museu das Memórias (In)possíveis*³ alojou o nosso desejo, permitindo-nos inscrever nele um arquivo, um espaço: a Coleção de Testemunhos da Pandemia. Um lugar real virtual de resguardo, provisório e em construção permanente, dos testemunhos que vão se produzindo e se colhendo e recolhendo.

Ao nos perguntarmos pelos “entre” em nosso trabalho, perguntamo-nos pelos atos, gestos, modos, dispositivos de inscrição do luto, de produção dos testemunhos e de construção de memória, como quem reconhece que esta que nos ocupa ainda é uma tarefa longa. E que, nela, o povo encontra a oportunidade de encarregar-se de sua própria história—a das vidas e dores jogadas às valas da sociedade (jogadas não por “mero” esquecimento, mas por vias administrativas efetivas), não só no período pandêmico (que, como vimos, evidenciou uma necropolítica e que, como ato e instrumento de governo, em sua história, não se restringe a uma administração de 4 anos), mas também no porvir em construção do laço social, algo como um “pós”, a disputa pelo futuro, por um outro futuro. O nosso entrelugar tornou-se, nesse sentido, o da memória porvir.

Memória por-vir

O trabalho com o testemunho, no que concerne às implicações psicanalíticas junto ao laço social, historicamente falando, procura restabelecer a condição da palavra a respeito daquilo que se encontra nos limites do dizível, envolvendo-se, por isso, com as formas possíveis de restituir o sofrimento ao âmbito coletivo. Trata-se de uma fala e de uma escuta que se equilibram, apenas fragilmente, entre a reparação do irreparável e a recriação de passagens possíveis do indivíduo ao grupo, ao público. Alguns dos conceitos psicanalíticos mobilizados

3 Disponível em: <https://museu.appoa.org.br/site/>

para o empreendimento desse trabalho são: a escuta, a fala, a falta, a falha, o esquecimento, a denegação, a memória, o lapso, a criação, a demanda, o ato, a transferência, o grupo, o sujeito, a língua, o corpo, o trauma, o luto etc. Foi com esses materiais que pudemos levar adiante nosso trabalho. Algumas das muitas perguntas (para além das já mencionadas) que constantemente estiveram em nosso horizonte foram: o que é um luto? O que é um testemunho? O que é sofrer um genocídio? Como escutar esse sofrimento? O que é e como funciona uma clínica psicanalítica pública?

Trabalhamos mergulhadas e mergulhados nas perdas que ainda hoje se somam. Procuramos, junto ao gesto da escuta, registrar, arquivar. Escavar, encontrar, criar lugares “entre”. Enfrentar as consequências, as sequelas, as mazelas das doenças e dos sofrimentos biológicos e psíquicos. Enfrentar e encontrar outrem—tão perto, tão longe. Enfrentar a atomização e o novo enlaçamento possível. Procuramos testemunhar os testemunhos que nos chegaram, o descaso com as mortes causadas, a impunidade, a denegação, sustentando a interrogação frente às racionalizações ardilosas que apesar de tudo “justificam” o injustificável e apostando na vida e na linguagem ativa, criativa, que subsidia todo futuro possível. E o que ficou evidente em uma das escutas que fizemos: que nos alertava para o fato de que, vivendo, sobrevivendo, ainda assim, a gente morreu de muitas formas.

Nossos dispositivos de trabalho foram variados. Nossos materiais também. Envolviam-se sobremaneira com as chances de redimensionar os encontros, o tempo-espço, a casa e a rua, o singular e o coletivo. Registros em texto, vídeo ou foto, documentários; ações em praça pública; contatos com trabalhos semelhantes ao nosso, sejam psicanalíticos, literários, biográficos ou cinematográficos; e, especialmente, a reflexão de grupo constante, incessante sobre nosso próprio afazer, parte substancial fundamental da nossa transferência de trabalho.

A escuta do testemunho, tal como aprendemos com os pesquisadores e as pesquisadoras do tema, não se prende meramente aos fatos contados—ainda que não os possa sublevar ou subsumir -, mas se deixa carregar pelas frestas, pelas lacunas, pelas fendas que subsistem na articulação deles. Sua verdade é experiencial. Faz exigências para além, para fora do domínio da língua falada, justamente assim experimentando a exigência de falar contra toda comunicação possível e impossível. Por isso, chegamos a aventar que a fragilidade de uma escuta testemunhal combina com a fragilidade de um bilhete deixado no tempo, que não tem garantia alguma de sua sobrevivência. É na atmosfera de caminhada que esta imagem do bilhete carrega que pudemos pensar nas nossas formas de abordagens e nos nossos dispositivos de trabalho, interrogando-nos: como vem sendo construída a memória do nosso tempo? Como cuidar das pessoas que lidam com o cuidado da memória? Quais as implicações adjacentes à sustentação da escuta na pandemia, da escuta da pandemia e sobre a pandemia? O que fazer com a memória desse tempo sobrevivido? Nosso trabalho lida com os desafios propostos nessas perguntas. A provisoriedade do nosso trabalho, que podemos nomear a transitoriedade dele, ou mesmo sua ruínologia ou seu deperecimento próprio (brincando com os sentidos possíveis para a expressão *Vergänglichkeit*) nos fizeram perceber que ele também se transformou no esteio de futuros trabalhos, que do nosso advenham.

“Testemunhar, de parte do analista, não implica apenas acolher ou conter. Implica, primordialmente, reconhecer” afirma Gondar (2017, p. 193). O reconhecimento seria o avesso ao desmentido, o que “envolve o descrédito da percepção, do sofrimento e da própria condição de sujeito daquele que vivenciou o trauma” (Gondar, 2017, p. 193). Ou seja, reconhecer a singularidade, num presente congelado pelo traumatismo, que o coloca no lugar de vítima, para abrir possibilidades de futuro. Como Judith Butler (2019), teórica contemporânea do problema do reconhecimento propõe, “pedir por reconheci-

mento, ou oferecê-lo, é precisamente não pedir por reconhecimento do que já somos. É solicitar um devir, instigar uma transformação, fazer um apelo ao futuro sempre em relação ao Outro” (Butler, 2019, p. 66). Justamente isso que queremos dizer com sustentar a possibilidade de que um dia a memória desse tempo possa se construir, porque não entendemos a memória como o passado acontecido, pronto e acabado, mas sim como o futuro porvir. A memória torna-se futuro porque não se encontra cerceada, sentenciada ao ocorrido, mas porque abre os horizontes do amanhã, permitindo-o, admitindo-o.

Até o final da redação deste texto, as mortes registradas por Covid-19 foram de 712.038 pessoas (segundo os dados atualizados até o dia 10 de maio 2024).⁴ Que elas vivam na nossa memória.

Referências

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

DE SOUSA, Mériti (org.). **Desigualdade, diferença, política**: análises interdisciplinares em tempos de pandemias. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021, mimeo.

FRANCO, Fabio Luis. **Governar os mortos**. Necropolíticas, desaparecimento e subjetividade. São Paulo: Ubu, 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: 34, 2006.

GOMES, Marcela. Pandemia, direitos humanos e violência de estado no Brasil: a aposta no dispositivo clínico-político como um ato de resistência e de afirmação da vida. *In*: DE SOUSA, Mériti (org.). **Desigualdade, diferença, política**: análises interdisciplinares em tempos de pandemias. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021, p. 41-60, mimeo.

GONDAR, Jô. O analista como testemunho. *In*: SCHUELER REIS, Eliana. GONDAR, Jô. **Com Ferenczi**. Clínica, subjetivação, política. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017, p. 186- 197.

4 Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 10 maio 2024.

RODRIGUES, Carla. **O luto entre clínica e política: Judith Butler para além do gênero**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2018.

ZYGOURIS, Radmila. **Psicanálise e Psicoterapia**. São Paulo: Via Lettera, 2011.

CORPO-DOCUMENTO E CORPO-MEMÓRIA EM FUNCIONAMENTO NA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Maria Cleci Venturini
Unicentro/UFPR

O corpo ausente (re)presentifica [...] o espaço vazio deixado por aqueles que tiveram suas vidas usurpadas pela política de morte (Fernandes; Venturini, 2023, p. 118).

O corpo bóia. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina. O que fazer com ele? O corpo é como o lixo atômico. Fica vivo. O corpo é como o plástico. Não desintegra. A carne apodrece e ficam os ossos. Forno crematório não resolve. Ficam os dentes, ficam as cinzas. Fica a memória. Ficam as mães. Como na Argentina (Veríssimo, 1985, p. 129).

Atando e desatando fios, construindo possibilidades e (im)possibilidades

As epígrafes recortadas para iniciar esta intervenção sintetizam, ilusoriamente, a proposta do texto e nem de longe indiciam a dificuldade de escrevê-lo e o turbilhão de ideias e de angústia que a temática tem suscitado. Também não dimensionam a permanência da história e de acontecimentos do período ditatorial que se atualizam em discursos do tempo presente, tornando-os sempre mais aterradores. Luiz Fernando Veríssimo é um dos autores que presentificam em textos

que encaminham para discursos os ausentes/presentes e narrativiza nesses acontecimentos.

Os discursos e as memórias que ressoam na obra de Verissimo se constituem por uma linguagem metafórica, marcada por efeitos de incompletude que necessitam da história para serem lidos/interpretados/compreendidos (Orlandi, 2004) por sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente. Trata-se de textos que trabalham a linguagem, pela língua “trapaceada” (Barthes, 1997, p. 16) é “salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite a língua fora do poder”, exercendo a liberdade de poder dizer, talvez pelo não compromisso com a veracidade.

Trata-se da “língua desviada” Barthes (1997, p. 17) que possibilita o retorno, que diz muito de acontecimentos históricos que fazem rede com outros acontecimentos e nos enredam, pelas relações e implicações com já-ditos e também com não-ditos. Enredam a ponto de ficarmos sem saber O QUÊ dizer, do tanto que se QUER dizer, especialmente, do que pode e não pode ser dito, principalmente, pelo modo como em textos curtos retornam práticas sociais, históricas e políticas, denunciando a crueza e a maldade humana.

Esse poder dizer e não poder dizer indica o excesso e também a falta. O excesso decorrente das redes de memória que se formam na escrita sintética, densa e seca de Verissimo; trazendo o excesso de acontecimentos passados, constituindo efeitos em sua escrita; pelo excesso de concretude e, contraditoriamente, pelo excesso de abstração. A falta de palavras; a falta e a falha constitutiva do sujeito dividido e preso a tempos e espaços que o engessam, enfim, a falta necessária, primeiro porque é impossível tudo dizer e, também porque tentar fazê-lo rompe com a concepção de sujeito sempre incompleto e dividido.

A escrita desse conto tem como fio condutor o funcionamento metafórico que aproxima o corpo, a memória e a história, colocando-os em domínios de memória distintos, mas próximos, de acordo

com o quê faz sentido na formação social. O nosso olhar sobre esta escrita indica, de início, a nossa filiação teórica à Análise de Discurso, disciplina de entremeio (Orlandi, 2004) que no seu fazer busca outras disciplinas, questionando-as e preenchendo furos com o que essas disciplinas deixam de lado. Não se trata de ser ‘servil’, mas de questionar, presentificar, colocar em suspenso.

O que se repete no conto é o corpo em suas várias nuances o que nos permite destacar que temos discutido o corpo-memória ancorado e sustentado no que entendemos como sendo o corpo-documento. Entendemos que o corpo-documento se inscreve como forma simbólico-discursiva na história, instaurando a ilusão de verdade e de objetividade, alicerçado na ilusão constitutiva do sujeito de que ele é a fonte do dizer.

Tendo em conta este delineamento e com vistas a estabelecer redes de memória e de sentidos e para pensar no corpo inscrito no discurso e, também, no político, temos como objeto discursivo o corpo mobilizado no conto “Como na Argentina”, de Luís Fernando Veríssimo. Essa textualidade foi publicada em 1982 no *Jornal Zero Hora/Porto Alegre* e em 1985, no livro *A Mãe de Freud* e, diante desse recorte, a questão que nos interpela é: como o corpo, invisível/sumido/resistente permanece presente/ausente em (dis)curso, ressoando por ele e nele a resistência que impede o esquecimento da violência de Estado e a ferida aberta nesses corpos e nas nações?

Com o objetivo de responder à questão proposta, problematizamos o funcionamento do corpo como metáfora da resistência e da luta pela democracia, para estabelecer os laços que o ligam ao presente da enunciação e com o passado – e também ao presente-passado, presente-presente e ao futuro em discurso. O destaque se encontra nas relações entre o texto de Luís Fernando Veríssimo e as ditaduras na América Latina, centrando na Argentina. No discurso, em que essas relações se presentificam em práticas autoritárias e ditatoriais que trabalham para não só tornar possível, mas também para realizar

a anulação imaginária do processo histórico, com sua duração e suas contradições próprias.

Metodologicamente, propomos recortar enunciados do conto “Como na Argentina”, discutindo o tempo presente que faz sentido em relação ao passado, cujo pensar dá visibilidade ao modo de interpretar e de colocar em (dis)curso as pesquisas em desenvolvimento. Para sustentar a relação com a história e os efeitos da historicidade, trazemos notícias acerca do voo da morte (o corpo boia), os enterros em covas rasas, as análises dos ossos para identificação e outras matérias que abordam os acontecimentos sobre o que corpo, sinalizando que o texto de Veríssimo não é história, mas a reclama para significar.

O corpo-documento e memória e feridas da América Latina

Os desaparecidos não desaparecem. Sempre há alguém sobrando. As valas comuns não são de confiança. A terra não aceita cadáver sem documentos. Os corpos são devolvidos, mais cedo ou mais tarde. A terra é protocolar, não quer ninguém antes do tempo. A terra não quer ser cúmplice. Tapar os corpos com escombros não adianta. Sempre sobra um pé, ou uma mãe. Sempre há um bisbilhoteiro, sempre há um inconformado. Sempre há um vivo (Veríssimo, 1985, p. 129)

A palavra corpo repetida é a metáfora do acontecimento histórico da ditadura em que o corpo funciona como forma de sustentar as práticas de morte e de tortura. Esse modo de organização faz funcionar a visibilidade da presença e da ausência na constituição de efeitos de sentidos a partir do corpo-documento e do corpo-memória como prática de interpretação, a qual, de acordo com Orlandi (2004, p. 63), ocorre pela relação língua, inconsciente e ideologia, que se ligam, conforme Pêcheux (1997), materialmente, perpassados pelo real da história, da língua e do inconsciente. Pêcheux (2016) enfoca três reais

[...] em que se manifesta *uma* relação problemática com o real, exclui de pronto que uma posição teórica organize seu dispositivo de respostas: trata-se assim de resistir ao sistema de falsas respostas que contornam a materialidade daquilo que está ‘em jogo’ na língua (Pêcheux, 2016, p. 17).

Perpassados por esses três reais, como analistas, diante de um texto como esse de Luís Fernando Verissimo com densidade e crueza bastante grandes sentimos o desejo de tudo entender, de tudo abordar, enfim “de recortar, extrair, reaproximar, construindo ilusoriamente, um dispositivo muito particular, como nos diz Pêcheux (2016, p. 25), uma leitura-trituração por nos ocuparmos, assim como os historiadores do acontecimento histórico que circula “no espaço do arquivo histórico”. No desejo de compreender um texto e a leitura-trituração, adentramos pelo viés da metáfora como um dos funcionamentos da língua no destaque desses reais, em que, conforme Gadet e Pêcheux (2004, p. 52), funciona o impossível de dizer e de não dizer.

Esse real é, portanto, “cortado por falhas” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 55), a ponto de romper com o princípio da univocidade, dando ao aparecimento do equívoco “exatamente no ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 64). O real da história, portanto, diz respeito ao equívoco, à falha e aos deslizamentos, impedindo que o sujeito identifique o acontecimento, obrigando-se a interpretar e aproximando a história do que se entende como interpretação. Pêcheux (2002) trabalha com o real-socio-histórico, que diz respeito aos processos e às práticas sociais. Já o real do inconsciente encaminha para o objeto *a*, que vem de Lacan, e se configura como a “causa” da divisão do sujeito.

Os três reais indicam deslizamentos e rupturas, ressoando a literatura permeada de liberdade, assumindo muitos saberes (Barthes, 1997). Diante do corpo como objeto de análise, dentro de um texto que se inscreve na literatura, destacamos o funcionamento do corpo-

-documento e do corpo-memória que tem nos mobilizado desde 2017. A ancoragem para falar do corpo como documento e como memória que sustentam metáforas vem de textos de Eni Orlandi, de Maria Cristina Leandro-Ferreira, de Jean Jacques Courtine, de Nádia Neckel, de Giovanna Benedetto Flores e de tantos outros analistas de discurso, destacando uma vez mais a incompletude e a impossibilidade de saturar os sentidos e as memórias.

Vale destacar, desde o início, que nos valem da história (documento) e da memória para significar o corpo, tomando-o como documento na relação passado, presente-passado, presente-presente e futuro (Venturini, 2009). No conto de Luís Fernando Veríssimo, o corpo é discursivizado como o quê ‘teima’ em retornar e, por esse retorno, entra na ordem do simbólico, configurando-se pelo real da língua, da história e do inconsciente (Pêcheux, 2016, p. 17).

Nesse percurso, pensamos de um lado a ausência, recortando dois movimentos: o da memória em que retornam dizeres em parte inacessíveis ao sujeito (interdiscurso) e o do que não “está lá” para ser comprovado, nos termos colocados por Catroga (1999, 2009) e Veyne (1998), como documento. No que tange às temporalidades e ao modo de analisar e discutir o acontecimento histórico e seus efeitos, os pesquisadores colocam-no em suspenso, referendando a relação incontornável com os documentos e a aproximação com o ficcional, imputado à impossibilidade de o sujeito vivenciá-lo, tendo em conta que ao escrevê-lo como história o passado é recriado, não como uma verdade, mas como uma versão, dependente de sujeitos e de suas filiações.

Nessa perspectiva, Paul Veyne (1998, p. 18) sublinha que “[...] a narração histórica situa-se para além de todos os documentos e se aproxima da ficção, apesar de manter o elo documental”. Entendemos, ancorando-nos nos dois historiadores, que uma das razões de a escrita da história aproximar-se da ficção, deve-se ao fato de que o sujeito-historiador não pode ser o próprio evento vivenciado. Resulta dessas aproximações a mobilização do corpo-documento e do corpo-memó-

ria, pensando que o documento sustenta versões, ainda que na Análise de Discurso, constitua efeitos e não verdades pela memória, como interdiscurso e como memória discursiva.

Assim, de um lado, sinalizamos, a presença pelo que ressoa o funcionamento dialético presença-ausência pela memória e pelas relações entre a história (passado), o discurso (presente-passado-futuro) na discursivização do corpo, que presentifica o corpo-morto, referenciado como o “céu da memória” em Catroga (1999), fazendo rede com os “passos do homem”, enquanto “restolho” do tempo. De acordo com o pesquisador, o corpo-morto significa como ausência que se faz presença pela representificação, pela qual os vivos ‘tentam’, inscrevê-lo em túmulos, aproximando o simbólico e a memória pela dissimulação da morte.

Trata-se de uma contradição e para dar conta do seu funcionamento, Catroga desde a sua tese de doutoramento, defendida em 1998, mobiliza a noção poética da ausência, desenvolvendo-a a partir da poética do saber, cunhada por Rancière (1994 p. 15) e definida como “um conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai à Literatura, se dá um estatuto de ciência e o significa. A poética do saber se interessa pelas regras, segundo as quais um saber se escreve e se lê [...]”. Nessa escritura, mobiliza a metáfora, entendendo-a pela relação real e simbólico, destacando que em relação a ela é preciso diferenciar o sentido próprio do figurado, priorizando, como é usual na história, o documento.

Na perspectiva discursiva e nas disciplinas com as quais ela discute suas questões, Pêcheux (1997, 2011, 2016), Orlandi (2004, 2023), Catroga (1999; 2009), Courtine (1999, 2011, 2023), Rancière (2014), Neckel e Flores (2023) pensam o corpo e o fazem, recortando o efeito metafórico e a metáfora, em que relacionam o real e o simbólico na discussão do corpo-político. Com esse deslocamento sublinhamos a presença-ausência na série de formulações, em que a ausência significa pela repetição (do que circulou antes em outro lugar, (Pêcheux, 1997),

funcionando conforme Courtine (1999, p. 21 “sob o modo do desconhecimento” que se faz presença pela repetição, como efeito “na ordem de uma memória lacunar ou com falhas” (Courtine, 1999, p. 21). A ausência e a presença instauram efeitos de evidência, que o analista de discurso busca desconstruir, tendo como pressuposto que a memória é lacunar e com ‘furos’.

Na mesma obra, Courtine (1999) refere à ausência e à presença na discussão em torno do estatuto do discurso e da memória, contrapondo a memória saturada à memória lacunar e com falhas. Este pesquisador e os demais estudiosos pautam em teorizações e produzem efeitos no trabalho discursivo com o corpo, dentro de um espaço-tempo, demandando as temporalidades. Compreendemos que a ausência vem do passado e se constitui em presença pelo que se repete, tendo lugar no eixo da formulação do que sublinhamos que o passado é sempre já passado (ausência), mas continua a ser uma presença latente por meio do que é ausente, mas também presente. Trata-se do contraditório, do que funciona junto, mas sinaliza para diferenças, afastamentos, contraidentificações.

Dessa forma, o ausente é presença pelo retorno de memórias e de discursos que constituem um corpo-memória a partir, especialmente, do que funciona como discurso transversal, em que há um encaimento perpendicular não-orientado, ligado à ausência, de acordo com Pêcheux (1997, p. 164), de “uma meta-relação de identidade”, que impede a sintagmatização, isto é, a presença no eixo da formulação.

Voltamos à metáfora como uma necessidade. Pêcheux (1997, p. 160) concebe a metáfora em relação ao sentido, a partir de duas teses, sendo que a primeira diz respeito à inexistência do sentido literal, ele “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo socio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições etc. são produzidas (isto é, reproduzidas)”. A segunda tese diz respeito às formações discursivas e ao fato de elas “dissimularem pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência ao ‘todo

complexo com dominante' de acordo com das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas" (Pêcheux, 1997, p. 162).

Vale destacar que desde 1969, em *Análise Automática*, Pêcheux já vem pensando na metáfora como efeito metafórico, entendido como

[...] o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse 'deslizamento de sentido' entre x e y é constitutivo do 'sentido' designado por x e y, esse efeito é característico de sistemas linguísticos 'naturais', por oposição aos códigos e às 'línguas artificiais' [...], em outros termos, um sistema 'natural' não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua" (Pêcheux, 2019, p. 54).

Discute a metáfora em relação a elementos solidários, que possibilitam considerando uma estrutura profunda uma série de superfícies. Na mesma obra, destaca que não há a passagem de uma sequência a outro por substituição, mas que duas sequências estão ligadas "uma a outra por uma série de efeitos metafóricos" (Pêcheux, 2019, p. 60). Isso não significa que o efeito atinja o todo do contexto de substituição, demandando a segmentação dos contextos. Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux (1997) apresenta os elementos semânticos, colocando três pontos. No primeiro ponto, o autor define a metáfora como

[...] processo sócio-histórico que serve como fundamento de 'apresentação' (donation) de objetos para sujeitos, e não como uma simples forma de falar que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria dado 'natural', literalmente pré-social e pré-histórico (Pêcheux, 1997, p. 132).

Já no segundo ponto, refere "à distinção entre duas figuras articuladas do sujeito ideológico, sob a forma de identificação-unificação do sujeito consigo mesmo [...] que introduz a ideia da simulação espe-

culativa do conhecimento científico pela ideologia” (Pêcheux, 1997, p. 132-133). Na terceira, aproxima o funcionamento metafórico de uma teoria não subjetiva da subjetividade,

[...] que designa os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o sujeito, situando-o (significando para ele o que ele é) e ao mesmo tempo, simulando para ele uma situação (esse assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito ‘funcione por si mesmo’, segundo a expressão de Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado* [...] (Pêcheux, 1997, p. 133)

A partir do que diz Pêcheux, Orlandi (2022) faz vários deslocamentos e amplia as discussões acerca dos efeitos metafóricos e da metáfora, destacando a relação entre formação discursiva, memória, metáfora com destaque para a articulação simbólico e ideologia, para a metáfora e a historicidade com considerações em torno da interpretação, para a metáfora como processo de significação, para metáfora real e verdade, chegando à narratividade como um funcionamento da memória.

Em seu texto, Orlandi (2022) também se utiliza da metáfora, reiterando caminhos e voltas e, desse modo, ao mesmo tempo que teoriza, mostra os processos, dando a ver análises já feitas e o modo como a metáfora tem sido produtividade dessa noção.

Como na Argentina: o corpo volta

O corpo não é reciclável. Dá para dissolver em ácido, mas não haveria ácido que chegasse para os assassinados do século. Valas mais fundas, mais escombros, nada adianta. Sempre tem um dedo acusando. O corpo é como nosso passado, não existe mais e não vai embora. Tentaram jogar o corpo no mar e não deu certo. O corpo boia. O corpo volta. Tentaram forjar o protocolo – foi suicídio, estava fugindo. O corpo des-

mentia tudo. O corpo incomoda. O corpo faz muito silêncio. Consciência não é biodegradável. Memórias não apodrecem. Ficam os dentes (Veríssimo, 1985, p. 129)

O conto Luís Fernando Veríssimo inicia com um enunciado “Como na Argentina” e por ele ressoa que o regime de exceção não aconteceu somente na Argentina. Esse efeito se constitui pelo conector ‘como’ que desencadeia e faz funcionar redes parafrásticas, do que se pode ler/interpretar/compreender que o Brasil e o Chile durante o período da ditadura repetiram as práticas de violência de autoritarismo já vivenciadas. Pela comparação, retornam memórias e discursos da ditadura na Argentina (1976-1983), no Brasil (1964-1985), no Chile (1973-1990). Esse “como” significa e legitima o título do conto, a começar pelas datas de início e de término desse regime de exceção. Na Argentina, o tempo cronológico não foi dos maiores, mas no Brasil e no Chile a duração temporal foi mais longa. Ainda assim, pelo número de mortos, se constituem efeitos de que o regime argentino fez mais vítimas nesse país.

A relação estabelecida pelo conector ‘como’ se discursiviza pela tecedura, tratada por Neckel (2019) como constituída por memórias que vêm desde o interdiscurso, sustentando o funcionamento metafórico e as redes de memória, estabelecidas por discursos que circularam antes e que fazem sentido como se sempre estivessem em presença, significando como pré-construído (Pêcheux, 1997). Já a tessitura, também engendrada por Neckel (2019), diz respeito à estrutura de linguagem e se constitui no intradiscurso, dando visibilidade a uma teia e é por essa teia, que no texto em análise, se estabelece a relação corpo – lixo, terra – mar, como uma ferida aberta, que lateja, purga como um ausente que se faz presença por meio de retornos de um discurso no outro, pelo que se atravessa, sinalizando que os corpos boiam, retornam da terra, não só na Argentina, mas também nos outros países.

A discursivização toma corpo pelos efeitos do discurso transversal, em que temos a palavra corpo e não a palavra ditadura e nem regime

militar. A repetição da palavra corpo dota de concretude o acontecimento designado de Processo de Reorganização Nacional (1976-1986) na Argentina, que teve início com o Golpe Militar, tirando do governo Isabelita Peron, o que resultou na instalação do governo civil-militar, que culminou na ditadura¹. O ano de 1985 – publicação do conto em livro –, marca o final do governo militar no Brasil, mas esse período de exceção não se lineariza no eixo da formulação.

Em “Como na Argentina” (Verissimo, 1985) discursiviza o corpo martirizado, em diferentes acontecimentos, lançando mão de metáforas pelas quais ressoam, pelo menos três acontecimentos ditatoriais: o do Chile, o da Argentina e o do Brasil. A ditadura militar na Argentina ficou conhecida como A Guerra Suja devido a utilização de formas atroz de execução, perseguições aos opositores e uso de torturas. Os defuntos eram enterrados com a marca NN (sem nome, em latim), mas os laudos médicos identificavam a causa das mortes. Os voos da morte foram utilizados em outros regimes e países, por isso pelo enunciado “Como na Argentina” ressoam outros países da América Latina e também práticas de tortura em outros tempos.

Nesses acontecimentos, o corpo desaparece/reaparece e continua a ‘latejar’, a ‘sangrar’, sendo sempre presença na ausência. O corpo enterrado em valas comuns, jogado no mar, ‘boia’, resiste e denuncia a violência de Estado por redes de memória, que documentam e dão visibilidade ao invisível². O verbo ‘boiar’ em práticas linguageiras significam diferentemente, podendo ser imputado tanto a quem ‘fica por fora’ dos acontecimentos como para corpos que não ‘afundam’ e teimam em retornar. Pelo verbo boiar, nesse texto, vemos o mar

1 O projeto Memória e resistência foca na ditadura civil-militar na América Latina, destacando os lugares de memória como espaço de preservação e de cristalização de acontecimentos pela luta pela presentificação de acontecimentos traumáticos, que mascaram as práticas autoritárias. Disponível em: https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/?page_id=8. Acesso em: 29 abr. 2024.

2 Os apelidados voos da morte vitimaram cerca de 4.000 pessoas. As execuções ficaram conhecidas quando corpos chegavam às praias da Argentina. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/cadaveres-jogados-ao-mar-os-assombrosos-voos-da-morte-da-argentina.phtml>. Acesso em: 28 out. 2023.

e trazemos Flores (2021) e a análise de um texto em que a autora destaca o mar, pensando como por esse mar ressoam memórias de corpos jogados na água e/ou enterrados em valas comuns na Argentina e no Brasil no período da ditadura e, também durante a pandemia, podendo-se dizer que os corpos vulneráveis permanecem vulneráveis em todos os tempos.

A pesquisadora nos apresenta duas materialidades: a vala no período da Ditadura no Brasil, capturada por Camilo Vannuchi e a de André Penner/AP, *El País*/Brasil no período da pandemia. São três temporalidades distintas, duas covas em condições de produção que não são as mesmas, mas reproduzem violência, o descaso e a ‘coisificação’ do corpo como prática do estado de recessão que desencadeia a resistência, reiterada pelo teimoso retorno da cova ‘rasa’ e do mar. As duas textualidades destacadas por Flores (2021) possibilitam ler/interpretar/compreender os cemitérios na ditadura e na pandemia pela relação parafrástica entre os dois acontecimentos e entre os dois cemitérios, considerando o apagamento de que nessas valas “havia/há ‘corpos descartáveis’, que foram ‘depositados’, anonimamente, sem cerimônias fúnebres, desprovidos das rezas e da presença da família.

É assim também que o corpo metaforiza a ditadura e constitui efeitos pela narratividade (Mariani, 1998; Orlandi, 2017, 2023; Flores, 2021; Venturini, 2017) que instaura redes metafóricas e significam o corpo como ferida, que sangra e resiste ao fogo, à água, ficando sempre um ‘resto’ (Agamben, 2008). Esse ‘resto’, no conto de Verissimo, faz rede com ‘lixo atômico’, que mesmo morto continua vivo, constituindo efeitos, formando outras redes, dotadas de espessura como materialidade significativa (Lagazzi, 2011), implicadas pelos domínios de memória que o discurso convoca e faz trabalhar (Pêcheux, 2002) pelo testemunho (Mariani, 2021).

Diante do corpo, corpo-ausente-presente, que continua a instaurar efeitos de sentidos, mesmo morto e submetido à violência extre-

ma, recortamos o enunciado “como na Argentina”, dando visibilidade às mães da praça de maio e as silenciosas mães brasileiras que por muito tempo gritam ou se fazem mudas, pedindo pelos corpos dos filhos. Esses corpos, na Argentina, no Chile, no Brasil, constituem-se como materialidades significantes pelos funcionamentos da memória, fazendo-se em (dis)curso pelo corpo–lixo atômico, plástico–que resiste, não desintegra.

O conto se constrói no jogo entre as palavras que instauram a contradição, tais como corpo e vida, fácil/difícil perpassadas pelo verbo eliminar, como palavra com muitas ocorrências em períodos ditatoriais e de crise. Fomos buscar no *Google* a palavra e em poucos segundos (0,30) apareceram 1.920.000.00 resultados, apresentando o verbo com sentidos que vão desde retirar de um conjunto ou grupo até expelir, expulsar, fazer sair um organismo vivo, encaminhando para tirar de circulação, mas não promove o esquecimento.

“Não é fácil eliminar um corpo” (Verissimo, 1985, p. 129). O corpo é lixo, tal como carcaça de automóveis, latas de cervejas, restos de matança. “O corpo não desintegra”, “restam os dentes, os ossos, as cinzas”. Ficam também os parentes, as mães. “O corpo é como lixo atômico, como plástico”. Fica vivo e ficar vivo faz rede com ser buscado, procurado, ser histórico, documentado, comentado: sempre há alguém reclamando por ele.

O texto de Luís Fernando Verissimo se constrói, colocando o corpo e a vida como contraditórios, como a prova, o documento, que torna visível, memorável, como nos ensina Indursky (2011), que acusa, ‘dá a ver e a crer’, mesmo que não seja visto. “O corpo faz muito silêncio. Consciência não é biodegradável. Memória não apodrece.” O corpo é o discurso, ‘tornado invisível’ e ao mesmo tempo comprovável: “Ficam os dentes”. Ficam os parentes, fica o dedo que acusa e as mães, como na Argentina que ficam na praça e gritam, dando testemunho da revolta e da dor. O corpo não é o concreto, mas significa pelo que ‘resta’ no Brasil que assim “como na Argentina” vivenciou a ditadura. O cor-

po é, conforme Agamben (2008, posição 123) em relação a Auschwitz, “a própria aporia do conhecimento histórico: a não coincidência entre fatos e verdade, entre constatação e compreensão”.

No conto de Verissimo, o testemunho não é o sobrevivente, tal como mobilizado por Agamben, mas o corpo que permanece porque a terra e o mar o devolvem. O corpo que brota da terra, boia e não é biodegradável. O corpo é a testemunha e o testemunho. Podemos dizer que ele é “memoriável e porta o indizível”, conforme Mariani (2021, p. 71). Faz parte da urgência de dizer, inscrito em determinadas condições de produção, na pandemia, em covas rasas, como indica Flores (2021), na ditadura, em outros acontecimentos extremos.

O corpo como testemunha/testemunho é o contraditório de um período de exceção e é da ordem de uma memória histórica porque por ele ressoa acontecimentos que reclamam sentidos (Mariani, 2021). Trata-se, de acordo com a pesquisadora, de dar testemunho de casos extremos, como a ditadura ou como o Holocausto, como acontecimentos que rompem com “o pacto civilizatório” (Mariani, 2021, p. 41). No conto de Verissimo, o testemunho desse rompimento é o corpo que teima em ser presença/ausência e que diferentemente de uma vida, é difícil de eliminar. Ele boia, ele é o resto. É silêncio e é ruído. É lacunar, por não dizer tudo, por testemunhar e por permanecerem sem nome no Brasil, na Argentina, no período da ditadura, durante a pandemia e depois dela também.

Desse modo, o corpo é o testemunho de revolta – pela permanência e por serem “flagrados no cotidiano, no ordinário dos sentidos [...] que o sujeito simplesmente pratica e diz com uma potência e com um efeito que talvez ajude [...] a furar bolhas” (Mariani, 2021, p. 167). O sujeito, no funcionamento discursivo do texto de Verissimo é o corpo. Como testemunho de resistência, ainda nos ancorando em Mariani (2021), sublinhamos o testemunho de resistência, sempre pensando o corpo e no seu retorno brotando da terra ou boiando do mar, a resistência vem do exterior, dos parentes, das mães, dos dentes, dos ossos,

das cinzas, das lacunas e dos vestígios, dando testemunho do acontecimento vivido na Argentina e no Brasil. Dos ossos que denunciam as causas da morte.³

O corpo é testemunho quando forjam o protocolo e simulam suicídio como quando forjam o suicídio de Herzog, assassinado no dia 25 de outubro de 1975. O Instituto Herzog, criado para manter viva e honra a memória do jornalista ressoa no texto de Verissimo, sinalizando a dificuldade de ELIMINAR um corpo, quando “eliminar vida é fácil. Uma vida é cada vez mais fácil” (Verissimo, 1985, p. 129).

Efeito de conclusão

Os meios de acabar com a vida sofisticaram-se. Mas ainda não resolveram como acabar com o lixo. Os corpos brotam da terra, como na Argentina. Mais cedo ou mais tarde os mortos brotam da terra (Verissimo, 1985, p. 130).

Temos pensado o corpo como documento a partir do corpo-memória, centrando em museus, memoriais e, também, em textos literários que, ao referirem a acontecimentos traumáticos e de grande impacto social, funcionam como espaço de denúncia e de resistência. A resistência pode vir pelo testemunho da mãe, do amigo, do corpo que ‘boia’, que brota da terra, das ossadas analisadas.

Os textos de Luís Fernando Verissimo trabalham a linguagem e com acontecimentos da história, pelos quais é legítimo pensar o corpo como documento, demandado pela história, fazendo-se em discurso pelo corpo-memória, o corpo que denuncia o passado de tortura e que mesmo morto não desaparece. Pelo conto “Como na Argentina”

3 O corpo desmentia todas as versões construídas acerca das mortes pela análise das ossadas, dos crânios. Ler mais em: Cientistas desvendam segredos de ossadas para reconstituir história de terror da ditadura argentina. **BBC Brasil**, [S.l.], 15 out. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/cientistas-desvendam-segredos-de-ossadas-para-reconstituir-historia-de-terror-da-ditadura-argentina.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

retorna o texto *A Mancha*, ressoando a ditadura como a grande mancha, que não se apaga, funcionando metaforicamente como uma ferida, que continua a sangrar.

“*A Mancha*” (2004) faz parte de uma publicação de Luís Fernando Veríssimo, Moacyr Scliar e Zuenir Ventura, tem o título de *Vozes do Golpe*. Nesse texto um exilado retoma do exílio e busca pela mancha, inscrita no simbólico como o que constitui efeitos, dando visibilidade ao silêncio e ao passado que os defensores do militarismo preferem que fique no passado.

O corpo e a mancha são metáforas, mobilizadas por Veríssimo, para falar do período de recessão que se transformaram em feridas abertas, que dão visibilidade também, à repetibilidade, ao que retorna, lateja, sangra, mas não só, retorna, também, nas práticas, quando os mesmos enunciados se repetem como palavras de ordem, fazendo eco. É importante ressaltar que há sempre mais de um lado, se Veríssimo diz “Como na Argentina”, presentificando a violência em diferentes países, o outro lado se justifica e diz “lutamos pela liberdade”. Matamos comunistas.

Disso se pode pensar, juntamente com Calligaris (1991) em *O Grupo e o mal: estudo sobre a perversão social*, traduzido por Jurandir Pereira Costa e Jorge Bastos Cruz, em 2020, na instrumentalidade, em que sujeitos “servem” aos regimes de exceção, praticando a tortura, matando. No entanto, eles não compreendem que o alcance de suas práticas, entendem que cumprem uma missão, sem pensar nos efeitos dessa missão.

Há ‘restos’ da ditadura e esses restos são mais fortes do que parecem ser. No Brasil, de acordo com Teles (2019) ainda há um legado deixado por essa prática e que foi testemunhado, como nos indicam os pesquisadores pela “conciliação quase (im)posta ao processo de anistia” por aqueles que ainda vivem, retirando a ditadura da agenda política.

Em “Como na Argentina”, o corpo é a metáfora da ditadura e as palavras que se repetem junto a ele e presentificam acontecimentos que fazem parte do que é documentado e pela língua na história se constituem em (dis)curso. Haveria muito ainda a dizer desse texto, mas esse dizer se inscreve na ordem do impossível, pois o modo de escrever e de trazer a ditadura sem citá-la significa pelas redes de memória constituídas por Verissimo em suas obras e, pelos sujeitos que buscam esse texto, os quais o leem desde posições-sujeito diferenciadas. É pela linguagem metafórica, por referência aos testemunhos, ao acontecimento extremo da Ditadura que tornam sentidos e relacionam Argentina, Brasil e Chile que repetiram essas práticas.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARTHES, Roland. **Aula**. Aula inaugura da Cadeira de Semiologia Literária no Colégio de França (1977). 4. ed. Tradução e posfácio de Leila Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1997, (Livro Digital).

CALLIGARIS, Contado. **O grupo e o mal**: estudo sobre a perversão social. Tradução de Jorge Bastos Cruz. Prefácio de Jurandir Freire Costa. São Paulo: Fósforo, 1991.

CATROGA, Fernando. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911) Coimbra: Livraria Minerva, 1999.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**. Memória e o fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M.C. (orgs.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999, P. 15-22.

COURTINE, Jean-Jacques. **Corpo e discurso**: uma história de práticas de linguagem. Tradução de Carlos Piovesani. Petrópolis: Vozes, 2023.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERNANDES, Rafael; VENTURINI, Maria Cleci. Rastros do corpo: uma poética de ausências. João Pessoa: Revista Prolíngua, João Pessoa, v. 18, n.1, p. 108-120, jan/jul 2023. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/issue/view/2986>. Acesso em: 28 out. 2023.

FLORES, Giovanna Benedetto. Os corpos vulneráveis e os discursos na/da mídia. *In*: FLORES, Giovanna Benedetto *et al.* **Análise de Discurso em Rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2021. v.5 , p. 61-72

FRANCO Junior, A. A tematização do desaparecimento forçado em “Como na Argentina”, de Luís Fernando Verissimo. **Sociopoética**, João Pessoa, v.1, n. 24, p. 1–16, 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/Sociopoetica/article/view/1654>. Acesso em: 28 out. 2023.

GADET, Françoise, PÊCHEUX. Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da Linguística. Campinas: Pontes, 2004.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Memória, história na/da Análise de Discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011, p. 67-89.

LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão: v. 11, n. 3, p. 497-514, set./dez. 201. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/818. Acesso em: 20 de out. 2023

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARIANI, Bethânia. **Testemunhos de resistência e revolta** – um estudo em Análise do Discurso. Campinas: Pontes, 2021.

NECKEL, Nádia. Corpo imagem – corpo arte: materialidades discursivas. *In*: HASHIGUTI, Simone Tieme (org.) **O corpo e a imagem no discurso**: gêneros híbridos Uberlândia: Editora da UFU, 2019, p. 61-72 (Coleção Linguística IN FOCUS, v. 12. E-book).

NECKEL, Nádia; FLORES, Giovanna Benedetto. Pode um corpo falar? *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina, VINHAS, Luciana. **O corpo na Análise de Discurso**: conceito em movimento. Campinas: Pontes, 2023, p. 419-439.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Eu, tu, ele:** discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni P. Sobre metáfora, memória e significância: lendo Michel Pêcheux. *In:* VINHAS, Luciana, CAMPOS, Luciene Jung de; LARA, Renata Marcelle (org.). **Trajetos equívocos:** discurso, deslimite e resistência. Uma homenagem à Maria Cristina Leandro Ferreira. Campinas: Pontes, 2023, p. 25-46.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi, et all. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Questões iniciais (julho, 1979). *In:* CONEIN, Bernard *et al.* (org.). **Materialidades Discursivas.** Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 17.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do Discurso.** Tradução de Eni Orlandi e Graciely Costa. Campinas: Pontes, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da História:** um ensaio de Poética do Saber. Campinas: Pontes, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível:** Estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental; Editora 34, 2014.

TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. *In:* TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que restada ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 388-414 (Livro digital).

PETRI, Verli; PENGO, Carla. A história das palavras “justiça” e “anistia” e seus respectivos funcionamentos no discurso político brasileiro do século XXI. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 41, p.441-460, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/index>. Acesso em: 20 out. 2023.

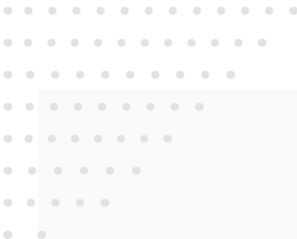
VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano:** espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Editora da UPF, 2009.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus e espaços públicos no encontro/desencontro da memória histórica e do corpo-memória/corpo-documento. *In*: VENTURINI, Maria Cleci (org.). **Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**. Campinas: Pontes, 2017, p. 51-76.

VERISSIMO, Luís Fernando. Como na Argentina. *In*: VERISSIMO, Luís Fernando (org.). **A mãe de Freud**. Porto Alegre: LP&M, 1985.

VERISSIMO, Luís Fernando. **A mancha**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 (Coleção Vozes do Golpe).

VEYNE. P. **Como se escreve a história**. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.



LEGADOS AUTORITÁRIOS, POLÍTICAS DE MEMÓRIA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL: DESAFIOS PARA O PRESENTE

Carlos Artur Gallo

UFPEL

Introdução

Entre 1964 e 1985, num contexto internacional marcado pela Guerra Fria, o Brasil viveu sob uma ditadura civil-militar alinhada às premissas da Doutrina de Segurança Nacional – DSN (Martins, 1988; Motta, 2002; Padrós, 2008). Iniciada com um Golpe de Estado articulado por uma coalizão civil-militar, a ditadura brasileira ficou no poder por mais de 20 anos, tendo deixado, como legado, além de grandes reformas institucionais e econômicas, reiteradas e massivas violações aos direitos humanos (perseguição, prisão, tortura, exílio, morte e desaparecimento de presos políticos foram cometidos contra milhares de cidadãos).

Antecipando-se aos efeitos da crise econômica que estava no horizonte, uma vez que os resultados positivos decorrentes do chamado “Milagre Econômico” não se sustentariam em curto e médio prazo, os militares no poder, capitaneados pela coalizão Geisel-Golbery, começaram a preparar sua saída das estruturas de poder a partir de 1974 (Arturi, 2001; Codato, 2005; Gugliano; Gallo, 2013). Com isso, dava-se início ao processo de transição à democracia no país, processo este

que se estenderia por quase 11 anos, até março de 1985, quando o último dos ditadores-presidentes encerrou seu mandato e foi empossado na Presidência um mandatário civil (José Sarney, que governou o país de 1985 a 1990).

O final do regime autoritário e a construção de uma nova institucionalidade política (democrática) não conduziram, necessariamente, ao fim de práticas e instituições que vigeram sob o regime que foi finalizado. Afinal, se observarmos o contexto político da Nova República, estabelecida após 21 anos de ditadura no Brasil, podemos identificar uma série de continuidades (culturais e institucionais) do regime de exceção no novo cenário político, mesmo após a promulgação da nova Constituição Federal, em outubro de 1988.

Tal afirmação faz ainda mais sentido se pensarmos no cenário político recente, marcado pelas crises que se sucederam ao golpe parlamentar que, em 2016, afastou a presidenta Dilma Rousseff do cargo através de um processo de *impeachment*. Durante os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), foram recorrentes ataques a direitos civis e sociais básicos dos cidadãos, assim como passaram a ser cada vez mais comuns ataques às medidas destinadas à reparação das vítimas da ditadura e, até mesmo, a relativização de fatos ocorridos no país entre 1964 e 1985.

Considerando o contexto mencionado como ponto de partida, este capítulo tem como objetivo discutir a relação entre legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. A exposição está organizada em dois momentos. No primeiro momento, discutimos, em termos conceituais, o que se entende por legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia. Assim, será possível estabelecer uma relação que articule tais discussões. Num segundo momento, serão identificados os principais legados autoritários existentes no contexto brasileiro para focar a exposição nas mudanças de conjuntura como uma variável que impacta na qualidade da democracia e nas políticas de memória.

Discussões conceituais sobre legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia: qual a relação?

Conforme mencionado, a simples transição de uma ditadura para uma nova democracia (e a conseqüente reconstrução de instituições políticas mínimas para tanto) não significa, automaticamente, o fim de práticas e instituições que foram estabelecidas ou atravessadas pela vigência de um regime autoritário ou ditatorial. Se isso fosse assim, teríamos a (ingênua) certeza, por exemplo, de que a ideologia nazista e os preceitos disseminados pelo fascismo italiano teriam sido extintos no exato momento em que os Aliados venceram a 2ª Guerra Mundial, em 1945.

A existência de reminiscências, continuidades de um regime de exceção que convivem, num novo cenário político, com práticas e instituições que se pretendem democráticas, é o que caracteriza, em sentido amplo, a existência de um legado que se adjectiva de autoritário. Parte de sua força advém, precisamente, da sua origem. Isto porque, conforme as análises dos cientistas políticos Leonardo Morlino (2013) e António Costa Pinto (2013), existem legados autoritários que correspondem ao grau de inovação que uma ditadura possui/possuiu.

Dito em outras palavras, quanto mais práticas, valores e instituições criadas por um regime ditatorial, mais inovador este regime é/foi. Sua potência, por sua vez, está diretamente atrelada ao fato de que, quanto mais arraigadas estiverem junto à sociedade no momento em que a transição e o fim do regime ocorrerem, mais difíceis as condições para que tais reminiscências sejam superadas em curto, médio e longo prazo. Outra dimensão de análise que pode ser útil na compreensão dos legados autoritários é a capacidade de adaptação/cooptação de práticas, valores e instituições anteriores por parte de uma ditadura.

Nesse caso, advém um efeito semelhante ao mencionado antes, ainda que por vias diferentes. Afinal, não será a capacidade de arraigar uma novidade que representará a força do legado, mas sim a sua existência de longa data numa determinada sociedade. Pensando justamente na variável “tempo”, as análises convergem, independentemente da origem do legado (inovação ou adaptação), para o fato de que regimes de exceção que se estendem por mais tempo são mais capazes de gerar/reforçar legados que irão se projetar no tempo para além da duração do próprio regime.

Outra variável que, somada às anteriores, impacta na capacidade de duração dos legados do autoritarismo se relaciona intimamente com a forma como um regime de exceção chega ao seu ocaso. Neste sentido, seguem válidas e úteis as tipologias que guiaram os estudos transitológicos capitaneados, entre outros, por Guillermo O’Donnell entre as décadas de 1970 e 1980 (entre outras, ver: O’Donnell; Schmitter, 1988). Isto é, existem, em linhas gerais, duas formas através das quais um regime autoritário pode chegar ao seu fim: 1ª Ou a transição se dá por ruptura (também chamada de “por colapso”); 2ª ou o processo transicional se dá por negociação (“por pactuação” ou “pactada”) (Arturi, 2001; Codato, 2005; Gallo, 2018; Martins, 1988; Munck; Leff, 1997).

Uma transição por ruptura, como a terminologia sugere, ocorre de forma pouco ou nada organizada, de forma abrupta. Como consequência, aqueles que até então estavam no poder perdem ou têm reduzidas as suas condições de controlarem tal processo. Em última análise, quanto mais colapsada for a transição e, ao mesmo tempo, mais inesperada, maiores as chances de combater legados autoritários, punir as elites dirigentes que integraram o regime e construir, de fato, uma nova democracia.

Uma transição negociada se caracteriza, ao contrário, pela (tentativa) de controle sobre o processo transicional em si. Digo tentativa de controle, uma vez que, conforme demonstram adequadamente

diversos estudos sobre as transições negociadas ocorridas em países como o Brasil (Arturi, 2001; Codato, 2005; Gugliano; Gallo, 2013; Gallo; Gugliano, 2020), ainda que os setores que estavam no poder tenham a hegemonia na condução do processo de mudança de regime, isto não pode ser entendido como sinônimo de que tais setores tenham controlado integralmente os rumos da transição.

O fato é que, numa mudança de regime por via negociada, as chances de que legados autoritários saiam fortalecidos e se mantenham em médio e longo prazo são maiores. Afinal de contas, se as próprias elites políticas do velho regime conseguem controlar, parcial ou majoritariamente, os rumos do processo transicional, é evidente que estas irão fazer o possível para serem preservadas no novo cenário político. Foi exatamente isto o que aconteceu no contexto brasileiro. Entre 1974 e 1985, a coalizão civil-militar que estava no poder desde o Golpe de 1964 iniciou um processo de liberalização política que se estenderia por 11 anos (Arturi, 2001; Codato, 2005; Gugliano; Gallo, 2013; Gallo; Gugliano, 2020).

Marcado pelo gradualismo, o processo de transição à democracia no Brasil ocorreu de forma “lenta, gradual e segura”, como queria parte dos militares que estavam no poder – importante destacar que, ao dizer “parte dos militares”, queremos chamar a atenção para o fato de que não havia consenso entre as Forças Armadas sobre os rumos da transição, havendo, inclusive, e dentro do próprio regime, oposição ao projeto de liberalização iniciado pelo ditador-presidente Ernesto Geisel (conforme Arturi, 2001; Codato, 2005). Controlado excessiva e majoritariamente pelos setores que estavam no poder desde 1964, o processo de mudança de regime permitiu que aqueles que estavam saindo do comando do país ditassem os termos de sua rendição. Dito de outro modo, os militares no poder puderam garantir, no novo cenário político que seria iniciado a partir de 1985, prerrogativas (legados) que lhe beneficiariam e protegeriam em curto, médio e longo prazo (Gugliano; Gallo, 2013).

Uma vez entendido em que consistem legados autoritários, e, objetivamente, tenhamos identificado qual a origem de parte dos legados existentes no contexto brasileiro, é preciso evidenciar como estes se relacionam aos demais conceitos mencionados: políticas de memória e qualidade da democracia.

As discussões sobre qualidade da democracia remetem a uma agenda de pesquisas que avançou no início dos anos 2000, num contexto em que muitos dos países que haviam passado por processos de transição à democracia entre os anos de 1970 e 1990 enfrentavam crises de representatividade, recessão econômica e dificuldades de satisfação perante a população. Pode-se dizer que, de certo modo, os estudos sobre qualidade democrática podem ser entendidos como uma consequência das agendas de pesquisa anteriores, focadas na transição ou na consolidação das novas democracias (Iazzetta, 2013).

Indo além dos estudos sobre as formas como um regime transita de uma ditadura para uma democracia, e, ao mesmo tempo, superando a discussão – muitas vezes circular – sobre a consolidação ou não de uma nova democracia, esta nova agenda de pesquisas buscava identificar e analisar qualitativamente o novo regime que fora estabelecido em muitos países após anos/décadas de autoritarismo. Para tanto, os estudos sobre qualidade democrática propunham, em linhas gerais, um conjunto de garantias que podem ser verificadas observando-se: 1) como/quais direitos e liberdades básicas estão sendo garantidos; 2) qual a possibilidade de responsabilizar/cobrar o governo (Diamond; Morlino, 2004).

Podemos pensar, com base no que foi exposto, que a permanência/persistência de legados autoritários impacta direta e/ou indiretamente na forma como uma democracia se desenvolve em termos de sua qualidade. De forma substantiva (Comparato, 2011), uma democracia deve se pautar pela proteção e efetivação de direitos individuais e coletivos básicos. Como garantir isso se, num contexto, legados

do regime anterior continuam impedindo e/ou limitando a realização de uma agenda política mais progressista? Tal questionamento ganha contornos mais evidentes se observarmos, em última análise, o impacto no âmbito das políticas de memória.

O que são políticas de memória? Em linhas gerais, podemos dizer que o termo abrange todas as medidas que são implementadas para lidar com as demandas por memória, verdade e justiça que surgiram na esteira das violações aos direitos humanos que foram praticadas por ditaduras e/ou durante conflitos políticos. Dito de outra forma, políticas de memória são políticas públicas que um Estado implementa para reparar as vítimas da repressão política e/ou seus familiares, esclarecer os fatos relacionados aos crimes cometidos por agentes estatais, identificar e punir os responsáveis (Vinyes, 2020; Gallo, 2019). Podem assumir a forma de uma Comissão da Verdade, de uma comissão responsável pela reparação econômica ou simbólica destinada às vítimas (caso da Comissão da Anistia ou da atualmente extinta Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos), de um memorial.

O fato é que qualidade da democracia, legados autoritários e políticas de memória se conectam, uma vez que uma democracia que não repara vítimas e nega/silencia fatos do seu passado recente contribuiu para o enfraquecimento dos valores que deveria preservar na esfera pública, dificultando a construção de um caminho que garanta a não repetição.

Legados autoritários e mudanças de conjuntura como variáveis de risco à qualidade da democracia e às políticas de memória

Ainda que, na seção anterior, tenhamos realizado uma discussão sobre legados autoritários, não identificamos, objetivamente, quais seriam os legados que podemos identificar no contexto brasileiro. Conforme visto, resquícios de um regime ditatorial podem se manter

em curto, médio e longo prazo numa sociedade. Parte de sua capacidade de sobrevivência decorre, precisamente, do fato de que tais resquícios podem assumir diferentes formas. Isto é, podem se manifestar de forma institucional assim como em termos de valores.

Diante disso, listamos abaixo aqueles que consideramos os principais (mas não os únicos, certamente) legados do autoritarismo presentes no contexto brasileiro desde a transição à democracia:

a) A tese da anistia recíproca

No que diz respeito ao contexto brasileiro, a Lei da Anistia (Lei nº 6.683 de 1979) bloqueou a responsabilização dos agentes da repressão, difundindo e consolidando a ideia de que houve uma anistia recíproca (para “torturados” e “torturadores”). Ainda que tal interpretação tenha sido reiteradamente contestada desde a década de 1970, é fato que a Lei se encontra presente na atualidade, fortalecendo a crença de que tudo o que ocorreu no período autoritário deve ser esquecido em nome da lógica da reconciliação (Mezarobba, 2009; Rodeghero; Dienstmann; Trindade, 2011).

Considerada como um legado autoritário, e referida como um dos itens não-negociáveis da transição (Martins, 1988, p. 129), a garantia de não-responsabilização dos agentes envolvidos em atos praticados em nome do Golpe de 1964 foi rediscutida em 2010 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O ponto de vista defendido, entre outros, pelos setores envolvidos com o golpe civil-militar, foi reforçada em abril de 2010 pelo STF, quando a maioria dos Ministros julgou improcedente a Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153¹.

Sustentando na decisão que a reconciliação nacional ocorrida em 1979 justificava que não fossem punidos os agentes da repressão, o STF prejudicou a discussão coletiva sobre as violações praticadas, subsidiando a crença de que querer conhecer os fatos ocorridos na-

1 Sobre o julgamento da ADPF nº 153, ver: Gallo, 2018.

quele momento da história do país é uma espécie de *revanchismo*. Ademais, a decisão contraria a legislação internacional de proteção aos direitos humanos que, em dezembro de 2010 (ano do julgamento da ADPF nº 153), serviu para que o país fosse condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em ação movida pelos familiares dos desaparecidos no Araguaia.

Como consequência da decisão emitida pela nossa Suprema Corte em 2010, persiste um bloqueio no que se refere às possibilidades de judicialização dos crimes cometidos pela ditadura no Brasil. Às vésperas dos 60 anos do Golpe, nenhum agente da repressão foi julgado, condenado e preso pelas violações aos direitos humanos cometidas em nome da ditadura.

b) Política nacional de sigilo documental com lógica autoritária

Num outro sentido, mas intimamente imbricada ao legado autoritário da anistia, e também bloqueando a efetivação do direito à memória e à verdade, encontrou-se a permanência de uma política nacional de sigilo documental que impediu e/ou dificultou o acesso à documentação oficial produzida no âmbito dos organismos responsáveis pela defesa da Segurança Nacional na ditadura. A política nacional de sigilo, que estabelecia prazos e critérios para a disponibilização de documentos classificados como secretos, manteve-se essencialmente a mesma desde o final do regime autoritário até maio de 2012, quando entrou em vigor a Lei nº 12.527/2011, que previu o fim do sigilo eterno.

Apesar da mudança garantida com a vigência do novo texto da Lei de Acesso à Informação, muitos documentos do período ditatorial seguem inacessíveis, impossibilitando que, da aplicação da nova regra, ocorresse a democratização da informação pretendida. Ademais, é preciso notar que, na prática, a política de sigilo constituiu um lega-

do que, por quase 30 anos, produziu efeitos tanto individualmente, como quando conjugada à interpretação da anistia.

De forma isolada, o sigilo impossibilitou a concretização do direito à memória e à verdade no plano coletivo, pois, uma vez que muitos arquivos se mantiveram (e, em alguns casos, ainda se mantêm) inacessíveis, as versões oficiais que foram produzidas pelo aparato repressivo continuam carecendo de provas documentais que as refutassem publicamente. Conjugado à Lei de Anistia, o legado do sigilo surtiu efeitos no plano processual, uma vez que a prova documental produzida nos processos movidos por familiares das vítimas da repressão seguiu limitado aos arquivos disponibilizados.

c) Prerrogativas militares

Por outro lado, para além dos resultados produzidos na esfera jurídico-legal, verifica-se que legados autoritários também se encontram presentes no âmbito das Forças Armadas, concentrando-se na existência e manutenção, após o fim dos regimes autoritários, de uma série de prerrogativas militares (Stepan, 1988; Zaverucha, 2010) que, na prática, estariam limitando as possibilidades de se democratizar as relações civis-militares: poder de veto sobre seu orçamento, capacidade de interferir em decisões políticas sobre pautas civis, impunidade dos crimes da ditadura e, inclusive, uma esfera judicial própria (a Justiça Militar).

Um dos maiores obstáculos no sentido referido é a dificuldade de consolidar o comando civil do Ministério da Defesa sobre as Forças Armadas. Criado no final da década de 1990, o Ministério da Defesa representava um avanço em termos de democratização no país e na relação entre civis e militares. Em médio e longo prazo, contudo, a realidade tem mostrado que a criação do Ministério pode ser entendida como um avanço que se mostrou retrocesso. Na prática e, sobretudo nos últimos oito anos, ou seja, desde o contexto em que Michel Temer passou a ocupar a Presidência da República, integrantes das Forças

Armadas passaram a comandar uma pasta ministerial que deveria ser encabeçada por um civil. Longe de ser entendida como algo menor, tal situação representa um sintoma de um problema profundo no que se relaciona à submissão das Forças Armadas aos interesses civis, republicanos e democráticos.

d) Legados culturais do autoritarismo

Além dos legados mencionados, é possível identificar, paralelamente, resquícios culturais do autoritarismo na atualidade. Neste sentido, o não-enfrentamento dos traumas do passado, somado à impunidade que resguarda os autores dos crimes cometidos pela ditadura, contribui à sedimentação de uma cultura na qual o desrespeito aos direitos humanos é tido como algo natural, possibilitando que os responsáveis por práticas policiais violentas cometidas na atualidade vislumbrem, diante da impunidade da violência do passado, uma falta de constrangimentos para o seu uso indiscriminado no futuro (Huggins, 2000).

Num outro sentido, uma cultura autoritária se manifesta, por exemplo, no grau de confiança que uma sociedade possui nas Forças Armadas, assim como no apreço que possui pela democracia. Não surpreende, portanto, que, quando consultamos a base de dados do Latinobarômetro² – atualizada em 2023 –, encontremos índices que evidenciam que o Brasil possui uma convicção relativa em termos de preferência pela democracia (51,5% dos entrevistados afirma que a democracia é o melhor regime, mas 34% dizem que tanto faz viver sob uma democracia ou uma ditadura) e um alto grau de confiança nas Forças Armadas (24,4% dos entrevistados possuem muita confiança nas instituições militares). Outro dado que é relevante, para reflexão, consiste no fato de que 34% dos entrevistados dizem que apoiariam um “governo militar” se fosse preciso.

e) Legados autoritários no campo jurídico

Para que as ditaduras pudessem se manter no poder, aplicando a DSN e implementando seus projetos políticos com vistas à moderni-

² Base de dados disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

zação das estruturas econômicas, foi necessário, em maior ou menor grau, que realizassem algum tipo de ingerência no campo jurídico: editando normas, intervindo na organização das suas instituições, nomeando ministros para as Cortes Supremas.

Para Anthony W. Pereira (2010), as ditaduras instaladas no Cone Sul durante a Guerra Fria, porém, não impactaram com a mesma intensidade o campo jurídico desses países, gerando, como consequência dessa circunstância, tipos de legalidade autoritária diferentes. Para o autor, no Brasil teria sido gerada uma legalidade autoritária mais intensa, na qual os integrantes do regime foram responsáveis pela elaboração de muitas normas e, com vistas à legitimidade de seus atos, houve maior grau de judicialização dos crimes cometidos contra a Segurança Nacional.

No que se refere ao cenário político posterior à transição, uma das hipóteses propostas pelo estudo de Pereira consiste na ideia de que, quanto maior o impacto da ditadura no campo do Direito, maiores as dificuldades, com o retorno à democracia, de que a legalidade autoritária existente durante o período autoritário seja desarticulada. Uma herança da ditadura que se projeta em longo prazo pode ser identificada, com facilidade, quando se verifica quais normas editadas pelo regime autoritário seguem sendo aplicadas no novo cenário político (Morlino, 2013; Pinto, 2013).

Outra evidência das dificuldades de ruptura com padrões autoritários estabelecidos/fortalecidos durante a ditadura no Judiciário pode ser identificada quando se observa o impacto de uma ditadura na composição da Corte Suprema. No caso brasileiro, a ditadura impactou significativamente junto ao STF, alterando o número de ministros que compunham o Pleno da instituição (primeiro, aumentando para 16, depois, reduzindo o mesmo para 11) e aposentando compulsoriamente três integrantes que se manifestaram contra interesses do regime (Gallo, 2018).

Para fechar o panorama, o processo de transição não gerou nenhuma mudança significativa em curto, médio e longo prazo no âmbito do STF. Todos os ministros nomeados durante a ditadura continuaram exercendo suas funções normalmente na nova democracia. Situação esta que se manteria até o início dos anos 2000, quando o ministro Sydney Sanches, o último dos integrantes da Corte nomeados pela ditadura, aposentou-se (em abril de 2003).

Considerações finais: os desafios para o presente

Como mencionado ao longo deste texto, a lista de legados apresentada não é exaustiva. Outros podem vir a ser identificados como tais em outras análises. O que importa, a esta altura, é o fato de que os legados autoritários que foram expostos acima não só estão presentes na atual conjuntura política brasileira, como se mantiveram no cenário político desde o contexto da transição à democracia. Às vezes em evidência, às vezes neutralizados. É precisamente a análise daquilo que pode potencializar/neutralizar os legados o que nos interessa neste momento.

Conforme demonstrado em análises anteriores (Gallo; Gugliano, 2014, 2020; Gallo, 2023), desde 1995, o Brasil construiu uma agenda nacional no que diz respeito ao estabelecimento de políticas de memória. Em 1995, foi editada a Lei nº 9.140, que além de reconhecer a responsabilidade estatal pela morte e pelo desaparecimento de opositores da ditadura, criou uma Comissão responsável pela concessão de reparação aos familiares das vítimas. Em 2001, foi criada a Comissão da Anistia, para reparar (econômica e simbolicamente) outras vítimas da ditadura. Em 2005, foi criado o Projeto Memórias Reveladas. Em 2011, finalmente, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que iniciou seus trabalhos em 2012.

Se num espaço de mais de 30 anos os legados autoritários sempre se mantiveram presentes no cenário político brasileiro, e, mesmo assim, políticas de memória foram implementadas por governos fede-

rais de diferentes tendências político-ideológicas, tudo indicaria que, a despeito deles, a agenda era passível de ser realizada, ainda que com limites. Afinal, governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) implementaram tais políticas em suas gestões. É fato que legados se mantiveram paralelamente a esses governos, mas também é fato que também foram neutralizados/relativizados devido ao contexto.

Logo, se existe uma variável (de risco) que pode ser acrescentada à discussão sobre os legados, as políticas de memória e a qualidade da democracia, esta é a existência de uma mudança de conjuntura. A mudança de conjuntura – que tanto pode ser de ordem externa ou interna – pode/deve ser interpretada como uma variável que incide diretamente nessa relação. O contexto brasileiro dos últimos anos, sobretudo após a deposição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, é um caso emblemático que evidencia o peso que esta variável, adjetivada de “de risco”, pode vir a assumir.

Basta observarmos, neste sentido, o impacto que as sucessivas crises políticas (internas) tiveram no campo das políticas destinadas às vítimas da ditadura – não desconsideramos, aqui, o peso da conjuntura internacional, marcada pela crise das democracias, e suas reverberações em âmbito interno, apenas destacamos as variáveis endógenas e seu impacto. Os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) deixaram como legado um cenário de terra (quase) arrasada no que tange às políticas de memória em nosso país (ver, por exemplo, análises de: Fernandes, 2022; Gallo, 2023, 2024). Assim como incidiram no âmbito destas políticas, as gestões mencionadas também impactaram, em última análise, na qualidade da democracia, potencializando e retroalimentando legados do autoritarismo que, em governos anteriores, vinham sendo desarticulados.

Em que consistem, na atual conjuntura, os desafios para o presente que se quer fazer referência? Ora, consideramos desafios (urgentes) para o presente que, sob a nova gestão do presidente Lula, ini-

ciada em janeiro de 2023, os legados autoritários sejam tratados como perigo real à democracia. Isto é, como uma variável de risco que não só pode como, de fato, tem incidido significativamente não apenas na qualidade do regime estabelecido na transição da ditadura para a Nova República, mas também nas medidas que vinham sendo estabelecidas para lidar com as demandas das vítimas da ditadura e para pavimentar o caminho da não repetição.

Um primeiro passo em direção à neutralização dos legados é fazer com que as demandas das vítimas da ditadura e seus familiares deixem de ser enquadradas como algo particular, privado, no sentido de que pertencem apenas às vítimas e suas famílias. As políticas de memória são, num sentido amplo, destinadas à sociedade como um todo. Afinal, a ditadura não atingiu apenas aquelas pessoas que foram presas, torturadas, exiladas, mortas ou desaparecidas. Ao contrário, toda a sociedade foi atravessada pelo regime de exceção estabelecido com o Golpe de 1964.

Outros passos, difíceis, mas essenciais, se dirigem à relação Governo x Forças Armadas. Enquadrar aqueles integrantes das Forças Armadas que, nos governos anteriores, foram cúmplices de articulações golpistas, é urgente e necessário. Assim como o é fortalecer o comando civil do Ministério da Defesa. Indo além, é preciso voltar a pausar a discussão sobre a punição dos crimes cometidos pela ditadura e seus agentes. Enquanto a interpretação da anistia referendada pelo STF em 2010 for mantida, a impunidade do passado será um obstáculo ao fortalecimento da democracia no presente.

Sem enfrentar essas e outras tantas tarefas, o atual governo, por mais bem-intencionados que sejam muitos de seus integrantes, corre o risco de ver todos os seus esforços para fortalecer as políticas de memória e a democracia serem desfeitos a partir de 2027, quando houver uma nova troca de governo. Os acontecimentos recentes dão prova, mais do que suficiente, de que um governo posicionado ideologicamente mais à direita do espectro político, numa conjuntura

internacional de crise das democracias, pode, sem grandes dificuldades, fragilizar o sistema político e minar as políticas de memória, valendo-se, para tanto, dos legados deixados no rastro da transição.

Referências

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.17, p. 11-31, nov. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782001000200003>. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL, **Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL, **Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão da participação ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídico, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em: 8 maio 2024.

BRASIL, **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídico, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/l12527.htm

Acesso em: 8 maio 2024.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>. Acesso em: 8 maio 2024.

COMPARATO, Bruno Konder. O impacto dos processos de revisão das leis de anistia na qualidade da democracia na América Latina. **O público e o privado**, Fortaleza, v.9, n.18, p. 15-30, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2472>. Acesso em: 8 maio 2024.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The Quality of Democracy. An overview. **Journal of Democracy**, Washington, p. 20-31, oct. 2004. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-quality-of-democracy-an-overview/>. Acesso em: 8 maio 2024.

FERNANDES, Filipe Botelho Soares Dutra. **Políticas de Memória: a atuação do Estado Brasileiro frente ao seu passado ditatorial militar – da Lei de Anistia ao governo Bolsonaro**. 2022. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

GALLO, Carlos Artur. Anistia para que(m)? Expectativas e frustrações às vésperas dos sessenta anos do golpe de 1964. **História da Ditadura**, [S.l.], 26 fev. 2024. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/anistia-para-que-m-expectativas-e-frustracoes-as-vesperas-dos-sessenta-anos-do-golpe-de-1964>. Acesso em: 26 fev. 2024.

GALLO, Carlos Artur. Pensar o passado, construir o futuro, fortalecer a democracia: políticas de memória e memória da ditadura no Brasil. In: ENGELKE, Cristiano; SAINZ, Nilton (org.). **Sombras no extremo Sul: luzes sobre o passado ditatorial no sul gaúcho**. Rio Grande: Editora da FURG, 2019. p. 169-192.

GALLO, Carlos Artur. Políticas de memoria y procesos de desdemocratización: perspectivas sobre el caso brasileño (2016-2022). **Visioni Latinoamericane**, [S.l.], v. 15, p. 29-45, 2023. Disponível em: <https://www.openstarts.units.it/handle/10077/35164>. Acesso em: 8 maio 2024.

GALLO, Carlos Artur. **Um acerto de contas com o passado: crimes da ditadura, leis de impunidade e decisões das Supremas Cortes no Brasil e na Argentina**. Curitiba: Appris, 2018.

GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania. (org.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Deriva, 2014. p. 285-301.

GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Political Memory, Authoritarian Legacies, and the Quality of Democracy: Considerations for a Comparison Between Brazil and Argentina. **Revista del CESLA**, [S.l.], v.

25, p. 251-276, 2020. Disponível em: <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/641>. Acesso em: 8 maio 2024.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro; GALLO, Carlos Artur. On the ruins of the democratic transition: human rights as an agenda item in abeyance for the Brazilian democracy. **Bulletin of Latin American Research**, [S.l.], v. 32, p. 325-338, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blr.12034>. Acesso em: 8 maio 2024.

HUGGINS, Martha K. Legacies of authoritarianism: Brazilian torturers' and murderers'

reformulation of memory. **Latin American Perspectives**, [S.l.], v.27, n.2, p. 57-78, 2000. Disponível em: <https://perpetratorstudies.sites.uu.nl/bibliography/legacies-of-authoritarianism-brazilian-torturers-and-murderers-reformulation-of-memory-by-martha-k-huggins-20230503/> Acesso em: 8 maio 2024.

IAZZETTA, Osvaldo. Democracia, calidad de la democracia y democratización. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n.1, p. 139-150, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/33463>. Acesso em: 8 maio 2024.

MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (org.). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988. p. 108-139.

MEZAROBBA, Glenda. Anistia de 1979: o que restou da lei forjada pelo arbítrio? In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, v.2. p. 372-385.

MORLINO, Leonardo. Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 261-294.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.

MUNCK, Gerardo; LEFF, Carole. Modes of Transition and Democratization: South America and Eastern Europe in comparative perspective. **Comparative Politics**, v.29, n.3, p. 343-362, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422125?origin=crossref> Acesso em: 8 maio 2024.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1988.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos *et al.* (org.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 143-178.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

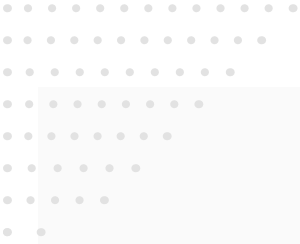
PINTO, António Costa. O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **O passado que não passa**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 261-294.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. **Anistia ampla, geral e irrestrita**: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2011.

STEPAN, Alfred. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: STEPAN, Alfred. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41-76.

VINYES, Ricard. A memória como uma política pública. **Cadernos do NUPPOME**, Pelotas, ano 2, n. esp. , p. 4-17, jun. 2020. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2020/06/Cadernos-do-NUPPOME-ano-2-número-especial-junho-de-2020.pdf> Acesso em: 8 maio 2024.



MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA PARA ARNO PREIS: REGISTROS DA ATUAÇÃO DO COMITÊ CATARINENSE PRÓ-MEMÓRIA DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO ACERVO MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS (IMDH/UFSC)

Luiz Felipe Souza Barros de Paiva

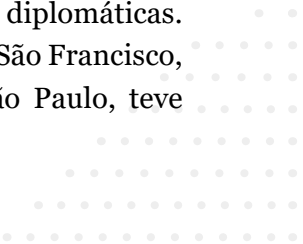
UFSC

Amanda Beatriz Bail

UFSC

Introdução

Arno Preis nasceu no dia 8 de junho de 1934 em Forquilha, na época distrito de Criciúma, no sul do Estado de Santa Catarina. Filho de Edmundo e Paulinha Back Preis, tinha mais 12 irmãos. Entrou no seminário aos 8 anos destinado a ser padre, estudou no Paraná e em São Paulo. Por mais que seu grande amigo, dom Evaristo Arns, tentasse mantê-lo no ministério sacerdotal, ele tinha outros planos. Foi estudar Direito na Universidade de São Paulo (USP) e no final da década de 50 era advogado poliglota, mas quando ocorreu o golpe civil-militar de 1964, desistiu de suas pretensões diplomáticas. Não iria representar um país sob ditadura. No Largo de São Francisco, localização da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, teve



contato com os movimentos de luta contra a repressão. Lutou, desde 1968, pela Ação Libertadora Nacional (ALN), movimento liderado por Carlos Marighella. Participou de treinamento de guerrilha em Cuba em 1970, retirou-se da ALN e fez parte, então, do grupo que fundou o Movimento de Libertação Popular (Molipo). Optou pela luta armada, se arriscando em prol de um sonho coletivo, de ver o país livre da ditadura.

A perspectiva de luta das organizações políticas e movimentos que ele participou, consiste na atuação de luta armada com criação de uma guerrilha rural, que se daria entre Belém e Brasília, arredores da estrada há pouco criada nesta região. Ao levar recursos para o desenvolvimento do plano, em Paraíso do Norte, no dia 15 de fevereiro de 1972, Arno Preis caiu em uma emboscada e foi morto por agentes do batalhão de Goiás e do DOPS que já estavam atuando de maneira a executar cada um dos integrantes da ALN e do Molipo (Dias; Pavani, 2021).

Em 1982 foi criado sob coordenação de Derlei Catarina de Lucca o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos (CCPMMDP) em meio às lutas contra as violações dos Direitos Humanos, em memória dos mortos e na busca pelos desaparecidos políticos nascidos em Santa Catarina no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) (Benassi, 2012). O contexto histórico de criação do CCPMMDP permeia o cenário político e social pós a Lei de Anistia (1979), que possibilitou que muitos brasileiros retornassem ao território nacional, mas que ao chegarem de volta ao país ainda sob a égide ditatorial, se deparam com uma rede social desfigurada pela repressão política. Esta também foi a história vivida por Derlei de Lucca, catarinense perseguida política que exilou-se em Cuba, que ao regressar à Santa Catarina não encontra os (as) amigos (as) e companheiros (as) que resistiam juntos à ditadura, e então decide se organizar coletivamente para (re)costurar os fios de uma teia de relações interpessoais rompida pela violência. Enquanto primeiro grupo pró-memória

do Brasil, desde então tem atuado em Santa Catarina, alcançando tanto influências no território nacional como gerando articulações internacionais no que tange ao Direito à Memória e à Justiça.

Este trabalho objetiva socializar as medidas de tratamento e conservação dos documentos reunidos e produzidos pelo CCPMMDP realizadas pela equipe do Acervo Memória e Direitos Humanos do Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC, bem como, explorar os documentos que permitem narrar e evidenciar a atuação específica do Comitê relacionadas ao caso do catarinense Arno Preis: ações de investigação e de procura, exumação e identificação, traslado de restos mortais, cerimônias fúnebres, constituição de espaços de memória e atuação jurídica por responsabilização do Estado.

A metodologia conjuga a descrição das etapas e processos de tratamento documental a partir de registros pessoais de membros da equipe, bem como, o escrutínio das fontes que remetem à ações do Comitê relacionadas à Arno Preis.

Preservação e divulgação de um baú guardador de histórias

O conjunto documental reunido e produzido pelo Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos em mais de vinte e cinco anos de atuação foi doado ao Memorial dos Direitos Humanos sediado no Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atualmente constituindo e sob a guarda do Acervo Memória e Direitos Humanos do Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH) da UFSC (Farines; Tuyama; Auras, 2021).

O extenso conjunto documental foi denominado de “Coleção Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos” e é constituído por registros da atuação de busca pelos desaparecidos políticos, processos de anistiados, cartas de familiares, ofícios enviados e recebidos, manifestos, panfletos, fotografias, atividade clerical, documentos sigilosos produzidos pelos órgãos da repressão,

projetos de elaboração de espaços de memória e registros de imprensa, dentre outros.

A partir do momento que o Acervo Memória e Direitos Humanos da UFSC estava com a guarda da coleção CCPMMDP, onde os registros do caso Arno Preis estão localizados, o trabalho começou com a etapa de capacitação da equipe, que é formada por professores e bolsistas de extensão, por meio de oficinas multidisciplinares formativas que mesclaram formação prática e teórica sobre: Apresentação do IMDH e GT-acervo; Introdução sobre Arquivologia; Preservação e conservação de acervos; Direitos Humanos e sua relação com os documentos produzidos; Apresentação do *Sistema Omeka* (sistema utilizado para a disponibilização digital dos arquivos). Cabe ressaltar que esse conjunto variado de oficinas, no momento inicial dos trabalhos, foi de fundamental importância para a realização, com qualidade, de todas as etapas que envolveram o tratamento documental.

Todos os documentos da coleção passaram pelo processo de higienização, utilizando-se equipamentos e procedimentos específicos para a sua preservação. Grampos e cliques foram removidos, e os documentos foram limpos com trincha e pó de borracha, quando necessário. Os itens foram intercalados com papel sulfite, para garantir a separação individual. Ressalta-se que, desde o início do processo, o princípio do respeito à ordem original foi rigorosamente seguido, preservando-se a organização preexistente dentro das caixas.

Concluída a etapa de higienização, deu-se início ao processo de mapeamento e compreensão dos documentos da coleção, inicialmente descrevendo, de modo superficial, as características dos itens presentes em cada caixa, num processo que foi denominado de “levantamento documental”. Essa análise resultou em planilhas específicas para cada caixa da Coleção, permitindo uma visão geral do conteúdo e organização do acervo.

Após o levantamento documental, a equipe partiu para a etapa de digitalização, realizada em parceria com o Setor de Digitalização

e Microfilmagem do Arquivo Central da UFSC. Essa cooperação assegurou a utilização de estrutura e servidor específicos, garantindo a qualidade e respeito às normas arquivísticas. Com a totalidade dos documentos digitalizados e o conhecimento prévio das características do acervo, iniciou-se a etapa de descrição documental. As particularidades da Coleção CCPMMDP demandaram a realização de outras duas oficinas de capacitação para garantir a qualidade do processo descritivo.

A equipe contou, então, com uma oficina de descrição documental, que mesclou teoria e prática. A oficina abordou os princípios metodológicos da diplomática na Arquivologia, com foco nos documentos específicos do Acervo: cartas, ofícios, projetos de lei, panfletos, processos judiciais, matérias de jornais e fotografias. Considerando a natureza particular de alguns documentos, foi realizada também a oficina “Descrição de documentos do Sistema Nacional de Informações”. Essa oficina se concentrou na descrição de documentos oficiais produzidos por instituições repressivas e órgãos do Sistema Nacional de Informações durante o regime ditatorial. Tais documentos possuem linguagem e termos específicos, elementos de estrutura hierárquica e atribuição de finalidades próprias, características do terrorismo de Estado da época.

À medida que o Setor de Digitalização e Microfilmagem finalizava a digitalização de cada caixa, os documentos físicos eram cuidadosamente recuperados. Os documentos digitalizados, em formato PDF, ficavam armazenados em um HD externo. A caixa com os documentos era então acondicionada na estante, preservando a organização original. Assim, logo que foi digitalizada a primeira caixa, já se iniciava a etapa de descrição dos documentos armazenados nela, utilizando-se apenas os arquivos digitais. Essa medida visava evitar o manuseio excessivo dos documentos originais, preservando sua integridade física.

Os cuidados em relação ao tratamento e conservação documental que o Grupo de Trabalho Acervo Memória e Direitos Humanos tomou

foi extremamente importante para garantir a preservação e disponibilização de registros do período ditatorial, como os referentes ao caso de Arno Preis. Desenvolver medidas de preservação e divulgação pública do conjunto documental produzido e reunido, bem como das memórias relacionadas à atuação daquelas (es) que compuseram o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, contribui para o exercício social do papel de um arquivo de direitos humanos, porque os documentos produzidos durante e após a ditadura militar “podem servir de base para os processos de justiça transicional: reparação, memória, verdade e justiça”. (Gomes; Ribeiro; Frota, 2019, p. 9).

Arno Preis : dos livros às armas.

Partimos neste trecho para o escrutínio dos documentos presentes na Coleção relacionados ao caso Arno Preis, catarinense morto pelas forças de segurança da ditadura. Entre os registros existentes na Coleção doada por Derlei, que está atualmente no Acervo do Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC, há documentos dos órgãos de repressão, como laudo cadavérico de Arno Preis emitido no dia de sua morte, em 15 de fevereiro de 1972, recortes de matérias de jornais referentes à sua morte e também sobre a exumação de seus restos mortais realizado em 1983, e outros registros referentes, por exemplo, às homenagens realizadas em 1994 quando houve seu traslado e sepultamento em Forquilha.

Os documentos disponíveis remontam à registros contraditórios acerca do assassinato de Arno Preis na cidade de Paraíso do Norte/GO. De acordo com a versão oficial presente no “Termos de Declarações”¹ prestado pelo agente de polícia Benedito Luiz de Paiva ao escrivão da Delegacia de Polícia de Paraíso do Norte no dia 21 de fevereiro de 1972, consta que

1 Alaor de Oliveira Rosa, “Termos de Declarações–Caso Arno Preis,” Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), acesso em 4 de março de 2024, disponível em: <https://memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/1067>.

[...] no dia 15 do corrente mês o declarante se encontrava no Bar São José onde se realizavam bailes carnavalescos, quando as 02.45 horas ali chegou o policial de nome Gentil Ferreira em companhia de seu colega de nome Luzimar Machado de Oliveira [...] se encontrava ali conversando com os policiais viu que chegou da Estação Rodoviária um ônibus e que imediatamente entrou no bar onde estavam dois homens [...] um deles de cor clara se dirigiu ao balcão [...] em seguida a pessoa identificada procurou os policiais onde encontraria um dormitório no que os policiais disseram que aquelas horas, só encontraria na dona Terezinha [...] os policiais apontou para o senhor Vilmar, motorista de taxis que naquêlo momento se encontrava no Bar [...] em seguida saiu fora e foi se aproximando do taxis [...] quando o declarante ouviu um dos policiais dizer: que deveriam ir até a Delegacia [...] quando o soldado Gentil disse apontando para o declarante Este aqui é um agente da D.O.P.S., Que instantaneamente o sujeito [...] disse já sei o que vocês estão querendo e como um relampago sacou uma arma e atirou nos policiais e no declarante e saiu correndo. [...] (Paiva, 1972, n.p.)

A declaração policial continua com a narração de uma perseguição e de um tiroteio em um lugarejo escuro, onde Arno teria se escondido e, após ser cercado, foi alvejado e morto.

Porém há outro documento que contesta a versão da morte de Arno Preis prestada pelos órgãos oficiais, que fora amplamente reproduzida pela imprensa à época. Trata-se de um manuscrito sem autoria², escrito provavelmente na década de 1990 em meio ao processo de conquista de abertura e acesso de alguns arquivos e documentos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, que afirma ter encontrado uma pessoa infiltrada no Grupo da Ilha, organi-

2 Relatário sobre o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)—infiltração e assassinato dos militantes,” Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), acesso em 4 de março de 2024, Disponível em: <https://memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/1093>

zação que Arno compunha e que realizou treinamentos de luta armada em Cuba. Essa pessoa infiltrada entregou os nomes e informações dos militantes, bem como, as estratégias e atuações de luta armada do Molipo na região do Estado de Goiás, como vemos:

O MOLIPO decidira-se pela guerrilha rural, tendo escolhido o estado de GOIÁS [...] No entanto, o “grupo da Ilha”, que treinou em Cuba, tinha uma pessoa infiltrada, que fez um relatório aos órgãos de repressão, encontrado no Arquivo do DOPS de São Paulo. Este relatório cita os guerrilheiros que faziam treinamento em Cuba e que pretendiam instalar um foco guerrilheiro em Goiás. A maioria dos guerrilheiros citados consta da relação dos mortos e desaparecidos políticos. [...] Os ex-militantes do MOLIPO, como José Dirceu e Paulo de Tarso Vanucchi acreditam que há uma ligação entre várias mortes com a ação de um infiltrado e não acreditam que cada morte em Goiás possa ser explicada per se, como fatos isolados uns dos outros, frutos do acaso, como constam das versões oficiais das mortes de Rui Berbert, Arno Preis, Jeová Assis Gomes. Ao contrário, como a infiltração já vinha de Cuba, já tinha dado o esquema de entrada e de chegada. As forças repressivas esperaram a volta de cada um para ver quem iam contatar no Brasil e depois quase todos são mortos ou desaparecidos em intervalo de tempo muito curto [...] Parece-me “conto da Carrochinha” a casualidade que transparece na versão oficial da morte de Arno Preis [...] (Relatório Molipo, s/d.)

O laudo cadavérico emitido pelos órgãos de repressão detalham que em seu corpo havia duas grandes perfurações por faca e dezoito orifícios por bala de fogo. Seu cadáver foi deixado no cemitério local com o seguinte recado para o coveiro: “Enterra de qualquer jeito. Isto é um porco” (Dias; Pavani, 2021, p. 73). O coveiro, Milton Gomes, deixou sinalizado o local de sua sepultura, imaginando que um dia iriam buscá-lo.

Ivo Sooma, advogado e amigo da família de Arno, fez duas viagens para Paraíso do Norte em busca dos restos mortais de seu companheiro. Uma em 1980 e outra em 1984. Em sua primeira viagem, ele descobriu que quando Arno morreu, ele portava uma identidade com o nome de Patrick McBundy Cormick. Porém, não encontrou nenhum registro de óbito de quaisquer um dos dois nomes. Considerando que ainda estavam no período ditatorial, Ivo Sooma empreendeu suas buscas com muita cautela. Apesar disso, conseguiu encontrar o covão que havia enterrado o corpo de Arno em 1972, Milton Gomes (Dias; Pavani, 2021). Sooma retornou de sua primeira viagem com poucos resultados concretos. Em 1984, quando conseguiu retornar para a região, Ivo levou um fotógrafo para registrar imagens do local onde Arno Preis estava enterrado e descobriu que a cruz que Milton Gomes havia inserido em sua sepultura para identificá-la, já não estava mais lá. “As fotografias geraram grande inquietação nos familiares de Arno. João Preis queria regularizar o óbito e trazer os restos mortais do irmão para Maringá, onde seriam sepultados dignamente” (Dias; Pavani, 2021, p. 98).

A atuação do Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos

Segundo uma carta escrita por Derlei Catarina de Lucca, no dia 19 de outubro de 1983, o Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos decidiu focar a dedicação na pesquisa sobre o caso de Arno Preis. No dia 20 de outubro de 1983, Derlei escreveu para, pelo menos, duas pessoas solicitando ajuda e informações sobre o desaparecimento de Arno. Essas cartas encontram-se na coleção disponível no Acervo Memória e Direitos Humanos da UFSC.

Nessa época, o advogado da família de Preis, Ivo Sooma, já havia descoberto onde estavam enterrados os restos mortais do catarinense, assassinado político. Se por um lado a família, representada pelo seu irmão João Preis, empregou seus esforços de busca, sobretudo

com a participação e auxílio do advogado e amigo Ivo Sooma, destacamos nesse trabalho a atuação que o comitê desenvolveu para o direito ao luto da família, a exumação dos ossos, o traslado para a cidade natal de Arno Preis e a justiça e memória do catarinense.

Em uma das cartas enviadas por Derlei, onde ela anuncia que o Comitê estará iniciando as buscas por Arno, ela cita o que sabiam, até então, sobre seu indiciamento e sua morte. Também, na carta, Derlei comunica que havia a pretensão de encontrá-lo e trasladá-lo para Criciúma/SC.

Figura 1: Carta de Derlei sobre o início das buscas por Arno Preis

Criciúma, 20 de outubro de 1963

Fon,

Você não me conhece porque eu só te vi uma vez: você saía da sala de interrogatório da OBAN e eu ia chegando, saída da cela, em frente aos banheiro. Não é sobre o passado que eu quero falar.

Nós temos em SC, um COMITÊ PRO MEMÓRIA DOS MORTOS E DESAPARECIDOS tratamos dentro das possibilidades, resgatar a memória dos catarinenses, divulgar sua luta, manter o seus nomes. Todos os anos fazemos alguma comemoração e este ano celebramos durante toda uma semana.

Ontem decidimos pesquisar especificamente um catarinense; chamado ARNO PREIS, nascido em Criciúma, era militante da ALN, depois participou do grupo dos 28 MOLIPÓ. Era conhecido como: Aldo, Alemão, Ariel, Werner ou Wagner.

Sabemos que foi indiciado no processo da ALN.

Temos notícias de que "morreu em combate no dia 15 de fevereiro de 72 e a notícia foi publicada dia 22.03.72 no GLOBO e JORNAL DO BRASIL na cidade de PARAÍSO DO NORTE -

SEM: queremos saber: - que voce sabe deste combate? houve?
- quem poderia nos informar sobre isso?
- quem conheceu o ARNO na ALN?
- porque Paraíso do Norte? Foi lá onde morreu
- enfim: tudo o que voce puder nos dizer de Arno, te ficaremos gratos.

Intendemos se se confirmarem algumas informações procurar seus restos e trasladá-los a Criciúma. Em Janeiro, algumas pessoas se dispõe a viajar para lá para ver se descobre algo. Segue algumas coisas relativas ao nosso trabalho aqui.

Peça informações minhas para a pessoa que te entregar esta carta.

um grande abraço

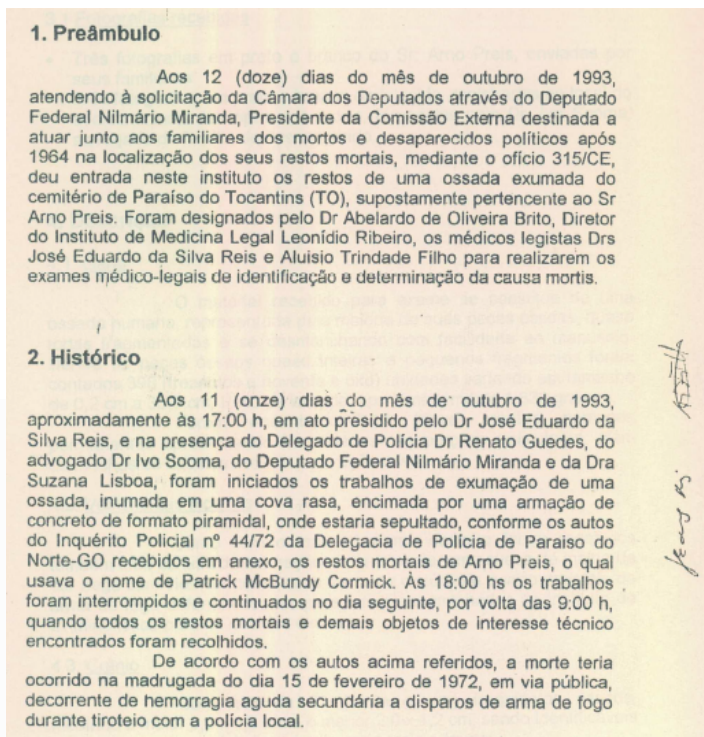
derlei Catarina de Luca

Fonte: Acervo Memória e Direitos Humanos³.

3 Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

A exumação dos ossos de Arno Preis só ocorreu em 1993, após constante luta dos familiares e suas organizações estaduais e nacionais que, conseguiram firmar conquistas como o exemplo da Comissão Externa dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos que fez intermédio e articulação do deputado federal Nilmário Miranda, como segue:

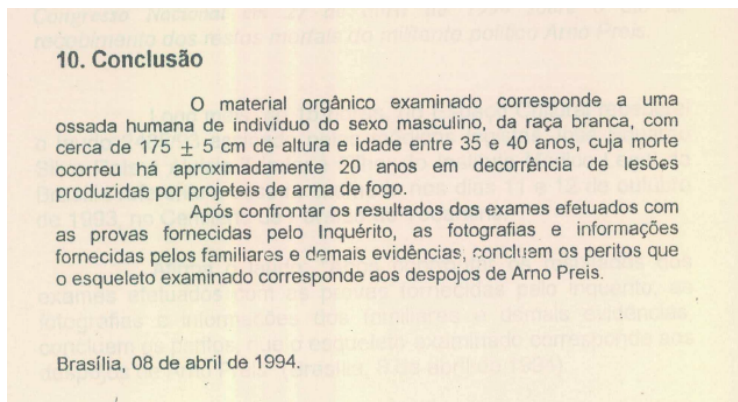
Figura 2: Trecho do Dossiê Arno Preis referente a exumação dos ossos



Fonte: Acervo Memória e Direitos Humanos⁴.

O material exumado foi encaminhado para análise e, seis meses depois, em 8 de abril de 1994, com um relatório detalhado, teve uma conclusão, confirmando que se tratava dos ossos de Arno Preis.

⁴ Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

Figura 3: Trecho do laudo referente à ossada exumada

Fonte: Acervo Memória e Direitos Humanos⁵.

No livro escrito por Reginaldo Dias e Elaine Pavani sobre a história de Arno Preis, há um relato referente ao desejo de que o sepultamento fosse realizado em Forquilha, Santa Catarina. Já nessa época, sua trajetória era bastante conhecida na região e no estado, grande parte pela atuação do Comitê em manter viva a memória dos mortos e desaparecidos políticos.

Inicialmente a ideia da família Preis era promover o sepultamento em Maringá, para que os restos mortais de Arno repousassem ao lado do pai, falecido em 1993. No entanto, diversas pessoas manifestaram o desejo de homenagear Arno Preis e apelaram para que o evento não se limitasse ao traslado dos restos mortais. Derlei Catarina de Lucca, presidente do Comitê Catarinense Pró-memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, solicitou que o corpo de Arno Preis fosse sepultado em sua terra natal (Dias; Pavani, 2021, p. 106).

O sepultamento de Arno Preis ocorreu precedido de diversas homenagens em instâncias nacionais, estaduais e municipais. Ele recebeu também homenagens na Faculdade de Direito do Largo de São

⁵ Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

Francisco, da Universidade de São Paulo, onde havia estudado, e diversas celebrações religiosas. Uma das homenagens a Arno foi realizada no Congresso Nacional, sendo a primeira vez que um militante que lutou contra a ditadura recebia tal homenagem.

Figura 4: Matéria sobre a homenagem feita a Arno Preis no Congresso Nacional



Fonte: Acervo Memória e Direitos Humanos⁶.

Os restos mortais de Arno Preis foram sepultados com as devidas celebrações religiosas no dia 3 de maio de 1994 em Forquilha, com grande cobertura em diversos jornais e mobilização da comunidade de Criciúma.

As homenagens a Arno se seguiram. Um ano após seu sepultamento em Forquilha, no dia 3 de maio de 1995, o deputado federal Milton Mendes o homenageou na Câmara Federal. Em 21 de junho

⁶ Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

de 1995, iniciaram a atuação para constituição e criação de espaços de memória que remetesse à história e legado de Arno Preis, como a denominação de logradouros, ao ser assinada pelo prefeito de Criciúma a Lei n.º 3.105 que denomina a via pública Rua Arno Preis, bem como, ações de reconhecimento público quando em 22 de setembro de 1995, em Criciúma, a Câmara Municipal expediu a Arno Preis um Diploma de Mérito Democrático (Dias; Pavani, 2021).

A partir da segunda metade da década de 1990, há relevantes conquistas no campo da justiça estatal relacionada as graves violações de direitos humanos, sobretudo com a promulgação da Lei nº 9.140 de 4/12/1995 que reconhece as pessoas mortas e desaparecidas políticas no período ditatorial, cria a Comissão Especial, e possibilita a indenização do Estado às vítimas e familiares.

O Comitê e os familiares travam intensa luta jurídica para que o Estado reconheça Arno Preis como uma pessoa assassinada pelas Forças Armadas e de segurança pública do regime ditatorial, visto que “Em 1996, tão logo foi aberto o prazo, a família Preis apresentou requerimento à Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, instituída pela Lei n.º 9.140/95. Nessa demanda, afere-se que a busca da verdade era inseparável da reparação moral e material esbarrava na falta de amplo acesso aos arquivos produzidos pelos órgãos repressivos”. (Dias; Pavani, 2021, p. 125). Porém a maioria da Comissão indeferiu o pedido por considerar que Arno morrera fora das instalações e dependências de instituições de Segurança Pública ou Forças Armadas, visto que sua morte foi em consequência do tiroteio travado, que causou a morte de um policial militar (Luzimar Machado de Oliveira) e ferimentos em outro (Gentil Pereira Mano). A luta por justiça e indenização mobilizou por mais uma década a família, o Comitê.

Considerações finais

Conclui-se que o trabalho do Acervo Memória e Direitos Humanos no que se refere ao tratamento, conservação e disponibilização de documentos, como esses citados neste artigo, é de extrema relevância para a memória das vítimas da ditadura e para o prosseguimento de pesquisas relacionadas com a temática dos direitos humanos e da ditadura no Brasil. Em uma carta enviada por Derlei ao Reitor Antônio Diomário de Queiroz, referente a atuação do Comitê no caso Arno Preis, em 1994, ela escreve

Coloco à disposição da UFSC meu arquivo particular que teria melhor aproveitamento se estivesse na Universidade em local onde estudantes e professores pudessem pesquisar. Há muito material para teses de mestrado e pós-graduação para alunos interessados no assunto (De Lucca, 1994).

Portanto, fica evidente a vontade da coordenadora do Comitê e a importância de tornar público e acessível esse conjunto de documentos.

Referências

ACERVO MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em: www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br. Acesso em: 3 mar. 2024.

ARQUIVO MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Carta de Derlei Catarina de Luca ao Reitor da UFSC**—doação de Arquivo Particular e trabalhos realizados pelo Comitê Catarinense Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Disponível em: <https://memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/162> . Acesso em: 2 mar. 2024.

ACERVO MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Alair de Oliveira Rosa, “**Termos de Declarações—Caso Arno Preis**”, 1972. Disponível em: <https://memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/1067>. Acesso em: 4 mar. 2024

ACERVO MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório sobre o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)**—infiltração e assassinato dos militantes. Disponível em: <https://memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/1093>. Acesso em 4 mar. 2024.

BENASSI, Louise. **As lembranças não morrem**: histórias do Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Navegantes: Papa Terra, 2012.

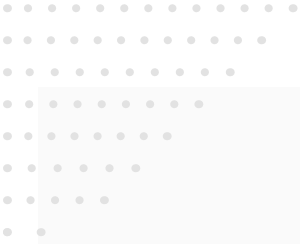
BRASIL. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140compilada.htm. Acesso em: 4 abr. 2024.

CRICIÚMA. **Lei nº 3105, de 21 de junho de 1995**. Denomina via pública de Rua Arno Preis e dá outras providências. Criciúma: Câmara Municipal, 1995. Disponível em: <https://camaracriciuma.sc.gov.br/lei-municipal/lei-ordinaria-28/lei-no-3105-de-21-de-junho-de-1995-3105>. Acesso em: 6 abr. 2024.

DIAS, Reginaldo Benedito; PAVANI, Elaine Angela Bogo. **Arno Preis**. Curitiba: Appris, 2021.

FARINES, J.-M.; TUYAMA, L.; AURAS, M. (org.). **Memórias reveladas da UFSC durante a ditadura civil-militar**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021.

GOMES, P.; RIBEIRO, A. C.; FROTA, M. G. C. Comissão da verdade e seus documentos: entre memória, verdade e justiça. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 21-25 out. 2019, Florianópolis. **Anais** [...] Enancib, 2019. p 1–20.



VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS: UMA ANÁLISE DE PRÁTICAS DISCURSIVAS REPRESENTATIVAS DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

Mariana Jantsch de Souza
IFSul

Introdução

Neste texto, apresentamos uma continuação e aprofundamento de um percurso de análises discursivas sobre violência simbólica e direitos fundamentais em discursos representativos da extrema direita brasileira (Souza, 2018a, 2020, 2022a). No contexto social brasileiro, vivenciamos situações de polarização e antagonismos exacerbados, sobretudo em períodos eleitorais, como em 2014, 2018 e 2022, que deram espaço a discursos de intolerâncias e ódios¹. Este panorama possibilitou a ascensão e o fortalecimento de movimentos, discursos e saberes da extrema direita no Brasil.

As tecnologias da informação e da comunicação permitiram a ampliação e popularização desses discursos, replicados em velocidade e quantidade inéditas. Nesse cenário, tomamos como tema da presente pesquisa discursos que põem em movimento sentidos que funcionam socialmente de modo violento em relação aos direitos fundamen-

1 Conjuntura social por nós analisadas a partir de diferentes discursos em circulação social e materialidades diversas: Souza (2018b, 2022b) e Souza; Silva (2022).

tais. Para tanto, consideramos os direitos fundamentais classificados em cinco dimensões, conforme propõe Bonavides (2002). Isso porque, interpretamos os discursos em tela tendo no horizonte, especialmente, os direitos fundamentais atinentes à liberdade, à igualdade, à dignidade, ao pluralismo, à informação e à democracia.

Nosso objetivo é analisar como são significados os direitos fundamentais em práticas discursivas representativas da extrema direita no Brasil. Consideramos o 38º Presidente da República Federativa do Brasil, cujo governo iniciou em 1º de janeiro de 2019 e finalizou em 1º de janeiro de 2023, como o principal representante da extrema direita brasileira. Assim, tomamos seus dizeres como índice dos saberes dessa rede discursiva e analisamos os sentidos que são postos em movimento a partir de seu discurso e como funcionam socialmente.

Trata-se, então, de uma pesquisa interdisciplinar que encontra suporte ao trazer à luz as tramas entre Linguagem e Direito, trabalhando no entremeio dessas áreas do saber para realizar a análise proposta a partir da teoria materialista dos processos discursivos de Michel Pêcheux, a Análise de Discurso (AD). Traremos, pois, uma discussão aprofundada acerca da noção de direitos fundamentais e de democracia, com amparo na Teoria do Direito e do Estado, no âmbito das Ciências Jurídicas.

Os últimos acontecimentos evidenciam que palavras têm poder e, no cenário contemporâneo, alguns discursos ganham força e concretude, originando atos de vandalismo e violências factuais, concretas (e não apenas simbólicas). Podemos mencionar os atos de violência contra as instituições democráticas acontecidos em 8 de janeiro de 2023 e trazemos as palavras do Ministro da Suprema Corte, Alexandre de Moraes: “O STF foi danificado por terroristas. Mas as Instituições não são feitas só de tijolos, são feitas de pessoas, coragem e determinação. Vamos reconstruir as estruturas e mostrar que a CF e a Democracia

seguem mais fortes do que nunca”² (Moraes, 2023). A partir de nosso repertório teórico, acrescentamos que as instituições são feitas (ou desfeitas), também, de/por palavras e esta pesquisa evidencia o papel e a força das palavras nesse cenário.

Dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso e a extrema direita

Esta discussão sobre a relação entre os direitos fundamentais e o discurso da extrema direita brasileira é perpassada pelo olhar teórico da Análise de Discurso, buscando compreender o funcionamento desses direitos nas práticas discursivas analisadas. Como questões orientadoras, podemos formular: nesses dizeres, como são significados os direitos fundamentais, necessários à consolidação de uma ordem democrática? Esse modo de atribuição de sentido está em consonância com os pressupostos democráticos?

Do nosso ponto de vista, pensar sobre como os valores liberdade, igualdade, pluralismo, informação circulam socialmente é pensar sobre como nós, brasileiros, colocamos em prática a democracia, sobre como vivemos a/em democracia. E, também, pensar como estaria aí funcionando o que estamos entendendo como violências simbólicas.

Assim, nesta reflexão, assumimos como posição ou lugar de análise a teoria da Análise de Discurso de tradição pecheuxiana. Em razão de seu objeto—o discurso—, entendido como um nó, como “o lugar teórico em que se intrincam todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito” (Maldidier, 2003, p. 15), recorreremos à AD para compreender o processo em questão. Em nosso trabalho de análise, observamos a prática democrática brasileira através do discurso, o que nos leva a considerar os aspectos socio-históricos que se manifestam na/pela estrutura da língua. Esse posicionamento teórico implica em ler e compreender os modos de significação das diferenças,

2 Este e outros dizeres relacionados ao acontecimento histórico de 8 de janeiro de 2023 são objeto de outro exercício teórico-analítico, materializado em outro texto.

das divergências em harmonia (ou não) com a ordem democrática, a partir das relações entre língua, história e ideologia em funcionamento no discurso.

Para concretizar esse objetivo de pesquisa, selecionamos dizeres do 38º Presidente da República Federativa do Brasil na legislatura de 2019 a 2023, que tematizam questões de ordem pública (de interesse coletivo), o respeito (ou não) às diferenças e aos posicionamentos divergentes, liberdade e igualdade (indispensáveis à consolidação de uma ordem democrática). São, por exemplo, manifestações que põem em jogo certa ideia de liberdade e de igualdade em relação à atuação de cada cidadão no processo democrático de escolha de representantes políticos. A partir desse contexto enunciativo, e por olharmos tais práticas discursivas com os propósitos explicitados, o funcionamento desses discursos permitirá observar uma certa postura em relação aos direitos fundamentais (entre eles o direito fundamental à democracia).

Direitos fundamentais

A noção de direitos fundamentais não é simples, em razão de sua amplitude e das variadas formas de designá-la. José Afonso da Silva (1999, p. 179) e Ingo Sarlet (2015, p. 27) referem a dificuldade de explicar tal noção, a começar pelas diferentes expressões que a designam, tais como: direitos naturais, direitos humanos, direitos do homem, direitos individuais, direitos públicos subjetivos, liberdades fundamentais, liberdades públicas e direitos fundamentais do homem. Silva aponta a expressão direitos fundamentais do homem como a expressão mais adequada, a qual designa

aquelas prerrogativas e instituições que ele [o ordenamento jurídico] concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualificativo fundamentais, acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas

sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive (Silva, 1999, p. 182).

Os direitos fundamentais são classificados em cinco dimensões, conforme a evolução do constitucionalismo ocidental em reconhecê-los e garanti-los, conforme explica Sarlet (2015, p. 48). A primeira dimensão refere-se aos direitos de liberdade e compreende direitos civis e políticos: são de cunho fortemente individualista, em que o indivíduo titulariza direitos oponíveis ao Estado. A segunda dimensão corresponde aos direitos de igualdade, abrange direitos sociais, culturais e econômicos: são direitos exigíveis perante o Estado. A terceira dimensão diz respeito aos direitos de fraternidade ou solidariedade em que se reconhece proteção e direitos aos grupos humanos (família, povo nação) e, assim, são direitos de titularidade coletiva ou difusa (por exemplo: direitos relacionados ao meio ambiente, ao consumidor). A quarta dimensão corresponde aos direitos à democracia, pluralismo e informação. E a quinta dimensão insere-se o direito à paz.

Feita essa explanação para a compreensão teórica dos direitos fundamentais, passamos a aprofundar o olhar em torno da noção de democracia. Isso porque o foco deste exercício interpretativo está no direito fundamental à democracia, o qual implica os direitos fundamentais de liberdade e de igualdade, bem como em analisar modos de significação violentos desses direitos no discurso do 38º Presidente da República Federativa do Brasil.

(Re)visitando a noção de democracia para compreender os efeitos antidemocráticos do discurso da extrema direita brasileira

Esta retomada da noção teórica de democracia é, em verdade, um revisitar a pesquisas anteriores que se dedicaram a pensar e examinar detidamente tal conceito (Souza, 2011, 2018a). Mirando essas considerações com um olhar atualizado e voltado à presente pesquisa, iniciamos ponderando que democracia não diz respeito apenas à to-

mada de decisão coletiva, ao direito ao voto e à possibilidade de ser votado. Não se pode pensar essa forma de organização política atrelada, apenas e tão somente, ao momento das eleições. Democracia impõe que se traga para o debate coletivo e público, de forma ampla e igualitária, as questões coletivas, possibilitando a participação de todos nos assuntos que a todos diz respeito. Trata-se de democratizar as discussões sociais: este é o espírito democrático.

A representatividade é um dos pilares do regime democrático, juntamente com a limitação do poder e a cidadania. A escolha dos representantes é uma decisão coletiva, que se torna legítima pelo princípio da maioria. Tais decisões são construídas por sujeitos diferentes que colaboram para que seja alcançada a unidade de uma decisão. Isso evidencia que a democracia assenta-se na diferença, pois as decisões democráticas representam uma pluralidade anterior e necessária. Com isso, é reconhecida a heterogeneidade que está na base de toda sociedade. A democracia parte (ou deveria partir) da aceitação da diferença entre os cidadãos.

Este sistema supõe classes diferentes com acesso ao poder, são grupos em concorrência por esse acesso. Isso também se aplica para compreensão das práticas discursivas em análise, pois representam classes diferentes em concorrência pelo poder. Essas classes, no âmbito da AD, se materializam no discurso, e este, por sua vez, materializa a ideologia que lhe é constitutiva. É esse processo que nos permite inscrever os discursos em uma ou outra FD. Ou seja, essa disputa por poder se dá essencialmente no nível do discurso, pois um dos vieses do poder é a possibilidade de dizer. É o poder de dizer, a possibilidade de acessar determinados espaços discursivos dominantes. É estar legitimado a dizer: é concorrer por um espaço discursivo de poder.

De todo modo, uma das marcas da democracia representativa é o pluralismo, a diferença. Para Touraine (1996), a representação é o meio de, respeitando-se o pluralismo social, obter uma unidade. Pois, a ordem social criada através dos representantes políticos—por meio

de normas gerais e individuais -, consiste na passagem do pluralismo social para uma unidade, qual seja: a própria ordem social a que todos estão submetidos, representada pela lei. Ou, nas palavras do sociólogo: “o sistema político é um mecanismo de representação dos interesses e de passagem da pluralidade dos atores sociais à unidade da lei” (Touraine, 1998, p. 288). Então, a democracia, na prática moderna, é, principalmente, uma forma de transformar a diversidade em unidade e, com isso, criar uma ordem política, jurídica e social.

Não podemos supor que este é um processo pacífico e tranquilo, pois o convívio com a diferença inevitavelmente produz conflito. Ao considerar o conflito como parte do funcionamento democrático, voltamos a um ponto essencial: a democracia é uma forma de viver com o grupo; de viver junto com o outro, com a diferença. É um modo de viver em que as particularidades não são abolidas em prol do grupo, ao contrário, todas que de algum modo estão presentes na formação do grupo tem espaço no convívio coletivo. É esta forma de organização social que uma ordem democrática busca promover. Retornamos, assim, à inexorável natureza dividida, híbrida, heterogênea e conflitiva da sociedade democrática. Nesse contexto, a ordenação do convívio social não desfaz a pluralidade, mas a pressupõe para que a ordem social possa ser construída coletivamente, e a diferença possa ser manifestada e vivida como parte da unidade conformada.

Touraine faz um balanço acerca da trajetória da democracia: “no passado, a democracia lutou, em primeiro lugar, pela liberdade política e, em seguida, pela justiça social; qual será a luta que está travando atualmente? Este livro propõe uma resposta: a razão de ser da democracia é o reconhecimento do outro” (Touraine, 1996, p. 260). O reconhecimento do outro não fica no nível das diferenças. O outro é diferente e também semelhante, pois “se trata de fazer viver em conjunto indivíduos e grupos, simultaneamente, diferentes e semelhantes, que fazem parte do mesmo conjunto, ao mesmo tempo que são

diferentes dos outros e, até mesmo, se opõem a eles” (Touraine, 1996, p. 260-261).

Em razão dessa relação que a democracia propõe entre os sujeitos e entre sujeito e Estado, o autor considera que “a democracia é o espaço do diálogo e da comunicação” (Touraine, 1996, p. 261). O convívio com um outro que é, ao mesmo tempo, igual e diferente, conforme o título de uma das obras estudadas, propõe e impõe a interação, o diálogo como caminho para manter o convívio coletivo. Neste panorama, consideramos que os discursos da extrema direita, aqui representados em dizeres do 38º Presidente da República, opõem-se ao funcionamento democrático em todos os seus aspectos, pois fecham-se ao diálogo e à interação por significar toda a ordem de diferença como inaceitável e como alvo de diferentes formas de violência.

As violências simbólicas da extrema direita e seu porta-voz

Entendemos a noção de violência simbólica tal como propõe Slavoj Žižek (2014) ao refletir sobre as diferentes dimensões da violência e suas causas. Para o autor, a violência nossa de cada dia pode ser subjetiva ou objetiva. A primeira dimensão da violência é a forma mais visível, claramente identificável, é aquela que salta aos olhos porque “é percebida como uma perturbação do estado de coisas ‘normal’ e pacífico” (Žižek, 2014, p. 17-8). Já a violência em sua dimensão objetiva “é precisamente aquela inerente a esse estado ‘normal’ de coisas. [...] é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento” (Žižek, 2014, p. 18).

A violência objetiva se realiza como violência simbólica ou como violência sistêmica. Essas são as formas de violências sob a perspectiva de Žižek. A violência simbólica é aquela “encarnada na linguagem”:

essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações

de dominação social que nossas formas de discurso habituais reproduzem: há uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido (Žižek, 2014, p. 17, grifo nosso).

Discursos que movimentam violências simbólicas evidenciam a violência por trás do estado normal de coisas e a intolerância com aqueles que desvirtuam/subvertem esse universo de sentidos. Esse tipo de discurso mostra que esse estado normal de funcionamento de nossa sociedade é baseado na relação desiguais de subordinação e dominação, insistindo na manutenção dessa ordem.

Ao longo de nosso percurso teórico-analítico, observamos que “a violência simbólica opera no âmbito ideológico: encarna-se na linguagem para impor a reprodução das relações de dominação/subordinação [...] Atua perpetuando relações socio-históricas de desigualdade-subordinação a partir da face mais intolerante que a dominação ideológica pode assumir” (Souza, 2018a, p. 80).

Nessa mesma direção, Recuero e Soares (2013), em análise sobre violência simbólica e redes sociais, entendem que no âmbito dessa violência “o discurso reproduzido é capaz de perpetuar o estigma social e dar-lhe novos contornos” (Recuero; Soares, 2013, p. 240). Assim, nossas considerações convergem ao compreender que “a violência simbólica tem um importante papel na reprodução dos estereótipos e dos estigmas sociais” (Recuero; Soares, 2013, p. 241).

Neste panorama, entendemos que os discursos representativos da extrema direita brasileira encontram no 38º Presidente da República um porta-voz que utilizou do espaço institucional de fala e de exercício do poder de chefe do executivo federal para legitimar e reforçar esses saberes violentos, repetindo-os e insistindo em sua circulação social intensa. Em estudos discursivos, compreendemos que o porta-voz como uma função enunciativa e “enuncia do lugar so-

cial do grupo ao qual pertence, falando por ele e em nome dele, como seu representante legitimamente autorizado” (Lara, 2020, p. 236). Pêcheux aborda a figura do porta-voz como:

ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (Pêcheux, 1990, p. 17).

Em análise acerca do discurso do sujeito político em pauta e tomando por ponto de partida a perspectiva pecheuxtiana acima citada acerca do porta-voz, Baronas e Ponsoni (2018, p. 28) explicam que se trata de “uma figura enunciativa que retoma o dizer da multidão representada, se colocando na condição de ser o único sujeito capaz de relatar seus anseios e suas necessidades”.

Para este gesto de leitura, tomamos o 38º Presidente como porta-voz da extrema direita brasileira. Entendemos que o exercício dessa função enunciativa a partir do espaço institucional da presidência da República potencializa os efeitos de sentido produzidos, fortalece e legitima os saberes movimentados. Vejamos as sequências discursivas selecionadas de nosso arquivo:

Tabela 1: Sequências discursivas para análise

<i>nº</i>	<i>Enunciado</i>	<i>Data e Fonte</i>
<i>sd1</i>	Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, Tubaína	Maio de 2020 Lindner, 2020

sd2	“[A vacina] ‘não está comprovada cientificamente’.”	Janeiro de 2021 Mazui; Pinheiro; Garcia, 2021
sd3	“No nosso entendimento, o que está salvando o Brasil é a imunidade de rebanho. Eu, por exemplo, <i>não estou vacinado. Estou muito bem.</i> [...] A imunidade de rebanho é uma realidade. <i>A pessoa que se imuniza com o vírus tem muito mais anticorpos do que com vacina</i> ”	Janeiro de 2022 Soares, 2022, grifo nosso
sd4	“ <i>Quinze dias após a segunda dose, totalmente vacinados—estão desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, muito mais rápido do que o previsto.</i> ”	2021 G1, 2023, grifos nossos

Fonte: Autoria própria

Observamos um efeito excludente e disjuntivo nesse discurso (sd1). Em meio a uma crise sanitária sem precedentes, a Presidência deveria resguardar e proteger a população. No entanto, não há representação discursiva de qualquer efeito de sentido de união, que poderia ser instaurado a partir da pessoa gramatical nós. Ao contrário, há um reforço a sentidos de polarizações e antagonismos já em circulação social (Souza, 2018a, 2018b, 2020, 2022a, 2022b) acompanhando de um tom jocoso incompatível com a posição de dizer ocupada pelo sujeito enunciador. Isso porque a suposta orientação “quem é de direita toma cloroquina e quem é de esquerda, Tubaína”³ é verbalizada como piada que busca ridicularizar quem não compartilha de discurso e dos modos de tratamento e prevenção da Covid-19 preconizados no âmbito desse discurso. Com essa separação, temos que aquele que deve agir para promover o cuidado coletivo demarca que essa ação também é significada de forma disjuntiva: cada um cuida de si mesmo

3 Não abordaremos nesta leitura os fatos e os efeitos de sentido em torno das recomendações de uso de cloroquina. Ainda acerca da sd1, lembramos ao leitor que o termo tubaína faz referência a um refrigerante típico do estado de São Paulo, sendo desconhecido em muitas partes do Brasil.

e quem partilha dos mesmos saberes do 38º Presidente deve seguir as suas “orientações”.

Nas demais sds, temos elementos que repetem e intensificam efeitos de encorajamento à contaminação e de desestímulo à vacinação: “Eu, por exemplo, *não estou vacinado. Estou muito bem.*” (sd3). Tais formulações elevam os saberes negacionistas (anticiência, antivacina) a um nível de superioridade insuscetível de dúvida em relação aos saberes opostos (representados pelo saber científico): “o que está *salvando* o Brasil é a imunidade de rebanho. [...] A imunidade de rebanho é uma realidade. *A pessoa que se imuniza com o vírus tem muito mais anticorpos do que com vacina*” (sd3). Nesse processo discursivo, a desinformação é propagada a partir de sentidos que negam fatos, negam a ciência, negam a pandemia e negam a gravidade da crise sanitária. Contudo, precisamos evidenciar, que a desinformação vem acompanhada de distorções e mentiras: “Quinze dias após a segunda dose, totalmente vacinados—*estão desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida*” (sd4). Assim, esses dizeres funcionam colocando os saberes dessa rede discursiva acima da ciência e do conhecimento científico, conferindo a esse discurso um grau de autoridade e superioridade em relação à ciência.

A partir dos elementos destacados, compreendemos que todas as sds em pauta convergem para um mesmo desfecho: desacreditar a ciência e a vacina (como resultado do conhecimento e da produção científica), enaltecendo os saberes (negacionistas) dessa rede discursiva e encorajando a população a não cumprir as medidas preventivas a fim de atingir a falaciosa imunidade de rebanho. Estes seriam, portanto, os únicos saberes válidos e capazes de oferecer certezas e segurança diante do vírus, pois oferecem um caminho para a imunização absoluta (aquela que se obtém com o próprio vírus). Tal efeito de sentido é atravessado pela dúvida sobre a imunização que a vacina (e a ciência) oferece.

Nesse panorama, as declarações públicas do 38º Presidente da República produzem informações falsas sobre a cura e sobre a relevância da Covid-19, e, tais sentidos formulados, de acordo com o estudo de Recuero e Soares (2021), aumentaram a circulação de desinformação e ainda continuam produzindo efeitos que boicotam as medidas preventivas e descredibilizam a vacina. Em nossa leitura, amparada também em leituras anteriores já mencionadas, essas práticas afetam diretamente a parcela da sociedade que necessita do apoio do Estado para garantir as mínimas condições de saúde, e essa política governamental de negligência potencializa as desigualdades sociais constitutivas de nossa sociedade.

Observamos o excesso operando nos níveis intra e interdiscursivo. Na linearidade desse discurso, observamos repetições de palavras/expressões, negações, comparações e intensificadores (muito bem, muito mais), instaurando a repetibilidade no fio do discurso. No nível interdiscursivo, observamos que esse discurso é saturado de certos saberes, insistindo num modo de representar e significar a crise sanitária e a população de forma polarizada. É saturado, também, de sentidos que buscam negar o vírus, a sua gravidade e a dimensão dos riscos que oferece à vida humana.

Além disso, não podemos deixar de reiterar em mais uma análise a sintaxe rudimentar, truncada característica do 38º Presidente da República. Quanto a este aspecto, juntamo-nos a Indursky (2020), em sua análise sobre a fala pública do 38º Presidente da República, e evidenciamos a sintaxe rudimentar característica do modo de dizer desse sujeito político, nas palavras da autora: “percebe-se, além do *uso de um léxico chulo e grosseiro*, pouco adequado para um presidente se pronunciar em uma Reunião Ministerial, o *emprego de uma fraseologia rudimentar, cuja sintaxe é pobre e desconexa*” (Indursky, 2020, p. 376, grifos nossos).

Fechamos nossas reflexões teórico-analíticas com uma segunda tabela em que apresentamos outros dizeres do sujeito político em pau-

ta, produzidos ao longo de seu percurso como ocupante de cargos públicos eletivos⁴.

Tabela 2: Registro e documentação de dizeres: um índice daquilo que não deve ser esquecer

<i>Enunciado</i>	<i>Data e Fonte</i>
“Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente.”	1999 Bragon, 2018
“Para mim é a morte. Digo mais: prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”	2011 <i>Carta Capital</i> , 2018
“Quem usa cota, no meu entender, está assinando embaixo que é incompetente. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista. Nem aceitaria ser operado por um médico cotista”	2011 <i>Carta Capital</i> , 2018
“Por isso o cara paga menos para a mulher (porque ela engravidada)”	2014 <i>Carta Capital</i> , 2018
“Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim”	Abril de 2016 <i>Carta Capital</i> , 2018
“O erro da ditadura foi torturar e não matar!”	Agosto de 2008 e [repetição em] Julho de 2016 Diogo, 2020

4 O 38º Presidente da República, atuante na política brasileira desde 1989, quando tomou posse em seu primeiro cargo político, como vereador na cidade do Rio de Janeiro (Tupina; Rosa, 2023). Em 1991, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, cargo que deixou em 2019 para assumir a presidência da República (Câmara dos Deputados, 2023).

“Sou capitão do Exército, a minha especialidade é matar, não é curar ninguém.”	Junho de 2017 Kfouri, 2022
“Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher”	Abril de 2017 <i>Correio Braziliense</i> , 2021
“Vamo fuzilar a petralhada aqui do Acre!”	2018 Bonin, 2022, grifo nosso
“Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. <i>Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria</i> ”	2018 <i>Veja</i> , 2018, grifo nosso
“Se alguém quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade [...] O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias”	Abril de 2019 Ansa, 2019
“Se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu na ditadura militar, eu conto pra ele”	Julho de 2019 Fernandes; Coletta, 2019
“Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós”	Janeiro de 2020 Ker, 2020
Eu acho que não, não vamos chegar a esse ponto [tantos casos quanto os Estados Unidos], até porque o brasileiro tem que ser estudado. O cara não pega nada. Eu vi um cara ali pulando no esgoto, sai, mergulha... Tá certo?! E não acontece nada com ele	Março de 2020 <i>Uol</i> , 2020
[Sobre isolamento vertical] O próprio Mandetta (Ministro da Saúde) tá convencido disso. Mas, a quarentena vertical tem que começar pela própria família. O brasileiro tem que aprender a cuidar dele mesmo, pô	Março de 2020 <i>Uol</i> , 2020

“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.	Abril de 2020 Garcia; Gomes; Viana; 2020
“Alguns falam que estou dando péssimo exemplo. Ô, imbecil, ô idiota que está dizendo que sou péssimo exemplo, eu já tive o vírus. Eu já tenho anticorpo, pra que tomar vacina de novo?”	Dezembro de 2020 G1, 2023
“Se você virar um jacaré, é problema seu. Se você virar super-homem. Se nascer barba em alguma mulher ou algum homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso.”	Dezembro de 2020 G1, 2023
“Eu estou vacinado entre aspas. Muita gente que... todos que contraíram o vírus estão vacinados... até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou o vírus para valer. Então, quem contraiu o vírus, não se discute, esse está imunizado”	Junho de 2021 Matoso; Gomes, 2021
Que eleição é essa onde meia dúzia de pessoas têm as chaves criptográficas, e mandam em todo o sistema, e apresentam o resultado depois de saírem de uma sala fechada onde meia dúzia apura os votos?	Julho de 2021 UOL, 2021
“IMBROCHÁVEL!”	7 set. 2022 Senra, 2022

Fonte: Autoria própria

Esta tabela foi produzida tendo em vista uma sugestão do colega pesquisador Luiz Felipe Souza Barros de Paiva, feita na apresentação deste trabalho no *VI Marcas da Memória*, quanto ao registro e documentação de discursos violentos produzidos a partir de uma matriz de sentido de extrema direita. Assim, levando em consideração as observações do referido colega, foi possível atentar para este aspecto presente em nossa pesquisa, como uma função memorial intrínseca ao fazer científico. Ou seja, este compilado visa registrar e documentar por escrito o discurso violento desse sujeito político, para que não

se perca no vasto espaço virtual e, com isso, possa ser amenizado por efeitos de esquecimento. É preciso manter viva a memória acerca desse discurso que hoje habita o impalpável do interdiscurso. Função esta que se alinha ao propósito do próprio evento.

Considerações finais

Para compor este exercício analítico, cujo desígnio foi analisar e compreender os modos de significação dos direitos fundamentais em práticas discursivas representativas da extrema direita no Brasil, apresentamos uma compilação de dizeres do 38º Presidente da República Federativa do Brasil. Este sujeito político, que não foi nomeado ao longo deste texto, pois entendemos que não nomeá-lo é uma opção teórica e política alinhada ao nosso percurso de pesquisa, é considerado o principal representante da extrema direita brasileira.

Ao propormos um olhar para nosso objeto de análise atravessado pela noção de direitos fundamentais—que, conforme ressaltado, são direitos humanos —, não podemos deixar de relacionar esta pesquisa ao Programa Nacional de Direito Humanos vigente (PNDH-3), em seu eixo orientador VI “Direito à Memória e à Verdade”, acompanhado de três diretrizes: i. “Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado”; ii. “Preservação da memória histórica e construção pública da verdade”; iii. “Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia” (Brasil, 2009). A memória e a verdade como direitos humanos surgem em contextos de violência de estado, a qual, em nosso entender, se verifica no discurso em tela conforme nosso gesto de leitura buscou evidenciar..

Por fim, atentamos para uma possível função social de pesquisas como esta (e de um evento como o *Marcas da Memória*): contribuir para a efetivação do direito à memória, enquanto direito humano. Tal se dá por não permitirmos efeitos de esquecimento ou apagamento. Entendemos como deveres de cada cidadão perante a coletividade.

de, para que o esquecimento não permita nenhuma repetição dessas violações.

Referências

ANSA. ‘Brasil não pode ser país do mundo gay’, diz Bolsonaro. **ISTOÉ**. [S.l.], 25 abr. 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-diz-bolsonaro>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

BARONAS, Roberto Leiser; PONSONI, Samuel. Bolsonaro e Trump: (des)semelhanças enunciativas. **Guavira Letras**, Três Lagoas, v. 14, n. 28, p. 24-35, set./dez. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2tKaWdw>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BOLSONARO: Brasileiro tem que ser estudado. Pula no esgoto e nada acontece. **Uol Notícias**. São Paulo, 26 mar. 2020. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/26/bolsonaro-brasileiro-tem-que-ser-estudado-cai-no-esgoto-e-nada-acontece.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BOLSONARO ALVO DA PF: relembre declarações do ex-presidente sobre a vacina contra Covid. **G1**, [S.l.], 3 maio 2023. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/03/bolsonaro-alvo-da-pf-relembre-declaracoes-do-ex-presidente-sobre-a-vacina-contracovid.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2023.

BOLSONARO DIZ PARTICIPAR POUCO DA EDUCAÇÃO DA FILHA: “90% é com a mãe”. **Correio Braziliense**, [S.l.], 26 nov. 2021, Educação. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/11/4966265-bolsonaro-diz-participar-pouco-da-educacao-da-filha-90-e-com-a-mae.html>>. Acesso em: 19 set. 2023.

BOLSONARO EM 25 FRASES POLÊMICAS. **Carta Capital**, [S.l.], 29 out. 2018, Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em: 20 set. 2023.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2002.

BONIN, Robson. Em 2018, Bolsonaro defendeu ‘fuzilar a petralhada’. **VEJA**. [S.l.], 11 jul. 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-2018-bolsonaro-defendeu-fuzilar-a-petralhada>>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRAGON, Ranier. Nos anos 90, Bolsonaro defendeu novo golpe militar e guerra. **Folha de São Paulo**. [S.l.], 3 jun. 2018, Eleições 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/nos-anos-90-bolsonaro-defendeu-novo-golpe-militar-e-guerra.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Jair Bolsonaro–Biografia**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia>>. Acesso em: 28 set. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos–PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 8 ago. 2023.

DIOGO, José Manuel. Encher tua boca de porrada. **ISTOÉ**. [S.l.], 28 ago. 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/encher-tua-boca-de-porrada/>>. Acesso em: 19 set. 2023.

EM LIVE, BOLSONARO MENTE SOBRE CORONAVAC E APURAÇÃO DE VOTOS. **Uol Notícias**. São Paulo, 22 jul. 2021. Uol Confere. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/07/22/em-live-bolsonaro-mente-sobre-contagem-de-votos-e-resultados-da-coronavac.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

“ESSES MARGINAIS VERMELHOS SERÃO BANIDOS DE NOSSA PÁTRIA”, diz Bolsonaro. **Veja**, [S.l.] 22 out. 2018. Brasil. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro>>. Acesso em: 19 set. 2023.

FERNANDES, Talita; COLETTA, Ricardo Della. Se presidente da OAB quiser saber como pai dele desapareceu na ditadura, eu conto, diz Bolsonaro. **Folha de São Paulo**. [S.l.], 29 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/se-presidente-da-oab-quiser-saber-como-pai-dele-desapareceu-na-ditadura-eu-conto-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2023.

GARCIA, Gustavo; GOMES, Pedro Henrique; VIANA, Hamanda. ‘E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; ‘Sou Messias, mas não faço milagre’. **G1**. Brasília, 28 abr. 2020. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e->

dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2023.

INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. **Revista da ABRALIN**, [S.l.], v. 19, n. 3, 2020, p. 365-388. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1730>>. Acesso em: 4 set. 2023.

INSTITUIÇÕES NÃO SÃO FEITAS SÓ DE TIJOLOS, DIZ MORAES APÓS ATOS GOLPISTAS NO DF. **Carta Capital**, [S.l.], 17 jan. 2023, Carta Expressa. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/instituicoes-nao-sao-feitas-so-de-tijolos-diz-moraes-apos-atos-golpistas-no-df/>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

KER, João. ‘Cada vez mais humano’, ‘fedorentos’ e ‘massa de manobra’: as declarações de Bolsonaro sobre índios. **Estado de São Paulo**. [S.l.], 24 jan. 2020. Política. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/cada-vez-mais-humano-fedorentos-e-massa-de-manobra-as-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-indios/>>. Acesso em: 10 set. 2023.

KFOURI, Juca. Chega de diabolizar Bolsonaro. **Folha de São Paulo**. [S.l.], 20 jun. 2022. Opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/06/chega-de-diabolizar-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2023.

LARA, Renata Marcelle. Porta-voz. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**—edição ampliada. Campinas: Pontes, 2020, p. 235-240.

LINDNER, Julia. ‘Quem é de direita toma cloroquina, quem é de esquerda, Tubaína’, diz Bolsonaro sobre liberação. **Estado de São Paulo**. [S.l.], 19 maio 2020. Saúde. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/saude/quem-e-de-direita-toma-cloroquina-quem-e-de-esquerda-tubaina-diz-bolsonaro-sobre-liberacao/>>. Acesso em: 19 set. 2023.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. (Re) Ler Michel Pecheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MATOSO, Filipe; GOMES, Pedro H. Bolsonaro diz que contaminação é mais eficaz que vacina contra Covid; especialistas contestam. **G1**. Brasília, 17 jun. 2021. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/17/bolsonaro-diz-que-contaminacao-e-mais-eficaz-que>>

vacina-estrategia-pode-levar-a-morte-diz-sanitarista.ghtml>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MAZUI, Guilherme; PINHEIRO, Lara; GARCIA, Mariana. Vacina ‘não está comprovada cientificamente’, diz Bolsonaro, contrariando o que disse a Anvisa e as provas obtidas por cientistas. **G1**. Brasília, 22 jan. 2021. Política. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/22/vacina-nao-esta-comprovada-cientificamente-diz-bolsonaro-contrariando-o-que-disse-a-anvisa-e-as-provas-obtidas-por-cientistas.ghtml>> Acesso em: 19 set. 2023.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, jul/dez, 1990.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe. O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. **E-compós**. v. 24, p. 1-29, 2021. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2127>>. Acesso em: 4 set. 2023.

RECUERO, Raquel; SOARES, Pâmela. Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”. **Galaxia**, São Paulo, n. 26, p. 239-254, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/14478>>. Acesso em: 13 set. 2023.

ROSÁRIO, Luana Paixão Dantas do. A Necropolítica Genocida de Bolsonaro em tempos de Pandemia e o Projeto Ultra-Neoliberal. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade** (RICS), São Luis, v. 6, n. 2, p. 28–49, 2020. Disponível em: <<https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/15815>>. Acesso em: 10 set. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SENRA, Ricardo. Imbrochável? ‘Discurso hipersexualizado de Bolsonaro é típico da masculinidade frágil’, diz psicanalista. **BBC News Brasil**. Londres, 7 set. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997>>. Acesso em: 4 set. 2023.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 1999.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro diz que economia não aguenta novo lockdown: “Brasil vai quebrar”. **Correio Braziliense**, [S.l.], 12 jan. 2022, Covid-19. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/01/4976951-bolsonaro-diz-que-economia-nao-aguenta-novo-lockdown-brasil-vai-quebrar.html>>. Acesso em: 19 set. 2023.

SOUZA, Mariana Jantsch de. **A democracia em crise**: a distância entre o real e o ideal. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Crise sanitária e violência simbólica: uma análise de práticas discursivas do presidente da República Federativa do Brasil. **Cadernos de Linguística**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e628, 2022a. Disponível em: <<https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/628>>. Acesso em: 1 set. 2023.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise comparativa da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014 e de 2018. **Cadernos de Linguística**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1-22, 12 out. 2020. Disponível em: <<https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/79>>. Acesso em: 1 set. 2023.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 57, n. 2, p. 922–953, 2018b. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651928>>. Acesso em: 1 set. 2023.

SOUZA, Mariana Jantsch de. Dizeres do Presidente da República: reflexões sobre violência, linguagem e Direito. In: SIGALES-GONÇALVES, Jael Sânera (org.). **Língua, Direito, Estado e Sociedade**. 1. ed., 2022b. v. 1, p. 1-15.

SOUZA, Mariana Jantsch de. **O Discurso de ódio na democracia brasileira**: uma análise discursiva do processo de rejeição e de destituição da Presidenta Dilma Rousseff. 2018a. 176f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2018a.

SOUZA, Mariana Jantsch de; SILVA, Naiara Souza da. Ressignificação e resistência no sintagma “distanciamento social”: uma análise discursiva sobre a luta pelos sentidos em tempos de Covid-19 no Brasil. **Revista**

Fragmentum, Santa Maria, n. 59, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/68890>>. Acesso em: 1 set. 2023.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1998.

TUPINA, Matheus; ROSA, Paola Ferreira. Do Exército à inelegibilidade: veja trajetória pessoal e política de Jair Bolsonaro. **Folha de São Paulo**. [S.l.], 30 out. 2023. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/veja-trajetoria-pessoal-e-politica-de-jair-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2023.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

A DEMOCRACIA DE BOLSONARO

Luiz Carlos de Oliveira

IFSC

Introdução

Abordar os efeitos de sentido sobre a democracia é um ato de crucial importância, principalmente, considerando os últimos anos do contexto político brasileiro: tensionamento das instituições democráticas com um viés autoritário. Assim, neste trabalho, fundamentados, teoricamente, pela análise de discurso francesa, propomos uma análise sobre a “carta manifesto¹”, publicada pelo ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, no seu perfil do X (*Twitter*). O nosso objetivo é analisar os efeitos de sentido sobre a democracia, na “carta manifesto”.

Para empreender a análise, primeiramente, mobilizamos para a discussão alguns aspectos teóricos que envolvem a análise de discurso francesa: interpelação ideológica, formação discursiva, interdiscurso, condições de produção. Após a abordagem teórica, faremos uma rápida discussão a respeito da democracia sob uma perspectiva histórica e conceitual. Em seguida, há a análise do *corpus*, com sequências discursivas sobre as quais faremos a discussão.

1 Não é nosso objetivo, neste trabalho, discutir o gênero discursivo “carta”, apesar de que a escolha desse meio, nos posicionamentos sobre a democracia, pode ser problematizada em outras oportunidades.

Pressupostos teóricos

A teoria que fundamenta as discussões neste trabalho é a Análise de Discurso francesa, doravante AD. Assim, parte-se de uma perspectiva de análise na qual a língua produz efeitos de sentido mediante a constituição ideológica e do trabalho do inconsciente. Pêcheux (2009), afirma: “Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos, designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento [...]” (Pêcheux, 2009, p. 152, grifos do autor). Desse modo, por meio da inscrição na linguagem, atravessada pela ideologia e inconsciente, acontece a constituição do sujeito.

A tese central que Pêcheux (2009) mobiliza de Louis Althusser é a de que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito. A interpelação ideológica, segundo Pêcheux, ao ocorrer, produz um efeito retroativo; ao interpelar o indivíduo em sujeito, resulta no sujeito perceber-se “sempre-já-sujeito’ [...] trata-se da *evidência do sujeito* como único, insubstituível e idêntico a si mesmo [...]” (Pêcheux, 2009, p. 141, grifos do autor). A constituição do sujeito sob o manto da evidência produz também os sentidos como evidentes: “eu sou; eu penso; eu digo”.

Dessa forma, a AD toma os enunciados como não evidentes, mas efeitos da constituição ideológica e possíveis rupturas do inconsciente. Quando enunciamos “democracia”, não enunciamos “ditadura”, mas pode-se considerar que essa presença na ausência está constituindo os dizeres. Para Pêcheux, “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 2008, p. 53).

Portanto, ao pensar na temática deste trabalho, o fato de, em um curto espaço de tempo (26 de julho a 19 de agosto), serem publicadas oito cartas defendendo a democracia, demonstra que os sentidos

não são unívocos, que diferentes sentidos orbitam esse significante. Dessa forma, diferentes posições discursivas/ideológicas em distintas posições de classe não se sentem contempladas pelos sentidos produzidos sobre a democracia e sentem a necessidade de produzir seus próprios dizeres. Os distintos dizeres estão alinhados às determinadas formações discursivas, que são regionalizações discursivas, as quais ocorrem no seio dos embates ideológicos e de classe. Segundo Pêcheux (2009, p. 147, grifos do autor), formação discursiva é aquilo que, “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]”. Portanto, distintas formações discursivas podem produzir diferentes efeitos de sentido sob o mesmo significante.

Além disso, é relevante destacar que esses distintos posicionamentos sobre o tema estão sustentados pelo interdiscurso:

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]. (Pêcheux, 2009, p. 148-149, grifos do autor).

Quando o significante “democracia” é empregado, ele não está “solto”; há dizeres cristalizados, de diversas áreas, que atravessam o termo, por exemplo, da filosofia, da economia, do direito, da prática política, do cotidiano: nas ruas, nos bares, de diferentes formações discursivas. Os sentidos sobre a democracia precedem-nos. Falamos a partir do que já foi dito, mesmo que a evidência da autoria nos esconda esse processo retroativo. Existe um estoque “exterior” de sentidos sobre a democracia, já ditos e “esquecidos”, que sustentam o nosso dizer sobre o tema.

Quando enunciamos “democracia”, enunciamos em um determinado contexto, ou seja, em determinadas condições de produção

discursivas. Orlandi (2007, p. 30) afirma que: “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto socio-histórico e ideológico”.

Portanto, na análise do *corpus*, pode-se considerar o contexto imediato, no qual o presidente explicita a defesa da democracia, por meio de uma tréplica, pois responde a uma carta que menciona as ações do executivo federal como sendo contra as instituições democráticas. De forma ampla, as condições de produção marcam o acirramento dos ataques às instituições, principalmente ao judiciário, bem como o acirramento de um discurso violento ligado ao polo conservador e de extrema direita, que produz os adversários políticos e ideológicos como inimigos a serem extirpados; que defendem um golpe militar; o fechamento do Congresso e do judiciário; o armamento massivo da população.

A democracia

Se voltarmos nosso olhar para a definição de democracia, temos uma designação cristalizada no imaginário, desde os gregos, de governo, no qual o poder é exercido pelo povo (Rosenfield, 2003, p. 7). Para Wood (2007), podemos pensar a democracia sob o aspecto formal e substantivo, prevalecendo, sob o capitalismo, o aspecto formal, com o exercício passivo dos direitos pelos cidadãos:

[...] as concepções dominantes de democracia tendem a: substituir a ação política com cidadania passiva; enfatizar os direitos passivos em lugar dos poderes ativos; evitar qualquer confrontação com concentrações de poder social, particularmente se for com as classes dominantes, e finalmente, despolitizar a política (Wood, 2007, p. 420).

Para a autora, se tomarmos a democracia como exercício ativo dos direitos e participação direta do povo nas decisões políticas, temos um sistema que vai de encontro ao capitalismo. Por isso, a democracia deve ser tomada sob um aspecto formal, no qual as pessoas têm disponível apenas o exercício passivo dos direitos, que devem ser garantidos pelo Estado. Dessa maneira,

[...] o capitalismo é – em sua análise final– incompatível com a democracia, se por ‘democracia’ entendemos tal como o indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo. [...] Capitalismo e democracia são incompatíveis também, e principalmente, porque a existência do capitalismo depende da sujeição aos ditames da acumulação capitalista e às ‘leis’ do mercado das condições de vida mais básicas e dos requisitos de reprodução social mais elementares, e esta é uma condição irreduzível. Isso significa que o capitalismo necessariamente situa cada vez mais esferas da vida cotidiana fora do parâmetro no qual a democracia deve prestar conta de seus atos e assumir responsabilidades (Wood, 2007, p. 418).

Segundo a autora, na democracia capitalista moderna, “a desigualdade e a exploração econômica coexistem com a liberdade e a igualdade cívica” (Wood, 2003, p.173).

A partir dessa leitura, podemos voltar nosso olhar ao Brasil, um país economicamente inserido no sistema capitalista e uma democracia formal e representativa. Dessa forma, os embates ideológicos em disputa, pelos sentidos possíveis em relação ao tema, ocorrem principalmente sobre o aspecto de maior participação popular na nossa democracia: a eleição dos seus representantes. Nesse sentido: “O direito de voto, apesar de ser uma das mais importantes conquistas operárias do século XIX, pode tornar-se um simples ritual, deixando intacta a estrutura política e social se ele não vier acompanhado de outras formas de intervenção política” (Rosenfield, 2003, p. 21).

Portanto, o ataque às instituições e mecanismos democráticos, inclusive o eleitoral, realizado por Jair Bolsonaro, busca minar o resquício de participação popular presente na democracia formal.

Segundo Ianni:

Pode-se dizer que todos os países latino-americanos já tiveram a sua revolução burguesa, sem consolidar a democracia. Mais que isso, as experiências democráticas têm sido episódicas, interrompidas. Poucas vezes as conquistas democráticas se tornam efetivas e, mesmo assim, são restritas a setores da sociedade, principalmente nas grandes cidades. É como se os valores e as instituições democráticos estivessem todo o tempo em face de valores e instituições oligárquicos, caudilhescos, privatistas, patrimoniais, autoritários (Ianni, 1988, p. 18).

Para Ianni (1988), a revolução burguesa que ocorreu nos países latino-americanos não foi capaz de transformar os trabalhadores em cidadãos plenos.

Já para Bobbio,

o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos* (Bobbio, 1986, p. 18, grifos do autor).

Bobbio (1986) aborda a democracia representativa, a democracia real, como prática. Para o autor, quanto à modalidade de escolha, na democracia representativa, é sustentada por uma regra da maioria entre os que têm direito ao voto. Assim, considerar a democracia como governo de todos é, ao limite, um ideal. Entre o ideal dos pressupostos democráticos e o que efetivamente existe, há uma tensão constante,

produzindo o que o autor chama de promessas não cumpridas pela democracia. Segundo Bobbio (1986), o que marca a democracia é a existência da transparência das ações e da existência clara das regras do jogo; normalmente, nos países democráticos, essas regras estão constitucionalizadas.

Como apontamos, no início deste tópico, a discussão sobre a democracia parte da evidência que toma a democracia como governo do povo. Porém, é necessário problematizar essa evidência que toma a democracia com um sentido estabilizado historicamente. Segundo Rancière (2014),

[...] o ódio à democracia não é novidade. É tão velho quanto a democracia, e por uma razão muito simples: a própria palavra é a expressão de um ódio. Foi primeiro um insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda a ordem legítima no inominável governo da multidão. Continuou como sinônimo de abominação para todos que acreditavam que o poder cabia de direito aos que a ele eram destinados por nascimento ou eleitos por suas competências (Rancière, 2014, p. 8).

Assim, constitutivamente, a democracia tem impregnada em si a sua própria contradição que, porém, foi apagada durante o transcorrer da história; apagamento que, também, deixa opaco o intervalo histórico entre as práticas democráticas da Antiguidade ao Período Moderno e suas especificidades. Considerando esses apontamentos sobre a democracia, empreenderemos a análise do *corpus*.

Análise do *corpus*

Para análise do *corpus*, foram utilizadas sequências discursivas (SD), considerando que a seleção das SDs é realizada a partir da formulação e sua relação com o interdiscurso, ou seja, outros dizeres, que, apesar de não estarem presentes nos enunciados, estão constituindo-os. Portanto, apesar do foco da nossa análise ser a carta manifesto

publicada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, existem outros enunciados que compõem as condições de produção do dizer de Bolsonaro.

Assim, ao se pensar as condições de produção em sentido estrito, entre os dias 26 de julho e 19 de agosto de 2022, foram publicadas oito cartas e manifestos em defesa da democracia. A primeira carta dessa sequência de publicações foi elaborada por ex-alunos da Faculdade de Direito da USP e publicada no *site* da universidade, no dia 26 de julho. Apesar de não mencionar o ex-presidente da república, a carta faz críticas às ações do ex-presidente. Segundo a carta:

SD1: Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da república e insinuações de desacato ao resultado das eleições. Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. São intoleráveis as ameaças aos demais poderes e setores da sociedade civil e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional. (FDUSP, 2022).

Um primeiro ponto a se destacar é que a democracia, defendida pela carta da FDUSP, compõe o que Wood (2007) denomina de democracia formal, na qual o maior poder que cada indivíduo tem disponível é o de eleger, livremente, os seus representantes. Mas, para que isso ocorra, há de existir direitos passivos garantidos pelo Estado: liberdade e igualdade cívica. Na **SD1**, o foco no processo eleitoral mobiliza, também, efeitos de sentido que remetem ao período no qual os brasileiros não tinham o poder de escolha (ditadura e suas consequências) ao se mencionar o ataque ao “estado democrático de direito **tão duramente conquistado** pela sociedade brasileira” (FDUSP, 2022, grifo nosso). Nas condições brasileiras de produção, a abordagem sobre a democracia estará, invariavelmente, relacionada ao aspecto autoritário da ditadura militar, mesmo que isso não seja enunciado. Dessa forma, pode-se levantar uma relação intrincada entre

as condições de produção e o interdiscurso, produzindo efeitos de sentido sobre a democracia.

Diante disso, a carta da FDUSP pode ser tomada como o estopim e uma resposta aos atos de Jair Bolsonaro. Essa carta ocasionou a publicação de outros textos com a mesma temática, ou seja, a defesa da democracia, nos dias seguintes, inclusive de apoiadores do presidente². A necessidade de se publicar uma manifestação em defesa da democracia é um indício que aponta para as condições de produção existentes: ataque às urnas eletrônicas, ameaça de golpe, minoração da transparência pública com a constante classificação de sigilo sobre os atos governamentais, armamento da população, *fake news*, desfalque nos orçamentos da educação e da saúde, negacionismo científico, esvaziamento das políticas que focam as minorias, ataque à imprensa etc.

Durante os dias seguintes, Bolsonaro denominou a carta da FDUSP de “cartinha”, destratou as pessoas que assinaram a carta, chamando-as de “caras de pau”, “sem caráter”. Afirmou que os artistas que apoiaram a carta eram pessoas que tinham ficado sem o aporte financeiro da Lei Rouanet; que os empresários apoiadores da carta eram “empresários mamíferos”. Bolsonaro negou-se a subscrever a carta, afirmando que não necessitava demonstrar que era democrata, visto que ele demonstrava isso por atos.

Apesar disso, no dia 28 de julho, dois dias após a publicação da carta da FDUSP, o então presidente da república escreveu em seu perfil do *Twitter*:

2 No dia 28 de julho, o Movimento Advogados de Direita Brasil publicou o “Manifesto à Nação Brasileira – Defesa das liberdades”, no *site change.org*, com objetivo de recolher assinaturas de apoiadores. No manifesto, há a crítica ao judiciário e à desmonetização de canais/redes sociais dos defensores do presidente da república. Há, também, a crítica “ao pensamento único”, afirmando-se “que **sem liberdade não há democracia**” (ADBR, 2022, grifo nosso). Assim, “Não é aceitável que um lado tente imputar a nós, um povo livre e pacífico, a condição de incentivadores de atos antidemocráticos e de divulgadores de *fake news*”. (ADBR, 2022).

SD2: “Carta de manifesto em favor da democracia: ‘Por meio desta, **manifesto que sou a favor da democracia**’. Assinado: Jair Messias Bolsonaro, presidente da República Federativa do Brasil” (Bolsonaro, 2022a).

Além dessa manifestação, apresentamos outras duas sequências discursivas que se referem a falas de Bolsonaro; dessa forma, temos os seguintes enunciados que o ex-presidente proferiu durante entrevista ao *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, em 22 de agosto de 2022:

SD3: Serão respeitados os resultados das urnas desde que as eleições sejam limpas e transparentes;

SD4: Quando alguns falam em fechar o congresso é liberdade de expressão deles [...] para mim, isso daí faz parte da democracia (Bolsonaro, 2022b).

Em primeiro lugar, é importante destacar o meio pelo qual a **SD2** foi publicizada: o *X*, uma rede social que costumeiramente o presidente usa para se comunicar. O fato de utilizar a rede social vai de encontro a uma comunicação formal que é a utilizada por gestores públicos, produzindo, assim, o efeito de proximidade ao público, de “gente como a gente”, que Bolsonaro gosta de reforçar.

Ao pensar a evidência que cobre a autoria da carta manifesto, a necessidade de que o presidente da república venha a público afirmar que defende a democracia (uma tréplica) pode ser tomada como uma redundância, que se explica pelas condições de produção, nas quais ocorrem dizeres e atos do presidente, que colocam em xeque os procedimentos democráticos, principalmente, os eleitorais. Dessa maneira, temos a seguinte relação: presidente eleito (democraticamente) = defensor da democracia (uma necessidade imposta pelas condições de produção) [redundância/contradição]; mas algo falha

nessa obviedade³ do presidente ser naturalmente um defensor da democracia, produzindo outros efeitos de sentido: a democracia bolsosnarista não é uma democracia plena, mas condicional: ela só pode existir condicionada aos moldes defendidos pelo presidente e seus apoiadores, conforme **SD3**: deixa de ser uma democracia, mesmo que formal.

A marca da unicidade, da autonomia e da responsabilidade, que fixa o sujeito jurídico moderno, possibilita pensar a autoria como uma função discursiva do sujeito na medida em que dá unidade à dispersão discursiva ao produzir um texto e mobiliza a necessidade de alguém que o tenha construído e/ou se responsabilize por ele, como é o caso da assinatura de Bolsonaro em sua carta manifesto: “Se o sujeito é opaco e o discurso não transparente, no entanto o texto deve ser coerente, não-contraditório e seu autor deve ser visível, colocando-se na origem de seu dizer” (Orlandi, 2007, p. 75). Além disso, também é possível refletir sobre a existência do sujeito-leitor/autor, o qual toma, em primeira instância, a livre determinação dos sentidos. Porém, “há uma espécie de imposição exercida de fora para que ele atribua vários (mas apenas alguns) sentidos e não outros” (Orlandi, 2008, p. 50).

Ainda, nesse aspecto, que envolve a autoria da carta, há um imaginário constituído a respeito do que seja um presidente da república e as ações que devem ser esperadas dessa figura pública: democrata, amparado na civilidade, exercício do poder executivo garantido pela Constituição; uma pessoa cujos dizeres se amparam na verdade. Dessa maneira, a utilização de discursos contendo *fake news*, xingamentos, sarcasmo e ironia, como veremos a seguir, destoam desse imaginário, colocando Bolsonaro em uma fluída posição imaginária: da imprevisibilidade, do machismo, da crueldade (“não sou coveiro” etc.), do autoritarismo, da falta de urbanidade, entre outras. Pode-se considerar

3 “[...] cada um enuncia a partir de posições que são historicamente constituídas (fala-se como deputado de um partido, de uma frente, se situação ou de oposição, e diz-se o que se deve e se pode dizer nessa condição)” (Possenti, 2011, p. 367).

que, mesmo com o deslocamento imaginário, não se perde totalmente o vínculo com o imaginário cristalizado sobre o significante “presidente”, principalmente, o do exercício do poder.

Sob um aspecto histórico, as ameaças à democracia empreendidas por Bolsonaro podem ser compreendidas pelo que afirma Ianni (1988):

A cultura política predominante nos países latino-americanos está impregnada de ideais e práticas autoritárias. [...] Convém lembrar que esse pensamento reuniu e reuni influências múltiplas e contraditórias: catolicismo [acrescentaríamos o neopentecostalismo], liberalismo, evolucionismo, positivismo, corporativismo e assim por diante (Ianni, 1988, p.18-19).

Considerando isso, é importante destacar a existência da figura de linguagem da ironia: colocada em prática com o constante ataque à carta da FDUSP (“cartinha”), aos seus subscritores e à posterior publicação da carta manifesto do ex-presidente (em tamanho e extensão, também, uma “cartinha”). Sob o prisma da ironia, a defesa da democracia por Bolsonaro desloca-se para outras possibilidades de significação. Por meio da ironia, pode-se afirmar o contrário do que se diz; ao se considerar que a democracia está deslocada, outros sentidos são possíveis, inclusive os do autoritarismo.

Em síntese, pode-se refletir que, de forma imaginária, a democracia é tomada pela maioria das pessoas como algo positivo. Muitas podem até não saber definir, conceitualmente, o que seja a democracia, mas sabem se tratar de algo importante para a organização social. É amparado nessa base discursiva positiva que Bolsonaro enuncia; todavia, os efeitos de sentido deslizam para os sentidos que se opõem aos pressupostos democráticos.

A defesa de atos não democráticos foi uma constante do ex-presidente, ao longo da sua trajetória na presidência da república. Assim,

como na **SD4**, atos e dizeres contra a democracia são tomados como algo de pouca importância, como exercício da liberdade de expressão. Persiste a contradição na qual se utiliza a liberdade, um pressuposto democrático, para atacar a democracia; o mesmo ocorre quando, na **SD3**, o ex-presidente coloca em xeque as urnas eletrônicas, por meio das quais foi eleito, inúmeras vezes.

Os dizeres de Bolsonaro são realizados a partir de uma formação discursiva que produz a democracia deslocada da sua significação cristalizada, desprendendo o termo e abrindo possibilidade para os efeitos de sentido do autoritarismo. Há, assim, o efeito de redundância e contradição, pois o significante democracia, apesar de ter uma base de sustentação positiva, desliza para outras formas de significação.

Conclusão

No trabalho proposto, fizemos alguns apontamentos a respeito da carta manifesto publicada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, em seu perfil do *Twitter*, em 28 de julho de 2022. Para desenvolver o trabalho, fizemos, inicialmente, a discussão teórica, mobilizando alguns pressupostos da AD: interpelação ideológica, formação discursiva, interdiscurso e condições de produção.

Posteriormente, realizamos apontamentos sobre a democracia, considerando algumas perspectivas sobre a conceituação que a democracia pode receber, como pode ser percebida no âmbito do sistema capitalista e como se efetiva a sua implementação na América Latina.

Por fim, apresentamos algumas possibilidades de análise em relação à carta manifesto. Focamos em dois aspectos: a evidência em torno da autoria da carta escrita pelo presidente da república e os efeitos de sentido decorrentes da ironia pela qual a carta manifesto pode ser tomada. Quanto à autoria, temos um efeito de redundância pelo fato de o presidente ter que defender o que parece óbvio. Porém, a obviedade vai de encontro à imposição das condições de produção,

que levam o presidente a ter que enunciar e, sob o efeito da ironia e do sarcasmo, se posicionar diante da discussão em torno da democracia.

Assim, o movimento de defesa da democracia desliza para outras possibilidades de significação, abrindo brecha para os efeitos de sentido do autoritarismo, para outras formas de governo, que não a democracia.

Referências

ADVOGADOS DE DIREITA BRASIL (ADBR). Manifesto à nação brasileira – defesa das liberdades. **ADBR**, [S.l.], 28 jul. 2022. Disponível em: https://www.change.org/p/manifesto-%C3%A0-na%C3%A7%C3%A3o-brasileira-defesa-dasliberdades?recruiter=1272353333&utm_source=share_petition&utm_medium=twitter&utm_campaign=psf_combo_share_initial&utm_term=psf_combo_share_initial&recruited_by_id=2710bdc0-0eed-11ed-8ac9-238a8dedcab6. Acesso em: 1 set. 2022.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOLSONARO, J. M. (@jairbolsonaro). 2022a. Carta manifesto. **Twitter**, 28 jul. 2022a. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1552845689461379074>. Acesso em: 1 set. 2022.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do estado democrático de direito. **USP/FDUSP**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/3f8d6ff58f38-carta-as-brasileiras-e-aos-brasileiros-em-defesa-do-estado-democratico-de-direito>. Acesso em 1 de set. de 2022.

IANNI, O. Raízes da anti-democracia na América Latina. **Lua Nova -Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 14, p. 17-22, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451988000100003>. Acesso em: 6 set. 2022.

LEIA A ÍNTEGRA DA ENTREVISTA DE JAIR BOLSONARO AO JORNAL NACIONAL. **UOL**, Brasília, 22 ago. 2022b. Eleições 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/22/integra-jornal-nacional-entrevista-bolsonaro.htm>. Acesso em: 1 set. 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** São Paulo: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez, 2008.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** São Paulo: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In: BENTES, A. C; MUSSALIM F. (org.). **Introdução a linguística: fundamentos epistemológicos.*** São Paulo: Cortez, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSENFELD, D. L. **O que é democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

WOOD, E. M. Capitalismo e democracia. *In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.*** Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 417-430.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2003.

FOTOJORNALISMO, RACIALIDADE E RESISTÊNCIA: O COTIDIANO DE GAZA E O ORDINÁRIO DOS SENTIDOS NO ESPAÇO ENUNCIATIVO DO INSTAGRAM

Juliana da Silveira

Unisul / Instituto Ânima

O processo de desumanização do povo palestino repete a mesma estrutura responsável pela manutenção de seres humanos na escravidão: não são pessoas, são animais, são terroristas. E aqui está o motivo pelo qual a imprensa não fala, não televisiona, não entrevista as mães que perdem seus filhos, suas crianças, para o terror israelense: não são seres humanos. Não tenho dúvidas de que se fosse possível para as mães brasileiras (principalmente aquelas que perdem seus filhos executados pelo terror do Estado brasileiro), olharem nos olhos das mães palestinas, elas diriam “eu também sou palestina”
(Bento, 2023, n.p.)

Introdução

Este artigo nasce de minha participação, como coordenadora da Mesa III–Racialidade e Resistência, no contexto do VI Marcas da Memória–Violência de Estado e estado de violência: corpos e(m) resistência, que aconteceu entre os dias 24 e 26 de outubro de 2023.

É deste lugar e desta participação que nascem as inquietações que gostaria de compartilhar com os leitores deste livro, resultante das discussões profundas e fortes que tiveram lugar neste evento. Viso, com a discussão aqui apresentada, acompanhar as discussões do eixo temático que propunha pensar a relação racialidade e resistência, tendo como foco as lutas antirracistas e os movimentos de resistência que delas derivam, articulando-as a um gesto de análise que representa aqui apenas um pequeno recorte de uma pesquisa maior que iniciei e que tem por objetivo investigar práticas de resistência em publicações cotidianas de grupos sociais vítimas de violência de Estado.

Poucos dias antes do Marcas da Memória ter início, mais precisamente em 7 de outubro de 2023, em decorrência do ataque do Hamas à Israel, acompanhamos uma escalada dos recorrentes ataques da ocupação Israelense à Gaza. No dia 24 de outubro, quando iniciamos nosso evento, a ação Israelense já se configurava como uma reação desproporcional e violenta que indicia majoritariamente à população civil daquele território.

Durante todo o nosso evento ouvíamos e debatíamos a violência e a ditadura passada e presente no contexto brasileiro, mas era Gaza que não saía de minha cabeça, eram as imagens dos habitantes de Gaza e das bombas que caíam sobre suas casas e corpos que invadiam as linhas do tempo de minhas redes sociais, sobretudo o *Instagram*. Naquele momento eu me perguntava, por que essas imagens e não outras? Como essas imagens podem circular assim misturadas com tantas outras que pareciam, nessa relação, tão banais?

Embora possa parecer que a questão Palestina não tenha relação com nosso evento, me permito retomar as palavras de Vladimir Safatle em sua aula inaugural que ministrou na USP neste mês de abril.

Gaza diz respeito a todos nós, porque nós estamos diante de uma espécie de laboratório global para novas formas de governo. Como nós já vimos em outros momentos

da história, práticas e dispositivos de violência estatal e de sujeição desenvolvidas em locais específicos, normalmente nas periferias do mundo, são paulatinamente generalizados em situações de crise nos países centrais do capitalismo global. Quando pensadoras como Berenice Bento afirma existir uma palestinação do mundo, há que se tomar essas palavras a sério (Safatle, 2024, n.p.).

Falar do genocídio ao povo palestino a partir de questões sobre racialidade levantadas no contexto brasileiro é aproximar formas específicas de violências de Estado que não estão de modo algum desconectadas da mundialização e dos projetos de colonização no capitalismo. Quando aproximamos reflexões sobre os genocídios contemporâneos de questões raciais é possível relacionar também os modos como os povos lutam e resistem a ele mediante o uso de tecnologias muitas vezes semelhantes, estejam elas em qualquer parte do mundo. Ainda que no Brasil o racismo se apresente de outro modo em sua superfície. No caso brasileiro, é possível dizer que essa diferença se assenta sobretudo nos modos de invisibilidade e apagamento do genocídio por aqui perpetrado, tendo em vista o mito da democracia racial. Segundo Modesto (2021),

[...] vivemos em um Estado de exceção permanente cujo projeto de sociabilidade sustenta-se no genocídio e que, malgrado tal projeto, o que se diz e o que circula fortemente é o mito da democracia racial. Um mito que nos faz olhar para nós mesmos de uma maneira idealizada, fingindo não haver entre nós diferenças quando, ao contrário, elas gritam seus gritos ensurdecedores (Modesto, 2021, p.8).

Sem a pretensão de falar amplamente dessa conjuntura e menos ainda de fechar questões e/ou fazer uma análise exaustiva dessas relações, gostaria de, tendo as possíveis aproximações desses diferentes territórios como pano de fundo, levantar algumas questões sobre a cir-

culação de imagens de violência que circulam (ou não) a partir desses territórios em espaços enunciativos informatizados como *Instagram*.

No caso em análise, centralizarei as questões em imagens do território palestino que nos chegam filtradas diariamente nos últimos seis meses. É apenas um pequeno ensaio o que aqui se esboça desta pesquisa maior. Passeio, assim, por possíveis caminhos analíticos que imagino possam contribuir para investigarmos a relação entre esse tipo de perfil, neste espaço específico, como formas de r(e)existência.

Admito que se trata de um enorme desafio, e busco neste ensaio não banalizar, exotificar e menos ainda reproduzir a violência sofrida pelos mártires palestinos que aí estão apresentados. O risco é grande, bem sei, mas anco-ro-me na perspectiva teórico-analítica da Análise de Discurso materialista, buscando, inspirada também por Michel de Certeau, olhar para este perfil como um lugar habitado por uma narratividade¹ cujos efeitos de resistência se produzem de modo significativo quando o tomamos em sua própria historicidade, forjada na imbricação de imagens de um cotidiano que vive uma violência ordinária, mas que não se reduz a ela. Um lugar que materializa (in)visibilidades que jogam com a falta e o excesso desse arquivo de violências e violações; rumores de um cotidiano não apreendido, não formulado, mas que deixa os rastros e os restos nos fragmentos desses pedaços de vidas construídos a partir de vidas despedaçadas. Trata-se de uma tentativa de produzir uma escuta dessas “circulações cotidianas tomadas no ordinário dos sentidos” (Pêcheux, [1983]1997, p.48).

1 “O estudo, habitado pela narratividade, não procura expulsar da casa dos autores os vivos e os mortos que a habitam, para deles fazer “objeto” de análise. O estudo se articula em torno da relação que a sua estranheza mantém com sua familiaridade”. Visa, “traçar as interligações de uma cotidianidade concreta, deixar que apareçam no espaço de uma memória” (Certeau, Giard e Mayol (2013, p.31).

Tomo como recorte de observação o perfil no *Instagram* do fotoperjornalista palestino Motaz Azaiza², que esteve na linha de frente documentando cotidianamente os ataques israelenses em Gaza desde o dia 7 de outubro de 2023 até o dia 23 de janeiro de 2024, quando conseguiu permissão para deixar o território.

Muitas questões poderiam ser levantadas a partir da existência deste perfil e da popularidade que ele alcançou desde o início dos ataques ao povo palestino, sobretudo o fato de ele ainda estar ativo, considerando que muitos canais de outros jornalistas palestinos foram desativados pela plataforma, para não falar daqueles que simplesmente pararam de ser atualizados porque o seu proprietário foi assassinado. No entanto, a questão que mais me interessa neste caso é a contraditória relação entre cotidiano, espetáculo e morte e o modo como o perfil @motaz_azaiza se insere nesse conjunto de perfis que denunciam o horror palestino em espaços como o *Instagram*.

Por fim, importante dizer que as questões aqui levantadas dizem respeito à questão norteadora de uma pesquisa maior, a saber: quais os efeitos da popularização mundial de perfis palestinos em espaços enunciativos informatizados e de que modo eles se relacionam com formas de resistência e ou denúncia próprias da imbricação de diversas materialidades significantes na discursividade do(s) arquivo(s) digital(izado)s?

Imagens genocídrias entre a falta e o excesso do(s) arquivo(s)

Antes de 7 de outubro de 2023 eu seguia poucos, ou talvez nenhum, perfil de palestinos no *Instagram* (uma questão de língua? de algoritmo?). Como o perfil @motaz_azaiza, entre outros, chegou até mim, não sei explicar direito. Certamente por indicação algorít-

2 No decorrer do artigo faremos uma distinção entre o nome próprio Motaz Azaiza e o avatar que nomeia o perfil @motaz_azaiza. Trata-se de uma distinção teórico-metodológica por entendermos que essas duas categorias não devem se confundir no processo de análise, pois estamos tratando o avatar em sua singularidade.

mica em função de outros inúmeros perfis e temas que eu sigo nesta rede que, de algum modo, estão direta e/ou indiretamente envolvidos com a questão (pesquisadores, jornalistas, militantes de esquerda); mas também pode ter sido porque há nesta rede uma tendência de indicar perfis em ascensão ou que demonstrem um grande engajamento em curto período de tempo, independentemente de seu “conteúdo”. Importante lembrar que esse engajamento, aliado a uma alimentação cotidiana da rede com fotografias e vídeos também amplia consideravelmente as chances do perfil alcançar seguidores os mais variados, o que também explicaria o fato deste perfil ter aparecido para mim, uma vez que, devido aos ataques diários, a cobertura de Motaz em Gaza também passou a ser diária.

No Instagram e em outras redes sociais, a avaliação é um elemento constitutivo do próprio funcionamento de suas interfaces. Por meio de mecanismos de contabilização de curtidas, seguidores, visualizações e comentários, as redes sociais permitem um sistema comparativo ininterrupto através dos números. Constituindo um sistema fino de avaliação, os parâmetros quantitativos das interações sociais do Instagram estão atrelados aos graus de visibilidade de cada um: quanto mais elevados os números de seguidores, curtidas e comentários, mais visível é aquele usuário (Bentes, 2021, p. 150).

Chamo a atenção para isso porque essa indicação coloca em foco o fato de que o *Instagram* é um espaço enunciativo informatizado cujas normatizações técnicas determinam hoje uma parte significativa das interlocuções sociais. Ele normatiza como esse espaço se organiza, define o lugares de “cada um” e “ninguém”; propõe relações e usos, impõe seus modos de fazer e, sobretudo, interfere diretamente nas conexões possíveis entre os perfis dos participantes deste espaço. Em suma, ele normatiza de modo determinado o que, quem, como e onde algo pode ou não circular.

Como uma “rede social” que surge inicialmente para a publicação de fotos, o *Instagram* é hoje um espaço de ampla circulação mundial fortemente dominado pelo audiovisual. Segundo sua apresentação institucional, o objetivo da plataforma é dar para as pessoas “o poder de construir uma comunidade e aproximar o mundo”, a partir de recursos que permitem criar, compartilhar e assistir “vídeos curtos e divertidos”, conferir “histórias e vídeos ao vivo de suas pessoas favoritas” e, ainda, enviar “mensagens, fotos e vídeos para amigos e ou grupos selecionados”. Tudo isso é entregue, segundo essa apresentação, “com base no interesse do usuário”.

Assim como o algoritmo do *Instagram* me indica o perfil @mottaz_azaiza para consumir, ele também entrega outros, que eu acabei por acompanhar e que transformaram a minha *time line* em um lugar abarrotado de imagens e vídeos impossíveis, inimagináveis, colados a outros diversos conjunto de imagens e vídeos com os quais as produções palestinas vão contrastando violentamente. Excessos daquilo que no *Instagram* se (des)arquiva!

Esse modo de constituição de um arquivo muito específico sobre a Palestina e os palestinos martirizados no *Instagram* têm a ver com esse excesso de tudo que aí circula, com o modo como esse excesso pode, por muitas vezes, estar produzindo uma saturação das imagens de violência, como é próprio de nossa contemporaneidade e, sobretudo, das imagens reproduzidas em instâncias midiáticas, sobretudo na imprensa. Esse modo de circulação midiática, em excesso, de imagens genocidárias já nos é, inclusive, bastante comum, me fazendo, em primeiro momento concordar plenamente com a afirmação de Sontag sobre o fato de que

O vasto catálogo fotográfico da desgraça e da injustiça em todo o mundo deu a todos certa familiaridade com a atrocidade, levando o horrível a parecer mais comum—levando-o a parecer familiar distante (“é só uma foto”), inevitável. Na época das primeiras fotos dos campos nazistas, nada havia de banal

nessas imagens. Após trinta anos, talvez tenhamos chegado a um ponto de saturação. Nas últimas décadas, a fotografia “consciente” fez, no mínimo tanto para amortecer a consciência quanto fez para despertá-la (Sontag, 2004, p. 31).

No entanto, gostaria de chamar a atenção para o fato de que as imagens e vídeos que circulam de forma abundante em minha linha do tempo do *Instagram* não obedecem exatamente o mesmo funcionamento das imagens reproduzidas, compartilhadas e controladas pelas mídias tradicionais. E mesmo essas, hoje, possuem algo de inusitado, íntimo, assustador.

Durante a Guerra do Golfo, em 1990, aconteceu algo inédito. Pela primeira vez, os combates e os bombardeios eram mostrados ao vivo. Estava sendo inaugurada ali o chamado “jornalismo 24 horas” e a transmissão da guerra se dava ao vivo. A guerra tornou-se um espetáculo midiático como nunca antes se havia visto. As pessoas passaram a sentar-se diante da televisão, com pipocas e refrigerantes, para assistir aos bombardeios. Agora, algo novo está acontecendo e ainda não temos léxico suficiente para alcançar o que estamos testemunhando. Não são apenas vídeos panorâmicos. Imagens de bombardeios. Pela primeira vez na história da humanidade, acompanhamos o anúncio da morte. Um anúncio feito diretamente aos nossos olhos. Somos levados, pelos rostos e olhares, ao momento do sacrifício. Assistimos ao sacrifício de um povo, mas este povo, agora, olha diretamente para mim. É isso que chamam de testemunhar? (Bento, 2024, n.p.).

São inúmeros os dizeres e as pesquisas que chamam a atenção para os aspectos que vêm caracterizando o *Instagram* como um espaço não apenas de vigilância como, sobretudo, um lugar em que a produção de imagens de “vidas feliz” aparece quase como um imperativo.

No Instagram, a boa forma das imagens e dos corpos cria uma atmosfera em que todos parecem saudáveis, bem-sucedidos, realizados e, sobretudo, felizes. No horizonte da otimização, a felicidade é um imperativo a ser seguido, um modelo de vida a ser conquistado. [...] O Instagram é um território onde reinam majoritariamente as boas imagens, os belos corpos e as performances espetaculares; onde, por conseguinte, todos são felizes ou, ao menos, assim aparentam (Bentes, 2021, p.146 e 148).

No caso da análise de perfis de palestinos como o @motaz_azai-za, me deparei com um conjunto de imagens que não apenas contrastam com os arquivos midiáticos das guerras, que naturalizam o horror, como elas também contrastam com esse excesso de imagens de “vidas felizes”, que aparentemente são seriam dominantes nesta plataforma. Nem uma coisa e nem outra, quando olho para os perfis palestinos, sobretudo quando não restrinjo a análise apenas nas imagens que dizem respeito a sua cobertura das violências sofridas em Gaza, mas considerando também às suas publicações cotidianas mais antigas. Essas, em uma primeira vista e para um leitor desatento, poderiam aparecer como banais ou fúteis diante das urgências da guerra. No entanto, como bem lembra Farge (2017, p.82), “Sobre o fútil e sobre o essencial, as respostas fornecem mais do que elas mesmas; deixam entrever as redes sociais, ou formas específicas de viver no meio dos outros”. É preciso encontrarmos formas de analisar discursivamente esses perfis que ligam um sujeito-testemunha a um povo, uma coletividade, vítima de violências de Estado. Mais uma vez retomo as observações de Farge sobre a relevância de olhar atentamente para o arquivo.

Cada ator testemunha o que viu e a maneira singular pela qual se ligou ao acontecimento, improvisando seu lugar e seus gestos, com veemência ou hesitação conforme o caso, inventando às vezes novas ações que deslocarão o curso dos acontecimentos. Multiplicados, esses testemunhos não reconstituem o caso em andamento, mas chamam a atenção para a organi-

zação improvisada de cenas minúsculas e furtivas, para o detalhe dos gestos, para os valores emitidos, para a criatividade dos sinais de reconhecimento (Farge, 2017, p.82)

Não se trata aqui, absolutamente, de pensar uma intencionalidade criativa dos gestos diante de um evento violento, mas antes de compreender, na esteira de Veena Das, de que modo “o evento se prende, com seus tentáculos, à vida cotidiana e penetra os recessos do ordinário [...] uma preocupação com a relação escorregadiça entre o coletivo e o individual, entre o gênero textual e o enredo individual dos casos narrados” (Das, 2020, p. 246).

Captar, editar, cortar, legendar, traduzir: enunciar a morte para barrá-la

Considerado “herói” do fotojornalismo, e com o título de “Homem do ano” estampando a manchete da revista GQ Middle East, de Dubai, Motaz Azaiza, um jovem de 24 anos, viu seus números de seguidores no *Instagram* irem de 27.500 no início de outubro para 18,2 milhões de seguidores até agora, de acordo com a análise de mídias sociais realizada pela Al Jazeera³.

Ao observarmos a quase totalidade das publicações do perfil @motaz_azaiza no *Instagram*, bem como acompanhar diariamente suas manifestações e falas atuais, é possível compreender que essa alçada à fama de Motaz se configura como uma questão conflituosa, formulada por ele verbalmente, mas que também se materializa na leitura do conjunto de suas publicações. Conforme esse conflito ia se fortalecendo em suas manifestações verbais, uma série de outros sentidos se produziam pela imbricação de suas imagens e vídeos.

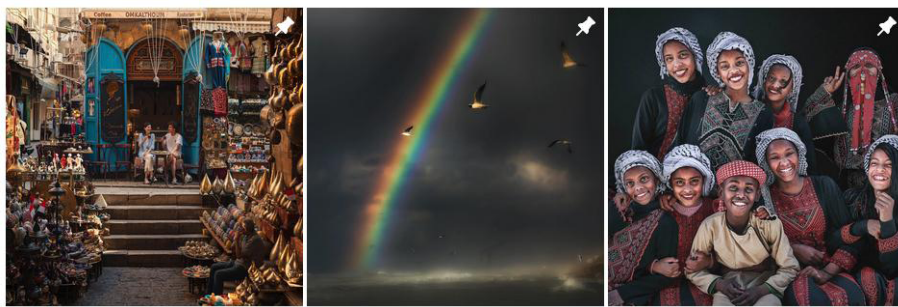
Mas antes de chegarmos a isso, gostaria de chamar a atenção para as imagens que iniciam e que finalizam seu *feed* no *Instagram*.

3 De acordo com matéria sobre o fotojornalista no site Opera Mundi. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/guerra-israel-x-palestina/fotojornalista-palestino-motaz-azaiza-deixa-a-faixa-de-gaza/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

Ao acessarmos o seu perfil vemos três imagens fixadas que destoam das imagens de violência cotidiana por ele divulgadas nos últimos meses.

Na primeira foto, publicada em 4 de junho de 2023, temos a seguinte descrição: “*Tea Time* ☕ ...New Post”.⁴ Na foto central, a descrição diz apenas: “The Rainbow⁵ 🌈”. Na terceira foto, “The Heritage Team. N E W P O R T R A I T”. Retratos de um cotidiano sem guerra? Aí já temos uma pista do estilo e do olhar fotográfico de Motaz. Cotidiano. Arco-íris. Retrato. Esses últimos, veremos, eram a sua especialidade artística.

Figura 1: Imagens fixadas no perfil @motaz_azaiza no *Instagram*⁶



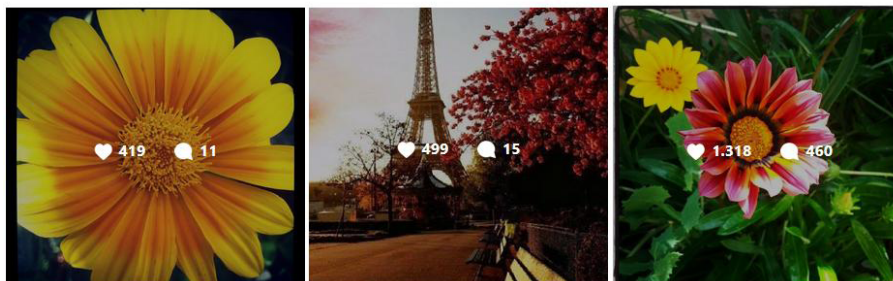
Fonte: Motaz Azaiza, *Instagram*, 2024

Para começar a olhar um pouco mais detidamente para o perfil @motaz_azaiza opto por rolar o *feed* até a sua primeira publicação. O que fazia no espaço do *Instagram* esse jovem palestino antes de 7 de outubro? Quando ele iniciou seu perfil? Que tipos de fotografias ele realizava desde o início? Atrás dessas respostas, cheguei até as suas três primeiras publicações (figura 2), realizadas em 11 e 31 de maio de 2014.

4 “Hora do chá...novo post” (tradução nossa).

5 “O arco-íris” (tradução nossa).

6 Disponível em: https://www.instagram.com/p/CNR4diQAqw4/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWF1ZA==. Acesso em: 16 abr. 2024.

Figura 2: Primeiras publicações do perfil @motaz_azaiza no Instagram⁷

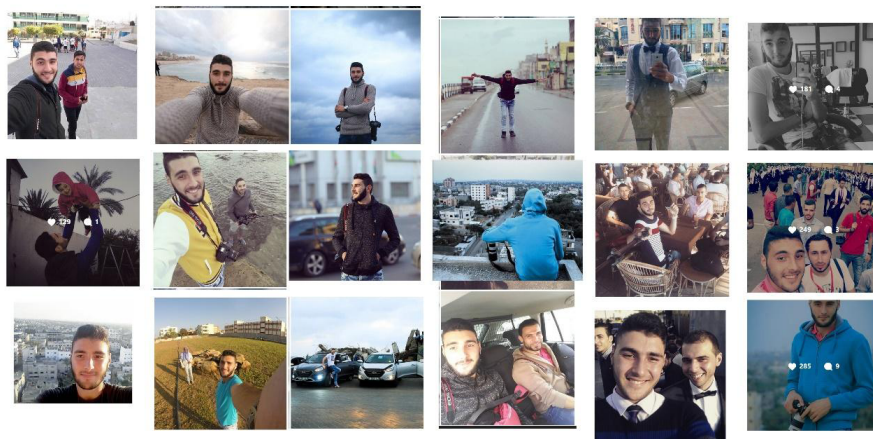
Fonte: Motaz Azaiza, 2024.

Essas imagens, apresentadas na figura 2, são as que inauguram o perfil @motaz_azaiza há 10 anos atrás. Uma margarida; a torre Eiffel de Paris; duas margaridas. Em maio é primavera em Paris. É primavera também na Palestina. Mas hoje não é ocasião de afirmarmos nada disso e sim de nos perguntarmos: quando será a primavera Palestina?

Neste gesto de retorno ao início de seu perfil, algumas imagens e dados chamam a atenção. O primeiro deles é que Motaz está neste espaço há quase uma década. Tem, então, 14 anos quando publica suas primeiras imagens, um criança palestina. Há em seu perfil uma série de *selfies* que constroem uma narratividade de sua passagem pelo tempo de Gaza, ao fundo é possível vermos prédios, casas, carros, amigos. Uma série que integra toda uma série de outras *selfies* de jovens que habitam o Instagram cotidianamente em uma produção exaustiva de imagens de si e de seus cotidianos. Elas parecem iguais se tomamos apenas as fotografias para análise. No entanto, em sua composição com o restante das fotografias e descrições e vídeos do perfil, elas produzem sentidos muito variados.

⁷ Disponível em: https://www.instagram.com/p/n2UMS-Sdx9/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em: 16 abr. 2024.

Figura 3: Quadro montado com *selfies* do perfil @motaz_azaiza⁸



Fonte: Motaz Azaiza, *Instagram*, 2024.

A imbricação do espaço digital do Instagram com o espaço urbano de Gaza produz muitos furos nessa produção de um jovem fotógrafo de retratos e do cotidiano desde o seu território. Na imbricação de materialidades significantes que compõem o seu perfil os sentidos dessas imagens são constantemente deslocados. Como no exemplo que segue, em que ele publica imagens dele com um amigo.

⁸ Disponível em: @motaz_azaiza, Instagram.

Figura 4: *Selfie* publicada no perfil @motaz_azaiza, com Motaz e seu amigo Mohammed.⁹



Fonte: Motaz Azaiza, *Instagram*, 2024.

A foto é póstuma, ela homenageia um amigo morto nos ataques. Não é publicada antes, no tempo de sua produção. É uma forma de falar da morte sem mostrar apenas a violência. Seu perfil quebra a regularidade possível entre as *selfies* de jovens comuns nesse espaço, para produzir aí uma série estranhamente familiar. Essa homenagem só pode ser lida em sua composição quando usamos o recurso de tradução automática do Instagram, sem o qual dificilmente seria possível acompanhar hoje esse perfil em sua complexidade de relações. Motaz escreve ora em árabe, ora em inglês. Caberia compreender quando essas mudanças ocorrem e por que, mas não é possível no espaço deste artigo. Fotos assim, com outros amigos, no cotidiano de uma vida que já não existe, surgem diariamente em seu perfil. Suas publicações produzem um encontro de diferentes temporalidades, em relação dissimétrica entre o passado e o futuro de Gaza e entre as séries imagéticas cotidianas de perfis produzidos fora desse território.

9 Publicação do perfil @motaz_azaiza, em 15 março. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C4i7sRMrScW/?img_index=2. Acesso em: 14 maio 2024.

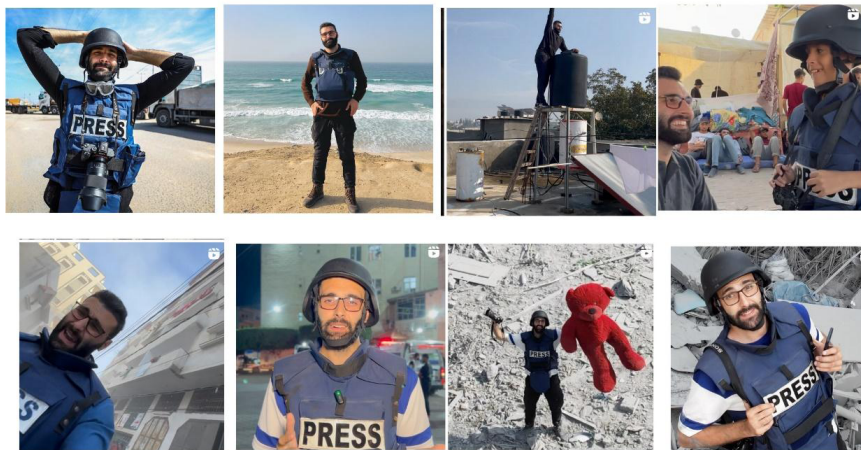
Figura 5: Quadro montado com fotos interditadas no perfil de @motaz-azaiza



Fonte: Motaz Azaiza, *Instagram*, 2024.

Assim como seus autorretratos o inserem em um cenário cada vez mais destruído, dentro do qual ele vai destacando fragmentos de vida: crianças sorrindo, brinquedos que restaram intactos, trabalho de captação, desespero. Entre elas, há uma série de imagens de violência que são interditadas em nome de um zelo com a divulgação de imagens violentas, segundo normatizações do *Instagram*. Aqui a normatização do espaço insere as enunciações desse perfil em um jogo de interdições e mediatização com efeitos bastante paradoxais.

Figura 6: Quadro montado com *selfies* do perfil @motaz-azaiza.



Fonte: Motaz Azaiza, *Instagram*, 2024.

Ao mesmo tempo, seu perfil quebra uma série atual de imagens de Gaza destruída, com imagens de um cotidiano que teimava, antes, em existir apesar dela, em resistência a ela. De seu perfil podemos recortar uma série de imagens que vão fragmentando esse cotidiano pela imbricação de corpos mutilados, amigos sorrindo, crianças brincando, arco-íris, vestígios de vidas sonhadas, vividas, imaginadas, matadas.

Figura 7: Quadro montado com fotos sobre arco-íris do perfil @motaz_azaiza

Fonte: Motaz Azaiza, *Instagram*, 2024.

Embora elas se entrecruzem o tempo todo com imagens de mortos e escombros, há uma persistência em imagens que apontam para um futuro ou um passado onde se possa existir.

É esse modo de imbricação de imagens produzidas por perfis de jovens palestinos que indica, de meu ponto de vista, para um acontecimento que joga com a normatização do *Instagram* e sua injunção à publicação de si em cotidianos vividos em situações muito díspares.

Os perfis palestinos, dos quais o de Motaz se destaca por diversos fatores que não tivemos como abordar no curto espaço deste artigo, produz uma ruptura nessa regularidade, dando a ver a vida ordinária dos habitantes de Gaza. É, nesse sentido, um acontecimento que se produz pelo efeito de testemunho que esses perfis evocam, incluindo na posição de testemunhas também aqueles que são convocados

a olhar nos olhos e nos corpos que essas imagens, que passeiam e brotam em nossas telas dentre tantas outras, materializam.

Multiplicados, esses testemunhos não reconstituem o caso em andamento, mas chamam a atenção para a organização improvisada de cenas minúsculas e furtivas, para o detalhe dos gestos, para os valores emitidos, para a criatividade dos sinais de reconhecimento. Precisam ou não, loquazes ou lapidares, as informações obtidas são muito mais que esclarecimentos que possibilitam aos historiadores acumular fatos. São fragmentos de ética. Por fragmento de ética deve-se entender o que se manifesta de cada ser por palavras que utiliza para se dizer e para dizer os acontecimentos, ou seja, uma moral, uma estética, um estilo, um imaginário e o vínculo singular que o une à sua comunidade (Farge, 2017, p.88).

No sentido dado por Farge, o acontecimento no arquivo também é “essa expressão fragmentada do ser, oferecida como vestígio, lembrança, amnesiado e ao mesmo tempo seguido pelo eco de vibrações do mundo à sua volta”. O arquivo de imagens do *Instagram* é, assim, no caso em análise, um arquivo paradoxal que ao mesmo tempo sobredetermina as regularidades imagéticas, constituindo-se em séries históricas que coloca em foco as enunciações individuais, mas, ao mesmo tempo, cada um desses perfis, e esse perfil em particular, une esses perfis ao território palestino e a luta de toda a sua comunidade que aceita que sua dor se torne espetáculo como forma de confrontar o discurso dominante, sobretudo nas mídias ocidentais, que nega aos palestinos a sua humanidade. Que elas circulem, sejam impedidas de circular, e que circulem assim, não é questão menor.

Considerações finais

Não coincidentemente, o conflito na Palestina circula mais no contexto brasileiro do que o estado de guerra e terror que vivem os indígenas e negros constantemente mortos pelo Estado em nosso próprio país. Desse modo, as perguntas iniciais deste artigo persistem

sem respostas. Como debater racialidade e resistência em sua imbricação com a violência de Estado e estados de violência, em outubro de 2024, e não falar/lembrar, também de Gaza? Mas, também, como falar de Gaza sem deixar de falar de colonialismo e do(s) genocídio¹⁰(s) que ele opera em diferentes países, mas também no Brasil?

Sabemos que indígenas, africanos e palestinos aparecem atualmente como exemplos de corpos que, na maior parte dos países, são os primeiros a sofrer ataques e assassinatos em massa; corpos e(m)resistência contra uma série de violências as mais variadas, estatais e cotidianas. Cada vez mais é urgente debatermos o quanto deixamos de articular e refletir o colonialismo contemporâneo enquanto um fenômeno global, ainda que em cada canto ele tenha suas particularidades. Essa própria dissimetria na circulação das imagens de guerras contemporâneas aqui e lá passa a ser algo que deve ser discutido lá e aqui. Se as imagens da Palestina chegam até nós com dificuldade, as imagens das favelas e comunidades brasileiras têm ainda mais dificuldade de circulação, e as imagens dos genocídios em outras partes do mundo, sequer chegam muito longe.

É importante pensarmos o como e o quanto, seja pelo excesso ou pela falta, nos chegam a todo tempo as imagens “estranhamente familiares” de cada um desses genocídios inscritos na ordem de nossos cotidianos.

É sobretudo sobre esse estranhamento familiar de imagens genocidárias que eu espero ter conseguido chamar a atenção neste artigo, enfatizando o modo como os espaços enunciativos informatizados têm se configurado como espaços a partir dos quais estamos, também, (re)escrevendo a história e chacoalhando as memórias dessas violências e de suas resistências a partir de determinações e rearranjos digitais/digitalizados.

10 Genocídio, como descreve Safatle (2023, n.p.), “não é algo ligado a algum número absoluto de mortes, mas sim a uma forma específica de política de apagamento dos corpos, de desumanização da dor de populações, de silenciamento do luto público que retiram populações de sua humanidade e expressam processos historicamente reiterados de sujeição.”

Referências

BENTES, Anna. **Quase um tique**: economia da atenção, vigilância e espetáculo em uma rede social, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2021.

BENTO, Berenice. Carta aos que não sepultei. **Revista Cult**. São Paulo, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/carta-nao-sepultei/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BENTO, Berenice. Palestina, meu amor. **Blog da Boitempo**. [S. L.], 20 out. 2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/10/20/palestina-meu-amor/>. Acesso em: 2 maio 2024.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Tradução de Ephraim E. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

DAS, Veena. **Vida e Palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020. *E-book Kindle*.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da USP, 2017.

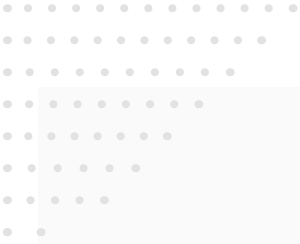
MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 7 maio 2024.

PÊCHEUX, Michel (1983). **O Discurso**: Estrutura ou acontecimento. Tradução de: Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

SAFATLE, Vladimir. Aula Inaugural do Departamento de Filosofia 2024. *YouTube*, 3 de abril de 2024. 51min54s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7KT2mzw6HX4>. Acesso em: 2 maio 2024.

SAFATLE, Vladimir. O que é um genocídio? **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 nov. 2023. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/11/o-que-e-um-genocidio.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



EFEITOS DA MEMÓRIA EM "DECÍME...
¿QUÉ CONCEPTO TE PARECE QUE
TENDRÁ DE LOS REYS MAGOS EL
GOBIERNO BRASILEÑO?" (MAFALDA)

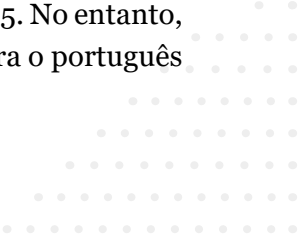
Luciane Botelho Martins

UFPEL

Tecendo as primeiras palavras

Mafalda – personagem do cartunista Quino – iniciou sua trajetória nas páginas dos periódicos argentinos em 1964. E, em nove anos, 2.113 tiras inéditas foram produzidas e publicadas em três periódicos diferentes na Argentina: a revista *Primera Plana*, o jornal *El Mundo* e a revista *Siéte Dias Ilustrados*. Formulação e circulação que resistiu a três golpes de Estado consecutivos no país vizinho (1966, 1970 e 1971).

No Brasil, as primeiras traduções só chegaram em 1973 (ano da última publicação inédita da personagem no país de origem, período que coincide com o regime militar no Brasil 1964-1985). A primeira editora brasileira a traduzir a obra foi a Editora *Artenova* do Rio de Janeiro, seguida pela *Global Editora* (1982) e pela *Martins Fontes* (1988). É relevante destacar que a única tira em que Mafalda faz uma referência direta ao governo brasileiro encontra-se originalmente publicada na Revista *Primera Plana*, de 5 de janeiro de 1965. No entanto, chama atenção o fato dessa tira só ter sido traduzida para o português



em 1993 – Editora Martins Fontes – através de um compilado de tiras intitulado *Mafalda Inédita*.

A tira em questão traz dois questionamentos marcados linguisticamente pelo ponto de interrogação: “¿Donde estarán en este momento!?” e “¿Decíme... ¿Qué concepto te parece que tendrá de los reys magos el gobierno brasileño?”. Sabendo, pois, que o silêncio materializado na interrogação/pergunta de Mafalda é “um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (Orlandi, 2007, p. 13), a questão que se coloca é: seria possível pensar a relação entre o discurso religioso e o discurso político, entre os “reis magos” e o “governo brasileiro” como efeito metafórico? Que efeitos de sentidos são produzidos pela alteração do tempo verbal no processo de tradução (futuro na versão original para o presente na versão em português)? Que sentidos a mudança de expressão/gesto de Mafalda – enquanto sujeito – produz? Esses são alguns questionamentos que constituem a base dessa pesquisa.

Assim, em meio as inquietações que a Análise do Discurso de filiação francesa provoca e, com base no que nos diz Pêcheux (2010, p. 56) de que “nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”, a presente pesquisa propõe um estudo sobre a memória, o silêncio e os efeitos de sentido construídos via metáfora discursiva a fim de (re)construir os sentidos que estão na base da relação língua-história.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, o observatório será a única tira de Mafalda em que a protagonista faz referência ao Brasil (ao governo brasileiro), extraída da revista *Primera Plana* de 5 de janeiro de 1965, bem como a respectiva tradução para a Língua Portuguesa, cuja publicação só ocorreu em 1993, pela Editora Martins Fontes.

Contextualizando o Brasil e a Argentina da década de 60

A década de 60 é marcada por uma série de tensões internas e externas, as quais resultam nos golpes de Estado no Brasil (1964) e na

Argentina (1966)¹. De acordo com pesquisas realizadas por Ramirez (2004), as teses mais conhecidas apontam que a causa dos golpes encontra-se na *estrutura social*, excluindo, assim, outras causas tão importantes e relevantes quanto essa. Nos termos do autor, “as teses ora dão ênfase às circunstâncias econômicas, ora à crise político-institucional do período, ora somente à ação direta de agentes históricos, mais precisamente os militares” (Ramirez, 2004, p. 606), ignorando, assim, questões de cunho ideológico. Um aspecto importante e que merece atenção é que a realidade do Brasil nos anos 60 é marcada por um contraste entre instituições muito frágeis e grupos sociais emergentes muito fortes. E, é esse o contexto que, segundo Ramirez (2004), leva o país a conflitos políticos intensos e periódicos criando a “necessidade” de uma espécie de ‘moderação’ por um quarto poder, poder esse exercido pelo Exército. Em outros termos, os conflitos gerados pela instabilidade política e econômica é o que funciona como “justificativa” para a ação dos militares. Nesse contexto,

...os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do Executivo e à transferência do poder político para os grupos civis alternativos (Stepan, 1975, p. 27 *apud* Ramirez, 2004, p. 607).

Contudo, na prática, o quarto poder age a partir das ordens das elites nacionais que manipulam a opinião pública em prol de seus próprios interesses, refletindo assim uma clara luta de classes. Para Stepan (1975 *apud* Ramirez, 2004), o sucesso dos golpes militares no continente é construído, num primeiro momento, a partir de ações que levam à redução da legitimidade do poder Executivo. Nota-se que na Argentina, a imprensa, sobretudo aquela que funcionou atra-

1 A Argentina foi cenário de vários golpes de estado: 1966, 1970 e 1971 cujos regimes autoritários são referidos como “Ditabranda”, e o golpe de 1976 reconhecido/registrado nos livros de História como aquele que resultou na Ditadura civil-militar no país.

vés da *Revista Primera Plana*, manipulou a opinião pública ao desqualificar o governo legítimo de Arturo Illia (1963-1966), favorecendo o golpe de Juan Carlos Onganía em junho de 1966. Movimento que já havia acontecido no Brasil, quando a credibilidade do governo de João Goulart foi abalada. A política de João Goulart e Brizola não agradava a burguesia brasileira (empresários e proprietários de terras), nem o capital estrangeiro, tampouco a Igreja Católica e os militares. Ao contrário, as propostas de Jango atraíam a massa de trabalhadores, sindicalistas, estudantes e ligas camponesas, o que no discurso capitalista significava uma “ameaça comunista”.

Mas não é somente a credibilidade dos governos legítimos a mola propulsora dos golpes militares na América Latina: (Paraguai (1955); Brasil (1964); Bolívia (1971); Uruguai (1972); Chile (1973) e Argentina (1966, 1970, 1971 e 1976). Em um contexto de Guerra Fria (1947-1991), os Estados Unidos (modelo capitalista) em busca de fortalecimento e aliados contra a União Soviética (ameaça comunista) oferece apoio aos países tomados pelo exército². Esse apoio veio em forma de um projeto de desenvolvimento nacional, cujo objetivo era afastar o “perigo” comunista. Mendes explica que,

O anticomunismo, no entanto, não se apresentava a partir de uma única concepção. Uma das associações estabelecidas pelo anticomunismo militar era entre o comunismo e ameaça aos princípios democráticos. A liberdade, que era apresentada como bem supremo proporcionado pela a democracia, encontrava-se ameaçada pela difusão do movimento. Para esses grupos, somente a democracia é que poderia propiciar o atendimento de todas as necessidades das sociedade brasileira. O comunismo apresentava-se como uma proposta de implementação de ditadura, como ameaça à religião e aos

2 Importante destacar que entre os anos 1950 e 1975 militares latino-americanos foram treinados em instituições educativas militares norte-americanas, tais como a “Escola das Américas”, localizada no canal do Panamá. O objetivo da ação era proteger os interesses norte-americanos e intervir naqueles países, cujos movimentos políticos constituíam um obstáculo para o avanço de seus propósitos.

princípios ocidentais da civilização, que vinculavam a sociedade brasileira à Democracia. Afirmava-se que a doutrina comunista era, ao mesmo tempo, uma estratégia e “uma religião cuja máxima ambição é a de se opor às religiões clássicas, especialmente a cristã, tendo em vista destruí-la e em seguida substituí-la” (Mendes, 2004, p.87).

A retórica em torno da ameaça comunista foi tão intensa na América Latina que, no Brasil, mobilizou mulheres católicas, conservadoras e de classe média que com total apoio da imprensa, do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES, do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, além de grupos estrangeiros, conseguiram organizar um dos maiores e emblemáticos eventos da história, a – *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* – cujo objetivo era manifestar o descontentamento da burguesia nacional. Vale destacar que a estratégia utilizada para mobilizar a sociedade foi a utilização de cartazes e faixas contendo dizeres em defesa da liberdade, da democracia, da moral e da família. Esse foi o último movimento de massa antes da intervenção militar no Brasil em 1º de abril de 1964.

Compreendendo o silêncio em Mafalda

Conforme aponta Orlandi (2007), há dois tipos de silêncio: aquele que pode ser observado nas palavras, nos enunciados, e aqueles sentidos que, por outro lado, são silenciados. Importante ressaltar que o silêncio não é algo dado, por isso faz-se necessário observá-lo em sua opacidade, isto é, na articulação do imaginário e da determinação ideológica. Desse modo, tendo em vista o caráter de disputa ideológica, existem situações em que o sujeito-leitor produz sentidos a partir do silêncio, mas existem outras situações em que há um silenciamento, ou nos termos de Orlandi (2007) há uma política do silêncio que dificulta o processo de (re)construção dos sentidos. Nessa políti-

ca, o silêncio é parte da retórica do opressor ou em um contraponto é a retórica do oprimido (figura daquele que resiste).

Em *Mafalda* nota-se como recurso linguístico e discursivo o uso da interrogação como estratégia no processo de produção de sentidos. Do ponto de vista pragmático a interrogação é uma injunção à(s) resposta(s) e o silêncio produzido por essa interrogação é discursivamente uma injunção à interpretação. Assim, ao tomarmos o silêncio como linguagem, não estamos pensando-o como falta, mas como excesso, já que conforme aponta Orlandi (2007, p. 31), “o silêncio significa – produz sentido”. Vale, entretanto, lembrar que enquanto a linguagem aponta uma direção para os sentidos, o silêncio é disperso e invisível, daí a afirmação de que o silêncio é menos evidente em relação à linguagem. Nesses termos, o silêncio produz sentido pela relação estabelecida entre o dito e o não-dito, considerando aí a historicidade. Nas palavras de Orlandi (2007 p.68), “o silêncio não é o vazio, ou o sem sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa. Isso nos leva à compreensão do “vazio” da linguagem como *horizonte* e não como *falta*”, à vista disso que podemos pensar o silêncio como excesso, conforme justifica a autora ao dizer que,

O processo ideológico não se liga à falta, mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de “evidência”, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “natural” (Orlandi, 2007, p. 96-97).

Isso posto, tomamos “a interrogação como lugar de produção de sentidos, como silêncio que significa” (Martins, 2015, p. 40). O ponto de interrogação como materialidade funciona como marca significante de um questionamento, espaço construído entre o linguístico e o extralinguístico. Dito de outro modo, o sujeito-produtor do texto é levado a utilizar a pontuação por uma necessidade pragmática, contudo, mesmo diante da tentativa de “controlar” os sentidos,

“sujeito e discurso não conseguem apagar a falta e o equívoco que lhes são constitutivos” (Martins, 2015, p. 41). Grantham (2009) ao retomar Pêcheux (2008, p.53), afirma ainda que o espaço vazio sinalizado pela interrogação introduz uma “injunção à resposta”, ou seja, no processo discursivo da leitura, quem preenche esse espaço é o sujeito leitor. Nos termos da autora, a interrogação

... instaura no discurso uma forma de silêncio que significa não a falta do que dizer, mas uma opção por não dizer. Na produção [...] a interrogação [...] mobiliza o dizer do outro; esse sim, na leitura, se ancora no interdiscurso (Grantham, 2009, p. 143).

Daí a importância das condições de produção do discurso no processo de leitura, tal qual apresentamos na primeira parte deste artigo, pois a partir delas é que os espaços serão preenchidos e os sentidos serão produzidos.

Refletindo sobre o efeito metafórico em *Mafalda*

Para dar início às reflexões sobre o efeito metafórico em *Mafalda*, é preciso lembrar que não existe uma relação direta entre linguagem e pensamento, entre a palavra e o mundo das coisas. Tudo o que produzimos enquanto linguagem passa por um processo de construção discursiva, “de modo que todo discurso seja interpretado como produto da realidade imaginada pelo sujeito” (Radde, 2020, p. 215). Ainda nessa linha de pensamento, Pêcheux (2012) explica que o nosso dizer enquanto “referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso” (Pêcheux, 2012, p.158), daí a complexidade do interdiscurso enquanto conjunto de dizeres possíveis de uma língua.

Com base nisso, ilustraremos o funcionamento discursivo da metáfora, a partir das falas transcritas da personagem *Mafalda*, tal qual

reproduzida em Quino³ (2013b, p. 543), salientando que o contexto da tira é de uma noite estrelada de verão.

Quadro 1: ¿Dónde estarán en **éste** momento?!...

Cena 1 – [Mafalda debruçada na janela, contempla o céu]:
¡ESTA NOCHE LLEGAN!...

Cena 2 – [Mafalda continua contemplando a noite]:
¿DÓNDE ESTARÁN EN ÉSTE MOMENTO?!...

Cena 3 – [Mafalda afasta-se na janela]–(SILÊNCIO)

Cena 4 – [Mafalda invade o quarto dos pais que estão adormecidos]: DECIME... ¿QUÉ CONCEPTO TE PARECE QUE TENDRÁ DE LOS REYES MAGOS EL GOBIERNO BRASILEÑO?

Fonte: QUINO. Revista *Primera Plana*, 5 de janeiro de 1965, p. 47.

A tira, publicada originalmente no dia 5 de janeiro de 1965⁴, página 47 da revista *Primera Plana* é formada por quatro quadros simétricos que reproduzem o cenário parcial de dois cômodos da casa onde Mafalda reside com os pais.

No primeiro e no segundo quadros percebemos uma certa linearidade narrativa, pois o cenário (noite estrelada, tal qual a Bíblia descreve a noite de reis) se repete, enquanto as expressões e pensamentos de Mafalda apontam sentimentos de alegria e ansiedade crescentes

3 A obra referida corresponde à compilação de tiras que leva o nome de Toda Mafalda.

4 5 de janeiro é a véspera do Dia de Reis – data importante do calendário cristão, pois relembra o momento em que os três reis magos, guiados pela estrela de Belém, chegam até o local onde o menino Jesus nasceu. Na ocasião os visitantes oferecem presentes (ouro, incenso e mirra) objetos ligados à realeza. Em muitos países, como a Argentina, o dia de reis é uma data muito esperada, principalmente pelas crianças, pois é o dia em que a família se reúne e há troca de presentes. No Brasil, esse gesto é feito no Natal – 25 de dezembro.

com a chegada dos reis (e dos presentes). Observamos que o entusiasmo aumenta à medida que a personagem questiona: “Onde estarão nesse momento?”. O conhecimento de que o verbo “estarão” refere-se aos reis se dá pela leitura da última cena onde a personagem menciona o referente “reis magos” (sob o ponto de vista linguístico temos uma referência catafórica), além da data de publicação 5 de janeiro, véspera do dia de reis, segundo o calendário cristão (conhecimento dado pela exterioridade).

Na terceira cena, há um silenciamento do pensar/dizer da personagem. A imagem da protagonista com expressão de preocupação e medo estabelecem uma ruptura no *continuum* da narrativa. Somado a isso, observamos que há um movimento da personagem em relação à posição inicial ocupada na janela. A personagem afasta-se, apoia a mão esquerda no peitoril da janela e traz a mão direita até a boca (como um gesto de surpresa dada por uma lembrança brusca). A cena inteira sinaliza o que não pode/deve ser dito. A interdição do dizer, no entanto, é amenizada/disfarçada pelo contraste entre o gesto (maduro/adulto) de surpresa e a imagem de uma criança ainda pequena que necessita de uma cadeira para alcançar o peitoril da janela.

Uma vez estabelecida a ruptura no terceiro quadro, temos na quarta e última cena a imagem de Mafalda no quarto dos pais já adormecidos. Ela, com os braços abertos como quem espera uma resposta, questiona: “*Decíme... ¿Qué concepto te parece que tendrá de los reys magos el gobierno brasileño?*”⁵

O desfecho inesperado construído a partir da quebra de expectativa no terceiro quadro, somado ao excesso (no quarto quadro) produzido pelo questionamento não respondido na materialidade não evidente (e, a preencher pelo leitor em seu gesto de leitura) reforcem a importância da exterioridade, das condições de produção do dizer enquanto elemento indispensável no processo de (re)construção dos sentidos.

5 “*Diga-me... Que conceito o governo brasileiro terá dos reis magos?*” (tradução nossa)

Diante disso, o primeiro ponto a ser considerado é que durante os dois primeiros mandatos de Perón (1946-1951 e 1951-1955) o governo investiu em políticas sociais e num Estado de bem-estar para o povo, práticas que vinham associadas a um movimento de assujeitamento ideológico e de controle das massas, o que muitos estudiosos chamam de peronização da sociedade. Esse processo contou com o apoio de grupos religiosos (através do discurso religioso) e se difundiu principalmente através da educação (durante o governo de Perón foi instituído o Ensino Religioso nas escolas como disciplina obrigatória). Além disso, havia também a Fundação Eva Perón, uma organização que atuava na assistência social, nas escolas e em festividades religiosas. Nesse contexto, até mesmo a literatura fazia parte do movimento. Um bom exemplo é o conto “*Aquel peronismo de juguete*”⁶, de Oswaldo Soriano (1993). De acordo com Punte, com o conto,

...se alude al tópico de los juguetes, elemento esencial de la táctica para ganar el favor de los que serían los hombres y mujeres del futuro. La imagen del peronismo está asociada con la festividad cristiana de los **Reyes Magos**: el protagonista espera los juguetes que el gobierno repartía para la fecha del seis de enero. El texto de Soriano trabaja la cuestión del cruce entre política y religiosidad, que estuvo en el centro del discurso dirigido a los niños y en parte hacia las mujeres (Punte, 2011, p. 14, grifo nosso).

O segundo ponto diz respeito ao acontecimento: dezembro de 1964, poucos dias antes da publicação dessa tira, quando Juan Domingo Perón tenta retornar à Argentina. O ex-presidente, exilado na Espanha desde o golpe de 1955, embarca com destino a Buenos Aires, mas em uma escala na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) é impedido pelo governo brasileiro de continuar a viagem, retornando para a Espanha onde permaneceu até 1973. De acordo com Almeida

6 O conto inicia assim: “Cuando yo era chico Perón era nuestro Rey Mago: el 6 de enero bastaba con ir al correo para que nos dieran un oso de felpa, una pelota o una muñeca para las chicas”.

e Bento (2022), o Brasil sob comando militar desde abril de 1964 estava fortemente comprometido em combater grupos de esquerda (e/ou vinculados às ideias comunistas) e, em integrar o país no projeto modernizador prometido pelos EUA.

Nesse cenário, mostra-se o fato combinado com o ensejo do governo argentino em excluir o peronismo do processo político e, para tanto, era necessário manter Perón longe do país, pois uniram-se os interesses em comum de Brasil e Argentina. Destarte, por solicitação do Governo Illia, o Governo militar do Brasil, presidido pelo Marechal Castello Branco, envia Perón de volta à Espanha (Almeida; Bento, 2022, p. 95).

Diante das condições de produção descritas, podemos dizer que os sentidos presentes no/pelo questionamento de Mafalda são produzidos a partir de uma metáfora discursiva ou efeito metafórico, nos termos de Pêcheux (2008), fenômeno que trabalha a relação língua (equivoca) e história. Quando falamos em uma língua equivocada, estamos tratando do funcionamento da ideologia, isto é, de uma presença-ausente que dribla a censura e produz sentido.

Orlandi (2012, p. 105) explica ainda que “o efeito metafórico, o deslize – próprio da ordem do simbólico – é lugar da invenção, da interpretação, da ideologia, da historicidade”. Assim, a metáfora construída na tomada de uma palavra por outra, faz emergir no intradiscurso a referência linguística “reis magos” ocupando o lugar discursivo de “Perón”. Podemos observar ainda que o sentido produzido a partir de “Péron” funciona no discurso como metonímia de um governo que tem posições ideológicas opostas ao governo da época na Argentina (Governo de Arturo Illia). Soma-se a isso, ainda, o fato de que o questionamento de Mafalda volta-se para o governo brasileiro como uma provocação, sugerindo que o sujeito-leitor posicione-se frente ao que lhe é posto.

Para finalizar nossas reflexões, vejamos os sentidos produzidos para a além do que já foi discutido, agora atentando para o processo de tradução da tira: do original em espanhol para o português brasileiro. Para esse breve estudo utilizaremos a transcrição das falas da personagem Mafalda tal qual publicada em Quino (2013a, p. 24):

Quadro 2: Onde estarão agora?!...

Cena 1 – [Mafalda debruçada na janela, contempla o céu]:
ELES VÃO CHEGAR ESTA NOITE!...

Cena 2 – [Mafalda continua contemplando a noite]: ONDE
ESTARÃO AGORA?!...

Cena 3 – [Mafalda afasta-se na janela]–(SILÊNCIO)

Cena 4 – [Mafalda invade o quarto dos pais que estão adormecidos]: PAI...QUE CONCEITO VOCÊ ACHA QUE O
GOVERNO BRASILEIRO TEM DOS REIS MAGOS?

Fonte: QUINO. Mafalda Inédita (2013a, p. 24)

Nessa leitura, o que chama atenção é a mudança no tempo verbal expressa na fala da última cena. Enquanto na tirinha original temos um tempo futuro–*tendrá*, sendo relacionado ao que o governo brasileiro poderá pensar, na versão traduzida (durante a ditadura brasileira) o tempo verbal utilizado é o presente, cuja marca é de atemporalidade. Nosso gesto de leitura nos leva a perceber que há um deslizamento de sentido em relação à tira original, pois a utilização do presente garante uma posição invariável frente ao questionamento. Dito de outro modo, a posição que rechaça a presença de Perón no Brasil e na Argentina é fixa, atemporal e invariável, pois a posição-sujeito do tradutor é de quem vê Perón como uma ameaça aos projetos de moderni-

zação da nação argentina e uma influência negativa para êxito do mesmo projeto na América Latina.

Tecendo as palavras finais

A análise de discurso desde seu surgimento na década de 60, na França, está comprometida com a observação do funcionamento discursivo do discurso político produzido na/pela linguagem. Desse modo, a tira de *Mafalda*, objeto desse trabalho de pesquisa segue a tradição, mas aponta uma relação intrínseca entre os discursos religioso e político, funcionamento que se constrói por meio do efeito metafórico.

Vimos ao longo do artigo que a estratégia linguística – interrogação – utilizada em *Mafalda*, discursivamente ocupa o “lugar de recuo necessário” (Orlandi, 2007) e de um excesso capaz de produzir sentidos que driblam os governos autoritários mantendo a circulação de sentidos que ousam em resistir. Assim, na relação: “*reis magos*” – *Perón* temos na tomada de uma palavra por outra, um efeito metafórico construído na contradição (os reis magos são esperados com ansiedade – *Perón* é temido como ameaça). Além disso, na relação de metonímia clássica entre *peronização da Argentina* – *Perón* temos um processo discursivo que faz emergir um projeto de governo que foi rechaçado/interrompido antes do término do segundo mandato, um sentimento que ecoa para além das fronteiras da Argentina.

Vimos também que há deslizamentos de sentido significativos produzidos pela alteração do tempo verbal no processo de tradução. No Brasil, a posição é assumida, isto é, diante da presença de *Perón* o rechaço é permanente, dada pela disputa ideológica travada desde os governos autoritários da ditadura civil-militar, no país. Enquanto, na Argentina o sentido é de provocação ao governo brasileiro, ou seja, há uma espécie de cobrança em relação à posição do Brasil frente ao acontecimento – retorno de *Perón*.

Quanto aos gestos de Mafalda, temos a partir das expressões faciais e corporais uma preocupação e inquietação diante da liberdade de pensamento tão ameaçada por governos autoritários. E, assim, em meio as inquietações do discurso reiteramos a importância da memória e das condições de produção no processo de leitura, de (re)construção dos sentidos.

Referências

ALMEIDA, Alessandro de; BENTO, Guilherme Gonzaga. Representações da política em Mafalda: crise e instabilidade na argentina da guerra fria (1964-1965). **Revista Parajás**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 78-109, 2022. Disponível em: <https://www.revista.institutoparajas.org/index.php/parajas/article/view/147>. Acesso em: 15 out. 2023.

GRANTHAM, Marilei Resmini. **Da releitura à escritura**. Um estudo da Leitura pelo viés da pontuação. Campinas: RG, 2009.

MARTINS, Luciane Botelho. **Mafalda**: gestos de leitura a partir do funcionamento discursivo da interrogação. 2015. 98f. Dissertação (Mestrado em Letras)– Programa de Pós-Graduação em Letras–Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2015.

MARTINS, Luciane Botelho. **Memória e resistência**: um estudo sobre o pré-construído e o discurso transversal através da ironia em Mafalda. 2020. 211f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

MENDES, R. A. S. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. **Locus: Revista de História**, Juíz de Fora, v. 10, n. 1, p. 79-97, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20600> . Acesso em: 15 out. 2023.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012, p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso** – estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010, p. 49-56.

PUNTE, José María. Los únicos privilegiados: rastros de las políticas sociales del primer peronismo en las obras de Osvaldo Soriano y Daniel Santoro. **Imagonautas**, Santiago de Cali, n.1, v.1, p.4-26, 2011. Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/15082>. Acesso em: 14 ago. 2023.

QUINO. **Mafalda Inédita**. Tradução de Monica Stahel. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013a, p. 24.

QUINO. **Revista Primera Plana**, 5 de janeiro de 1965, p. 47.

QUINO. **Toda Mafalda**. 27. ed. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2013b, p. 546.

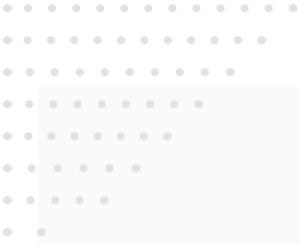
RADDE, Augusto. Metáfora/Metonímia. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de Termos do Discurso**. Campinas: Pontes, 2020, p. 215-219.

RAMIREZ, Paulo Niccoli. As estruturas elementares do golpe de 64. **Projeto História**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 605-617, dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9984>. Acesso em: 20 ago. 2023.



GÊNERO E RESISTÊNCIA





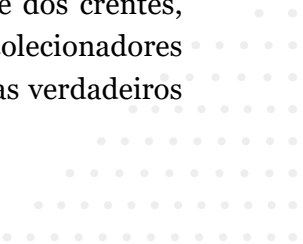
CORPO-MULHER: ENTRE A VIOLÊNCIA DE ESTADO E O ESTADO DE VIOLÊNCIA

Nadia Neckel

Unisul/Instituto Ânima

Este texto é fruto das discussões do eixo “Gênero e Resistência” do VI Marcas da Memória, realizado na Unisul, campus Tubarão, em outubro de 2023. A temática do evento se propunha discutir a relação entre Violência de Estado e um estado de violência permanente em um movimento entre atualização e memória da ditadura civil-militar instalada pelo golpe de 64 no Brasil.

O “Marcas da Memória” é um seminário já consolidado no campo de Estudos da Linguagem e, principalmente, um evento comprometido com a luta política em debater um dos momentos mais sombrios de nossa história enquanto país, que foi o golpe cívico-militar de 64. Um esforço de resistência para que acontecimentos assim não se repitam. Afinal, vivemos desde 2016 sob a sombra ameaçadora de uma política de ódio que manipula e inflama um pseudopatriotismo violento e que clama pela volta de um Estado de Exceção, como vimos em inúmeras “manifestações verde-amarelas” espalhadas pelo país. Protestos ilegítimos, com financiamentos escusos, que sequestram nossos símbolos nacionais, nossas frases de luta de diferentes movimentos sociais, apropriam-se indebitamente da fé dos crentes, arregimentam um exército de fanáticos e perigosos colecionadores de armas que, por sua vez, montam em suas residências verdadeiros



arsenais bélicos sob o falso rótulo de “coleccionadores” ou “atiradores esportivos”.

Como sabemos o golpe civil-militar de 64 instalou, por interesses semelhantes, travestidos de nacionalistas e completamente alinhados à exploração econômica pelo capital estrangeiro, uma prática de perseguição, tortura e morte perdurando por 21 anos. É frente a cenários como estes, que um evento como o Marcas da Memória nos ajuda a nunca deixar de lembrar a quão cara e frágil é nossa Democracia.

Pretendo abordar essa temática, pela via que me constitui enquanto pesquisadora, sujeita política e estética, a saber: a via de compreensão dos funcionamentos do Discurso Artístico, o que implica entender as complexidades e contradições do/no laço social nos territórios dos processos criativos. O discurso artístico é o objeto ao qual tenho me debruçado há pelo menos três décadas, seja pela (des)construção artística e sua poíesis ou estesia, seja como analista de discurso nas investigações teóricas no campo das poéticas e estéticas.

As questões de gênero, por outro lado, se impõem tanto pela práxis política, quanto pelos gestos teóricos. Para mim, falar de gênero é, de certa forma, falar de resistência. Desta forma, pretendo me voltar especificamente ao Discurso Artístico e seus funcionamentos, olhando para produções artísticas que trazem à reflexão estados de violência sobre os corpos-mulheres¹.

Violências de todas as ordens que são historicamente disferidas sobre o corpo-da-mulher, na esfera pública-política e que vieram

1 Como disse, em meus trabalhos tais questões foram me encontrando pela via das criações artísticas, o corpo-mulher já estava lá em meus primeiros gestos analíticos das instalações da artista gaúcha Karin Lambrecht em “*Vestidos Brancos com manchas de sangue de Carneiro*” (2001), um corpo dissecado, um corpo fragmentado, um corpo sacrificado, entre a indistinção dos restos do animal e dos rastros do corpo da mulher, marcam-se a transitoriedade da vida, a violência e a religião. Embora naquele tempo meu foco estivesse em pensar o processo criativo a fim de formular sobre os funcionamentos do artístico era impossível negar, naquele gesto de leitura, a condição do corpo-mulher frente as “iconografias metropolitanas” que impõe suas violências de gênero, classe e raça. Sobre análise da obra de Karin, sugiro acessar: <https://www.ceciliabrunsonprojects.com/artists/125-karin-lambrecht/works/2248/>. Acesso em: 21 abr. 2023

num crescendo no Brasil, desde 2013, asseverando-se no pleito eleitoral de 2014, intensificando-se pós-eleições sob ameaças de sabotagem e perseguições que culminaram no golpe de 2016. Quem de nós mulheres não se recorda do famigerado adesivo com a imagem da presidenta nas bombas de combustíveis simulando um estupro?

Violência não apenas retórica, que fomenta o discurso de ódio e que passou ser uma prática de governo brasileiro entre 2018 e 2022. Como bem nos lembra Butler (2021, p. 124) o “discurso de ódio não apenas comunica uma ideia ou um conjunto de ideias ofensivas, mas também coloca em ação a própria mensagem que ele comunica: a comunicação é, em si mesma, uma forma de conduta”. Práticas estas que se espalharam em diferentes ataques às artes no Brasil no ano de 2017 (Santander e MAM), ataques esse que foram orquestrados inclusive contra à própria Judith Butler, quando esteve em nosso país, naquele mesmo ano, para proferir uma fala na qual analisa os conflitos entre Israel e a Palestina, foco de sua pesquisa desde 2009, quando publica o texto “*Frames of War: When Is Life Grievable*” publicado em português em 2015 e reeditado em 2017 “*Quadros de Guerra: Quando a Vida é possível de Luto ?*” Butler (2017)² encerra sua fala no SESC Pompéia em São Paulo com a frase “E esta não foi uma conferência sobre gênero que tanto queriam proibir”. Do lado de fora, fundamentalistas conservadores berravam desesperados contra o “fantasma da ideologia de gênero”... e queimavam as “bruxas” em fogueiras nada simbólicas. Fogueiras estas, replicadas nas *fake news* contra as candidatas de esquerda, nos ataques aos professores e a escola com o uso completamente equivocado da expressão “ideologia de gênero”. Como dissemos, violências retóricas que foram práticas enquanto plataformas das campanhas eleitorais e que extrapolaram para perseguições políticas, culminando em assassinatos, como de Marielle Franco em 2018, e que foram vertiginosamente se transformando em políticas

2 Programação do seminário internacional “Os Fins da Democracia / The Ends Of Democracy”, no qual palestrou Butler no Sesc Pompeia entre os dias 7 e 9 de novembro de 2017. Disponível em: <https://filosofia.fflch.usp.br/eventos/1028>. Acesso em: 2 jan. 2024.

de Estado. Esse crime, por exemplo, somente agora em 2024 começa a expor o uso da máquina pública para acobertar os mandantes e seus interesses na morte da vereadora da cidade do Rio de Janeiro. Nesta mesma cidade, em 2019, a performance “*A Voz do Ralo é a voz de Deus*” foi censurada. Dediquei-me à análise desta performance e o contexto político de sua censura e, confesso, difícil deixa-la de lado, pois sua discussão está longe de se esgotar. No livro “*Marcas da Memória: o que resta da ditadura na educação brasileira?*” fruto da edição passada deste evento, analisei recortes do processo de criação desta performance. A performance “*A voz do ralo é a voz de Deus*” tomou como referência o conto Baratária de Rodrigo Santos que, tanto o conto, quanto a performance, integraram o projeto Literatura Exposta. Esse projeto reuniu vários autores da periferia do Rio de Janeiro e coletivos de arte como o “Es uma maluca”, do qual participava a artista Juliana Wähler. Censurada pela falsa afirmação de “quebra de contrato” por, supostamente, ter cenas de nudez, cabe ainda um comentário. A alegação de “quebra de contrato” funciona aqui como uma estratégia de mando político-partidário. Explico. O então governador do Rio de Janeiro era apoiador do então “presidente” e a sonora utilizada durante a performance era justamente de sua voz, quando ainda deputado e votante no processo de *impeachment* em 2016. Essa sonora encontra o título da performance “*A Voz do Ralo é a voz de Deus*” seu principal mote de campanha e, 2018 era justamente “Deus acima de tudo”. Retomando o que sinalizei anteriormente, o teor na sonora, era, portanto, a voz do presidente, proferindo seu voto de *impeachment* contra a presidenta Dilma, no Congresso Nacional fazendo a saudação à um torturador da ditadura militar³, cujo o conteúdo era: “*uma homenagem à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff*”. Nesse cenário dantesco do golpe midiático-cívico-parlamentar de 2016, ao se permitir que se exulte

3 Disponível em: <https://www.facebook.com/esumamaluca/videos/performance-ao-vivo-da-instala%C3%A7%C3%A3o-a-voz-do-ralo-%C3%A9-a-voz-de-deus-na-cfb/338554373651389/>. Acesso em: 2 jan. 2024

a memória de um torturador, se faz acontecer uma vez mais tortura, não mais nos porões da Ditadura de 64, mas, em pleno Congresso Nacional. Como disse na ocasião da análise desta performance: “O corpo-mulher, sobrevivente das práticas de tortura são insuportáveis às vistas de seus torturadores, são testemunhos vivos de uma resistência improvável. Trata-se de um encontro de um estranho-familiar, de um retorno, de um real do qual se dá de encontro” (Neckel, 2022, p.165). Não permitir então, que esse voto fosse ouvido, novamente, em praça pública e relacionado diretamente às práticas de tortura e violência contra um corpo-mulher, era, portanto, a missão do governador e apoiador político deste pseudoditador patriota. Retomo, mais uma vez o que disse em meu gesto de análise anterior: “A performance nos traz esse corpo estético de dores e violências. Sabemos que a interdição da performance é de certo modo uma retomada escandalosa das políticas de silenciamento dos anos de chumbo. Políticas que, pelas próprias condições de produção da performance, jamais cessaram de acontecer” (Neckel, 2022, p. 165).

Foi nesse *looping* histórico de retomada de um dos períodos de maior violência de Estado sobre os corpos-mulheres. Uma violência de Estado, que o estado de violência volta a se alimentar dos discursos de ódio que sustentam a possibilidade de extermínio do outro. Daí a importância de pautarmos as discussões a respeito das “marcas da memória”. Discutir da Violência de Estado e nos questionarmos sobre os permanentes estados de violência que alimentam certos modos de funcionamento do político, é nos colocarmos também como corpos e(em) resistência. E é sobre esses corpos que sustentarei meus gestos de análise. Nesse sentido, minha escolha pelas performances como modos de luta política, expressões do artístico e do social que pulsionam aquilo que nomeei de “Projeções Sensíveis” (Neckel 2010), não é aleatória. As artes da presença, como a performance, expõem a carnidade do Discurso Artístico, visibilizam corpos que insistem, sucum-

bem e resistem à presença do outro sempre em tensão, o outro lhe é jamais indiferente.

Os gestos poéticos-performáticos de Juliana me tomam completamente pela sua envergadura política, histórica e social, como tenho me dedicado à leitura de sua produção artística. Por isso, trago para este debate, a performance “*Cyberskin*” (2014), cuja corporalidade se dá já na nomeação do projeto. *Cyberskin* é um simulacro de pele desenvolvido nos laboratórios da NASA, uma prótese de corpos, amplamente utilizada no mercado de produtos eróticos justamente por imitar a textura da pele humana. Peles que nessa performance são in-corporadas pelo tecido histórico, importante lembrar que não apenas do ponto de vista biológico a pele é o maior órgão do corpo humano, como também um modo de contato com o mundo externo, além de regular nossa autodefesa. É o que nos coloca em com-tato. Por outro lado, a arte é sempre, por natureza desde os tempos mais remotos, o espaço e o lugar dos simulacros. Simulacros que se executam após intensa atividade de observação e leituras do mundo que nos circunda.

Em sua pesquisa poética, Juliana sempre foi uma atenta observadora dos elementos da natureza e do seu próprio corpo. Assim nasceu o projeto *Cyberskin*. Fora observando o movimento das águas-vivas, a leveza delicada, mas não inofensiva de sua membrana exterior que a faz se mover pelas águas. Sua pele/corpo se confunde com a transparência e movimento das águas, é deste ponto que a performer inicia sua pesquisa de movimentos corpóreos em ondulação, impulsos que tensionam um interior e um exterior, movimento próprio da constituição de sujeitos e sentidos. Deste modo, para além do processo criativo da poísis e toda a bagagem de referências estéticas e poéticas que constituem a tessitura da performance, ao realizá-la como par-

te do projeto “*Ocupa Dops*”⁴, esse processo criativo se adensa quanto à sua tecedura, rede me memória. Importante ressaltar que tessitura e tecedura, são formulações analíticas que me ajudam a compreender os funcionamentos do discurso artístico.

A noção de tecedura é cunhada na imagem metafórica de uma teia, numa teia invisível que nos envolve por completo. E, é nessa teia que somos tecidos discursivamente. No caso da imagem, Tecedura representa a rede de filiações da memória a outras imagens e/ou materialidades, às quais nem sempre temos acesso, pois tal teia é tramada pelos esquecimentos constitutivos (1 e 2) formulados por Pêcheux. E, tomamos por Tessitura, a estrutura da própria das diferentes materialidades discursivas ancoradas no artístico em seus modos de funcionamento. Tomamos metaforicamente Tessitura do conceito de funcionamento musical, como aquilo que ordena o andamento, os compassos, as notas, etc. Assim como no funcionamento musical, a Tessitura estaria para a estrutura do dizer (visual/sonoro/gestual/ verbal). A tessitura se mostra na circulação do movimento parafrástico, o que recuperaria uma memória marcada e mostrada pela heterogeneidade discursiva (Neckel, 2010, p.143).

Se, no campo da tessitura temos elementos que compõe a performance, tais como o corpo em movimentos circulares e ondulatórios ritmado em pequenos intervalos como se fossem pequenos espasmos, há ainda outros elementos, como o tecido que envolve o corpo de Juliana como se fosse uma membrana e a dança como suporte

4 Disponível em: <https://iser.org.br/noticia/ocupa-dops-sensibiliza-para-o-futuro-do-antigo-predio-do-dops/>. Acesso em: 2 jan. 2024. É preciso que se diga que nesse mesmo ano da realização desta performance, 2014, foi o ano de entrega do relatório da CNV à presidenta Dilma Roussef. “A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.”(CNV, 2013). Entre a promulgação das duas constituições, quais violências foram perpetradas pelo Estado? Quais corpos eram alvos “mais fáceis” desta violência? São questões como estas que a CNV buscou elucidar.

do movimento, elementos que dão conta da partitura como organizadora da performance.

Figura 1: Frames da performance “*Cyberskin*” durante o ato Ocupa Dops 2014



Fonte: Arquivo Juliana Waehner⁵.

A força parte do centro do corpo em pequenos, micro movimentos. Essa grande tensão criada dentro causa calor, energia e vontade de crescer. O corpo quebra o tecido e expande, conquistando cada nível pelos impulsos abdominais até não conseguir mais se sustentar. Assim se derrama o corpo sem osso a base de água compacta. (Waehner, 2014, n.p.)

Pequenos movimentos que levam à extenuação de um corpo até que ele tombe exausto... a arte tentando simular/imitar o espasmo de vida e a tortura como prática de um Estado violento como o regime perpetrado pelo golpe civil-militar. É, portanto, na relação/tensionamento tessitura e tecedura que tais elementos vão formando sua cadeia significante. Impossível não considerar aí o espaço no qual a performance está sendo executada. Em um andaime montado sobre a arquitetura de um prédio histórico no centro da cidade do Rio de Janeiro.

⁵ Disponível em: <https://julianawaehner.allyou.net/7131196/cyberskin>. Acesso em: 20 out. 2023.

Figura 2: Visão geral do cenário da performance “Cyberskin”



Fonte: Acervo Juliana Waehner (2014)

O segundo dia do Ocupa Dops também contou com apresentações de dança e teatro. A Escola e Faculdade de Dança esteve presente com três ações: Cyberskin, da Juliana Waehner, que se apresentou em um dos andares do andaime instalada na frente do prédio, recorrendo às artes plásticas para expressar a luta para se conseguir espaços, movimentos e construções diante de um material que adere, incomoda e pressiona; ...” (Waehner, 2014, n.p.)⁶

Quando a arte “cola” na ardência da vida, é possível recortar o depoimento de uma das vítimas desta violência de Estado e que consta no relatório da Comissão Nacional de verdade:

Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou obviamente um desequilíbrio, eu lembro que eu tinha, muita, muita, muita dor no pescoço, porque quando a gente, quem sofreu

⁶ Disponível em: <https://julianawaehner.allyou.net/7131196/cyberskin>. Acesso em: 21 abr. 2022

choque, sabe? A gente joga a cabeça pra trás, aí tinha um momento que eu não sabia mais aonde doía, o que, doía em todo lado, mas enfim (Fávero, 2013, n.p.)

Confrontando as imagens da performance e o depoimento é possível dizer que, não se trata de quaisquer andaimes e não se trata de qualquer prédio em um processo de restauração arquitetônica. Andaimes postos para um projeto de restauração é justamente do prédio do DOPS! Este lugar tomado como cenário da performance, diz muito da potência deste gesto performático.

Em uma paráfrase de um autor que nos é muito caro, Michel Pêcheux, posso dizer que os “andaimes suspensos” desta performance ancoram-se em um real socio-histórico calcado no capital. Mola propulsora dos interesses nacionalistas e estrangeiros que arquitetaram o golpe civil-militar de 64 e que, de alguma forma, permanecem a espreita até os dias de hoje.

Como bem nos lembram Butler e Spivak (2018, p. 15) “o estado não é sempre um Estado-nação” nem do ponto de vista da linguagem, nem do ponto de vista socio-histórico. Nesse mesmo texto as autoras marcam a diferença linguística entre Estado e estado, mas mais que isso, nos levam a pensar nesse trocadilho tenso do ponto de vista social: Violência de Estado, estado de violência. Se, no âmbito da missão da CNV estava uma investigação a respeito das Violências de Estado, sobretudo durante a ditadura civil-militar, as ações investigativas, o resultado dos documentos e relatórios em suas exposições (inclusive como arquivo de pesquisa, como no caso deste texto) nos revelam um permanente estado de violência que se coloca sempre toda e qualquer vida como precária nos termos butlerianos

Afirmar que uma vida pode ser lesada, por exemplo, ou que pode ser perdida, destruída ou sistematicamente negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (o fato de que a morte é certa), mas também sua precarieda-

de (porque a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para ser mantida como uma vida) (Butler, 2017, p.31).

A projeção-sensível da performance “*Cyberskin*” de Juliana Waehner, se coloca assim, num entremeio histórico. Ela nos traz à memória um corpo mulher torturado e violentado durante o Regime Militar que produziu em níveis absurdos uma violência de Estado sobre os corpos e não apenas daqueles que se opunham abertamente contra o golpe, mas igualmente de qualquer um em potencial como nos mostra inúmeras passagens do Relatório–Volume III “*Mortos E Desaparecidos Políticos*” da CNV. Seguem dois recortes deste relatório que trata a morte de duas mulheres durante esse regime, as circunstâncias dessas mortes tensionam a Violência de Estado e o estado de violência ao qual me refiro:

Quadro 1: Relatório CNV

Depoimentos	Conclusão do Casos
<p>Labibe Elias Abduch morreu no dia 1 de abril de 1964 no Hospital Souza Aguiar, para onde foi levada após ter sido atingida por disparo de arma de fogo em frente ao Clube Militar, no centro do Rio de Janeiro. Depois de ter tomado conhecimento do golpe militar que, a partir daquele dia, colocou fim ao governo constitucional de João Goulart, Labibe Elias Abduch dirigiu-se para o centro da cidade à procura de informações sobre o desenrolar do movimento militar no estado do Rio Grande do Sul, onde um de seus filhos se encontrava (CNV, 2014, p.116)</p>	<p>Diante das investigações realizadas, conclui-se que Labibe Elias Abduch morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964. Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos (CNV, 2014, p.117).</p>

<p>Helenira Resende de Souza Nazareth é considerada desaparecida política por não terem sido entregues os restos mortais aos seus familiares, o que não permitiu o seu sepultamento até os dias de hoje. Conforme o exposto na Sentença da Corte Interamericana no caso Gomes Lund e outros, “o ato de desaparecimento e sua execução se iniciam com a privação da liberdade da pessoa e a subsequente falta de informação sobre seu destino, e permanece enquanto não se conheça o paradeiro da pessoa desaparecida e se determine com certeza sua identidade”, sendo que o Estado “tem o dever de investigar e, eventualmente, punir os responsáveis” (CNV, 2014, p.1047).</p>	<p>Assim, recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso de Helenira Resende de Souza Nazareth, localização de seus restos mortais, retificação da certidão de óbito, identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos, conforme sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que obriga o Estado brasileiro “a investigar os fatos, julgar e, se for o caso, punir os responsáveis e de determinar o paradeiro das vítimas” (CNV, 2014, p. 1047).</p>
--	--

Fonte: CNV (2014)

Em comum, a vulnerabilidade dos corpos. São corpos-mulheres que tombam por conta da institucionalização da violência. Os depoimentos dizem sobre corpos-mulheres atacados por uma política de Estado, a partir do golpe civil-militar de 64, e a instalação de um Estado de Exceção.

Embora o relatório recomende reiteradamente investigar, julgar e punir os responsáveis diretos pelas violações cometidas, desde 2014 para cá, nem investigação e nem “responsabilização dos agentes envolvidos”. É a certeza dessa impunidade que permite à um deputado federal exultar a memória de um torturador em pleno Congresso Nacional, ou de seus filhos e seguidores usarem camisetas com estampas da imagem desse mesmo torturador. E, quanto as investigações adiadas, burladas, sabotadas? Como a exemplo já mencionado neste

texto, o assassinato político de Marielle Franco⁷, ou seja, a violência contra corpos-mulheres, de alguma forma, continua sendo uma política de Estado, uma vez que as evidências apontam para a utilização da máquina pública para impedir que as investigações chegassem aos mandantes.

É entre esse pêndulo 1964 – 2014 – 2024 que parece transcorrer este corpo-arte da performance. Realizada em 2014, por conta de ações governamentais da época, no sentido de trazer à público depoimentos que comprovam a Violência de um Estado de exceção e é preciso que no mínimo se desconfie que esta ação do governo Dilma incomodou a ponto dela mesma ser perseguida, novamente torturada e destituída do cargo por manobras escusas enquanto o estado permanente de violência preparava seu próximo pretense ditador.

É desse movimento pendular histórico que o corpo-arte da performer ocupa o espaço do DOPS, um lugar de tortura de morte de tantas outras mulheres. Ao movimentar-se nesses andaimes e “lutar” contra o casulo que prende seu corpo, estes gestos também nos falam de um breve futuro de violências no campo político. Os trabalhos da CNV despertaram esse monstro do fascismo que parecia adormecido. Coincidência, ou não, espionagens⁸ à presidência da República vieram à tona, logo após o pleito de 2014, a ameaça direta dos opositores de que não haveria governo da Presidenta eleita, as articulações midiáticas, a manipulação das pautas sociais, e o desencadeamento no golpe civil-midiático-parlamentar de 2016. Uma vez instalado um governo golpista, veio a aparelhagem e o fortalecimento das milícias alinhadas aos interesses econômicos e, como sabemos hoje (2024), uma prática de eliminar inimigos de forma violenta o que encontra perigosamente, o projeto de armamento da população civil. Um estado perma-

7 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/ronnie-lessa-delatou-brazao-como-mandante-do-assassinato-de-marielle-diz-site/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

8 Disponível em: <https://apublica.org/2015/07/wikileaks-nsa-espionou-assistente-pessoal-de-dilma-e-aviao-presidencial/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

nente de violência que visava reestabelecer a todo custo a Violência de Estado, foi o que o episódio de 8 de janeiro de 2024 publicizou. É com esse fascismo, sempre à espreita, que convivemos.

Um corpo-arte que luta, presentifica, marca, a luta constante dos corpos-mulheres em nosso país. O corpo tombado nas ruínas do prédio do DOPS nos faz pensar nestas lutas.

Figura 3: Frame “*Cyberskin*” (2014)



Fonte: Waehner (2014)

Um corpo que tomba, mas não sucumbe

Se, todo o gesto de interpretação se produz no solo das lutas sociais, a performance, enquanto projeção sensível, se coloca como instrumento e sintoma dessas lutas. Instrumento, porque presentifica marcas incontestes que o regime de violência produziu sobre

os corpos-mulheres. Sintoma, porque, a materialidade artística traz, por meio de movimentos, texturas e imagem sentidos de uma violência que parecia estar esquecida sob os escombros do prédio, mas que, no entanto, estava à espreita, e entre 2014 e 2016, mostrou suas garras. Entre 2017- 2018 produziu seus primeiros ataques às artes, à educação e aos intelectuais, iniciando a sua instalação em diferentes instituições na tentativa vil de corromper nossa democracia, como acabamos de apontar.

Assim, para além do cenário específico e geográfico que é um prédio na cidade do Rio de Janeiro, temos um outro e adensado cenário político como já sinalizamos. Que entre essa performance de 2014 e a performance desenvolvida em 2019 (*A voz do Ralo é a voz de Deus*), há uma memória/atualização que sustenta os sentidos de corpo-mulher e violência.

O corpo da mulher naturalizado como um corpo objeto e propriedade deste outro patriarcal (homem ou Estado). Dito de outro modo, não é pouco quando dizemos, amparadas pela tese pecheutiana, que a “a ideologia interpela indivíduos em sujeitos” (Pêcheux, 1997, p.133), pois trata-se aí de uma estreita relação constitutiva entre ideologia e inconsciente. Ainda segundo o autor:

podemos discernir de que modo o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (Pêcheux, 1997, p.133-134).

Isto posto, corpo-de-mulher⁹, por um lado, sustenta-se nos sentidos de um corpo-da-mulher, produzindo um efeito de por ser um corpo diferente do corpo de um homem em seus atributos físicos há, por extensão, outros deveres e ações sociais. E, por outro lado, produz um simulacro de que o corpo da mulher é de fato dela. É pela contradição de ser/ter um corpo de mulher que historicamente produz-se a objetificação deste corpo determinado pelas “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção” conforme apontado por Pêcheux.

Sendo um corpo-da-mulher com artigo definido, há um pré-construído do que se espera deste corpo. Ideologicamente que seja um corpo dócil e servil às relações de reprodução da força de trabalho. Ou seja, um corpo determinado pelo papel social de mulher determinado por um imaginário do patriarcado capitalista.

9 Em um outro gesto analítico produzido recentemente em parceria com a pesquisadora Giovanna Benedetto Flores, compreendemos que, discursivamente, o corpo-mulher uma materialidade que expõe as desigualdades e as lutas pelo reconhecimento do/no laço social. Um corpo-mulher marcado pela servidão histórica, mas na medida mesma de resistência frente à dominação, um corpo-luta contra as formas de exploração. Nos dedicamos em compreender o deslizamento de sentidos entre as expressões corpo de/da mulher e corpo-mulher na imbricação com gestos de autoria em produções artísticas. Na instância semântica, a preposição **de** e a contração desta preposição com o artigo definido **a (de+ a= da)** significam. Premente lembrar que, na perspectiva discursiva, gramáticas e dicionários são tomados como instrumento linguísticos e não apenas como normatizações da língua. A preposição **de**, indica posse. Um corpo **de** alguém. Nesse sentido, o **corpo-de-mulher** é o corpo de um outro que decide o que pode e o que deve ser feito. Entre o corpo-de-mulher e o corpo-da-mulher temos um outro desenho semântico interessante a observar. A tensão sobre uma asserção e outra, parece apontar para as esferas públicas e privadas deste corpo. O corpo-da-mulher (preposição+artigo definido) parece identificar a posse privada de alguém, no caso, a mulher. Um corpo **da** mulher. Justamente, um corpo dela, e, a ela cabe o cuidado deste. Poderíamos então dizer que, do ponto de vista gramatical, estaríamos seguras e protegidas das violências do patriarcado? Haveria então uma divisão, ou uma diferença bem delimitada entre ser um corpo e ter um corpo? O que sabemos é que em um regime violento de estado de exceção como foi a ditadura cívico-militar no Brasil, asseverou-se os modos de violência sobre os corpos. E por ser um corpo-mulher duplamente vulnerável às violências na dobra Estado/gênero. Pois, sabemos que que o que define as posições sujeitos do e no laço social são as formações imaginárias, e estas determinadas pela forma-sujeito do capital que é um sujeito do patriarcado. Comunicação apresentada na Jornadas do LEGH- Pesquisa e ensino de história das mulheres e do gênero, na UFSC, 16 a 19 de outubro de 2023. Disponível em <https://www.joinville.sc.gov.br/public/portalamd/pdf/jornal/d732027079b837b725a51cfd6b355558.pdf>. Acesso em: mar. 2024

Mas não só, em regimes violentos de estados de exceção tal como o deflagrado pelo golpe de 64 o corpo da mulher, passa a ser o corpo objetificado do inimigo a ser abatido, um corpo meio de acesso às informações desse inimigo, um corpo coisa, um corpo-de-mulher propriedade de um estado violento.

Considerações sempre provisórias

Estar protegido da violência do Estado-Nação é estar exposto à violência exercida pelo Estado-Nação; assim, depender do Estado-Nação para proteção contra a violência significa precisamente trocar uma violência potencial por outra. Deve haver, de fato, poucas alternativas. É claro que nem toda a violência advém do Estado-Nação, mas são muitos raros os casos contemporâneos de violência que não tenham nenhuma relação com essa forma política (Butler, 2017, p.47).

É nesse sentido que um chefe de estado, um estadista, precisa ser responsabilizado por proferir discursos de ódio e intolerância, midiatar um apoio e uma admiração pela ditadura, homenageando torturadores, insuflar a população a se armar e elaborar decretos de legalização de armas é destamponar um estado de selvageria e uma estratégia de guerra, no qual o inimigo é todo e qualquer corpo não normatizado por uma perspectiva de branquitude patriarcal heteronormativa neopetencostal.

A arte faz significar a luta de tantas que foram violentamente caladas. Em *“Cyberskin”* (2014) a performer luta com o tecido-membrada de modo silencioso, no entanto, seus gestos gritam, brandam da altura dos andaimes e mostram o quanto de luta os corpos-mulheres tem incessantemente pela frente. O silêncio de Juliana é constitutivo e trava a batalha com o silêncio censura, instrumento principal da Violência de Estado. Como bem nos lembra Orlandi (2002, p.111), “o silêncio é um trabalho dos sentidos no confronto das diferentes

formações discursivas em seus limites instáveis”. Assim, o silêncio de “palavras” nos gestos da performer, não significa em absoluto, o silêncio de sentidos. Os gestos de Juliana vão nos mostrando os funcionamentos do silêncio censura no adensamento do jogo da significância, um silêncio de fala/significa silenciamentos históricos do corpo-mulher e das violências perpetradas contra este corpo.

É nesse sentido que a performance nos presentifica uma memória histórica de uma Violência de Estado, e, ao mesmo tempo nos alerta para o permanente estado de violência no qual se coloca os corpos-mulheres e insiste que somos um corpo-de... Destarte o corpo-arte em performance, gestualiza nos andaimos do DOPS, em silêncio grita nossos corpos-mulheres em sua potência política, um corpo sempre em luta, um corpo sempre em significância, um corpo que insiste e resiste ao permanente estado de violências. Que corpos-mulheres ocupem espaços! Um corpo-mulher que não aceite a subserviência bíblica já é um potencial corpo subversivo sujeito a ser apreendido e torturado. O mesmo vale para um corpo negro ou um corpo não-binário, corpos que não cabem em um projeto de pseudonacionalismo ressurgente, corpos que não podem e não devem usufruir dos símbolos nacionais na concepção de “Deus, Pátria, Família e Propriedade”.

É justamente por isso que a arte como potência política incomoda tanto, precisa ser contida, censurada, assim como os corpos não normatizados ou docilizados pelos que detém os meios de produção. Nesse sentido a religião passa a ser um importante aparelho ideológico do estado e pode também servir como propósito a aplicação de um aparelho repressivo. É o que a história nos mostra sempre que um estado de exceção se instala.

Referências

BUTLER, Judith. **Discurso de Ódio: uma política do performativo**. Trad. Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo Ed. Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão *et al.* 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Quem canta o Estado-nação?** Tradução de Vanderlei J. Zacchi; Sandra Goulart Almeida. Brasília: Editora da UnB, 2018.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Izabel Fávero**. Brasília: 27 abr. 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Alberto_Favero_e_Izabel_Fvero_-_ct_rp.pdf. Acesso em: 16 out. 2013.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Mortos e desaparecidos políticos. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. v.3. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf. Acesso em: 20 out. 2023


NECKEL, Nádia Régia Maffi. Baratas: marcas de um testemunho. *In*: DALTOÉ, Andréia; FLORES, Giovanna e SILVEIRA, Juliana (org.). **Marcas da memória**: O que resta da ditadura na educação brasileira. Campinas: Pontes 2022.

NECKEL, Nádia Régia Maffi. **Tessitura e Tecedura**: Movimentos de compreensão do Artístico no Audiovisual. 2010. 239f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

WAEHNER, Juliana Cyberskin, **Juliana Waehner**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://julianawaehner.allyou.net/7131196/cyberskin>. Acesso em: 21 abr. 2023.



RESISTÊNCIA, LIBERDADE SEXUAL E SAÚDE FEMININA: A LUTA POLÍTICA DOS JORNAIS FEMINISTAS NA DITADURA BRASILEIRA

Giovanna Benedetto Flores

UFF

Fernanda Lunkes

UFSB

■ Considerações iniciais

O presente trabalho, que reúne nossas pesquisas, inscreve-se à perspectiva da Análise de Discurso de base materialista, tal como formulada por Michel Pêcheux e o grupo que o acompanha, na França, na década de 1960, e que é trazida e impulsionada por Eni Orlandi no Brasil e pela geração por ela formada a partir da década de 1980. Temos como objetivo apresentar um gesto de leitura preliminar dos processos de produção de sentidos sobre saúde e sexualidade feminina nos seguintes jornais alternativos: *Nós Mulheres e Brasil Mulher*. Para tanto, constituímos o *corpus* a partir de títulos de matérias que estamparam as capas desses jornais e que abordam a sexualidade e o uso de pílulas anticoncepcionais. Traremos uma descrição mais detalhada desse processo posteriormente. Antes, porém,

1 Trabalho apresentado no Simpósio II—Gênero e resistência, no VI Marcas da Memória—violência de Estado e estado de violência: corpos e(m) resistência, realizado em outubro de 2023, na Unisul, na cidade de Tubarão/SC.

precisamos situar como a perspectiva teórico-analítico ampara nossa empreitada, como assenta as bases que sustentarão nosso percurso.

A Análise de Discurso, com seus dispositivos teórico-analíticos, produz uma série de reterritorializações que operam deslocamentos fundamentais, conforme salientado por Bethania Mariani (1998). Um desses deslocamentos relaciona-se à linguagem, que deixa de ser assumida como instrumento de comunicação. Nas palavras de Romão (2003), a linguagem comparece “como um terreno opaco de disputa e enfrentamentos entre sujeitos e sentidos, dados por uma conjuntura datada social e historicamente” (Romão, 2003, p. 162). A perspectiva discursiva coloca em xeque o imaginário de transparência da linguagem; pelo discurso, o analista se volta às turvas tensões históricas, colocando em questão, em suas formas materiais, as relações de força, de aliança, de antagonismo, de contradição, de resistência.

Outro conceito ressignificado é o de sujeito, que se distancia da categoria de indivíduo tal como preconizado pelas teorias sociológicas e psicológicas para ganhar, com base nos pressupostos da psicanálise e do materialismo histórico, contornos opacos, inclusive para si mesmo, ao ser assumido como atravessado, cindido, inconsciente e ideologicamente. Tal tomada de posição se faz possível pelo mecanismo de interpelação do indivíduo em sujeito, que impõe, constitutivamente, a submissão à língua(gem), na história (Orlandi, 2001, p. 100).

Também a ideologia é ressignificada: afasta-se de um conceito que funciona predominantemente pelo mascaramento e pela dissimulação para ganhar materialidade a partir de práticas de diferentes ordens, constituindo-se, assim, conforme salienta José Horta Nunes (2003, p. 27) enquanto “um espaço contraditório onde estão intrincadas diferentes formações discursivas”. Desse modo, a ideologia funciona como um mecanismo que produz evidências sobre o sujeito, sobre o sentido, sobre o dizer, sobre as práticas técnicas, científicas, tecnológicas, entre outras.

Essas reterritorializações permitem uma entrada outra a quem se vincula ao campo teórico-analítico da Análise de Discurso. De saída, podemos apontar justamente para a necessidade de suspensão das evidências próprias construídas pelo mecanismo ideológico no discurso, o que, nos efeitos de cientificidade produzidos por esse campo de produção de conhecimento, exige a mobilização de dispositivos teórico-analíticos para evitar a inscrição a dispositivos ideológicos e para, no percurso de análise, propiciar a emergência do equívoco, ou seja, de sentidos outros, inesperados inclusive pelo sujeito do discurso e pelo analista.

Diante do exposto, pode-se depreender que tal ancoragem teórico-metodológica impossibilita, assim, uma predeterminação dos sentidos de/em um dado dizer, já que tais efeitos são postos em relevo pelo analista no batimento entre descrição e interpretação estabelecido com/em relação ao *corpus*. Conforme afirma Eni Orlandi (1998), está em jogo uma prática de leitura que expõe a/o analista à opacidade da materialidade significante em jogo, deslocando seu percurso, desse modo, de uma leitura calcada em dispositivos ideológicos.

Faremos a seguir algumas considerações teórico-analíticas sobre algumas práticas em jogo em jornais alternativos.

O funcionamento da mídia alternativa

Conforme Riffel e Flores (2023), o funcionamento da mídia alternativa assume uma tomada de posição que desloca os sentidos construídos na mídia hegemônica. Esta se constitui por um conjunto de organizações e instituições que, pela força ideológica, econômica e política da classe dominante, têm asseguradas a circulação de seus discursos, os quais atuam na/para a reprodução das condições de reprodução vigentes.

Desse funcionamento estrutural, considerando as disputas na história e no simbólico, emerge a mídia alternativa, cujo adjetivador ('alternativa') coloca em questão, no fio do discurso, temas

e pautas que podem ser considerados elididos, silenciados e/ou ditos de maneira a assegurar o poder à classe dominante pelo funcionamento da/na mídia tradicional.

Riffel e Flores (2023) compreendem os veículos de comunicação inscritos nessa tomada de posição—alternativa—como espaços de dizer cuja margem de liberdade construída para/por jornalistas, e destes para com os leitores, permite a circulação de dizeres outros em relação àqueles que comparecem na chamada mídia de referência. Buscamos produzir um percurso reflexivo que situe os processos de produção de sentidos de jornais alternativos, cuja pauta volta-se à questão das mulheres/do feminino e cuja vinculação ideológica se coloque desde uma perspectiva feminista crítica, combatente e resistente em relação ao funcionamento estrutural do patriarcado.

Portanto, como dito anteriormente, nosso *corpus* é composto pelos jornais *Nós Mulheres e Brasil Mulher*, que circularam no período da ditadura militar, entre os anos de 1975 e 1980, e eram engajados na luta política, sendo importantes na/para a construção do feminismo no Brasil. Esses dois periódicos feministas eram dirigidos e feitos por mulheres, trazendo uma nova linguagem e difundindo reivindicações ligadas às mulheres, tendo como mote questões relacionadas à sexualidade, reprodução e trabalho, política, organização popular das mulheres e o papel social das mulheres, imposto pela sociedade patriarcal. Ou seja, os dois periódicos marcavam nos editoriais a luta pela libertação e emancipação das mulheres, articulando com as questões políticas relacionadas à ditadura e as questões feministas que começavam a ser discutidas naquele momento no Brasil.

O *Brasil Mulher* era um periódico voltado para as mulheres das periferias, operárias e do campo, sendo articulado com as organizações de esquerda, conseguindo atuar em diversas regiões do Brasil. Já o *Nós Mulheres* era uma iniciativa de um grupo de mulheres feministas que viveram no exílio e participaram do Círculo de Mulheres

de Paris² e que voltaram para o Brasil depois da Lei da Anistia. Também este jornal era voltado para as trabalhadoras, defendia as liberdades democráticas e o fim da ditadura militar, publicando notícias sobre o movimento das mulheres, contribuindo, desta forma, na formação política e feminista. De acordo com Rago (2013):

O feminismo, que renascia em meados da década de 1970, apontava para outros modos de ação política; questionava a pesada cultura patriarcal; indignava-se com o machismo e a burocracia dos partidos, mesmo os de esquerda, ao mesmo tempo em que mostrava às mulheres, em geral, que podiam ser outras, escapando a um destino monótono de confinamento na esfera da vida privada (Rago, 2013, p. 12).

Corroborando com Rago, a militante política Amelinha Teles (2023)³, que participou do *Brasil Mulher* durante todo o período que circulou, explica a motivação e o início do periódico

o jornal teve como primeira motivação a anistia geral e irrestrita, a todas as pessoas de esquerda, exiladas, presos políticos (...). A gente vivia sob censura e não era a censura só da ditadura não, era autocensura, era censura das várias organizações de esquerda por uma frente de esquerda. Imagina assim eu era PCdo B, tinha no grupo integrantes do PCB, MR8, tinha APL, Libelu etc. O *Brasil Mulher* não começou com a anistia, começamos em 1975, no Ano Internacional da Mulher. Lembro que houve a discussão porque na Europa falavam que estas mulheres estavam pensando na instituição, na ONU. E o que é a ONU? Um bando de machista. As mulheres feministas dos Estados Unidos mandavam correspondência pra gente, xingando a gente, criticando.

2 O Círculo de Mulheres de Paris foi organizado por mulheres de esquerda, que tinham por objetivo debater as questões feministas.

3 Amelinha Teles foi uma das conferencistas da abertura do VI Marcas da Memória–violência de Estado e estado de violência: corpos e(m) resistência. No Simpósio II–Gênero e Resistência, realizado no dia 25 de outubro de 2023, ela foi convidada pelas autoras deste artigo a falar ao público presente sobre o jornal *Brasil Mulher*. Trechos deste depoimento estão aqui reproduzidos, com a devida autorização da autora.

Mas quem estava na ditadura, quem estava no pau de arara, éramos nós. Então «deixa por nossa conta», foi o que falamos para elas (informação verbal)

A diferença dos dois periódicos está na sua formação. O *Brasil Mulher*, cujo movimento preliminar visava a criação de um jornal feminino e não feminista (cf. Teles), retratava em seus editoriais o pensamento de sua fundadora, a jornalista e militante política Joana Lopes. Para ela o jornal “nasceu num momento complicado” e tinha a necessidade de compreender o momento brasileiro

qual era a situação da mulher, da discussão de gênero no Brasil, e não na Europa. Porque o *BM* tinha o empenho de se colocar vivo naquele momento no Brasil, com mulheres brasileiras, e de fazer o que desse para fazer [...] se mais explícito ou menos explícito, o foco era a mulher. E não é à toa que é *BM*, porque é mulher mesmo, é Brasil mesmo, é a mulher que vive no Brasil naquele momento (Lopes *apud* Teles; Leite, 2013, p. 73).

Já o *Nós Mulheres* surgiu de uma proposta coletiva, marcada no fio do discurso pela mobilização do pronome “Nós” na designação do periódico, mobilizando sentidos de união e coletividade em relação aos jornais tradicionais, “em que os editores usavam sempre o pronome ‘você’” (cf. Teles; Leite, 2013, p. 106) como se estivessem falando para uma mulher apenas, produzindo efeito de individualidade. Ainda sobre os títulos dos jornais, podemos pensar discursivamente no título de *Brasil Mulher*, que entendemos que ao colocar o Brasil no título, produz-se o sentido de pertencimento de todas as mulheres brasileiras, independente da classe social, gênero, raça e da posição política. É como se todas as mulheres estivessem representadas no jornal. Compreendemos que a partir dos nomes (*Nós* e *Brasil*) os dois jornais aproximam suas propostas de feminismo, ou seja, é pela proposta

de coletivo que elas enfrentaram e resistiram à ditadura, lutando pela liberdade.

Pensar na resistência, da perspectiva discursiva, impõe a opacificação do termo para tratar de diferentes maneiras de lutar. Segundo Pêcheux (1990, p. 17), a resistência pode se dar de diferentes formas, como “não ‘escutar’ as ordens; falar quando se exige silêncio, falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases”. Portanto, as mulheres que se uniam em coletivos para lutar contra a desigualdade, tinham nos jornais, e não somente neles, uma das formas de resistência, além de serem porta-vozes na luta contra a ditadura. Ainda segundo Pêcheux (1990), quando há a quebra dos rituais, as transgressões, o ato falho, é que surge o porta-voz, que fala em nome de alguém, que “se expõe ao olhar do poder que ele afronta”. Desse modo, entendemos que os dois jornais serviram de porta-vozes para as reivindicações não só das feministas, mas de mulheres trabalhadoras e oprimidas.

Constituição do corpus

No movimento analítico proposto para o presente trabalho, nosso olhar volta-se especialmente às capas de jornais nas quais são mobilizadas a sexualidade feminina e o uso de pílulas anticoncepcionais. Sobre os títulos há um forte investimento na prática jornalística, já que sobre eles repousa comumente o imaginário de captura do primeiro olhar e do interesse do leitor em prosseguir a leitura da matéria. Trata-se de um processo de textualização que, conforme Bahia (2009), busca se vincular ao que se compreende como uma chamada de notícia bem formulada, que produz efeitos estéticos e informacionais de modo a conduzir quem o lê para a leitura da matéria completa.

A partir do levantamento de títulos de matérias relacionadas à sexualidade feminina, chegamos a três números: do jornal *Brasil Mulher*, o número 1, de dezembro de 1975, e o número 3, publicado em 1976; do jornal *Nós Mulheres*, a edição número 6, de ago./set.

de 1977. A fim de sistematizar essa etapa de levantamento, trazemos um quadro, com as sequências discursivas⁴:

Quadro 1: Sistematização de matérias de capa relacionadas à sexualidade feminina em jornais feministas alternativos

Jornal	Mês/Ano/Edição	Sequência discursiva
<i>Brasil Mulher</i>	Dez.1975, nº 1	Pare de tomar a pílula
<i>Brasil Mulher</i>	sem mês,1976, nº 3	Devemos jogar nossas pílulas fora?
<i>Nós Mulheres</i>	Ago./Set.1977, nº 6	Sexo também para nós

Fonte: elaborado pelas autoras, 2023.

Nosso interesse na presente análise volta-se aos processos de textualização dos títulos envolvendo sexualidade, métodos contraceptivos e maternidade. Essas pautas sobre os direitos reprodutivos, o aborto, a sexualidade e as políticas do corpo eram consideradas avançadas para aquele período repressivo—e ainda o são. Segundo Teles e Leite (2013, p. 127), os jornais feministas questionavam “valores e atitudes falocráticas, tanto nas ações armadas como nos debates políticos. Estas mulheres viveram na clandestinidade, no exílio, transaram antes do casamento, viveram casadas, com relações abertas; outras amavam outras mulheres”.

As sequências discursivas permitem depreender a regularidade da pílula anticoncepcional como pauta nos jornais. Em várias edições o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* combateram o uso indiscriminado por parte do governo e da BemFam – Sociedade Civil Bem-

4 Mariani (1998) toma por base o trabalho de Courtine ([1981] 2009) para definir sequências discursivas como “nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso)” (Mariani, 1998, p. 53).

Estar Familiar no Brasil⁵, que apresentando-se como um programa de prevenção à gravidez de alto risco, tinha como proposta a esterilização em massa das mulheres mais pobres. Um procedimento cruel, que além de esterilizar produzia efeitos colaterais gravíssimos. Por meio dos editoriais e reportagens, os jornais denunciavam a falta de liberdade das mulheres nas escolhas e decisões a respeito de seus corpos, além da falta de políticas públicas para legalizar o aborto em casos específicos, como risco à vida da mãe e da criança e casos de estupros. Os jornais denunciavam ainda a “indústria lucrativa” do aborto nos hospitais. Como podemos conferir no *Nós Mulheres*:

Desde 1965, embora não houvesse um programa oficial definido, a Sociedade Brasileira de Bem-Estar Familiar (BemFam) vem desenvolvendo uma política de controle de natalidade, limitando-se na prática, a distribuir, sem nenhuma orientação, milhões de pílulas anticoncepcionais (...) A BemFam tem sido alvo de constantes denúncias. Em 1968 uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigou denúncias segundo as quais a BemFam teria esterilizado três mil mulheres na região da estrada Belém-Brasília e estaria distribuindo anticoncepcionais em massa. Mas, como acontece com toda CPI, nada ficou provado (*Nós Mulheres*, ago./set. 1977, p. 12).

E no Brasil Mulher:

No entanto, a prática ilegal e muitas vezes criminosa do aborto continua a ser em nosso país uma indústria bastante lucrativa. Ocorrendo casos em que os próprios hospitais aumentam sua rentabilidade através dessas “cirurgias”, embora

5 O movimento malthusiano, surgido na Europa e Estados Unidos no início do século XX, associava a miséria ao crescimento populacional. A partir dos anos de 1960 (principalmente durante a ditadura) o governo americano forçou a entrada no Brasil de entidades internacionais que tinham como proposta o controle populacional dos países pobres. Sem controle e assistência médica adequada, as mulheres comprometeram a sua saúde. É neste período da ditadura que surge a BemFam, como importante órgão de divulgação de informações, ligado à política de planejamento familiar do governo militar, sobre métodos contraceptivos para mulheres pobres, principalmente no Nordeste (Monteiro; Momesso, 2022).

não seja possível provar isso, pois oficialmente, outros diagnósticos são fornecidos. Na verdade, o problema está diretamente ligado às péssimas condições de vida da mulher trabalhadora brasileira, ou seja, não lhe é dado o direito de optar entre ter ou não filhos, pois ela sabe que na maioria das vezes é rejeitada num emprego pelo fato de ser mãe ou estar grávida (Brasil Mulher, jul. 1978, p.4).

Retomamos aqui, trecho do depoimento de Amelinha Teles, no evento já mencionado. Segundo Teles, a BemFam era financiada pelos Estados Unidos, e entrou no Brasil com total apoio dos militares.

A ditadura tinha dois discursos, no plano externo, ela chamava de planejamento familiar, em que a família decidia se teria filhos ou não. No plano interno, ela dava todo o apoio a BemFam. Então como ela agia, era por meio de convênios com as Secretarias de Saúde, que distribuíam as pílulas e um anticoncepcional injetável que fazia um mal terrível para as mulheres. E mesmo a pílula que eles distribuíam aqui, era uma pílula já rejeitada nos Estados Unidos, devido a alta dosagem de hormônio. Eu trabalhei com as mulheres na/da periferia e era comum elas terem muita dor de cabeça, AVC, passarem mal, muito mal e não tinha assistência médica para elas (informação verbal).

Amelinha Teles ainda afirma em seu relato que quem só lia o título “Pare de tomar a pílula” não entendia a proposta dos jornais, surgindo muitas críticas, inclusive por algumas integrantes do grupo do Círculo de Paris. Teles ainda cita uma expressão do ex-presidente norte-americano Lyndon Johnson (1963-1969) que dizia que era melhor impedir o nascimento de um pobre para depois não ter que enfrentar um guerrilheiro.

O que queríamos dizer é que vamos ter assistência médica, vamos discutir o nosso corpo, vamos conhecer nosso corpo, ver como funciona, o que é melhor pra gente. Todo

mundo queria evitar a pílula. E tinha outra coisa, a pílula foi descoberta em 1960 e era desenvolvida para pessoas ricas, que tinham toda assistência médica. O estado impôs o controle da natalidade com o firme propósito de impedir o nascimento de crianças pobres e pretas. Este programa de controle da natalidade era altamente racista, mas os militares, os governantes da ditadura, não assumiram. Fomos chamadas de natalista, porque quem fazia o controle da natalidade era chamada de natalista. Havia essa discussão no mundo: capitalismo x socialismo, eles diziam que o socialista era natalista e o capitalista era controle. E nós mulheres no meio desse rolo todo, queríamos ter direito ao orgasmo, direito sexual. Isto é uma coisa linda dentro desta discussão do ‘pare a pílula’”. É que nem tudo está escrito (informação verbal).

Ainda, segundo relato de Amelinha Teles, cerca de 30% das mulheres da Amazônia foram brutalmente esterilizadas. “Um verdadeiro genocídio das pessoas pobres e pretas. Um crime de lesa humanidade, porque elas não tinham orientação e davam pílulas para crianças, maridos, sem entender o que estavam fazendo”.

É importante pontuar aqui que, entre a década de 1970 do século XX e os dias de hoje, primeiros 20 anos do século XXI, essas situações de abandono e violência de Estado sobre os corpos-mulheres não se modifica substancialmente. Vale lembrar que tais práticas não ocorrem apenas nesses tempos, pois como se sabe, essa violência remonta aos séculos XVII e XVIII. É preciso destacar—e não perder de vista—que não foram quaisquer corpos a irem para a fogueira senão o de mulheres.

Silvia Federici, em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo, acumulação primitiva*, já nos mostra que “as hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar (Federici, 2017, p. 18). Entendemos que a partir da dominação do corpo feminino, o Estado determina quem tem di-

reito ou não à maternidade e a plena sexualidade, exterminando corpos indesejáveis (de pessoas pobres, negras e indígenas), se utilizando da eugenia como forma de controle da população, eliminando corpos que não interessam ao Estado.

Discursivamente compreendemos que o governo militar, ao se associar ao BemFam, já determina quem tem direito à maternidade e quem não tem, produzindo efeitos de sentidos de que é da mulher a escolha pela maternidade, apagando/silenciando os efeitos causados pela medicação e por este controle de natalidade. Concordamos com Neckel (2019, p. 207) em que a “maternidade é compulsória ao corpo feminino, e a exigência não é por qualquer maternidade”, ou seja, a maternidade não é para qualquer pessoa. “A reivindicação pela maternidade voluntária e não compulsória marca as lutas feministas desde o século XIX. Fato histórico é que desde o século V a sociedade patriarcal é que delibera sobre o corpo da mulher” (Neckel, 2019, p. 208).

Entendemos esta “apropriação” do corpo feminino pelo Estado como uma forma de violência social e política, ao não permitir que a mulher tenha escolhas em relação à maternidade, a seu corpo, à sua sexualidade. Ao pensar sobre o termo ‘violência’, Lunkes (2019) entende como:

Um amplo processo de designação; trata-se de um conjunto de gestos de violência que, pela evidência ideológica da formação social capitalista, corroboram e legitimam desigualdades de toda ordem, sejam de classe, de raça e/ou de gênero, que atuam não apenas no sentido de verticalizar/hierarquizar as relações, mas também de cristalizar os efeitos de superioridade e inferioridade colocados em jogo no discurso de um sujeito ou grupo sobre outro (Lunkes, 2019, p. 193-194).

Portanto, o golpe civil-militar que instaurou a ditadura no Brasil produziu diferentes formas de violência: a moral, a psicológica, a física,

perseguido e torturando quem ousasse romper com o círculo de dominação, censura e barbárie que foram os vinte e um anos de chumbo. Nas práticas de violência engendradas pelo Estado, com o apoio de organizações e instituições civis, o corpo discursivo atua enquanto uma das materialidades em disputa nas relações de força entre o domínio de uma prática de tortura e as formas de resistência possíveis pelas mulheres. Nesse sentido, mobiliza-se na análise do funcionamento discursivo o jogo entre aquilo que comparece e aquilo que deixa de ser dito, colocando em questão a relação de sentidos produzida no(s) processo(s) de silenciamento.

Voltamo-nos, pois, a gestos de leitura em torno do funcionamento dos títulos: “Pare de tomar a pílula”, que comparece no jornal *Brasil Mulher* e “Sexo também para nós”, do jornal *Nós Mulheres*. O primeiro título traz, em um processo de textualização verbal no modo imperativo, um chamamento, uma reivindicação, que funciona produzindo um efeito de intercambialidade entre cada uma (das mulheres que lê o jornal) e todas as mulheres (enquanto grupo político-militante), para que suspendam o uso da pílula anticoncepcional, a partir de relações intertextual e interdiscursiva com a música *Uma vida só*, de Odair José, mas que ficou amplamente conhecida pelo enunciado que intitula a matéria.

Esse título estabelece uma relação de sentidos com a denúncia relacionada à política estabelecida pelo BemFam, que determinava a impossibilidade de maternidade para milhares de mulheres, que desconheciam os processos de aniquilamento dos quais seus corpos eram alvos. A maternidade, assumida por determinados sujeitos, grupos e corpos, fazia furo, assim, a esse macabro ritual político-governamental. Parar de tomar a pílula, apostar na maternidade, era o modo de se estabelecer uma frente de luta.

Do mesmo modo, a sexualidade pode atuar como prática libertária, enquanto condições de existência da mulher e integrando as práticas de luta se considerarmos a formação ideológica patriarcal, predo-

minante em uma formação social reacionária, autoritária e repressiva, que estabelece relações antagônicas, contraditórias, desiguais sobre o corpo da mulher: a mulher violada, estuprada, torturada, cujo corpo deve estar sempre pronto para quem a desejar, essa mulher pode fazer sexo? Ela pode assumir que gosta/quer sexo?

Na relação entre dizer e não dizer, o prazer comparece enquanto um dos efeitos de práticas em disputa, estruturadas a partir de relações de aliança entre diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 2008), incluindo o Aparelho Ideológico de Estado religioso. As relações entre sexo e prazer nas práticas do discurso machista assumem comportamentos materiais desiguais: a mulher deve aceitar o desejo/impulso do homem por sexo, mas o seu desejo é comumente elidido ou desconsiderado. A mulher deve fazer sexo com um homem mas tal discurso impede que seja ali(nh)ada nesse movimento desejante de querer e sentir prazer. O sexo para a mulher na formação discursiva machista, não inscreve, pois, sentidos de/para o prazer. Inscrever o prazer nessa prática pode fazer com que seja significada como promíscua, leviana, lasciva–perigosa, inclusive. O discurso machista é atravessado por formações discursivas religiosas e morais que produzem uma imagem da mulher que sente prazer em oposição à imagem de castidade construída e cristalizada por esse discurso.

Nesse movimento analítico, retomamos a noção de “equação linguística”, proposta por Bethania Mariani (1998), que trata das relações saturadas entre diferentes formas materiais, evidências de equivalências cuja força reside no sentido já-lá. Conforme analisamos, a prática sexual, nessa formação ideológica patriarcal, que se materializa também na formação discursiva machista, não apresenta relações de equivalência com prazer.

Desse modo, pode-se interrogar: para onde incide, em uma posição social libertária, os efeitos de emancipação feminina em relação à prática sexual? Mobilizar o termo ‘prazer’ nessa relação de sentidos aponta para um gesto de antagonismo em relação a uma prática rea-

cionária, conservadora e repressiva. Por outro lado, como a mobilização do termo ‘sexo’ e não ‘prazer’, no título em análise, atua tensionando o campo de força da ‘equação linguística’ (Mariani, 1998) em jogo pela ideologia dominante (sexo *versus* prazer)? Porque se há a prática sexual, o que falta para que no fio do discurso compareça o advérbio ‘também’? O que perde a mulher na prática sexual em relação ao outro, mobilizado transversalmente pelo ‘também’?

Conforme salientado anteriormente, a produção do equívoco ocorre a despeito das intencionalidades do sujeito, ponto de grande interesse para compreender como uma prática política, uma prática militante se situa em relação a temáticas que estão na ordem do dia em pautas reivindicatórias. Nesse sentido, retomamos Pêcheux ([1975] 2009) ao citar uma passagem de Althusser, da qual extraímos a seguinte afirmação:

[...] na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas (Althusser *apud* Pêcheux, [1975] 2009, p. 195).

Considerações finais

Nosso percurso no presente trabalho apresenta alguns gestos de leitura sobre os processos de produção de sentidos nos títulos de jornais alternativos vinculados à prática feminista, que no interior de suas práticas busca antagonizar, desconstruir, resistir ao discurso machista e à formação ideológica patriarcal.

O que apresentamos neste trabalho demanda continuidade e aprofundamento e(m) outros gestos de análise com vistas à depreensão dos sentidos estabelecidos no funcionamento do discurso de jornais feministas filiados à mídia alternativa em relação à sexualidade

e outras práticas, de modo a compreender como podem ou não incidir em uma prática emancipadora às/das mulheres.

Para finalizar, a escrita deste trabalho, somada à oportunidade de escuta proporcionada pelo/no VI Marcas da Memória, possibilita compreender como as relações de contradição, desigualdade, subordinação comparecem na prática político-jornalística, complexificando as dinâmicas estruturas e contingenciais de tais frentes de luta, conforme assevera Teles (2023):

O Brasil Mulher foi muito corajoso. Eu defendo o BM porque nós botamos a cara pra bater. A gente apanhou da esquerda, porque a esquerda era dividida e a esquerda dizia que éramos divisionistas, que éramos pequenas burguesas que, havendo uma ditadura, nós estávamos pensando nas mulheres. A outra esquerda, mais séria, falava que este jornal tinha cheiro de xoxota, eles falavam isso pra gente. Isso eram nossos companheiros. As outras mulheres, de outros grupos falavam que nós éramos muito intelectuais para as mulheres que queríamos atingir, como se as mulheres pobres, pretas periféricas não pudessem estar entendendo nosso discurso, então era uma confusão difícil (informação verbal).

Referências

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Trad. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BAHIA, J. **As técnicas do jornalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. vol. 2.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2014.

DEVEMOS JOGAR NOSSAS PÍLULAS FORA? **Brasil Mulher**, São Paulo, n.3, 1976. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-5>. Acesso em: 13 mai. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

LUNKES, Fernanda. Gestos de violência contra a mulher: uma análise discursiva. In: GARCIA, D.A.; SOARES, A.S.F. (org.). **De 1969 a 2019**: um percurso da/na análise de discurso. Campinas: Pontes, 2019, p. 189-205.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MONTEIRO, Solange A.de S.; MOMESSO, Maria R. A BemFam: do planejamento familiar à ética da existência. **Diálogos Pertinentes** – Revista Científica de Letras, Franca, v.18, n.1, p.144-172, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/3789>. Acesso em: 15 mai.2023.

NECKEL, Nádia R. M. A(s) provisoriedade(s) do ATOS. In: ADORNO, Guilherme *et al.* (org.). **O discurso nas fronteiras do social**. Uma homenagem à Suzy Lagazzi. Campinas: Pontes, 2019, v.2. p. 183- 212.

NO BRASIL O ABORTO É PROIBIDO, MAS ACONTECE. **Brasil Mulher**, São Paulo, n. 13, p. 4, julho 1978. Disponível em: https://acervo.fpabramo.org.br/uploads/r/centro-sergio-buarque-de-holanda-csbh-fpa/3/3/f/33fd59107268d48cc9ff64a83245fbb675ad334193daa5083d9392c745359b33/J_BMulher_1978_0013_baixa.pdf. Acesso em 13 mai. 2023.

NUNES, José Horta. Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade. In: ORLANDI, Eni. (org.). **A leitura e os leitores**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003, p. 25-46.

ORLANDI, Eni. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI, Eni (org.). **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001, p. 99-108.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PARE DE TOMAR A PÍLULA. **Brasil Mulher**, São Paulo, n.1, dez. 1975. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-2>. Acesso em: 13 mai. 2023

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos Estudos Linguísticos**. Campinas, n.19, p.7-24, jul./dez/1990.

PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução de Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2009.


RAGO, Margareth. Prefácio. *In*: TELES, A.; LEITE, R.S.C. (org.). **Da guerrilha à imprensa feminista**. A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013. p. 11-14. [Coleção Entregêneros].

RIFFEL, Cristiane Maria; FLORES, Giovanna Benedetto. Sentidos de independente no/do discurso jornalístico alternativo no digital. *In*: DELA-SILVA, Silmara; LUNKES, Fernanda; CARNEIRO, Ceres (org.). **Mídia e(m) discurso**: percursos de pesquisa. Campinas: Pontes, 2023, v.2, p. 35-54.

ROMÃO, Lucília M. S. Tramas do discurso e luzes da memória. **Organon**, V. 17, n. 35, 2003, p. 161-188.

SEXO TAMBÉM PARA NÓS. **Nós Mulheres**, São Paulo, n.6, ago./set.1977. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-n-s-mulheres-7>. Acesso em 10 maio 2023.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**. A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013. [Coleção Entregêneros].



CASSANDRA RIOS E A DITADURA MILITAR: CENSURA À VISIBILIDADE LÉSBICA

Talita Ferreira Gomes da Silva
UFJF

Introdução

É notório que desde os anos 1970 há uma maior incidência de movimentações sociais de mulheres. Ainda com avanços significativos, observa-se também que é acanhada a presença das lésbicas como parte dessa nova perspectiva. Se para as mulheres heterossexuais ainda existe a violência do silenciamento, sabe-se que para as lésbicas existe uma opressão ainda maior.

Para Adrienne Rich (2012), mulheres lésbicas são muitas vezes destituídas da sua existência política pela leitura social de uma “versão” feminina do homem heterossexual. Vê-se que o silenciamento ainda existe através da ausência em fontes históricas, da irrisória existência de políticas públicas e da representação social falha, o que é refletido na literatura, objeto do presente trabalho.

Tem-se por objetivo analisar parte da produção literária de Cassandra Rios sob a ótica da crítica contemporânea feminista, que busca desconstruir a heteronormatividade dos saberes e produções científicas. Questiona-se a construção do feminino, as ideias da fixidez de gênero e, principalmente, as perspectivas limitadoras sobre as identidades sexuais.

Com romances que tinham, primordialmente, mulheres lésbicas como protagonistas, Cassandra Rios experienciou a censura da crítica literária à época da ditadura no Brasil. Segundo Trevisan (2018), o motivo alegado para isso eram os romances serem enquadrados como “pornografia”, mas o que se observa é que essa característica somente foi incômoda por serem as relações praticadas entre mulheres.

Questiona-se, portanto, os critérios para a caracterização da literatura cassandriana como pornográfica, necessitando haver análise crítica. Pretende-se comprovar que a categoria não estava incorreta pelo gênero literário em que a autora se enquadrava, mas pelas alegações e censura recebidas ligadas à sexualidade da autora.

Justificativas de resgate

Segundo a autora Cassandra Rios, no prefácio do seu romance “*Mutreta*” (1977):

Escrever sobre homossexualismo¹ é uma incumbência delicada e perigosa: trabalho poucas vezes aceito, aprovado ou corretamente interpretado por aqueles que se interessam pelo assunto. Trazer a público trabalhos dessa envergadura não é tarefa fácil, nem sempre válida, quase suspeitosa, mesmo que contenha o mais elevado padrão cultural das obras assinadas por certos elementos respeitáveis nos anais da literatura (Rios, 1977, p. 5).

O silenciamento acontece como uma ferramenta de manutenção do sexismo e da lesbofobia. Segundo Audre Lorde (1984), ele é um meio de tornar diversas violências como algo invisível. Com relação à crítica literária, ainda há um baixo reconhecimento à Cassandra, o que parece caminhar conjuntamente ao silenciamento de mulheres lésbicas socialmente.

1 O trecho, retirado de “*Mutreta*” (1977) de Cassandra Rios, demonstra o uso comum do termo atrelado ao momento. Atualmente, nega-se o sufixo *-ismo* e utiliza-se “homossexualidade”.

Cristina Ferreira-Pinto (1999) afirma que os motivos para essa ausência estão baseados nos mesmos fundamentos ideológicos que invisibilizam esse grupo. Isso é observado quando, historicamente, como estratégia de repressão, os livros produzidos por Rios foram tidos como “subliteratura” (Jardim, 2022), ou, além disso, tiveram como destino a fogueira, como em uma “caça às bruxas”², ainda que com tiragens próximas aos 300.000 livros (Castro, 2011).

Nesse sentido, o objetivo dessa perspectiva heteronormativa é “formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade” (Miskolci, 2009, p. 157), o que foi profundamente negado pela literatura de Cassandra Rios. A autora negou uma das estratégias de silenciamento, segundo Rich (2012), que é tornar a mulher lésbica culturalmente incompreensível.

Observa-se que essa perseguição política parece ser ainda vigente, uma vez que ainda se torna tarefa árdua resgatar os romances de Rios atualmente. De acordo com Tânia Navarro-Swain (2004, p. 15), “apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época”.

Esse distanciamento entre a obra da autora e o que é possível de ser acessado reforça o silenciamento histórico, o que faz com que Cassandra ainda seja “apontada e (mal)dita” e seja “perigosamente – única: lésbica que só escrevia pornografia e, logo, autora de uma literatura de ‘menor qualidade’ que não merece ser lida, sequer discutida, muito menos investigada (Jardim, 2022, p. 57).

Portanto, dentro dessa observável “lacuna no campo literário quanto à autoria e representação da homossexualidade de mulheres na literatura, lacuna promovida por esquecimentos e apagamentos”

2 36 livros de Cassandra Rios foram censurados pela ditadura. Aqueles que tinham a circulação proibida eram apreendidos e destruídos através, geralmente, da incineração (Brum, 2020).

(Polesso, 2020, p. 4), da academia e do mercado à Cassandra Rios, o presente trabalho faz-se necessário como uma oportunidade de trazer novas perspectivas sobre as pautas e identidades lésbicas.

A literatura de Cassandra Rios e seus atravessamentos de gênero e sexualidade

A transgressão e os desviantes das normas (Becker, 2008), conseguiram, gradualmente, consagrar seu espaço na sociedade, de forma a se adaptar habitando e dialogando com a norma. Dessa forma, observa-se que se constroem, por vezes, ambiguidades, nas quais a homossexualidade ainda não é bem vista no código moral da sociedade, mas acaba sendo “permitida” somente para fins de consumo.

É o que se observa no título dado à Cassandra Rios de a “escritora mais proibida do Brasil” (Lira, 2013). A forte repressão sofrida pela autora no período da ditadura militar conferia a ela uma posição de deslegitimação diante do que era considerado “aceito” pela norma, o que não refletia nos números de vendas de seus livros³.

Como justificativa à repressão, as obras de Cassandra Rios eram consideradas “pornográficas”, uma vez que tratavam de relacionamentos amorosos entre mulheres e seus desdobramentos para a sociedade. Questiona-se, no entanto, o imaginário social da pornografia e o que ela representa para a crítica literária. Observa-se que a classificação recebida pelos textos de Cassandra Rios era uma tentativa de valorização e manutenção dos “bons costumes” queridos à época (e ainda hoje), categorização que se demonstrava como um apagamento da literatura questionadora produzida, bem como das próprias sujeitas das obras.

O dispositivo da sexualidade humana pode ser compreendido como um conjunto “que engloba discursos, instituições, organizações

3 Ainda com forte perseguição, Cassandra Rios foi a primeira escritora brasileira a vender 1 milhão de cópias em 1970, superando nomes como Jorge Amado, Clarice Lispector e Érico Veríssimo (Moraes; França, 2022).

arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo” (Foucault, 1999, p. 244) que atuam como uma forma de limitar o que é desejado quando se fala em padrões de comportamento humano. Nesse sentido é que se compreende a crítica às representações homossexuais, vez que a afetividade entre pessoas do mesmo gênero seria um ataque à ordem preestabelecida de normalidade.

Essa forma de representação encontrou uma forma de enfrentamento na literatura de Cassandra Rios. Se ainda observamos fortes direcionamentos da sexualidade feminina como algo destinado ao público masculino, observa-se, em Rios, representações que não destinam mulheres a esse fim, mas como verdadeiras sujeitas de si mesmas e de suas sexualidades, não meros produtos. Vale ressaltar que seus livros foram produzidos há décadas e, portanto, não têm o mesmo nível de atenção às problemáticas já levantadas na contemporaneidade.

A fim de iniciar a análise da produção literária de Cassandra Rios, observa-se que suas personagens demonstram representações que, por vezes, parecem reforçar estereótipos de gênero e sexualidade. Isso, como trazido anteriormente, demonstra a época sob a qual foram produzidos, fortemente ligada à heterossexualidade compulsória, conceito de Judith Butler (2016).

Essa representação ligada a estereótipos sobre a identidade lésbica pode ser observada na obra *“Eu sou uma lésbica”* através da descrição da personagem Bia. Ela é tida como uma lésbica “machona”, uma mulher disfarçada de homem, com “andar de fanfarrão” que imposta a voz e sacode as pernas arreganhadas “como se tivesse um enorme saco entre elas” (Rios, 1983, p. 67).

A leitura desses trechos, caso feita fora de contexto, compreensivelmente pode ser tida como uma visão problemática da lesbianidade da personagem. No entanto, pretende-se, neste projeto, provocar a re-

flexão sobre a recusa à masculinidade como um mecanismo de autoafirmação da feminilidade de mulheres lésbicas, o que parece contrariar as representações comuns à época.

Recusa-se a figura do homem como algo a ser desejado, o que demonstra uma postura consciente, reivindicadora e, de certo modo, política. As protagonistas “femininas” de acordo com o padrão de performance comum demonstravam profundo descontentamento com outras mulheres não contempladas com essa identidade.

Eu era mulher, essencialmente feminina, apenas gostava de mulher. Só isso. Não gostava de homens para sexo, mas para amizade. Imitá-los, nunca! Sentia-me muito bem na minha condição de homossexual, sem precisar caracterizar-me ou realizar performances de machão para agradar as mulheres (Rios, 1983, p. 66).

Reforça-se, no entanto, o caráter político das suas obras, quando Rios questiona: “Eu sou uma lésbica. Deve a sociedade rejeitar-me? [...] Em que situação uma homossexual deve ser rejeitada, compreendida ou aceita? Quando engana o homem com as suas dissimulações ou quando enfrenta a sociedade abertamente, sem esconder o que é?” (Rios, 1983, p. 143).

Observa-se, ainda que se questione os objetivos da autora, que mulheres que rejeitam uma performance voltada à feminilidade hegemônica são rejeitadas nas obras. Início, neste momento, breve análise da obra “*As traças*” (1981) e como a personagem Rosana é retratada por Andrea.

Reparou nos cabelos curtos, cortados bem rentes, a voz pausada e insinuante, o olhar revelador. Magra, alta, desportista, traços finos. [...] Igual a muitas que haviam despertado sua curiosidade ao cruzar com elas na rua, num cinema, num teatro, enfim, numa identificação inegável da índole oculta (Rios, 1981, p. 27).

Rosana, de quem o texto fala, é vista como a mulher lésbica masculina, à margem do restante. Ela é colocada como a “representação” da performance da masculinidade e sofre rejeições diversas, o que o reforça, mais uma vez, a hipótese de que a figura do masculino é afastada pela autora como uma postura de resistência.

Essa representação demonstra, através da literatura da autora, a perspectiva oposta entre homens e mulheres. Em “*O gamo e a gazela*” (1961), verifica-se, novamente, o desafeto a mulheres masculinizadas, acrescentando a aceitação de certos aspectos tidos como “masculinos”, desde que tratando do temperamento dominador unido à aparência feminina.

Que uma mulher parecesse máscula, mas que não deixasse de ser feminina. Máscula por não encontrar outra expressão para definir sua personalidade dominadora, firme, otimista, corajosa, desembaraçada, ativa na conquista, mas nunca concorrente do homem, nunca uma caricatura da masculinidade (Rios, 1961, p. 42).

A autora nega a expectativa comum de que mulheres lésbicas necessariamente devem performar a masculinidade como afirmação da sua sexualidade, quando reforça a negação de identidades ligadas, ainda que indiretamente, ao masculino.

Compreende-se que essa perspectiva não deve ser considerada como algo pertinente, visto que as identidades não são algo fixo ou determinado por alguma performance ou padrão preexistente ou estabelecido socialmente. Em vista do meio social dotado de interações e atravessamentos pelos sistemas de significação e reprodução cultural, as identidades são constantemente deslocadas e transformadas em diferentes direções.

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da pleni-

tude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (Hall, 2006, p. 39).

A análise das obras de Rios permite que haja questionamento sobre a representação das feminilidades e masculinidades hegemônicas, os estereótipos destinados aos comportamentos desejados ou indesejados e como essa representação era formada e formava o imaginário coletivo presente na sociedade no momento histórico referente às obras.

Literatura pornográfica e a pele que experiencia o corpo-erótico

A compreensão das diferenciações entre “erotismo” e “pornografia” não é consenso. Neste artigo, pretende-se estabelecer um pressuposto que permita uma análise que se afaste dos critérios morais de avaliação para o estabelecimento teórico de ambos. Existe, no entanto, uma grande discussão sobre o uso dos termos, defendendo-se, por vezes, o uso distinto deles ou a ideia de que a diferenciação não é necessária. Observa-se que dentre as posições em que a distinção é defendida, os critérios de julgamento têm ligação com a moral e sua influência.

Para Susan Sontag (1987), há que se reinterpretar essa visão condenatória. A autora se opõe à noção de que a pornografia seja um problema cultural. A autora aborda a pornografia no contexto das artes, defendendo que há obras pornográficas relevantes, que apontam para novas possibilidades estéticas. Para ela, no entanto, o valor literário dessas obras ainda não foi devidamente avaliado, o que acaba por emprestar à palavra conotação pejorativa.

Sabe-se muito bem que aquilo que uns consideram pornográfico não o é para outros, e aí pesam não só as diferenças histó-

ricas, étnicas ou culturais, mas também as subjetivas e individuais. A variabilidade dos critérios que julgam se uma obra é ou não pornográfica é tão grande que além da referência geral à sexualidade, pouco mais pode-se dizer deles. Vários livros que hoje são considerados clássicos da literatura, outrora foram acusados de obscenos e proibidos sumariamente (Moraes; Lapeiz, 1985, p. 11).

Para Bataille (2013), o erótico, assumindo caráter metafísico, tem fundamento na experiência de busca entre corpos opostos. Numa ideia de completude entre o “masculino” e “feminino”, o autor conceitua que o erotismo é a descontinuidade entre um ser e outro. Vale ressaltar que ainda sendo as definições do autor significativamente importantes para a compreensão teórica das relações entre erotismo e pornografia, trata-se de entendimento ultrapassado, vez que ainda mantém a ideia da superioridade “erótica” e polarização entre homens e mulheres, conservando uma ideia de “passividade” *versus* “atividade”, dominantes *versus* dominado.

O corpo — ao que se assume, neste artigo, através da pele — é mediador do ser humano com o mundo que o cerca. No entanto, as rupturas e aberturas da pele seriam uma perturbação da ordem estabelecida, como a boca, o ânus ou a vagina (Bakhtin, 2010). Esse entendimento seria contrário à imagem de que corpos estão acabados em si, concluídos. Na literatura de Cassandra Rios: “A vagina é oca. Nela cabe a mão inteira” (Rios, 1983, p. 44).

Portanto, a pele funciona como um símbolo erótico. Ela conduz a experiência do corpo através da relação, emoção desenfreada e fusão (Bataille, 2013). No livro “*A borboleta branca*”, observa-se:

Como um autômato, descontrolada, nervosa, sem dar conta do que fazia, Paula sentiu-se arrastada como por um extraordinário ímã, para o rosto da menina, onde sua boca esmagou-se contra os lábios que se entreabriam recolhendo os seus para sugá-los vorazmente num beijo fantástico que jamais

ela provara antes, pois se tratava de beijo de duas mulheres (Rios, 1968, p. 80).

O trecho apresenta uma cena carregada de intensidade erótica, intensa no desejo entre as personagens. Como na experiência de fusão proposta por Bataille, observa-se a sensação de entrega ao momento, revelando que tal fato acontece através do magnetismo erótico entre elas. A comparação de Paula a um “autômato” sugere que suas ações estão sendo guiadas pelo instinto e pela sensação irresistível do erotismo que experiência.

Observa-se que a expressão “extraordinário ímã” oferece a ideia de que o sentimento entre as duas personagens é algo irresistível — além da racionalidade e controle comuns. O “ímã” metafórico sugere que elas estão sendo puxadas uma em direção à outra por uma força magnética, o que se entende, através deste artigo, como a experiência erótica.

Ainda, vê-se a retratação do “beijo de duas mulheres” como parte relevante da cena, vez que especifica e parece justificar o sentimento que reafirma o afastamento do “convencional”, do normativo e biológico. É o que se observa no título dado à Cassandra Rios de a “escritora mais proibida do Brasil” por seu forte apelo erótico-pornográfico. Outro trecho da autora exemplifica:

[...] Tudo num vórtice de paixão, de autoflagelação, por sentir que no sangue manchando o salto da sandália, pingando no lençol, estava a prova da minha autodefinição. Eu, dona de mim. Uma lésbica que deflorara a si própria com o salto da sandália de uma mulher que se tornara uma fixação. Uma definição oca como a vagina (Rios, 1983, p. 29).

Observa-se, novamente, a presença da retratação erótico-pornográfica na literatura de Rios. A cena descrita demonstra a personagem na experiência máxima do erotismo, na qual se misturam os limites

do desejo e do autoflagelo. O sangue na sandália e no lençol acrescenta mais elementos à fusão entre a intimidade e a vulnerabilidade do “doar” o corpo para a vivência erótica. Com o trecho “Eu, dona de mim” e reafirmando sua lesbianidade, a personagem se autoafirma como agente dessa experiência, demonstrando o desejo do controle. O trecho, portanto, confirma a perspectiva de que o corpo-erótico é vulnerável à introdução não somente física, mas também metafísica, com a supressão dos limites até então estabelecidos.

Resultados/Conclusão

O presente artigo propôs a análise da representação do corpo-erótico na literatura por meio das obras “*A borboleta branca*”, “*As traças*”, “*Eu sou uma lésbica*”, “*Mutreta*” e “*O gamo e a gazela*”, de Cassandra Rios. Através do estudo das definições históricas e conflitantes dos conceitos de “erotismo” e “pornografia”, assim como da complexidade de se definir justamente esses termos, a pesquisa almejou tratar da pele como condutora da experiência erótica.

A diferenciação semântica e cultural dos termos “erotismo” e “pornografia” foi discutida de maneira a destacar sua relação, bem como afastar as ideias de avaliação crítica e moral ocidental. Defendeu-se que as fronteiras entre os conceitos não devem ser rígidas, mas sim fluidas e entendidas de maneira complementar.

Acredita-se, neste trabalho, que a literatura de Cassandra Rios contribuiu para o combate e provocação de pensamentos tradicionais da época, à medida que escolhia, frequentemente, como objeto, mulheres lésbicas, pessoas duplamente marginalizadas por seu gênero e orientação sexual.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini *et al.* São Paulo: HUCITEC/ Editora da UNESP, 2010.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro. Zahar, 2008.

BRUM, Roberta Knapik. O silenciamento de existências: Cassandra Rios e lesbiandades. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH: História & Resistência, 15, 2020, Passo Fundo. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2020. Disponível em: <https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/anais/trabalhos/trabalhosaprovados>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTRO, Maria Glória. O interdito no ideal de nação: a lesbiana existe para a literatura brasileira?. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S.l.], n. 32, p. 57–67, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9567>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FERREIRA-PINTO, Cristina. O desejo lesbiano no conto de escritoras brasileiras contemporâneas. **Revista Iberoamericana: erotismo y escritura**, [S.l.], v. 65, n. 187, abr./jun. 1999, p. 405-421. Disponível em: <https://revistaiberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/6082/6258>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

JARDIM, Nadege Ferreira Rodrigues. **Patriarcado fantasmagórico, heteronormatividade monstruosa: a presença do gótico no romance A serpente e a flor, de Cassandra Rios**. 2022. 127 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

LIRA, Ramayana. Meta(na)morfoses lésbicas em Cassandra Rios. **Revista Estudos Feministas**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 129-141, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Px6cd6ZMt8RPj7qcp54vMgz/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: essays and speeches.** [S.L.]: Crossing Press, 1984.

MISKOLCI, Richard. A teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MORAES, Eliane; LAPEIZ, Sandra. **O que é Pornografia?** São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

MORAES, Laura; FRANÇA, Bernardo. Quem foi Cassandra Rios, pioneira da literatura lésbica no Brasil. **Galileu**, [S.L.], 29 ago. 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/Livros/noticia/2022/08/quem-foi-cassandra-rios-pioneira-da-literatura-lesbica-no-brasil.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Braziliense, 2004.

POLESSO, Natalia Borges. Sobre literatura lésbica e ocupação de espaços. **Estudos Literários Brasileiros Contemporâneos**, Brasília, n. 61, e611, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/elbc/n61/2316-4018-elbc-61-e611.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Revista Bagoas**, Estudos gays: gêneros e sexualidades, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RIOS, Cassandra. **A borboleta branca.** São Paulo: Hemus, 1968.

RIOS, Cassandra. **As traças.** Rio de Janeiro: Record, 1981.

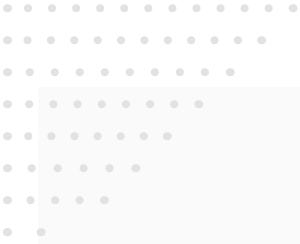
RIOS, Cassandra. **Eu sou uma lésbica.** Rio de Janeiro: Record, 1983.

RIOS, Cassandra. **Mutreta.** São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1977.

RIOS, Cassandra. **O gamo e a gazela.** [S.L.]: Edições Spiker, 1961.

SONTAG, Susan. **A Imaginação Pornográfica.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.



SILÊNCIO E RESISTÊNCIA
DA MULHER NO/PELO
MUSEU PARANAENSE

Josiele Zevierzecoski

Unicentro

Maria Cleci Venturini

Unicentro/UFPR

*Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar
O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair
Disfarça e segue em frente todo dia até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro
Hoje ela é um também
(Desconstruindo a Amélia, Pitty)¹.*

1 Desconstruindo Amélia–Pitty – Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/pitty/1524312>.
Acesso em: 12 jan. 2024.

Primeiras palavras

A epígrafe acima constitui de um lado efeitos de sentidos sobre: o lugar privado constituído discursivamente e imposto às mulheres, a sobrecarga das tarefas domésticas e o imaginário de mulher enquanto objeto manuseável. E de outro lado, constitui efeitos sobre o dizer sim: à desconstrução dos estereótipos, à mudança de posição, ao cuidado de si e à igualdade. Essa dualidade não/sim, na música intitulada “Desconstruindo Amélia”, lançada em 2009, pela cantora Pitty marca a contradição acerca de práticas sociais em circulação em torno da mulher e dos direitos e deveres que ela possui. Essa composição é uma resposta e uma provocação à música “Ai! que saudade da Amélia², de autoria de Mário Lago, em 1942, que discursiviza uma “mulher de verdade”: a que não tem vaidade, não questiona e é submissa aos caprichos do homem.

Na música da Pitty, ressoa a memória da Amélia de Mário Lago, porém, constitui efeitos de sentido outro—o de crítica aos discursos de que a mulher, por sua natureza biológica, é serva do homem. A partir dessa crítica, a Amélia é (re)significada.

Desconstruindo Amélia, forma redes de memória com nosso objeto de análise: Ritta Anna de Cássia Franco—mulher que se constitui pelo não e pelo sim: não ao espaço destinado autoritariamente a ela, o lar, e sim à luta para ocupar um espaço no mercado de trabalho. Ritta Anna de Cássia Franco—primeira professora pública no ensino direcionado a meninas em Curitiba/PR, em 1833. A professora é discursivizada pela obra digital intitulada “*Personagens da História do Paraná: acervo do Museu Paranaense*” (2014), de autoria de Renato Carneiro, Maria Luzia Ferreira e Cíntia Carneiro. Esse quadro já foi exposto no espaço físico do Museu Paranaense (MUPA), inscrevendo a mulher na historiografia paranaense, dando visibilidade à conquista feminina, que nas condições socio-histórico da época foi um marco.

2 Ai, Que Saudades da Amélia—Mário Lago – Disponível em: <https://www.letras.mus.br/mario-lago/377002/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

As condições de produção e as mudanças que ocorreram dão conta de que no Século XXI, o magistério se constitui como um dos lugares em que a mulher é aceita traz consequências para a remuneração e para a valorização da profissão. Conforme Braga, Carneiro e Ferreira (2014, p. 172), a realização do exame para assumir a função de professora, “foi um grande acontecimento na sociedade curitibana”, já que esse lugar era ocupado somente por sujeitos-homens. Assim como na música, há uma ruptura com a regularidade socio-histórica, instaurando uma nova prática: a da resistência do sujeito mulher, que busca inscrever-se não só o espaço destinado ao magistério, mas também outros espaços.

Diante disso, propomos responder à seguinte questão: como, pelo funcionamento da memória, as práticas de resistência discursivizadas pelo/no MUPA, em torno de Ritta Anna de Cássia Franco, (re)significa o imaginário de mulher na história do Paraná? Filiamo-nos à Análise de Discurso de linha francesa, advinda de Michel Pêcheux e consolidada, no Brasil, por Eni Orlandi, por pesquisadores que se inscrevem, nesse campo de pesquisas e por pesquisas em torno de Museus, os quais de acordo com Venturini (2009, p. 71-72) funcionam como “lugar de memória.”

A partir disso e da questão proposta, discutimos as noções da AD demandadas por nossa questão de pesquisa, tomando-as em rede com vistas a sustentar nossas análises, destacando o Museu como lugar de memória e o imaginário de submissão constituído sobre as mulheres. O nosso recorte analítico incide sobre a discursivização do sujeito mulher Ritta Anna de Cássia Franco na/pela obra supracitada tomada como *corpus*. Vale ressaltar que as práticas sedimentadas constituíram um imaginário de mulher calcado na fragilidade e inferioridade da mulher em relação ao homem. Essa memória foi (re)produzida em diferentes condições de produção, entretanto, as Amélias, as Pittys, as Rittas, e tantas outras mulheres ousam a se revoltar, elas

resistem (Pêcheux, 2015), rompendo com os discursos de que a mulher é privada de ocupar outras posições fora do espaço doméstico.

O MUPA como lugar de memória em (dis)curso

Os museus possuem objetivos de projeto de gestão que encaminham para a narratividade, os modos como eles se constroem e se apresentam (Venturini, 2020, p. 21) e se constituem em “o museu em (dis)curso”, instaurando efeitos de sentido entre A e B, conforme Pêcheux ([1969] 2019). O discurso, para Orlandi (2005, p. 15), remete à ideia “de curso, de percurso, de correr por, de movimento” e, nesse sentido, os museus são compreendidos “como movimento marcado pela história, pela memória” (Venturini, 2020, p. 21).

O MUPA, desde sua inauguração, em 1876, passou por transformações no que diz respeito aos seus objetivos, pois quando de sua fundação, as exposições apresentávamos produtos regionais.

Outro movimento na formação e consolidação do MUPA e que constitui efeitos na formação social diz respeito à sua fundação institucional e ao apoio parcial do governo do Paraná. O juiz de Paranaguá, Agostinho Ermelino de Leão, e o médico baiano José Cândido da Silva Murici fundaram o Museu e o apoio que era parcial se ampliou e, em 1882, o espaço museal passou a ser gerenciado totalmente por esse órgão político.

Em 1913, o museu, após um período fechado para reformas, foi reinaugurado. A celebração de abertura desse espaço público, entretanto, contou com a presença, somente, de homens da sociedade curitibana, haja vista que “mulheres não participavam destas solenidades” (Carneiro, 2013, p. 118). Essa exclusão da mulher não faz mais parte do plano de organização do MUPA, elas estão presentes nas obras digitais, nas paredes do Museu e, em março, tem uma exposição dedicada a elas, mas cabe ainda questionar como se dá essa presença.

O que se tem sobre o museu é que ele não é um espaço que guarda o passado, ele se movimenta e constitui outros efeitos de sentidos e é por essa razão que o compreendemos como “lugar de memória”, noção desenvolvida por Venturini (2009) em sua tese doutoral. O lugar de memória “pode ser definido como um depósito de arquivos, que aparentemente guardam vestígios históricos de memórias que não existem mais e que, por isso, necessitam de um lugar para lembrá-los” (Venturini, 2009, p. 71-72).

Como lugar de memória, o MUPA possui um acervo que segue um projeto de gestão e os curadores colocam em prática as determinações institucionais, distribuindo o acervo, organizando-os de modo a cumprir o que é determinado. Assim, há uma organização por meio de peças que constituem redes de sentidos que presentificar o passado e ressignificam o presente, encaminhando para futuros. De acordo com Venturini (2009), o lugar de memória funciona como um dispositivo que organiza as memórias e os discursos, fazendo com o que está gerenciado e planejado para um encaminhamento bem determinado se altere, se transforme. Isso acontece, tendo em vista que o acervo é significado bem modo como ele é contado e esse ‘contar’ ocorre por meio de sujeitos, os quais são interpelados pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, como nos ensina Pêcheux ([1975] 1997).

A disposição do acervo no Museu como lugar de memória, organiza também os esquecimentos (Venturini, 2009) o que está à mostra e, também, o que é deixado de fora e significa como interdito, que Tfouni (2013, p. 40) define como “um impedimento estrutural e estruturante ao dizer completo, impedindo que se diga tudo, e, por isso mesmo, permitindo que se diga algo. O dizer é sempre faltante, é sempre meio-dito, dito no meio, dito pela metade: inter-dito”. Desse modo, o Museu não é lugar de memória porque ‘guarda’, mas porque reúne e organiza e também por comportar a falta, que possibilita que se venha a dizer.

O mesmo autor destaca que silêncio, interdito e não-dizer significam diferentemente e que a flutuação entre o silêncio e o dizer decorre do interdito, desse não-dizer, mas ainda assim significar, como não-dito. Desse modo, pensamos em uma formação discursiva que funciona no museu, entendendo que essa FD é que regula o dizer, determinando o que pode ou não ser dito, estabelecendo então a interdição (Pêcheux, [1975] 1997). O que é dito/mostrado no MUPA, sobre Ritta Anna de Cássia Franco, parte da FD do Governo do Paraná, como já mencionado, a instituição museal é gerenciado por um órgão público.

Podemos dizer então que o Museu segue o que é determinado pelo governo como instituição, como uma formação discursiva que não é fechada, entendendo-se junto com Orlandi (2015, p. 41) que “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra para ter um sentido não outro”. Na discursivização de Ritta Anna, ressoam discursos do protagonismo da mulher paranaense na história, produzindo efeitos de sentidos de que elas sempre tiveram espaço, visibilidade e valorização, apagando/silenciando/interditando a memória de que elas já foram excluídas da história. A história sobre a qual tratamos, não é enquanto disciplina datada que marca a cronologia dos acontecimentos, mas a que produz discursos, de acordo com Venturini (2020, p. 22) e que por suas “lentes, ressoam memórias, repetições, retornos, avanços.”

Disso tudo, é possível destacar que a memória se movimenta e, discursivamente, a história não apresenta a completude dos acontecimentos, pois funciona como uma “versão que traz consigo a subjetividade decorrente da ideologia” (Venturini, Teixeira, Tafuri, 2020, p. 21), funcionando os modos como o sujeito se inscreve ideologicamente, mesmo não sendo fonte do sentido e tendo a ilusão de sê-lo. O MUPA apresenta, portanto, a versão de uma prática revolucionária e de resistência do sujeito Ritta Anna, por ela ser pioneira, instauran-

do um acontecimento discursivo, uma nova ordem discursiva. Braga, Carneiro, Ferreira, (2014, p. 172) nos enunciados “1ª professora pública” e “cargo, até então ocupado por homens”, o silenciamento imposto às mulheres, que significa essa entrada, como dizemos, uma nova ordem e que ressoa no fio do discurso pelas palavras.

O imaginário da/sobre a mulher no paranaense no século XIX

Na sociedade curitibana do século XIX, o imaginário da mulher na produção do discurso- “o lugar que A e B se atribuem cada um de si e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, ([1975] 1997, p. 82), foi constituído para que a mulher “esqueça de si mesma; que seja mulher devota e mãe cuidadora; responsável direta pela administração da casa e pela construção de um lar estruturado e feliz; que se torne a companheira à altura do marido, para quem venha a ser, finalmente, “o repouso do guerreiro” (Trindade, 1996, p. 42).

Destacamos que a formação imaginária, também, é constituída pelas condições de produção (Orlandi, 2005), noção compreendida, como o que comporta a textualidade e o modo como essa textualidade se organiza, bem como as condições sócio-históricas, que relacionam a histórica–acontecimento–com a atualidade

Disso se pode dizer, também, que o imaginário do que seja mulher e da possibilidade dela estar como protagonista da história do Paraná depende de como a mulher é discursivizada e, também, de como os sujeitos-homens veem essa mulher, pensando também, nos dizeres que ressoam por esse discurso, apesar de compreender a relação do sentido com o que vem antes, pois como nos indica Pêcheux ([1975] 1997, p. 160) as palavras não tem sentido literal, os efeitos de sentidos que se constituem dependem do espaço onde elas são mobilizadas em qual memória discursiva os sujeitos, responsáveis pelo dizer se inscrevem. O lugar que A (sociedade republicana

curitibana) se atribui é de controle e dominação, e atribui para a B (mulher), o lugar de mãe, esposa e domesticada.

No funcionamento do discurso, esses saberes do/sobre o imaginário de mulher são (re)produzidos em diferentes FDs: a FD patriarcal, pois os discursos dessa FD são de que a mulher é inferior, fisicamente e intelectualmente, ao homem; na FD escolar laica, pois “estruturam também a educação feminina sobre uma base cultural que habilite as futuras esposas a serem, simplesmente, a companheira inteligente e “bem formada” do marido (Trindade, 1996, p. 43); na FD escolar presbiteriana, que prepara “futuras esposas” (Trindade, 1996, p. 43); a FD escolar religiosa católica, haja vista que na república curitibana, as escolas católicas propõem uma educação:

De fundo moral que opõe fé e razão, apoiada no sentimentalismo e na vida do dogma e do ritual. Recomenda-se um cuidado permanente com a educanda, à medida que o modelo idealizado da esposa, sobretudo da esposa cristã, corre o risco do confronto com o seu oposto, mulher que, emancipando-se de velhos preconceitos e enfrentando as regras religiosas, recusa-se a ocupar o lugar que lhe é destinado no conjunto social (Trindade, 1996, p. 43).

Nessa FD, o imaginário de mulher do bem e do mal é constituído: a do bem é a que diz sim ao seu destino naturalizado pela sociedade patriarcal, a que reproduz seu comportamento conforme ensinamentos católicos; a do mal é aquela que resiste e questiona que seu lugar na sociedade é de ser esposa, mãe e católica e, diante disso:

No sentido de prevenir o crescimento desse contra modelo-que possui crenças diferentes e ideias próprias, que se instrui e moderniza- unem-se Igreja e sociedade para criar estereótipos que imprimam um conceito de “sexo frágil”, limitante dos espaços e atividades dessa mulher (Trindade, 1996, p. 48).

Desse modo, para que a mulher obedeça e não se revolte contra seu destino naturalizado pelo seu sexo (maternidade, casamento e lar), a sociedade e as instituições escolares religiosas constroem discursos que constitui um imaginário de mulher frágil fisicamente e intelectualmente (Trindade, 1996). A mulher, no espaço escolar laico, católico ou presbiteriano, é restrita a esse modelo de ensino

Cerceia, veladamente, o acesso da mulher ao saber científico, sem negar-lhe, porém, breves contatos com ele—comportamento assentado no preconceito que considera o sexo feminino inapto a exercer seus direitos políticos, sua intelectualidade e seu raciocínio. E mesmo que a cultura de algumas seja brilhante e variada, não deve ultrapassar em muito os limites da porta da rua (Trindade, 1996, p. 54).

O recorte acima discute a questão do cerceamento da mulher na ciência, especialmente, nas condições de produção que cerca este texto. Em relação ao nosso recorte, vale destacar a necessidade de pensar de que mulher estamos falando e, também, as condições de produção, indicando de certa forma possibilidades de análise, colocando em suspenso o modo como o sujeito se vê, como ele vê o outro e como esse outro o vê e discursiviza o sujeito, indicado o modo como sujeito se significa e é significado.

No texto *Imaginário Urbano*, Venturini (2009) pensou o funcionamento da memória constituído pelo discurso *de* (memorização)- eixo paradigmático, e discurso *sobre* (comemoração)—eixo sintagmático. Esses dois eixos funcionam de modo indissociável: a memorização é o interdiscurso, repetido pelos processos parafrásticos, e a comemoração é o intradiscurso que, pelos processos polissêmicos, possibilita a formulação do novo.

Assim, na construção do imaginário da/sobre as mulheres curitibanas, no século XIX, pelas diferentes instituições escolares, religiosas e políticas, há uma repetibilidade de discursos outros, produzidos

em outras condições de produção, mas que ressoam pelo funcionamento da memória na atualidade do dizer. Como exemplo, a Lei de 15 de outubro de 1827³, que determinou a criação de escolas e as disciplinas que meninos e meninas deveriam aprender:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica (Brasil, 1827, n.p.).

No discurso *sobre*, o cerceamento das mulheres e os estereótipos são constituídos pelo discurso *de*—da lei educacional, e de discursos da sociedade patriarcal que fragilizam o corpo da mulher. Segundo Louro (2022),

Percebida e constituída como frágil precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso, o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar (Louro, 2022, p 453).

3 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 17 jan. 2024.

O discurso *sobre* o imaginário de mulher frágil constitui efeitos de sentidos de delimitação dos espaços, de coerção, de sobrecarga—da dupla jornada de trabalho—fora e dentro do espaço doméstico, e de silenciamento. O silêncio, de acordo com Orlandi (2005) é parte essencial da linguagem e dos sentidos, sem ele os sentidos estariam saturados e, com isso, sem possibilidade de movimento e, assim, todo sentido seria o mesmo. Tudo que é dito parte do silêncio, “se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história” (Orlandi, 2007, p. 23). Dessa forma, compreendemos que as mulheres foram colocadas em silêncio, e o silêncio “nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados” (Orlandi, 2007, p. 12).

O silêncio construído e imputado às mulheres significa as formas de controle e de dominação contra elas, mas, também, o rompimento contra essas práticas, como na sequência discursiva Ritta Anna.

SD- Ritta Anna de Cássia Franco. Foi a 1ª professora pública para meninas da então 5ª Comarca da Província de São Paulo, depois Província do Paraná. Seu exame para o cargo, até então ocupado por homens, em 1833, foi um grande acontecimento na sociedade curitibana (Braga, Carneiro, Ferreira, 2014, p. 172, grifos nossos).

Pelas palavras “cargo até então ocupado por homens”, ressoa a memória discursiva de que só os homens prestavam concurso público para professor e, assim, essa posição era destinada só para eles. No entanto, pelas palavras “até então”, ou seja, até Ritta Anna prestar o concurso público e se tornar “a 1ª professora pública”, produz efeitos de sentidos da resistência e da vitória para as mulheres paranaenses em 1833.

Desse modo, há a ruptura com a memória de que só os homens tinham o direito de ocupar funções públicas e de que o lugar da mulher era em casa. Esse movimento de repetibilidade/rompimento ocorre

porque, conforme Pêcheux (2015), a memória estrutura-se por repetições e regularidades e, também por rupturas, que “desmancham” a regularização, podendo instaurar sentidos outros, que se organizam a partir de formações discursivas (Indursky, 2011) a partir de sujeitos e de suas filiações ideológicas (Pêcheux, [1975] 1997).

O rompimento com o que constitui uma FD instaura o acontecimento discursivo, que significa o surgimento de uma nova FD e a inscreva do sujeito em outras regiões do saber. A regularidade atualiza dizeres anteriores e forma uma série que se repete. De acordo com Indursky (2011), a regularidade pode ‘cristalizar’, pois o movimento dos sentidos e, também, desregularizar e transformar.

Nesta SD, portanto, há a construção de outra série que rompe com a primeira- a regularidade de um imaginário de que lugar da mulher é no privado, e do homem, no público, como já mencionado. Essa ruptura provoca a movimentação dos sentidos, pois desestabiliza a série anterior formando outra rede de significação, e isso ocorre pelos discursos: “primeira professora pública para meninas” e “um grande acontecimento na sociedade curitibana”.

Assim, nessa nova série constituída pelo acontecimento discursivo de Ritta Anna, produz-se outra memória sobre o imaginário do sujeito mulher na sociedade curitibana nas condições de produção de 1883: de resistência e de que o lugar de mulher é onde ela quiser. Ao prestar o concurso, Ritta Anna diz não ao imposto às mulheres, ela se revolta, ousa e resiste (Pêcheux, [1975] 1997).

Efeito de fechamento

Em torno das mulheres, na história constituída pelos discursos sexistas da sociedade curitibana do século XIX, o discurso que circulou e determinou o modo como elas foram expostas no museu, considerando sempre as temporalidades como frágeis e submissas ao homem e à família. A formação social determinou limites e linhas de atuação que não deveriam ser ultrapassadas, sendo que o espaço do privado,

o lugar próprio da mulher e a saída desse espaço acarretaria um perigo, não para elas, mas para os homens que teriam que dividir esse lugar com elas.

Todavia, esse silenciamento em que elas foram colocadas, constituiu efeitos de sentidos de resistência, como a de Ritta Anna, pois ao se tornar a primeira mulher a concorrer no concurso para o cargo de professora para meninas, rompe com práticas sedimentadas de que lugar de mulher é no doméstico.

Nessa ruptura, ressoa a resistência, pelo funcionamento da memória, que constitui efeitos de sentidos de liberdade: de que a mulher, enquanto sujeito pode/deve ocupar o lugar que quiser, produzindo rede com o enunciado: “o lugar da mulher é onde ela quiser”.

Desse modo, como lugar de memória, o *Museu Paranaense* organiza e legitima os discursos sobre Ritta Anna e, ao discursivizar esse acontecimento, o MUPA faz com que a memória em relação a ela não seja esquecida e que a resistência feminina continue inscrita na história.

Referências

BRAGA, Cíntia; CARNEIRO, Renato; FERREIRA, Maria. **Personagens da História do Paraná**. Curitiba: SAMP, Museu Paranaense, 2014.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 17 jan. 2024.

CARNEIRO, Cíntia. **O Museu Paranaense e Romário Martins**: a busca de uma identidade para o Paraná. Curitiba: SAMP, 2013.

DELPRIORE, Mary. **Aosuldo corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. 1990. 520 f. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

DEL PRIORE, Mary. Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 66- 97.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Memória, história na/da Análise de Discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011, p. 67-89.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2022. p. 443-481.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios & procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp. 2007.

ORLANDI, Eni P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, p. 52-59. jan./mar. 1994. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2250/1989>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PÊCHEUX, Michel (1969). **Análise Automática do Discurso**. Tradução de Eni P. Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2015. p. 43-52.

PÊCHEUX, Michel. (1975). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

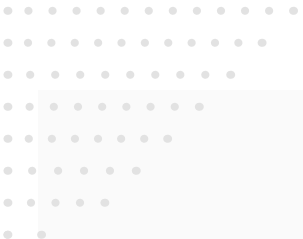
TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TFOUNI, Fabio Elias Veridiani. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. XVI, n. 1 p. 39-56, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/8JhfRv3hqfxNSbHzBH7ZLYj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário urbano**: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Editora da UPF, 2009.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus em (dis)curso na/por uma história de 'nunca acabar'. *In*: VENTURINI, Maria Cleci; RASIA, Gesualda dos Santos (org.). **Museus, arquivos e discursos**: funcionamentos e efeitos da língua, da memória e da história. Campinas: Pontes, 2020, p. 21-36.

VENTURINI, Maria Cleci, TEIXEIRA, Maria Claudia; TAFURI, Leandro. Museus e arquivos: o livro como lugar de memória. *In*: VENTURINI, Maria Cleci, TEIXEIRA, Maria Claudia; TAFURI, Leandro (org.). **Museus, arquivos, patrimônios e espaço urbano em (dis)curso**. Campinas: Pontes, 2022. p. 15- 26.



IMPARCIALIDADE PARA QUEM? A "SUPOSTA" OBJETIVIDADE DA IMPrensa E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA DENÚNCIA DE GESTOS NAZISTAS EM SANTA CATARINA

Thomas Falconi

Unisul

Karol Braga

Unisul

Lucas Alves Selhorst

Unisul

Introdução

Buscando dar uma contribuição para os estudos de gênero em nosso momento histórico, nesse artigo, analisamos o caso da cassação da vereadora Maria Tereza Capra, do Partido dos Trabalhadores – PT, em fevereiro de 2023, após denunciar como nazista o gesto realizado por bolsonaristas em manifestação no município de São Miguel do Oeste, SC, logo depois do segundo turno das eleições presidenciais, em 2 de novembro de 2022. Tomamos como base a Análise do Discurso franco-brasileira para compreender os processos discursivos.

Ao mobilizar noções como a de imbricação material (Lagazzi, 2011), investigamos a significação desse gesto e, a partir da noção de denegação (Indursky, 1990), buscamos compreender como

ele pôde ser negado pelos sujeitos que o praticaram, situando o contexto de autoritarismo no qual ele está inserido. Exploramos também como o discurso misógino age na deslegitimação de mulheres em posições de poder olhando para os ecos do golpe contra Dilma presentes no acontecimento que aqui analisamos. Por fim, investigamos o funcionamento do discurso jornalístico na classificação do gesto como um “suposto” gesto nazista e o papel que a mídia hegemônica teve na sedimentação da narrativa contra Capra.

Um gesto de análise

O que Lagazzi (2011) nos diz sobre a imbricação material é que não devemos compreender a junção de diferentes materialidades significantes como simples adição. Em um conteúdo audiovisual, por exemplo, áudio e imagem juntos não significam complementarmente, mas em uma contradição própria dessa junção. Ao tomarmos discursivamente, portanto, outras materialidades para além da palavra, precisamos percebê-las na significância que seu conjunto permite, sempre atravessado pela memória própria de cada materialidade e, por consequência, por cada esquecimento que lhes constituem. Dito de outro modo, não podemos analisar um vídeo de um gesto corpóreo, por exemplo, apartado de todos os dizeres que lhe atravessam, de todas as imagens anteriores que lhe tornaram possíveis ou ainda de palavras que os nomeiam.

Tomemos um exemplo banal: o gesto de “tchau”. Uma mão que se levanta e se movimenta horizontalmente de um lado para outro. Não se costuma fazer esse gesto no meio de uma conversação, a menos que seja para interrompê-la rudemente. Temos a ilusão de aprendermos, desde cedo, a fazê-lo e o que significa. Há, no entanto, gestos que “aprendemos desde cedo” a não fazer. Tanto o gesto de “tchau” quanto os ditos “obscenos” significam a partir de uma memória discursiva que é atualizada a cada vez que os utilizamos. Não sabemos de onde vêm nem quem os utilizou pela primeira vez, mas eles signi-

ficam na relação com a enunciação, carregados desse esquecimento que os fazem ser tomados como “naturais”.

Segundo Neckel (2021, p. 1), podemos pensar o corpo e a imagem como materialidades significantes, ou seja, corpo e imagem são tomados igualmente a partir do tripé teórico que constitui a análise do discurso: “a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico. Uma vez objeto discursivo, pensamos – corpo e imagem – não mais na transparência, mas na opacidade e na equivocidade que lhes são constitutivas”.

O corpo, portanto, significa discursivamente tanto quanto e, ao mesmo tempo, independentemente de uma eventual imagem que o simboliza. Tanto é assim que Lagazzi (2015) formula a noção de cena prototípica a partir da imbricação corpo/imagem, na contradição que, metáfora a metáfora, paráfrase a paráfrase, vai se esvaindo até se tornar “exemplar”. Cenas de filmes, de noticiários ou fotografias quaisquer se relacionam discursivamente por trazerem elementos reconhecíveis, corpos reconhecíveis, em posições reconhecíveis. Conforme a autora, “as cenas prototípicas funcionam como exemplares, concentrando o já-visto e demandando a remissão do intradiscurso ao interdiscurso para a compreensão dos pré-construídos estabilizado(re)s” (Lagazzi, 2015, p. 187).

Há, portanto, o funcionamento da memória discursiva para que as cenas prototípicas existam. A autora, no entanto, analisa cenas em que o corpo se verte, se posiciona e se coloca em uma remissão a outros enquanto discurso. O corpo pode ser descrito, parafraseado e é, ele mesmo, tomado como discurso. Mas, ao retomarmos nossa reflexão sobre gestos, nos deparamos com um corpo que, além de ser materialidade significativa, é ele mesmo quem “diz”. E não é um dizer verbal, como nas línguas de sinais, tampouco uma performance artística, como a que Neckel (2021) analisa. É um corpo que diz “tchau”, que “ofende” alguém, que diz enquanto é dito, que toma uma posição enquanto sujeito ao mesmo tempo em que é discursivizado, que é tomado prototipicamente como materialidade significativa. E é pela

via da imbricação material que conseguimos observar esse funcionamento contraditório do corpo.

Compreender esse corpo que “diz enquanto é dito” nos é necessário para podermos compreender também o que ocorreu na cidade de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, pouco após o segundo turno das eleições de 2022. Na época, protestos golpistas ocorreram em diversas cidades do Brasil. Entre pedidos de intervenção militar, acusações de fraudes nas urnas e camisas da seleção brasileira, as imagens contidas no Quadro 1 foram capturadas em vídeo por um dos participantes dos protestos, ao som do hino nacional:

Figura 1: Participantes dos protestos em São Miguel do Oeste, SC.



Fonte: G1 e NSC.¹

Esse corpo ereto, multiplicado em multidão, com a mão levantada levemente acima da cabeça, já foi visto anteriormente na Alemanha em meados das décadas de 30 e 40, como pode ser visto no Quadro 2:

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/11/02/mp-apura-saudacao-nazista-feita-por-centenas-de-manifestantes-em-ato-em-santa-catarina.ghtml>. Acesso em: 13 out. 2023.

Figura 2: Saudação nazista conhecida como *Sieg Heil*

Fonte: Getty Images.²

A semelhança entre os corpos das figuras 1 e 2 são visíveis. Porém, trata-se do mesmo gesto? Para podermos compreender a relação entre as duas imagens, recordamos Indursky (2019), que aponta os ecos entre o governo federal brasileiro de 2022 e o discurso fascista que teve origem na Itália de Mussolini e tomou a forma nazista na Alemanha de Hitler. Em ambos os casos, “[...] o sujeito desliza para a intervenção político-discursiva com base em um funcionamento cínico e perverso com a ideologia, trazendo para seu discurso ecos do discurso fascista que se materializa como um discurso político de ódio” (Indursky, 2019, p. 34).

Outras paráfrases de cenas do governo nazista alemão circulam no Brasil, tendo aumentado consideravelmente desde 2018, como o caso do então secretário da Cultura que copiou trechos de uma fala do ministro da Propaganda do governo de Hitler. Neste caso, além das palavras, o vídeo trazia elementos no cenário que remetiam ao do então ministro alemão. Palavras, objetos, enquadramento: a paráfrase era inegável. É Pêcheux (1999, p. 55) quem nos lembra que a imagem que encontra a análise do discurso é “opaca e muda”, que se

² Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2023.

perde em um trajeto de leitura que nunca se detém em suas inscrições. Onde, portanto, se inscrevem as imagens de novembro de 2022 em São Miguel do Oeste?

Ainda é Pêcheux (1999, p. 56) quem afirma que “[...] a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo [...]”. A relação entre memória e esquecimento, portanto, é constitutiva de qualquer materialidade significativa que tomemos discursivamente. Neste caso, a inscrição das imagens de São Miguel do Oeste se dá em meio a outras remissões a discursos de ódio, discursos fascistas, que não cessaram de se (res)significar no Brasil desde a ascensão daquele que veio a ser o 38º presidente da república.

A afirmação do óbvio

O interdiscurso, para Pêcheux (2014), funciona na tensão entre diferentes formações discursivas. Diante de uma mesma memória discursiva, os atravessamentos ideológicos materializados no discurso farão com que diferentes sujeitos tomem diferentes posições. A interdiscursividade, enquanto fronteira aberta dos processos simbólicos, permite com que olhemos os vídeos de São Miguel do Oeste como saudações nazistas. O *Sieg Heil*, a nomeação do gesto visto nas imagens, está ali, em sua relação com a história e com as condições de produção atuais dos discursos fascistas. O sujeito, enquanto posição discursiva, pode, no entanto, impostar o seu corpo e gestualizá-lo com o que chamamos de *Sieg Heil*, ao mesmo tempo que nega essa intenção. Sabemos, a partir dos esquecimentos 2 (pré-consciente) e 1 (inconsciente) de Pêcheux (2014), que a intencionalidade é um efeito ideológico. O sujeito acha que sabe o que diz, mas o que é dito depende das formações ideológicas que o atravessam em sua posição discursiva.

Foi esse movimento de leitura que permitiu, possivelmente, que a vereadora de São Miguel do Oeste, Maria Tereza Capra, publicasse um vídeo em seu perfil no *Instagram* no qual lê os gestos nazistas

nos vídeos ilustrados na figura 1. E ela os lê assim mesmo: como gestos nazistas. Durante o vídeo, Capra trazia uma reflexão sobre o que significa uma cidade catarinense trazer à tona casos, no plural, que ecoam a imagens nazistas, isso porque a cidade já tinha outros casos recentes de apologia ao nazismo identificados. Capra apagou o vídeo após começar a sofrer ataques de ódio por ter, supostamente, difamado a cidade de São Miguel do Oeste com a alcunha de “cidade nazista”.

Mas, se quem empunhou a mão para o alto com o corpo ereto não foi ela, então por que teria sido ela quem “difamou” a cidade? Como explica Indursky (1990, p. 119), na psicanálise, a noção de denegação dá conta de explicar o processo pelo qual “o sujeito nega um comportamento seu que não reconhece, deixando-o recalcado em seu inconsciente”. Em paralelo, a autora propõe que pensemos em uma denegação discursiva, ou seja, “aquela negação que incide sobre um elemento próprio à FD que afeta o sujeito do discurso. Ou seja, a denegação discursiva relaciona-se com a interioridade da FD e com o modo como o sujeito com ela se relaciona” (Indursky, 1990, p. 120).

Para além disso, devemos pensar na forma como se dá a circulação dessas imagens potencialmente denegadas, pois como nos explicam Gallo e Silveira (2017, p. 191) a forma como os textos e os discursos circulam atualmente está determinada pelos espaços enunciativos informatizados (EEI), seus dispositivos e seus algoritmos, “que desenhem procedimentos de seleção, visibilidade e apagamento, entrecruzando aquilo que é da ordem da memória discursiva com aquilo que é da ordem da memória metálica”. Além das fronteiras movediças do interdiscurso, temos o funcionamento de um outro tipo de memória, que não é histórica, mas que é própria à algoritmização encontrada nos EEI, como ocorre, por exemplo, no *Instagram*. Os processos de legitimação do discurso, portanto, não se dão numa relação simples com as instituições que os legitimam, mas ganham contornos de “verdade” a partir da circulação: quanto mais circulam, mais “legitimados”.

Retomamos a questão do gesto, do corpo que diz e é dito. Do corpo-discurso que é materialidade significante e ao mesmo tempo pode

gesticular, discursivizar um gesto que não tem a mesma materialidade significativa do corpo em si. Um corpo clivado, que pode efetivamente ser apartado em sua contradição, um corpo que empunha um *Sieg Heil* enquanto o nega. O Ministério Público de Santa Catarina livrou quem protestava de alguma condenação ao afirmar que não havia intencionalidade no gesto. Capra, por outro lado, ousou chamar o gesto pelo nome que lhe interpela: gesto nazista. Pela ousadia, teve seu mandato de vereadora cassado meses depois. Esse caso aconteceu pela possibilidade técnica de circulação desse vídeo primeiro pelos EEI. Começamos a compreender, então, como Capra pode ser responsabilizada por dar nome ao gesto.

A instituição que poderia dar lastro a uma nomeação, o Ministério Público, se omitiu. O que restaram foram as narrativas que circularam nos EEI, se legitimando de forma proporcional ao volume de eleitores ou não de determinado candidato daquelas eleições presidenciais de segundo turno. Tal efeito resultou no apagamento da memória histórica do gesto, enquanto fábulas sobre ele circularam, algumas dando conta de que o gesto seria tradicional na cidade e, como prova, uma foto de uma inauguração de obra pública dias depois que também trouxe pessoas empunhando o gesto.

Ao se nomear o gesto, o sentido já não podia mais ser outro. Uma posição-sujeito progressista, atravessada pela memória do governo nazista, produz um discurso que retoma a historicidade do fato para então condenar a sua ocorrência simbólica em plena cidade catarinense. Qual a dimensão do dano? Mariani (2016, p. 55), ao refletir sobre testemunhos, afirma que “falar das lembranças, do memorável, é deparar-se também com o esquecimento, logo, com o real que sinaliza no campo da fala e da linguagem, a impotência das palavras e um indizível na/da apreensão dos objetos”.

O gesto nazista, portanto, é esquecido para poder existir à luz do dia 2 de novembro de 2023. Suas condições de produção se contradizem com o insuportável do seu nomear. Mariani (2016) conta um dos relatos de Primo Levi, que fala sobre a incompreensão que as

gerações posteriores à sua têm sobre o que foi o holocausto e, em seguida, a autora aponta que há um lugar do insuportável nessa memória, acomodado discursivamente pelo indizível. Trazer essa memória, nomeada, é insuportável mesmo para um sujeito que se filia às formações discursivas onde o gesto é possível.

O vídeo de Capra ganha uma legitimidade insuportável para os sujeitos que veem nessa tomada de posição a retomada da memória do nazismo. O corpo diz, mas, ao ser dito, sofre com a ruptura do esquecimento que lhe permitiu dizer. Poderemos observar mais a frente esse funcionamento do insuportável pela via da análise de algumas das manchetes que circularam em jornais da mídia hegemônica. Antes, porém, chamamos a atenção para o fato de que o pedido de cassação de Capra é atravessado ainda por outras circunstâncias que se desenvolveram ao mesmo tempo que o discurso de ódio do governo brasileiro de 2018 a 2022. Esse governo, afinal, começou a tomar forma durante a arquitetura do golpe que derrubou Dilma Rousseff da presidência da república. Observamos que a legitimação ou não dessa nomeação passa por questões parecidas às que permitiram a derrubada da primeira presidenta do Brasil. O gesto era nazista, mas o que permitiu a efetivação da cassação do mandato da vereadora?

Ecos do golpe

Consideramos que a mídia (hegemônica) é um Aparelho Ideológico de Estado, nos termos de Althusser (1996), que trabalha na reprodução da ideologia dominante e, conseqüentemente, na sua naturalização. Para entender como se dá essa relação e olhar para as questões de gênero para além desse efeito, propomos uma articulação com a teoria de performatividade em que Butler (2018) define gênero não como algo dado biologicamente, mas sim como uma identidade constituída ao longo do tempo por meio da repetição estilizada de atos.

Assim, quando Dilma é representada pela mídia hegemônica como uma figura “forte” e “controladora”, o que se manifesta é a

inadequação dessa performance perante as normas tradicionalmente aceitas para mulheres no âmbito político, algo completamente aceitável e esperado quando se trata de um homem ocupando esse espaço. Ao olhar para essa regularidade a partir da noção de Butler (2018), os efeitos de sentido produzidos contra a Dilma se tornam manifestos, revelando de forma inequívoca a violência de gênero. Para compreender como essa violência ecoa no acontecimento que aqui analisamos, iremos recuperar um enunciado retirado da sessão extraordinária de cassação do mandato de Capra (SD1) e relacioná-lo com a capa da Revista *IstoÉ*, veiculada às vésperas da votação do impeachment (figura 3).

SD1: O que se espera de um vereador, cargo este dado pelo povo, é de que deva agir com decência e pudor seguindo normas morais e éticas previstas em uma sociedade [...] o comportamento do parlamentar e sua manifestação ao público deve ser sempre respeitosa e com uma postura *equilibrada*.

Figura 3—Capa da Revista *IstoÉ*. “As explosões nervosas da presidente”



Fonte: *IstoÉ*, edição 2417, de 1 abr. 2016.³

3 Disponível em: https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/. Acesso em: 17 out. 2023.

Percebemos que, tanto no caso de Dilma quanto de Capra, os efeitos de sentido sobre suas ações se tornaram possíveis a partir de suas posições ocupadas discursivamente enquanto mulheres. Para além das justificativas oficiais, os golpes contra elas se assentam não no que supostamente fizeram, como as tais pedaladas fiscais ou a acusação de constrangimento contra uma cidade, mas no fato de serem mulheres ocupando espaços empíricos e discursivos não esperados, em uma desestabilização de sentidos que atravessam posições-sujeitos tomadas pelo discurso misógino dentro do meio político-partidário.

Ressaltamos, assim, que a circulação dos vídeos e dos comentários contra Capra nos EEI tornou possível o processo de cassação com os efeitos de sentido compreendidos até aqui. A partir dessa circulação, porém, a mídia hegemônica passou a ter também um papel relevante na sedimentação da narrativa contra a vereadora, e isso tem a ver com o modo como o discurso jornalístico, em sua heterogeneidade mascarada de objetividade, funciona.

A suposta imparcialidade da mídia hegemônica

Frequentemente buscamos controlar nosso dizer, estabelecer fronteiras, negociar a autoria, delimitar e direcionar sentidos. Uma das formas comuns de fazer isso – sobretudo no âmbito dos Discursos de Escrita⁴ (Gallo, 1995), como na ciência e no jornalismo – é citar fontes. Aqui mesmo, neste texto, fazemos isso. E, inclusive, o fazemos a partir de Authier-Revuz (2004) e do seu estudo acerca da heterogeneidade do discurso.

É a partir da autora que sabemos que, ao utilizarmos formas explícitas de heterogeneidade (como aspas ou *itálico*), mascaramos uma heterogeneidade que é constitutiva de todo dizer. Pensemos, mais especificamente, no discurso jornalístico: como explica Mariani (1998), o discurso jornalístico é um *discurso sobre*. Conforme a au-

4 Conforme Gallo (1995), o Discurso de Escrita é produzido no âmbito das instituições de poder.

tora, esses discursos atuam na institucionalização dos sentidos, quer dizer, tomam aquilo sobre o que se fala como um objeto, criando um efeito de distanciamento, isto é, de observador imparcial, neutro, objetivo, contribuindo, assim, para a constituição do imaginário social e da memória.

Se já entendemos, a partir de Authier-Revuz (2004), que todo dizer é sempre heterogêneo e que frequentemente “negociamos” (com) essa heterogeneidade, Mariani (1998) explica que no que se refere à prática jornalística, mesmo que seja heterogênea durante seu processo de produção, essa prática resulta em uma enunciação homogeneizada, que tem a ver com a forma como esse discurso entra na ordem institucional:

Para perceber como se dá esse efeito de homogeneidade, bem como o de neutralidade, aos quais Mariani (1998) se refere, podemos justamente recorrer ao trabalho de Authier-Revuz (2004): como o discurso jornalístico “negocia” com o dizer para a criação desses efeitos? A quais sentidos ele adere e quais ele nega? Ou, quais sentidos ele produz ao negar determinadas posições e aderir a outras? Quais valores esse discurso defende ao direcionar os sentidos da forma como o faz? Para tentar responder essas perguntas, reunimos duas matrizes de regularidades, considerando, como mencionamos pelas palavras de Mariani (1998), que a recorrência de um processo parafrástico intertextual é o que sustenta a produção dos “mesmos sentidos” pelo discurso jornalístico.

Nossas duas matrizes⁵ estão relacionadas ao do caso do gesto nazista feito por bolsonaristas em São Miguel do Oeste, SC. A primeira, diz respeito à vereadora Maria Tereza Capra que foi cassada após denunciar o gesto em questão. Na primeira coluna estão as manchetes e na segunda o veículo e a data de publicação:

5 Fizemos essa seleção com base naquilo que mais frequentemente se repete nas primeiras respostas entregues pelo *Google*, o que não significa que todos os veículos tenham noticiado com essas mesmas repetições.

Quadro 1: Matriz parafrástica de manchetes jornalísticas sobre o caso de Capra

Vereadora que denunciou suposto gesto nazista em SC é cassada	Poder360–4 fev. 2023
Vereadora que denunciou suposto gesto nazista em ato golpista é cassada em SC ⁶	Estadão–4 fev. 2023
Defesa de vereadora que repudiou suposto gesto nazista pede anulação da cassação ⁷	Correio Braziliense–2 mar. 2023.
Vereadora cassada em SC diz que suposto gesto nazista se repete na cidade ⁸	Estadão–6 fev. 2023
Vereadora do PT é cassada após denunciar suposta apologia ao nazismo em SC ⁹	CNN Brasil–4 fev. 2023
Vereadora de SC que denunciou suposta saudação nazista em ato antidemocrático é cassada ¹⁰	G1 SC – NSCTV–4 fev. 2023
Vereadora de São Miguel (SC) que denunciou suposto gesto nazista em evento bolsonarista é cassada ¹¹	O Globo–4 fev. 2023

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de buscas no *Google*.

6 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/vereadora-perde-mandato-por-denunciar-suposta-apologia-do-nazismo-em-sc/>. Acesso em: 14 out. 2023.

7 Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/03/5077509-defesa-de-vereadora-que-repudiou-suposto-gesto-nazista-pede-anulacao-da-cassacao.html>. Acesso em: 14 out. 2023.

8 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/vereadora-cassada-em-sc-diz-que-suposto-gesto-nazista-se-repete-na-cidade/>. Acesso em: 14 out. 2023.

9 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/vereadora-perde-mandato-por-denunciar-suposta-apologia-ao-nazismo-em-sc/>. Acesso em: 14 out. 2023.

10 Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/02/04/vereadora-de-sc-que-se-posicionou-contra-suposta-saudacao-nazista-e-cassada.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2023.

11 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/02/vereadora-de-sao-miguel-sc-que-denunciou-suposto-gesto-nazista-em-evento-bolsonarista-e-cassada.ghtml#:~:text=Mar%C3%ADa%20Tereza%20Capra%20foi%20acusada,ser%20o%20ber%20C3%A7o%20de%20o%20C3%A9%20lula%20e%20o%20neonazista%22>. Acesso em: 14 out. 2023.

Percebemos ao buscar notícias sobre o caso que há uma repetição frequente, que é a classificação do gesto nazista como um “suposto gesto nazista”. Podemos entender essa classificação nos termos de Authier-Revuz (2004) como um pequeno comentário que marca essa parte da manchete com um estatuto outro. Ao dar esse estatuto outro a uma determinada parte do dizer, como se dissessem “isso aqui não somos nós que estamos dizendo, mas é a vereadora”, os jornais produzem um efeito de objetividade, quer dizer, “essa parte é questionável, mas todo o resto não é”. “Todo o resto é um *fato*”. No caso do Estadão, quando diz “Vereadora que denunciou suposto gesto nazista em ato golpista é cassada em SC”, há também uma caracterização do ato como um “ato golpista”, sem que seja necessário o jornal desdobrar-se em observador, ou seja, essas são as “próprias palavras” do jornal. Assim, a partir da marcação da heterogeneidade, cria-se o efeito de homogeneidade, que adere a um sentido (do ato enquanto golpista) e rejeita outro (do gesto enquanto nazista) e, assim, por essa rejeição, se inscreve na recorrência do processo parafrástico em questão.

Também poderíamos argumentar que ao formular assim o jornal está se protegendo, do ponto de vista jurídico. No entanto, percebemos que essa negociação com a heterogeneidade/homogeneidade do dizer é mais complexa do que isso e não se explica unicamente por essa via. Por isso, reunimos outra matriz, sobre o mesmo gesto, mas referente a posição do embaixador da Alemanha no Brasil:

Quadro 2: Matriz parafrásticas de manchetes jornalísticas sobre fala do embaixador da Alemanha

Uso de gesto nazista em protesto é um ‘ataque à democracia’, afirma embaixador da Alemanha no Brasil ¹²	O Globo—3 nov. 2022
Embaixador da Alemanha sobre gesto nazista em manifestação: “Chocante” ¹³	Metrópoles—3 nov. 2022
Embaixador da Alemanha no Brasil repudia uso de gestos nazistas em ato: “Crime!” ¹⁴	Terra—3 nov. 2022
Embaixador da Alemanha no Brasil diz que uso de gestos nazistas em atos é ‘chocante’ e ‘ataque à democracia’ ¹⁵	G1—4 nov. 2022
Entidades criticam gesto de bolsonaristas semelhante à saudação nazista em Santa Catarina: Embaixada de Israel, Confederação Israelita do Brasil e embaixador da Alemanha condenam atitude registrada durante execução do Hino Nacional em São Miguel do Oeste ¹⁶	Estadão—3 nov. 2022
Embaixador alemão no Brasil condena uso de símbolos nazistas ¹⁷	DW Brasil—3 nov. 2022

12 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/11/uso-de-gesto-nazista-em-protesto-e-um-ataque-a-democracia-afirma-embaixador-da-alemanha-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2023.

13 Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/embaixador-da-alemanha-sobre-gesto-nazista-em-manifestacao-chocante>. Acesso em: 14 out. 2023.

14 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/embaixador-da-alemanha-no-brasil-repudia-uso-de-gestos-nazistas-em-atos-crime,e170619b65ab4fb8b-8869873f7589eb7tfgyc4t.html>. Acesso em: 14 out. 2023.

15 Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/11/03/embaixador-da-alemanha-no-brasil-diz-que-uso-de-gestos-nazistas-em-atos-e-chocante-e-ataque-a-democracia.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2023.

16 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/entidades-criticam-gesto-de-bolsonaristas-semelhante-a-saudacao-nazista-em-santa-catarina/>. Acesso em: 14 out. 2023.

17 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/embaixador-alem%C3%A3o-no-brasil-condena-uso-de-s%C3%ADmbolos-nazistas/a-63643610?maca=bra-rss-br-br-1031-rdf>. Acesso em: 14 out. 2023.

Embaixadas da Alemanha e de Israel repudiam gesto nazista em manifestação ¹⁸	CNN Brasil–3 nov. 2022
Alemanha: gesto nazista em atos no Brasil é “ataque à democracia” ¹⁹	UOL–3 nov. 2022

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de buscas no *Google*.

Chama atenção que em grande parte das notícias que tratam do embaixador da Alemanha a palavra “suposto” não aparece. Além disso, as marcações nas falas do embaixador são feitas de outra maneira, normalmente com aspas. Mesmo no caso do Estadão, no qual podemos observar uma relativização da consistência do gesto enquanto nazista, percebemos que há uma diferença, pois se caracteriza como “semelhante”, o que produz um efeito diferente de “suposto”. Isso nos faz pensar no que significa caracterizar algo como “suposto”. Procuramos encontrar alguns sentidos em dicionários disponíveis na internet: O Dicionário Priberam (2023, *on-line*) define como “1. Hipotético; conjecturado; 2. fictício”. O Dicio: Dicionário Online de Português (2023) aponta para sentidos de “falso, desprovido de verdade”.

Com isso, percebemos que mesmo que essa caracterização pudesse ser vista como uma forma do discurso jornalístico se posicionar de forma imparcial, ou seja, nem falar em favor da vereadora (de esquerda), nem em favor dos defensores de um golpe (de direita), o que acontece é justamente o contrário. Primeiro, pela forma como essa tentativa de neutralidade acontece, pela utilização da palavra “suposto” e, segundo, por relativizar atos públicos, ou seja, o jornal mesmo tendo acesso às imagens dos atos, amplamente divulgadas, “escolhe”

18 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rK87yZ2zohU>. Acesso em: 14 out. 2023.

19 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/11/03/alemanha-gesto-nazista-por-parte-de-bolsonaristas-e-ataque-a-democracia.htm>. Acesso em: 14 out. 2023.

não corroborar com a posição da vereadora, mas caracterizar essa posição como sendo de quem dá uma opinião hipotética, falsa, fictícia.

Chamamos ainda atenção para o fato de que mesmo que existam marcações na fala do embaixador, elas acontecem em trechos como “chocante”, “crime” e “ataque à democracia” e não ao se referir ao gesto nazista. Quer dizer, nesse caso, para falar do gesto, os jornais não se desdobram em figura de observador para se referir a fala do embaixador, mas incorporam seu discurso, (co)validam seu dizer, diferente do que fazem no caso da vereadora.

Podemos questionar o que faz com que os jornais tenham posições diferentes diante de um mesmo fato enunciado por pessoas diferentes. Pensando na relação com o público, sabemos, por exemplo, que algumas pessoas poderiam repreender o jornal por validar a fala de uma vereadora de esquerda, do PT, contra bolsonaristas em um momento de chamada polarização entre esses dois lados. Embora essa seja apenas uma reflexão para pensar na posição do jornal, pensamos que não é exatamente isso que define os diferentes tratamentos, tendo em vista que o Embaixador da Alemanha representava o país governado por Olaf Scholz (do Partido Social-Democrata da Alemanha) e poderia sofrer da mesma “desconfiança” por essa relação com a esquerda.

Alguns poderiam ainda defender que o cargo de embaixador é um cargo de maior importância e que se tratando de um embaixador da Alemanha há um peso, por sua história com relação ao nazismo. Porém, nos parece razoável considerar que um(a) vereador(a) fale com mais propriedade sobre a sua cidade do que uma autoridade estrangeira (mesmo que essa autoridade ocupe um cargo considerado de maior importância).

Observamos que os jornais, algum tempo depois de terem incorporado em seus enunciados a afirmação do embaixador de que os gestos eram, de fato, nazistas, utilizaram o adjetivo “suposto”. Por que? O que fez com que esses jornais retornassem ao ponto anterior à fala

do embaixador ao noticiar a cassação de Capra? Começamos a compreender novamente que o “suposto” se liga à figura de Capra, com tudo o que ela representa e significa. Discursivamente, a mulher vereadora não tem a sua fala legitimada pela mídia, ainda que ela enuncie da mesma posição que o embaixador, ou seja, que o gesto para eles possua o mesmo significado.

A partir dessas reflexões, de que ambos estão amparados de um ponto de vista institucional e dentro de um espectro político (e inclusive político-partidário) semelhante, é que podemos questionar: o que os diferencia? E com isso, por que os jornais partem de um pré-construído de que a fala do embaixador se refere a um fato e de que a da vereadora se refere a uma suposição (mesmo que os dois se refiram ao mesmo gesto)?

Nesse caso, ainda que eles tenham a mesma posição na leitura do gesto, o lugar social que ocupam e as questões de gênero fazem com que o que eles dizem signifique diferentemente ou seja significado diferentemente pelos jornais.

Conclusão

Com essas perguntas, podemos sair desse caso empírico e pensar em um amplo contexto de violência política contra as mulheres. Olhar para esse caso em específico mostra como essa violência se materializa na língua, de formas dissimuladas. Da mesma forma, percebemos como a “neutralidade” dos jornais não passa de um efeito e que, contraditoriamente, as tentativas de produção desse efeito revelam justamente suas posições, que poderíamos descrever como identificadas com um sistema patriarcal que coloca as mulheres em um lugar secundário. Ou seja, acabam por agir em favor da cassação da vereadora ao colocar em xeque seu dizer sobre o gesto nazista, que pôde ser “esquecido” em um funcionamento de denegação no contexto de um governo negacionista. Assim, Capra tem o seu mandato cassado nesse processo de violência política compartilhada entre Mídia e Estado,

o que demonstra a força da misoginia no processo político e midiático, que relativiza a fala de uma mulher e a impede de ocupar um lugar discursivo e um espaço político que lhe foram confiados a partir do mesmo sistema que elegeu os vereadores que a interditaram.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. *In*: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p.105-142.

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GALLO, Solange Leda. **Discurso de escrita e ensino**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

GALLO, Solange Leda; SILVEIRA, J. Forma discurso de escritorialidade: processos de normatização e legitimação. *In*: FLORES, G. B. *et al.* (org.). **Análise de Discurso em Rede**: Cultura e Mídia. Campinas: Pontes, 2017, v. 3, p. 171-194.

INDURSKY, Freda. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. *In*: MITTMANN, Solange; CAMPOS, Luciene Jung de (org.). **Análise do discurso**: da inquietude ao incômodo lugar. Campinas: Pontes, 2019, p.27-41.

INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 117-122, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636829/4550>. Acesso em: 7 maio 2024.

INDURSKY, F. Políticas de esquecimento x políticas de resgate da memória. *In*: FLORES, G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (org.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015. v. 1, p. 11-27.

LAGAZZI, Suzy. O Recorte e o Entremeio: condições para a Materialidade Significante. *In*: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (org.). **Análise de Discurso**

no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG, 2011.

LAGAZZI, S. Paráfrases da imagem e cenas prototípicas: em torno da memória e do equívoco. In: FLORES, G.B. *et al.* (org.). **Análise de discurso em rede:** cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015. v. 1, p. 177-189.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARIANI, B. S. C. Testemunho: um acontecimento na estrutura. **Revista Desenredo**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/5890>. Acesso em: 15 out. 2023.

NECKEL, N. R. M. Corpos ausentes: a arte como “alavanca” do luto negado. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 63, p. e021043, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8665055>. Acesso em: 15 out. 2023.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre *et al* (org.). **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

SUPOSTO. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/suposto/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

SUPOSTO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Lisboa: Informática, [s.d.]. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/suposto/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

SOLEDADE: TEATRO E MEMÓRIA

Mariana Corale

UDESC

Ahora estoy Soledad Barrett, em mim há multidão do caminho...

El camino se hace al caminar

Sou aquela que anda pelos campos de algodão conversando com o camponês sobre ter para si sua própria colheita.

A América Latina vive, em suas cordilheiras, em suas florestas,

No mato do chão.

(CORAL, 2021, n.p.)

Nosso artigo traz para a discussão: *Soledad: peça de agitação*¹, criada pela Cia Embróglio, coletivo de artistas e pesquisadores de Teatro da cidade de Florianópolis/SC. A criação tem como imagem central a evocação e a pesquisa histórica, artística e de memória em torno da vida da poeta e militante paraguaia Soledad Barrett Viedma (1945-1973)². Desde o início, muitos desafios se fazem pre-

1 Ficha Técnica: Direção e dramaturgia: Mariana Corale / Atriz e Alegorista: Fátima Costa de Lima / Trilha sonora original, sonoplastia, técnica de som e atuação (segunda temporada): Yalis Barrett Drummond / VJ e transmissão : Ricardo Goulart / Coordenador técnico, projeção e historiador: : Rafael Motta / Figurinos: Paula Maba / Adereços cenográficos: François Muleka / Trilha Sonora: Yalis Barrett Drummond / Identidade visual: Ana Viegas / Percussão: Edinho Roldan / Fotografia: Sérgio Vignes / Bordados: Mariana Corale / Produção: Gustavo Bieberbach / Registro: Natália Poli / Edição videográfica: Rachel Seixas / Realização: Cia Embróglio.

2 Para saber mais: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/soledad-barret-viedma/> Acesso em: 1 mar. 2024.

sentes: a incompletude dos arquivos, as memórias traumáticas e a pedagogia do silêncio. Adentramo-nos na pesquisa iniciada em 2021 com coragem e astúcia, sedentos por memória. A arte veio, para nós, preencher várias lacunas e combater o senso comum, nos assuntos ligados à ditadura militar (1964-1985) que ainda ecoa sobre nós.

Com o passar da pesquisa, outras mulheres foram agrupando-se na dramaturgia e encenação da peça: Damares Lucena, Elisabeth Teixeira, Maria Auxiliadora (Dora), Madre Maurina, Inês Etienne Romeu e, ainda, Clementina de Jesus, Regina Galindo, Maria Brígida Mirada e outras mulheres anônimas. Há um destaque para a construção de memórias de mulheres especialmente guerrilheiras do continente latino, especialmente Brasil. Forma-se, assim, por meio da criação cênica, uma constelação de mulheres que criam um espaço de insurgência simbólica e imagética. Neste terreno, em uma tarefa *benjaminiana* (Benjamin, 1994), nos propomos a realizar um *contra-peço* histórico e ainda tentamos criar imagens alegóricas que nos nutram para as lutas da contemporaneidade. As imagens que trabalhamos poeticamente tentam jogar com essas heranças sociais e, através do Teatro, ligamo-nos às lutas por memória, reparação e justiça.

Junto com a criação cênica e dramática, iniciamos, em 2021, a feitura de inúmeros bordados nas peças do figurino, nos adereços e na criação de um livro bordado com o texto da peça, este último ainda está sendo elaborado: já são 32 peças de algodão cru. O bordado, com sua força e delicadeza de expressão, nos ajudou a elaborar as imagens e as memórias que expressamos, a fim de “colocar para fora”, simbolizar em cores, suturar feridas e, ao mesmo tempo, criar estas imagens que deslocam os sentidos dos mortos da ditadura. Tínhamos o desejo de contrapor os arquivos focados na violência de Estado. Expandindo noções enraizadas pelo Teatro, a peça criou trânsito por tempos históricos e tentou criar efervescências políticas (peça de agitação), problematizando o capitalismo e trazendo, através da desobediência das mulheres, histórias do passado e do presente.

A peça foi realizada com o apoio do fomento municipal da cidade de Florianópolis/SC através da Fundação Franklin Cascaes e cumpriu uma primeira temporada com transmissão ao vivo e *on-line* em 2021. Em 2023, a peça voltou a ser encenada no Sarau do Teatro do Cirquinho do Revirado, na cidade de Criciúma; na Mostra Dissidente de Teatro Político do Fundo Municipal de Cultura de Florianópolis; e no IV Colóquio Real–*Desplazamientos y descolonización en las Teatralidades Latinoamericanas* (REAL/Imagens Políticas) no campus da Universidade Estadual de Santa Catarina.

Em 2024, estão previstas apresentações nas atividades de rememoração do golpe militar de 1964, organizadas pelo *Coletivo Verdade, Memória e Justiça* de Florianópolis e outras entidades; além de outras apresentações em festivais e espaços culturais.

A criação cênica e a pesquisa de memória fazem parte da pesquisa de doutorado da autora que assina a dramaturgia, direção e os bordados. Após o contato com a filha de Soledad Barrett, Ñaisandy Barrett de Araújo, que nos concedeu uma entrevista pública, iniciamos a feitura desta agitação alegórica, cênica e coletiva.

Fátima Costa de Lima é atriz e alegorista e também orientadora desta pesquisa. A peça conta ainda com a presença ilustre do mestre de bateria Edinho Roldan na percussão ao vivo e Yalis Barrett Drummond que se desdobra em atriz, musicista e criadora da trilha sonora original. Com o passar do tempo, a peça foi ficando extremamente musical e os três executam a trilha ao vivo. Yalis é neta anistiada de Soledad Barrett e, durante o processo de pesquisa, passa a integrar a equipe da peça, nos colocando em uma proximidade da *memória hereditária* (Pollack, 1989) e suas complexidades. Na equipe técnica e na pesquisa histórica, contamos também com Rafael Bessa Motta, filho de Roberto Motta, preso político no congresso de Ibiúna (1968) e na chamada operação Barriga Verde, que encapuzou, sequestrou, torturou e prendeu dezenas de catarinenses.

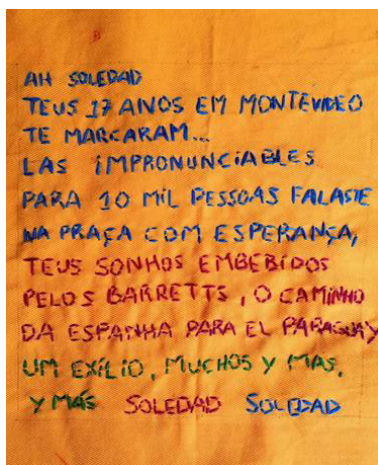
A peça ainda conta com importantes contribuições de Paula Maba e François Muleka, que realizaram adereços cênicos e peças de figurino. Além de Gustavo Bieberbach e Ricardo Goulart, que somaram com suas pesquisas sobre o teatro latino-americano. Na identidade visual e fotografia, ainda tivemos Ana Viegas, com suas cianotipias e Sérgio Vignes com suas lentes.

Soledad Barrett

Soledad Barrett nasceu no Paraguai em 1945 e passou por diversos países da América Latina: Argentina, Uruguai, Chile, Cuba e Brasil. Sua vida foi interrompida em uma emboscada seguida de um brutal assassinato aos 28 anos, em 1973 no Estado de Pernambuco, Brasil. A militante nasceu em uma família de revolucionários, seu avô, Rafael Barrett (1876-1910), era um escritor, jornalista e anarquista, que migrou da Espanha para o Paraguai, tornando-se figura de destaque na sociedade paraguaia. Sol também é filha de Deolinda Viedma Ortiz e Alejandro Rafael Barrett (1907-1980), militante comunista que passou por diversos exílios e períodos de clandestinidade.

Em 2 de julho de 1962, aos 17 anos, no Uruguai, Soledad Barrett foi sequestrada por um grupo da extrema direita. O episódio estampado nos principais jornais de Montevidéu causou impacto profundo em sua vida. Após o ocorrido, Soledad realizou um discurso para mais de dez mil pessoas no Uruguai, na época ela tinha apenas 17 anos, seu rosto tornou-se emblema da resistência da América Latina.³

3 Para ler mais: <https://www.lanacion.com.py/espectaculo/2018/01/08/a-45-anos-del-asesinato-de-soledad-barrett/>. Acesso em: 1 fev. 2024.

Figura 1: Bordado em algodão – dramaturgia bordada

Fonte: Arquivo da autora

Em 1968 em Cuba, Soledad Barrett Viedma entra para a *Vanguardia Popular Revolucionária* (VPR), casa com José Maria Ferreira Araújo (1941-1970) e tem a filha Ñasaindy, que nasce em 1969. No início da década de 1970, a militante vai para o Brasil após a decisão da VPR estabelecer uma célula de resistência no nordeste brasileiro. Sua filha fica em Cuba com Damares Lucena. Naquele janeiro de 1973, Sol foi assassinada junto com outros companheiros (Eudaldo Gomes, Pauline Reichstul, José Manoel, Jarbas Marques e Evaldo Luiz) em Pernambuco. O episódio, cercado de controvérsias, teve recentemente um detalhamento no livro de Luiz Felipe Campos (2017): *O massacre da granja São Bento*. O jornalista debruça-se em uma importante reportagem que atinge até mesmo relatos das gerações seguintes dos familiares afetados. Recorremos à reportagem como mais uma ferramenta para a pesquisa.

Soledad Barrett, sua vida e seu brutal assassinato é emblema de muitas questões, pois mistura violência de gênero e de Estado. Seu delator, um *cachorro*, nome dado aos mãos sujas, executores da ditadura, era uma agente infiltrado, fornecendo em primeira mão a localização de centenas de militantes. Mesmo em sua lápide passou-se

ainda por outro nome. Essa pessoa que evitamos nomear aqui, passou ainda nas décadas de 1980 e 1990 a dar entrevistas mentirosas debochadas e irônicas. Nunca foi julgado.

Soledad marcou o espírito de uma América Latina sonhadora. Sua violenta morte e desaparecimento do corpo⁴ criou em torno de sua figura uma imagem forte e ainda presente. Emblema da esquerda latino-americana, as fotos de seu rosto e seu nome andam a vagar em todo continente em muros e manifestações. Significar sua morte é deixar vivo seu sorriso de esperança, sua luta incansável que ultrapassa o tempo.

Figura 2: Soledad Barrett Viedma (1970)



Fonte: Acervo família Barrett

Para a construção dramatúrgica da peça de agitação, nos colocamos em criar os espaços e imagens de vida inexistentes nos arquivos, após um longo período de leitura e escuta dos arquivos das Comissões Nacionais e Estaduais da Verdade⁵, deixando-nos levar por uma ficção

4 Em 2023, há a tentativa de reinstalar a Comissão de Mortos e Desaparecidos. A *Colisão Brasil por Memória, Verdade, Justiça e Reparação* vem dedicando-se à retomada da Comissão.

5 Para saber mais: Comissão Nacional da Verdade <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>; Comissão Estadual da Verdade Dom Hélder Câmara. Acesso em: 1 fev. 2024. Comissão Nacional da Verdade: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/comissao-estadual-da-memoria-e-verdade-dom-helder-camara-2>. Acesso em: 1 fev. 2024.

documental e imagética das lacunas e espaços temporais inexistentes nos documentos arquivados. Positivar a ação militante de Soledad e das outras mulheres foi uma premissa para sairmos de imagens de violência e da recorrência dos retratos de identificação, utilizados, muitas vezes, quando se expõe o tema da ditadura militar em toda a América Latina.

Essa busca imagética deu-se em muitos espaços de diálogo com os artistas envolvidos na criação, que expuseram suas pesquisas no plano da imagem, da música e também de suas memórias. Aos poucos, uma alegoria vai sendo formada. Nos colocamos a pensar em uma alegoria que modifica questões ligadas ao passado (Benjamin, 2011), teatralizando momentos de vida das militantes, guerrilheiras e outras mulheres insurgentes abordadas na peça. Algumas imagens foram destacando-se e criando constelações: o sol, como alegoria de Soledad, *el perro matapacos*⁶, o chão, o milho, a flor azul da técnica, a *quitape-na* guatemalteca.

Figura 3: Fátima Costa de Lima em Soledad: peça de agitação (2021)



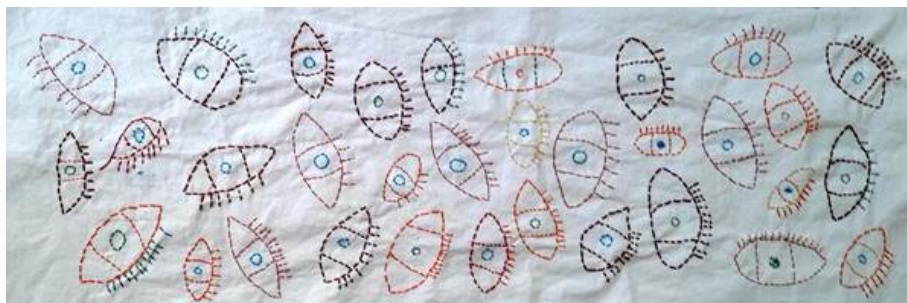
Fonte: Acervo da Cia Embróglío; foto: Sérgio Vignes.

- 6 El *perro matapacos* ou *el negro matapacos* foi um cachorro chileno que ficou conhecido nas marchas estudantis em 2019. El *perro matapacos* acompanhava os estudantes e colocava-se bem adiante das manifestações e no espaço de enfrentamento dos *pacos* (gíria utilizada para designar policiais). Durante toda a peça, a atriz vai chamar *el perro*, através da ação e corte sonoro de latidos, feitos pela sonoplasta (Yalis Barrett Drummond). A atriz reage aos latidos, chamando *el perro matapacos* e o invocando a contra-atacar.

Bordados como marcas de memória

Utilizamos o bordado como ação na construção dos figurinos e com uma ideia de suturas das feridas, em uma alusão ao *Veias abertas da América Latina*, livro de Eduardo Galeano (2018). A cada ponto, nos colocávamos em uma situação de elaborar nossas feridas e memórias traumáticas pessoais e coletivas. Há uma busca também por imagens arcaicas pré-colombianas de nosso continente. As imagens dos olhos lidam com uma ideia de latinidade e criam novos espaços e rearranjos. Tentamos situar nosso passado em *Abya Yala*, expressão *tikuna* para a terra profunda, ainda sem fronteiras. A peça cria trânsito por tempos históricos e tenta criar efervescências e questionamentos políticos (peça de agitação), trazendo outras mulheres e histórias do passado e do presente.

Figura 4: Bordados de olhos em tecido cru



Fonte: Acervo pessoal

Considerações finais: Memória clandestina como fonte para a criação teatral

Desde 2015, a Cia Embróglío tem se debruçado no conceito do sociólogo austríaco Michael Pollak (1989), que une a palavra clandestina à memória. Pollak (1989) pensa em memórias coletivas que são extra-oficiais e tendem a passar décadas movendo-se de forma subterrânea, em circuitos sociais e familiares restritos. Essas memórias, na maioria

das vezes traumáticas, nunca desaparecem por completo, movendo-se no tecido social. Pollak faz parte de uma série de pensadores que passaram a tratar a memória como um fenômeno coletivo:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (Pollak, 1992, p. 201).

No artigo *Memória, Esquecimento e Silêncio* (1989), o sociólogo fornece exemplos da *Shoá*, além de outras situações de guerras, traumas e violência. As perspectivas que Pollak constrói em relação a memórias coletivas são as de que, em determinado momento de abertura política ou social, as memórias reaparecem na cena histórica, em espaços de convívio. A memória entra em disputa. Essas memórias clandestinas tornam-se públicas e reivindicam espaços e direitos através da cena cultural ou social. Essas memórias realizam caminhos diferentes na sociedade, por envolverem situações traumáticas, elas permanecem submersas por décadas.

Quando retornam ou emergem ao espaço social e público, essas memórias tendem a disputar com outras memórias oficiais do Estado ou de grupos hegemônicos: *Soledad*, uma peça de agitação permeada pela questão da memória clandestina, sua dramaturgia foi construída seguindo a ideia de memória hereditária ou, como explica melhor Pollak (1989):

a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. [...] o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir o esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discurs-

sos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Pollak, 1989, p. 5).

Na busca por agrupar memórias clandestinas, nos colocamos a escutar e elaborar a memória das mulheres insurgentes de nosso continente, tendo Soledad como imagem guia. Verticalizar em uma biografia nos deu intensidade e visão do detalhe, nos colocamos a imaginar, criar e realizar poeticamente momentos de vida que não estão arquivados. Pensar a memória de forma coletiva ampliou nossa perspectiva e nos aproximou do público. Nesta perspectiva o público passa a acrescentar sentidos e fatos nesse grande tecido.

Referências

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida *et al.* (org.). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Apresentação de Miguel Arraes de Alencar. Recife: Cia Editora de Pernambuco, 1995. Disponível em: https://documentosrevelados.com.br/wpcontent/uploads/2023/08/DOSSIE_DOS_MORTOS_E_DESAPARECIDOS_POLITI.pdf Acesso em: 2 fev. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CAMPOS, Felipe. **O massacre da Granja São Bento**. Recife: Cepe, 2017

CORAL, Mariana Cesar. Uma mirada solar ao sul: relato do processo de criação da dramaturgia e encenação da peça de agitação Soledad. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 2, n. 44, p. 1-20, set. 2022. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/22260>. Acesso em: 2 fev. 2024.

CORALE, Mariana. Soledad: Peça de agitação. **Urdimento: Revista de Estudos em Artes Cênicas**, Florianópolis, v. 3, n. 45, p. 1-14, 2022. Disponível

em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/23034>.
Acesso em: 4 mar. 2024.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM, 2018.


POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 4 mar. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 2 mar. 2024.



RACIALIDADES E RESISTÊNCIA





MEMÓRIAS ANCESTRAIS EM NARRATIVAS CERRADEIRAS DO ASSENTAMENTO RURAL VOLTA DO RIO

Tânia Ferreira Rezende
PPGLL/UFG

■ Awire: Narrativas das Memórias Cerradeiras

O Baobá (*Baobab*) é um símbolo do continente africano, das cosmocepções que mantêm o vínculo de pertencimento de muitas comunidades, devido a suas características: “seu porte magnífico (30 metros de altura e 7 de circunferência), longevidade (séculos ou milênios), capacidade de resistir a longos períodos de seca (concentra 120.000 litros de água) e sua galhada fenomenal (uma ramificação peculiar de galhos e ramos)” (Waldman, 2012, p. 224). Nunca vi um Baobá de perto no Brasil. Conheci-o como *Embondeiro* ou *Imbondeiro*, a caminho da Ilha de Moçambique, em Nampula, no Norte de Moçambique.

Considerada árvore da vida, o Baobá é uma árvore ancestral sagrada para algumas comunidades africanas, porque suas raízes representam a ancestralidade e a memória da comunidade, ao passo em que o tronco são as crianças e os jovens em crescimento; os galhos significam o amadurecimento. Quando suas folhas caem, retornando ao solo, alimentam as raízes e dão continuidade a um novo ciclo. Essa

é uma cosmopercepção pautada na integralidade, no coletivo, o *nós*, diferentemente do *eu* ocidental.

Os colonizadores descobriram a relação entre os/as africanos/as e o Baobá, durante o período dos sequestros, saques e tráficos escravagistas para as colônias. Com o propósito de atender as finalidades da escravização, um ritual de desenraizamento foi imposto, antes da travessia atlântica: os/as sequestrados/as eram obrigados/as a dar nove voltas, os homens, e sete voltas, as mulheres, em torno do Baobá, para cortar o vínculo com sua terra ancestral, deixando sua história e esquecendo sua memória ao sair de sua terra. As voltas em torno da árvore do esquecimento passaram a significar, por força do colonizador escravagista, a renúncia aos ancestrais, aos referenciais e vínculos de pertencimento. Esse é o ritual do esquecimento, parte do projeto colonial escravagista judaico-cristão de memoricídio.

Faz parte do violento projeto de memoricídio o próprio deslocamento das pessoas de seu território e de seus entes queridos, impedindo-as, de falarem sua língua e de vivenciarem seu sagrado, substituindo, assim, sua história, sua memória e lhes impondo uma espiritualidade outra. Por meio do memoricídio, do sentimenticídio e do espiritualicídio operou-se o processo de colonização escravagista, difundido como civilização, que não foi bem-sucedido por não conseguir colonizar o Orí, ou seja, o memoricídio foi impedido pela impossibilidade do *oricídio*, pois o Orí não se coloniza nem se escraviza.

Por isso, por mais que memoricídio seja parte de um projeto colonial violento, que fratura e fragmenta as existências, dada a impossibilidade do *oricídio*, não aniquila nem destitui totalmente as existências coletivas de seu vínculo ancestral de pertencimento. Os grupos subalternizados pela colonização escravagista, ainda que deixem de viver, não deixam, jamais, de existir, pois a existência é coletiva e política. No tensionamento entre a imposição e a resistência, no processo violento de memoricídio, insurgem outros modos de existir, por outras

linguagens e maneiras plurais de manifestação de espiritualidade, isto é, de vivências do sagrado, sustentadas na potência do Orí.

Nesse contexto, a narrativa é, para os povos em subjugação, um lugar e um modo de continuar habitando o mundo ancestral, mantendo seu vínculo de pertencimento e suas cosmopercepções, apesar das fraturas sofridas. Para Walter Benjamin (1987), há o/a narrador/a viajante e o/a narrador/a sedentário/a, com diferentes tipos e quantidades de histórias para contar. No contexto da colonização escravagista, o/a viajante da travessia transatlântica, sequestrado/a e traficada/a, sobrevivente de longos períodos de confinamento nos “navios de tráfico”, nos portos e nos mercados de corpos para o trabalho escravizado, depois de comercializados/as, os/as escravizados/as eram submetidos/as a longas e penosas viagens interiores em terra: Que tipo de narrador/a eram/são essas pessoas? Quantas e quais histórias essas pessoas tinham/têm para narrar? Narraram? Narram?

Insurge, em reconfiguração, o/a Griô – ou Jali/Jeli –, responsável por manter as performances narrativas em corpo-voz-movimento e a circulação viva das narrativas e dos atos de narrar. O/A Griô da diáspora transatlântica reúne em si diferentes narradores/as, para além daqueles pensados por Benjamin. Ele/Ela canta, dança, conta história, mitos, preserva e ensina os conhecimentos e a cultura do povo, é artista de todo tipo, aconselha e exerce liderança na comunidade. É um/uma multinarrador/a.

A narrativa, defendemos, é um lugar e um modo de existir, em diferentes atos e modos de significação do mundo e em diversas performances e manifestações do sentido da vida e do existir, são maneiras de contar histórias para continuar habitando as línguas, os territórios e mantendo as memórias, como os cantos, as danças, os causos, os mitos, os rezos, as celebrações.

Para os povos em subjugação, narrar é um modo de viver e de se manter vivo/a, sobretudo, em condições adversas desumanizadas,

é um ato de resistência, de denúncia e de enfrentamento às violências. Em outras palavras, em situação de subjugação, narrar é o ato político de manutenção dos vínculos de existência: ancestralidade e pertencimento. É o alívio da dor, a cura dos males e a relação com o sagrado. A palavra encantada tem propriedade de cura. Em *Conto e cura*, de *Imagens do pensamento*, no livro *Rua de mão única*, Benjamin discute o poder terapêutico da narrativa:

Conto e cura

A criança está doente. A mãe a leva para a cama e se senta ao lado. Então, começa a lhe contar histórias. Como se deve entender isso? Eu suspeitava das coisas até que N. me falou do poder de cura singular que deveria existir nas mãos de sua mulher. Porém, dessas mãos ele disse o seguinte: – seus movimentos eram altamente expressivos. Contudo, não se poderia descrever sua expressão... Era como se contassem uma história. – A cura através da narrativa, já a conhecemos das fórmulas mágicas de Merseburg. Não é só que repitam a fórmula de Odin, mas também relatam o contexto no qual ele as utilizou pela primeira vez. Também já se sabe como o relato que o paciente faz ao médico no início do tratamento pode se tornar o começo de um processo curativo. Daí vem a pergunta se a narração não formaria o clima propício e a condição mais favorável de muitas curas, e mesmo se não seriam todas as doenças curáveis se apenas se deixassem fluir para bem longe – até a foz – na correnteza da narração. Se imaginamos que a dor é uma barragem que se opõe à corrente da narrativa, então vemos claramente que é rompida onde sua inclinação se torna acentuada o bastante para largar tudo o que encontra em seu caminho ao mar do ditoso esquecimento. É o carinho que delineia um leito para essa corrente (Benjamin, [1928] 1987a, p. 269).

A perspectiva do autor é a ocidental hegemônica, ainda que articulando diferentes bases culturais. Ele menciona rituais e fórmulas mágicas, Merseburg e Odin, e a manipulação terapêutica de energia

pelo movimento das mãos contanto histórias. Nessa perspectiva, centrada no eu-ocidental, magia e energização, nem sempre, significam espiritualização ou articulação sagrada da narrativa. Nesse sentido, o autor destaca a importância dos relatos dos pacientes nas consultas médicas, porque, por isso, para ele, nas discussões posteriores a 1928, a narrativa entra em crise (Benjamin, [1936] 1987b). Crise esta que se acirra atualmente, segundo Byung-Chul Han, em *A crise da narração* (2023).

Para Han (2023), antes, de acordo com Benjamin (1987b), havia uma comunidade narrativa, ainda que sem comunicação. Agora, com a internet e as redes sociais, temos comunicação sem comunidade, pois não há narrativa que congregue as pessoas de modo a formar uma comunidade. Assim, pacientes e médicos se comunicam e o relato do paciente ao médico, que iniciaria o processo curativo, se perdeu no emaranhado de informações fragmentadas. Gersem Baniwa (Luciano, 2017) também levanta essa questão, da perspectiva cosmológica Baniwa. Para ele, a crise em que vivemos, atualmente, é fundamentalmente uma crise de comunicação.

Na sequência, Benjamin (1987a) questiona se “a narração não formaria o clima propício e a condição mais favorável de muitas curas, e mesmo se não seriam todas as doenças curáveis se apenas se deixassem flutuar para bem longe – até a foz – na correnteza da narração”, que nos leva a questionar se a perda da narração em muitas culturas ou comunidade, não em todas, é importante evitar os universalismos hegemônicos, tem a ver com a desespiritualização do mundo, a desconexão dos povos com o sagrado da natureza e com o desencantamento do mundo, com a perda da reciprocidade com os encantados (Luciano, 2017), com as palavras encantadas e com encantamento das narrativas de cura:

*Eu alimpo com a energia das ervas, os encantados lavam
com o poder das águas e você se cura com a sua força
interior*

Eu te benzo, Deus te abençoa e você, com sua fé, se cura

Os benzimentos – iñapakatti, em baniwa – são fórmulas verbais terapêuticas, parte de nossos costumes e conhecimentos tradicionais, em que são evocados acontecimentos e seres de outros mundos, descritos por nossas narrativas míticas, para proteger e curar as pessoas; pela influência colonizadora cristã é que vieram a ser apelidados, de modo geral, de “benzimento” (Hipamaalhe Fontes Baniwa; Matsaape Fontes Baniwa, 2023, p. 8).

As narrativas de cura das parteiras, das benzedeiças, das erveiras, dos/as pajés, dos/as xamãs mantêm laços e comunidades, refazem laços, formam novas comunidades, constroem, conservam e refazem o sentido de comunidade, reconfiguram a vida. Narrar denuncia, adoece; denuncia e cura. O narrar e as narrativas, com seus sentidos, são energias que fluem e reverberam pelo tempo-espaço e pela vida. Na travessia transatlântica e depois dela, os/as sobreviventes são narradores/as viajantes que se instalam em algum lugar, mas não se sedimentam, estão em constantes movimentos, são Griôs, com muitas histórias para contar, em suas línguas e na língua outra, do outro, e na língua de insurgência para as relações intra e interculturais necessárias para a sobrevivência e para a continuidade de suas existências pela manutenção da memória, da ancestralidade e dos vínculos de pertencimento.

O espaço-tempo de reverberação das narrativas e de resguardo das memórias não é exclusivamente físico ou material, é, também, imaterial e imemorial. Por isso, as narrativas são compartilhadas por linguagens, nem sempre estruturalmente compreendidas por todos/as, mas podem ser percebidas/sentidas em suas performances e manifestações poéticas corporais, incluindo as muitas significações do silêncio, do profundo e intenso silêncio de um olhar.

No cerrado, não há crise de narração, embora já haja crise de comunicação pela falta de reciprocidade (Luciano, 2017). As árvores

cerradeiras, ao contrário do Baobá, são pequeninas, de tronco retorcido e, ao mesmo tempo, semelhantes ao Baobá, são resistentes à seca prolongada, têm raízes fortes, que rasgam o solo e vão longe buscar água. Nossos/as Griôs cerradeiros/as são guardiões/ãs do bioma e das memórias do cerrado.

Atrás do morro tem morro: o olhar de Dona Matilde

No assentamento rural Volta do Rio, no Vale do Santa Tereza, município de Jaú do Tocantins, no Tocantins, colada na região de Trombas e Formoso, em Goiás, vive dona Matilde, mulher negra de 84 anos de idade, com uma filha, de 60 anos, e um filho, de 48 anos, dos nove filhos e filhas que teve, elas e ele aposentadas/o. Entretanto, diz ela, não vivem somente da aposentadoria, trabalham do nascer ao pôr do sol. Dona Matilde é uma de nossas Griôs cerradeiras do Vale do Santa Tereza.

Dona Matilde inicia nossa conversando, denunciando que foi uma trabalhadora escravizada... Como?! Dona Matilde nasceu em 1940, portanto, 52 anos depois da assinatura da Lei Áurea que aboliu, formalmente, a escravidão no Brasil.

Menina, presta atenção que atrás de morro tem morro!

Sim, senhora! Fui uma trabalhadora escrava. Minha mãe teve muitas filhas e os dois filhos, mais velhos, eles saíram de casa pra não ter que ir pra guerra, aquela grande guerra. Ela deu todas, me entregou ainda criança para uma mulher numa cidade, uma mulher branca, muito branca, até a roupa, uma doutora dessas de verdade, médica. Eu criança...1

1 Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa Práticas Interculturais de Letramento no Pluralismo Sociolinguístico, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, parecer nº 5.384.311, de 3 de maio de 2022. Todas as narrativas de Dona Matilde citadas neste artigo estão documentadas no Caderno de Saberes Ancestrais do Obiah Grupo de Estudos Interculturais da Linguagem – FL/UFG/CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6412508963282738.

E seu olhar se abre em epifanias coletivas, enquanto ela narra memórias, historicamente entrelaçadas, escapando do baú de Ananse. Ela, nossa Griô, tece suas teias com a magia das palavras encantadas no trançado das palhas de buritirana dos brejos pisados por nossas ancestrais cerradeiras. As histórias, resguardadas no baú de seu olhar, a oficialidade não conta e a escola não ensina. São histórias não escritas de memórias não reconhecidas. São as nossas histórias, de nossas trajetórias de vida, uma vida de trabalho, sem direito à infância, uma vida de luta, de fuga em fuga, defendendo a sobrevivida.

Na primeira casa, eu tinha de subir numa banqueta pra alcançar no fogão e cozinhar, tinha de lavar e passar também, fazia de um tudo, nunca vi cor de dinheiro, não recebia, porque dizem a dona que eu era criança, não era serviço, e num tinha vencimento. Depois de um tempo, fugi, fui parar numa outra casa, a mulher me prometeu estudo, um estudo que nunca veio, foi só trabalho. Nessa casa, fui muito maltratada, muito mesmo...

O acontecimento narrado denuncia a exploração de trabalho infantil, em que o crime – o fato de ser criança – é usado para justificar o próprio crime, duplamente qualificado – o trabalho infantil em condição análoga à escravidão: se é criança, ainda que realizando trabalho de adulto/a, o trabalho não pode ser considerado “serviço”, por isso, não pode ser remunerado.

No ordenamento brasileiro, a caracterização do trabalho análogo à escravidão considera a privação de liberdade, mas vai além, inclui também “a submissão a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a sujeição a condições degradantes de trabalho e a restrição de locomoção do trabalhador” (CNMP, 2024). De acordo com a Agência Brasil (2024), em 2023, o Brasil resgatou 3,1 mil trabalhadores/as escravizados/as, a maior marca anual, desde 2009.

O acontecimento entre 1945 e 1950, narrado por Dona Matilde, denuncia dois crimes, interseccionando raça, gênero e classe: exploração do trabalho infantil em condição análoga à escravidão. Ao narrar o acontecimento, Dona Matilde demonstra perceber sua condição, sua consciência de classe, de gênero e racial, desde cedo, é notável e é por isso que ela não se submete. “Ora [diz ela], se não podia ser serviço nem ter o vencimento, porque era criança, então, porque que ela me punha pra fazer o trabalho?” Ela foge, vai para a casa de outra mulher, que lhe promete estudo, uma promessa não cumprida.

Eu tinha de mexer o doce e num podia deixar queimar, cê sabe, doce de goiaba, de abóbora supita, vai lá em cima, aquilo subia e caía em cima de mim e me queimava. Menina, mais doía... e eu tinha de continuar mexendo, num podia parar de mexer, senão queimava, e eu mal alcançava na tacha, a colher de pau de mexer doce era quase do meu tamanho, que eu até hoje sô pequena, né. Lá, nessa casa, tinha a Mãe Preta, era assim que eles chamavam ela, de Mãe Preta, era ela que mandava ni mim, e era eu me queimando e ela cantando: “agora que eu quero vê, quem é malandra vai morrerê”. Ela cantava que minha hora tava chegado, ela cantava aquela toada... Fugi, pensei: eu morrer queimada? Nunca! Fugi. Uma vizinha teve dó de mim e me escondeu, mas também... foi tudo igual.

As famílias brancas disputavam a “guarda” da criança negra em suas casas para explorar seu trabalho infantil não remunerado. A criança negra submetida ao trabalho que “não era serviço” e, por isso, não era pago, não frequentava a escola, sendo mantida nesse lugar de trabalhador/a sem vencimento ficar adulta. Nessa idade, à pessoa negra sem escolarização, sem profissão, sem condições de ter renda, sem ter para onde ir, restava continuar na casa, como “se fosse da família” (Preta-Rara, 2019).

A condicional “como se fosse”, no enunciado “como se fosse da família”, equivale à “liberdade condicional” concedida à pessoa negra para justificar a continuidade da prestação do serviço não remunerado, agora já adulta, não mais criança, em que seu trabalho, portanto, é “serviço”. Assim, a pessoa negra continua escravizada, incluindo a espoliação do pouco que tem, como diz o povo, arrancando-lhe até mesmo da roupa do corpo.

N’otra casa, eu era menina ainda e tinha de fazer de um tudo, tinha um tal de fogão que tinha de polir, se num polisse deixando bem brilhoso, eu apanhava, mas a mulher num me dava pano mode eu polir o danado do fogão, então quando ela inventava que queria o bicho brilhando, eu, de tão apertada que ficava, arrancava os pedaços da barra da minha saia, minha única roupa, pra limpar o fogão. Fui ficando sem a saia. Desgostei e resolvi ir embora, mas dessa vez, não fugi, pedi a uma vizinha para me ajudar, me deixar ficar em sua casa. Ela me ajudou. Antes de sair da casa, eu falei pra dona que queria meu dinheiro, eu trabalhei e nunca recebi nada. Ela disse que me dava casa, comida e que fazia muito por mim, era quase que uma mãe. Eu falei: grande coisa ser uma mãe, minha mãe me deu pra escravidão, a escola prometida nunca veio. Quero meu dinheiro, leve pra mim na casa da vizinha, que eu vou ficar lá esperando. Você é uma ingrata, ela disse, não dá valor no que fiz por você. Sabe o que fez por mim? Nada. Eu saio pior do que cheguei. Eu cheguei aqui vestida e vô saindo pelada.

Nessa narrativa, a autora, ainda criança, começa a enfrentar os abusos e opressões. Sua saída, pela fuga, é a solução vislumbrada, mas, dessa vez, ela não sai calada, na calada. Ela entra em disputa com a patroa que abusa, explora seu trabalho e nunca paga o que lhe deve. Ela exige seus direitos, não aceita a prerrogativa da “liberdade condicional” performada pelo enunciado esconderijo (Cusicanqui, 2021) “como se fosse da família”, atualizado no enunciado de abuso

emocional, performado como afeto “quase que uma mãe” para a criança explorada.

As narrativas mostram a persistência do trabalho escravo nos séculos XX e XXI, com castigos e torturas físicas:

Teve uma vez que ela viajou lá pro estrangeiro, muito longe, um lugar importante. De lá, ela trouxe uma coisarada bonita, tudo muito chique. Trouxe uma luminária grande, bonita, um quebradô franceis, ela chamava de bajou tamém, daquele tipo com uns prato com luz colorida, vermelha, amarela, azul. Ninguém sabia nem mexer no treco. Ela mandou chamar o técnico para instalar o tal do quebradô franceis. Ele foi instalar, depois, ele falou que não tinha certeza se tava bom, porque nunca tinha mexido com aquele tipo de luz, precisava testar. “Dona Maria, parece que tá dando um choquezinho”.

Foi aí que ela me chamou: “Neguinha, venha cá, pegue aqui”. Eu tava lá dentro, na cozinha, enxugando prato, com as mão molhada, pé descalço, que eu vivia era descalça. Fui correndo, conde ela chamava, tinha de correr. Cheguei lá na sala, olhei aquilo, fiquei maravilhada caquilo, que trem mais lindo!

Perguntei se podia pegar. Eu nunca que podia nem chegar perto de nada, por que ela tava me mandando pegar naquele trem tão lindo?! Ela pegou e bradou comigo: Pega, eu tô mandano! Pega! Eu tava com medo, mais fui e peguei, garrei, bem garrado, fechei a mão. Mais levei tanto choque que caí desmaiada. O home puxou, tirou o negocio da energia e eu caí, desmaiei. Ela disse: mexe pra ver se tá viva. Aí, chuta pra lá, chuta pra cá, eu mole, amuadinha, desmaiada. Ela chamou a outra lá de dentro, pediu pra trazer água, e jogaro água na minha cara, me rola pra lá, me rola pra cá, eu resmunguei, abri o olho. Ela falou bem assim: morreu não, essa raça ruim num morre fácil. No outo dia, o home chegou lá, me olhou, parecia que num queria acreditar. Ele disse assim: ocê é forte, morena, as ota num guenta-

ro igual ocê não, morrer. Então, de certo, que era mode eu morrer, né. Eu fugi de novo, trabalhava pra morrer, não recebia nada e ainda tinha de levar choque?!

Essa é uma das narrativas mais emocionantes e impactantes de Dona Matilde. Nem a patroa nem o técnico se arriscaram a testar a luminária, optaram, porque podiam optar, por terceirizar o risco, porque tinham a quem terceirizar. O chamado da patroa para a “Neguinha” ir testar a instalação da luminária foi um chamado de morte, um chamado para a morte, e expressão explícita da necropolítica (Mbembe, 2018), remetendo à música *A carne*², sobretudo na magnífica interpretação de nossa ancestral Elza Soares, denunciando que “A carne mais barata do mercado é a carne negra/(Só serve o não preto)”, quando narra a trajetória histórica do povo negro, quando diz que o/a negro/a:

Que vai de graça pro presídio	Que fez e faz história
E para debaixo do plástico	Segurando esse país no braço, mermão
Que vai de graça pro subemprego	O cabra aqui não se sente revoltado
E pros hospitais psiquiátricos	Porque o revólver já está engatilhado
	[...]

“A carne mais barata é a carne negra”, é o/a servente para o subemprego e o desemprego, para baixa, pouca ou nenhuma remuneração, porque no mundo do/a branco/a “só serve o não preto”, esse deve ser poupado, cuidado e bem tratado, é estudado/a e doutor/a. Se tem perigo, se é risco, chama o/a preto/a que ele/ela aguenta, ele/ela é forte. Se for regalia, chama o/a não preto/a, que ele/ela é merecedor/a. Se for obediente, tem lugar reservado no céu. Se for atrevido/a, desobediente, castiga que aprende.

De acordo com a pesquisa do Ipea, publicada no Atlas da Violência (2023), no Brasil, em 2021, 3.858 mulheres foram assassinadas. 2.601

² Disponível em: <https://www.letras.mus.br/elza-soares/281242/Composição: Seu Jorge/ Marcelo Yuka/Ulisses Cappelette>

(67,4%) mulheres assassinadas eram negras, correspondendo a uma taxa de 4,3 vítimas para a população de 100 mil habitantes. Trata-se de um índice 79% superior ao das mulheres não negras. O risco de uma mulher negra ser assassinada é 1,8% maior que de uma mulher não negra – branca, indígena, amarela.

Historicamente, as pessoas negras são as maiores vítimas de violência e, no Brasil, a violência contra a população negra naturaliza a desvalia da vida negra. Todos os anos, as edições do Atlas da Violência no Brasil levanta essa discussão, que é reproduzida por sites e publicações especializados, e a situação parece não se alterar muito de um ano para o outro. A violência letal é mais prevalente entre mulheres negras do que entre as mulheres não negras, confere a edição de 2023 do Atlas da Violência.

A pessoa negra, ainda que seja criança, conforme demonstram as narrativas de Dona Matilde, tem de ser o corpo forte, resistente, que aguenta tudo, que a tudo suporta, é desumanizada, desprovida de cuidado e de afeto. A vida e o viver lhe são negados, paulatinamente. A pessoa negra é compreendida como mão de obra, um ser não sensível e não contável (Rancière, 1998), é ainda uma mercadoria, um objeto, um instrumento.

Dessa forma, seguindo o repertório difundido nos carrosséis de clichês das redes sociais, podemos indagar sobre *quais vidas importam* e *quais vida não importam* na estrutura social. Na perspectiva da *necropolítica*, no sistema racista de poder, o corpo negro não só é deixado para morrer como é morto (Mbembe, 2018), inclusive pela mão do Estado e no seio das caridosas famílias que as tratam quase como uma mãe, “como se fossem da família”. Pessoas negras, ainda que insistam em ficar vivas, subsistem, não têm vida.

Esse meu filho foi roubado de mim, um homem passou aqui e levou ele escondido de mim, roubou. Ele era de menor. Ficou pra lá pras banda de Natividade. Foi nada não. Ele comprou

uma terra lá, pagou tudo direitinho. Tomaro dele a terra, e eu num direito de tudo que aconteceu. Ele fugiu de lá, voltou pra cá, muito zangado e triste. Quando foi no dia 7 de setembro, na cidade, passou o Tiradentes no desfile, arrastando uma corda presa ao pescoço e ele falou: “Eh, tem muito jeito de morrer”. Pois no dia 8 ele fez com ele, naquele pé de aroeira lá perto da ponte. O povo fala que a pessoa, quando morre assim, pode morrer num pau verdinho que seca. A árvore sente que é responsável e morre. Eu não acreditava, achava que era bobage do povo. Pois bão, ali, pra riba da ponte, uma ponte que tinha aqui, tinha uma aroeira verde, verdinha, quem conheceu, lembra. Foi lá! Ela morreu.

A necropolítica opera de modo complexo no campo, sempre envolvida pelos conflitos agrários e pelas lutas fundiárias. A vida e o viver, a morte e o morrer configuram a existência e o existir no campo. As narrativas dos/as camponeses/as, especificamente, neste caso, dos/as ribeirinhos do Assentamento Volta do Rio, do Vale no Santa Tereza, são manifestações espiritualizadas de acontecimentos da vida cotidiana. Na significação de mundo performada pelas narrativas ribeirinhas do Vale do Santa Tereza, o mundo e os seres do mundo estão integrados, indissociavelmente, o que não significa, necessariamente, harmonia.

Da perspectiva dos/as ribeirinhos/as do Vale do Santa Tereza, não há distinção hierarquizada, nem desconexão, entre humano e não humano nem entre natureza e cultura. Dessa perspectiva, portanto, segundo Francisco Apurinã (2022, p. 111), “os não-humanos têm experiências que formam um todo com o mundo dos humanos”. Trata-se de uma cosmopercepção, para além da visão ocidental, integrada de mundo. São saberes invalidados pela sabedoria única legitimadas pelo pensamento moderno ilustrado a serviço da colonização escravagista.

As ideologias e os ideais sustentadores da colonização cristã escravagista e do pensamento moderno ilustrado ainda surtem efeito

sobre o imaginário social, o inconsciente coletivo, as subjetividades e as consciências. Por isso, ainda controlam a percepção de mundo das pessoas e o comportamento social. É a colonialidade da mente (Thiong'o, 2015) e do imaginário. As narrativas, muitas vezes, sobretudo, as metanarrativas oficiais, servem de manutenção das colonialidades. Entretanto, ao nos permitirem perceber a colonialidade mental, as narrativas são instrumentos de denúncia, portanto, podem servir de instrumento de enfrentamento e de desestabilização das colonialidades.

No cerrado do Brasil Central, a gameleira é uma árvore sagrada demonizada pelo cristianismo. A recomendação é que não se tenha gameleira perto de casa e, durante a quaresma, sobretudo, não se pode passar por perto de gameleira, porque o diabo passa os quarenta dias jogando truco debaixo dela. Nas roças espalhadas pelo cerrado, são inúmeras as narrativas veiculadas que vinculam a gameleira à imagem do diabo. Essa é uma forma de espiritualicídio, com o intuito de cortar os vínculos ancestrais de pertencimento, semelhante ao ocorrido em África com o Baobá. Em geral, é um processo de espiritualicídio com um povo que já sofreu esse processo e que se encontra com a ferida por cicatrizar. Por isso, a narrativa de que a aroeira morreu por se sentir corresponsável pela morte do jovem que se suicidou em um de seus galhos mostra a persistência da integração e da reciprocidade entre as pessoas e a natureza e a espiritualização dessa conexão.

Oaxekato, Dona Matilde, Volta do Rio e Vale do Santa Tereza

Algumas coletividades ainda conseguem viver em conexão sagrada com o mundo em volta, sem hierarquizar as interações, apesar do esforço do empreendimento colonial escravagista, das epistemes e das epistemologias modernas ilustradas, em destruir as vinculações ancestrais. Na África e nos países com populações afro-diaspo-

rizadas, como o Brasil, o Baobá continua um símbolo sagrado e de identificação, importante na constituição das cosmopercepções desses povos, assim como a gameleira, no território brasileiro. Ailton Krenak (2019) reverencia o Rio Doce, “nosso Velho Avô”. Da mesma forma, Dona Matilde respeita e consagra seu terreiro, seu quintal e sua roça. No Volta do Rio, o Santa Tereza é sagrado.

Na base e em torno dos símbolos sagrados estão as narrativas, performadas em diferentes poéticas do corpo-voz espiritualizado, mantendo e sustentando os vínculos ancestrais de pertencimento e denunciando a persistência dos efeitos das violências coloniais. As narrativas performam histórias, causos e mitos – entoam, contam, relatam, narram, cantam, dançam, celebram, rezam – e, assim, giram, mantendo vivas as memórias ancestrais, sendo, portanto, uma das manifestações da memória. Memórias não são um conjunto estático de lembranças nem um depósito de passados, embora elas sejam a atualização constante do passado e sejam constituídas de lembranças.

No Assentamento Volta do Rio, no Vale do Santa Tereza, Dona Matilde é uma das matripotentes Griôs cerradeiras. Suas narrativas descrevem sua trajetória de criança negra, no curso do século XX, lutando por viver e sobreviver, privada de escolarização, submetida a trabalho análogo à escravidão. São memórias coletivas, históricas que envolvem a muitas de nós, recuperando, para algumas, fortalecendo, para outras, o vínculo ancestral de pertencimento.

A articulação entre as matrinarrativas cerradeiras de Dona Matilde mostra, de forma explícita, a necropolítica da sociedade brasileira, pela desvalia da vida negra, desde a infância: (i) a narrativa do acontecimento entre 1945 e 1950, denuncia dois crimes, interseccionando raça, gênero e classe: exploração do trabalho infantil em condição análoga à escravidão; (ii) o corpo da menina negra queimando pelo doce quente que supitava da tacha ao som da Mãe Preta entoando o canto de mau agouro performa a prefiguração histórica essencialista – social e racial – do caráter da criança negra: “negra malandra”,

e a premonição de sua morte: “a negra malandra vai morrer”, dada a condição *sine qua nom* “se é malandro/a tem de morrer”; e (ii) a menina negra sendo convocada para testar se a luminária estava dando choque. São narrativas que denunciam a necropolítica estruturante da sociedade brasileira.

Com as narrativas de Dona Matilde compreendemos que os saberes ancestrais não hegemônicos contam a nossa história do modo que a oficialidade não quer que seja contada. Mostra que o projeto de memoricídio não se efetivou, porque nossas memórias se sustentam na força de Orí. Por isso, narrar é um ato político, é denúncia, é luta por sobrevivência e cura coletiva. Com os/as matripotentes Griôs do cerrado do Brasil do Central, confiamos que a narração, para nós, não está em crise.

Referências

APURINÃ, Francisco. **Do licenciamento ambiental à licença dos espíritos**: os “limites” da rodovia federal BR 317 e os povos indígenas. Rio Branco: Nepan, 2022.

BENJAMIN, Walter (1928). Rua de Mão Única. *In: Obras Escolhidas II*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

BENJAMIN, Walter (1936). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: BENJAMIN, Walter (org.). Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987b, p. 197-221.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Trabalho escravo**. Brasília, DF: CNMP, 2024. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/conatetrap/trabalho-escravo>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa** – uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: N-1, 2021.

HAN, Byung-Chul. **A crise da narração**. Petrópolis: Vozes, 2023.

HIPAMAALHE FONTES BANIWA, Francy; MATSAAPE FONTES BANIWA, Francisco Luiz. **Umbigo do mundo**: mitologia, ritual e memória Baniwa Waliperedakeenai. Rio de Janeiro: Dantes, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**. 2023. CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Brasília, DF: IPEA, FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 10 jan. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 26, n. 62/1, p. 295-310, 2017. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4996>>. Acesso em: 16 dez. 2023.

MÁXIMO, Wellton. Brasil resgatou 3,1 mil trabalhadores escravizados em 2023. Apesar da falta de fiscais, essa é a maior marca anual desde 2009. **Agência Brasil**. Brasília, 3 jan. 2024. Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-resgatou-31-mil-trabalhadores-escravizados-em-2023#:~:text=O%20Brasil%20resgatou%2C%20em%202023,menor%20n%C3%ADvel%20em%2030%20anos>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica** – biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N 1, 2018.

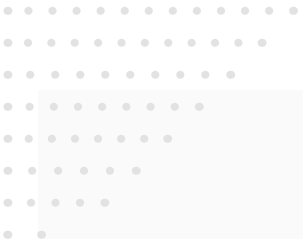
OBIAH Grupo de Estudos Interculturais da Linguagem. **Saberes Ancestrais: Matrinnarrativas Cerradeiras**, 2023 [*inédito*].

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **Dis-agreement**: politics and philosophy. Tradução de Julie Rose. Minneapolis-London: University of Mennesota Press, 1998.

THIONG'O, Ngugi wa. **Decolonising the mind**. East African Educacional Publishers, 2015. *E-book*

WALDMAN, M. O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. **África**, [S. l.], n. esp, p. 223-235, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/102638>. Acesso em: 13 fev. 2024.



VIOLÊNCIAS DE ESTADO E POPULAÇÕES INDÍGENAS: O CASO DA BARRAGEM NORTE E O POVO LAKLÃNÕ-XOKLENG EM SANTA CATARINA

Sandor Fernando Bringmann
UFSC

Introdução: violências e povos indígenas no Brasil

No ano de 2023, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) publicou o seu 19º Relatório sobre a Violência contra Povos Indígenas no Brasil, com dados referentes a 2022.¹ Não há surpresa em evidenciar o aumento significativo da violência contra as populações originárias ao final de um ciclo de 4 anos em que o Brasil foi governado por um presidente declaradamente contrário às demarcações de territórios indígenas e amplamente favorável à sua intrusão, seja pelo estado brasileiro, seja por setores privados do agronegócio ou da mineração. No quadriênio, registrou-se aumento significativo no número de conflitos, invasões, desmatamento e outros prejuízos aos territórios indígenas. Junto a isso, soma-se o desmonte das políticas públicas voltadas

¹ O Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), com apoio de diversos parceiros, é um importante instrumento de denúncia da violência e das violações que acometem os povos originários até hoje no país. Publicado pela primeira vez em 1996, onde são analisados os dados referentes aos anos de 1994 e 1995, passa a ser publicado de forma anual em 2003. As edições do relatório produzidas a partir de 2003 estão disponíveis em formato digital, podendo ser acessadas na seguinte página: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/o-relatorio/>

à assistência aos povos originários (saúde e educação, principalmente), bem como o desmantelamento dos órgãos responsáveis pela fiscalização e pela proteção das áreas indígenas.

Dados presentes no Relatório da Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, com informações sobre o ano de 2022, indicam que, sob o governo Bolsonaro, nenhuma terra indígena foi demarcada pelo governo federal, cumprindo sua promessa de campanha: de não demarcar “um centímetro de terra indígena”. Durante todo o governo Bolsonaro (2019-2022), não apenas não se cumpriu a obrigação constitucional de demarcar e proteger as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários como também se atuou, na prática, para flexibilizar este direito, por meio de Projetos de Lei (PLs) e de medidas administrativas voltadas a liberar a exploração dos territórios indígenas (CIMI, 2023, p. 8). O resultado mais visível e emblemático desta atuação foi a situação da população da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, cujo território foi invadido por garimpeiros, o que acarretou violências das mais diversas, sendo a mais grave a situação de fome e miserabilidade de sua população, que ganhou visibilidade e repercussão nacional e internacional no início de 2023.

Importante salientar que os prejuízos e violações aos direitos humanos e territoriais das populações indígenas no Brasil, embora tenham sido reforçadas e ampliadas, não se restringem ao período dos últimos 4 anos. A história do Brasil é abundante de registros das mais diversas atrocidades contra os povos originários, desde o período colonial. Destarte, pode-se afirmar que a natureza da violência contra as populações indígenas é multifacetada e pode incidir direta ou indiretamente junto a estas populações. Por isso mesmo, prefere-se utilizar o termo no plural, “violências”, para retratar o que se consideram violações contra os direitos e as pessoas indígenas. Podem ser consideradas violências, por exemplo, o retardamento na demarcação de terras indígenas, que representa uma violência por omissão do poder público, portanto, uma violência de estado que permite ou-

tros tipos de violações, como a violência contra a pessoa e ao patrimônio indígena, que, embora possam não ser em geral diretamente promovidas pelo estado, são fomentadas por sua ingerência em algumas situações.

Um documento importante e revelador sobre as violências do estado brasileiro contra as populações indígenas é o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade CNV, entregue em 10 de dezembro de 2014 e publicado no Diário Oficial da União através da Portaria Interministerial nº 1321, de 29 de setembro de 2015. Este relatório “reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro, por ação e omissão, pelo esbulho das terras indígenas, patrimônio da União, ocupadas ilegalmente no período investigado de 1946 a 1988” (Zelic, 2023, p. 274). O mesmo documento, conforme destacado por Marcelo Zelic:

Apontou também a centralidade do esbulho territorial indígena como eixo comum de muitas das graves violações de direitos humanos praticadas contra os povos indígenas que foram apuradas e recomendou a adoção de medidas que removam os impedimentos atuais para que o Estado brasileiro efetive as demarcações das terras indígenas, direito originário dos povos indígenas reconhecido na Constituição, como medida de reparação, e, enfatizou a CNV, ser esta a principal medida reparadora a ser efetivada pelo Estado brasileiro (Zelic, 2023, p. 274).

Documentos como o relatório da CNV, contribuem para que as violências contra os povos e as terras indígenas tenham maior e mais ampla divulgação. Este relatório, assim como o Relatório Figueiredo², possibilita que ações violentas do estado brasileiro contra os povos

2 Trata-se do relatório final da Comissão de Inquérito administrativo, iniciada em julho de 1967 – CI/1967, liderada pelo procurador Jáder de Figueiredo Correia, tendo, por isso, ficado conhecido como “Relatório Figueiredo”. Com 29 volumes e quase 7 mil páginas, por muito tempo imaginou-se que tivesse sido destruído no incêndio do Ministério da Agricultura, ocorrido em 1967. Porém, foi reencontrado pelo pesquisador Marcelo Zelic e pela jornalista Laura Capriglione, em dezembro de 2012 no Museu do Índio (Rio de Janeiro/RJ), sendo digitalizado e liberado imediatamente para pesquisas.

indígenas sejam mais conhecidas, dando visibilidade: a ações como a criação das Guardas Rurais Indígenas (GRINs); a treinamento militarizado a indígenas que seriam responsáveis pelo policiamento e punição de seus próprios “parentes”; à existência de espaços de confinamento e tortura, como o Reformatório Krenak em Minas Gerais; ao desvelamento da corrupção do estado brasileiro, especialmente por parte de agentes de estado responsáveis pela aplicação de políticas indigenistas, os quais, em muitos momentos, fecharam os olhos para a intrusão das terras indígenas, para o desmatamento das áreas e, em muitos casos, agindo como legisladores da vida e da morte dos povos aldeados.³

A violência de estado contra os povos indígenas precisa ser compreendida também como uma violência sistêmica e de longa duração, conforme explica Clovis Brighenti. Isso, “porque não basta analisar dados estatísticos, é preciso compreender a subjetividade da violência, como ela é sentida, percebida e compreendida pelos próprios povos indígenas, a partir das suas cosmovisões” (Brighenti, 2015, p. 105). Em resumo, significa dizer que, muitas vezes, as ações violentas não são somente aquelas veiculadas nas mídias e que causam maior grau de impacto político e social (homicídio, suicídio, invasões), como exemplifica o autor:

A morosidade na demarcação de uma terra indígena ou mesmo a paralisação total do processo na esfera administrativa, em muitos casos tardando mais de duas décadas para acontecer, pode significar o rompimento de transmissão de conhecimentos entre gerações. Uma criança que se torna adulta debaixo de barraco de lonas em beira de estradas, ou mesmo

3 Segundo Felipe Uba, no Relatório Figueiredo, o tema da corrupção no SPI foi profundamente investigado e sua documentação expõe as denúncias de certas ações praticadas no bojo desse órgão público. Não obstante, vê-se que o assunto envolvendo as relações de funcionários entre si e com políticos e empresários também apareceu, com destaque para inquéritos em que os depoentes foram indagados de suas possíveis ligações políticas. Maiores informações em: UBA, Felipe de Oliveira. **A devassa no Serviço de Proteção aos Índios: Relatório Figueiredo, burocracia e política (1963-1968)**. Florianópolis: Trabalho de Conclusão de Curso em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2016.

em locais impróprios em fundos de fazenda, não terá a oportunidade de conviver com algumas práticas e conhecimentos tradicionais, como atividades de cultivo e manejo de sementes tradicionais, fundamental para a manutenção e reprodução cosmológica (Brighenti, 2015, p. 105).

No caso brasileiro, a violência contra as populações indígenas não decorre da inexistência de mecanismos legais para defender suas vidas e seus territórios, pois temos uma constituição federal que garante isso. O que ocorre, segundo Iara Bonin, é a “falta de efetividade destes, agravada imensamente pela inoperância do governo no que tange às demarcações das terras indígenas” (Bonin, 2015, p. 41).

Em Santa Catarina, temos exemplos deste tipo de violência de estado que incidiu, e ainda incide, sobre os três povos presentes em seu território: Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng. A história destes três povos está repleta de casos de violações de seus territórios, de seus corpos, de seus direitos humanos, que remete pelo menos ao século XIX, quando se fala de estado-nação, especialmente no âmbito do processo de ocupação dos territórios tradicionais pelas frentes de colonização, o qual redundou em perseguição, expulsão e morte destes povos. Adentra o século XX, com a política de aldeamentos do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI – 1910/1967), o qual orquestrou o confinamento das populações indígenas em espaços diminutos, visando à sua assimilação e integração à sociedade nacional (Santos, 1973; Rocha, 2003; Bringmann, 2010, 2015). Política esta que teve continuidade com o governo ditatorial, quando a FUNAI transformou-se em um agente do estado para dilapidar as terras indígenas, sob a ótica do nacional desenvolvimentismo (Brighenti, 2015; Valente, 2017).

Somente a título de exemplificação, destaca-se o que ocorre com a Terra Indígena Morro dos Cavalos, localizada no município de Palhoça/SC, cujo processo se arrasta desde 2008, quando foi declarada por portaria ministerial como Terra Indígena, todavia,

sem nenhuma ação tomada no sentido de garantir sua homologação. Enquanto isso, a população Mbya-Guarani nela residente sofre com os seguidos ataques midiáticos contra sua presença no local, com atos de violência física ocasionados por conflitos com moradores da região e com os riscos de se ter uma rodovia de alta movimentação (BR 101) cortando ao meio o seu território.

Neste amplo aspecto de violências de estado, o presente artigo pretende se debruçar sobre o impacto da interferência do estado brasileiro sobre uma população indígena, o povo Laklãnõ/Xokleng, quando da construção de uma obra de grandes proporções que interferiu nos modos de vida e nas relações socioeconômicas deste povo. Trazendo como eixo de análise a construção da denominada Barragem Norte e seus impactos ao povo Laklãnõ/Xokleng, pretende-se desvelar os diferentes tipos de violência de estado que envolveu a construção da Barragem, a exemplo da violência sistêmica, violência simbólica e violência ao patrimônio indígena.

O povo Laklãnõ/Xokleng e a construção da Barragem Norte

A história das violências sofridas pelo povo Laklãnõ/Xokleng é uma das mais bem documentadas entre os povos indígenas no território brasileiro. Ocupantes, até meados do século XIX, de uma faixa de terras que originalmente englobava a região norte do Rio Grande do Sul; Planalto, Serra e Vale do Itajaí, em Santa Catarina e, ainda, a região sul do Paraná, os Laklãnõ/Xokleng ocupam hoje duas Terras Indígenas (TIs) diminutas frente às necessidades deste povo. Trata-se da TI Ibirama/Laklãnõ, cuja área integra parte dos municípios de José Boiteux, Doutor Pedrinho, Vitor Meireles e Itaiópolis, no Vale do Itajaí, com cerca de 14.500 hectares homologados e a TI Rio dos Pardos, com cerca de 750 hectares, localizada no município de Mafra, no meio oeste catarinense (ISA, 2024).

A espoliação territorial desta população é iniciada oficialmente a partir de 1850, quando as primeiras colônias alemãs são implemen-

tadas no Vale do Itajaí, tendo Blumenau e Joinville entre elas. Desde o princípio, a expulsão dos indígenas foi patrocinada ou incentivada pelo estado brasileiro e catarinense, haja vista que muitas das companhias colonizadoras responsáveis pela abertura de colônias no território, empregavam verdadeiras caçadas à população indígena, contratando os famigerados “bugreiros” para a perseguição, prisão e morte daqueles que não se submetessem aos ordenamentos governamentais e aos aldeamentos (Santos, 1973; Witmann, 2010; Corso, 2022).

Mesmo quando houve, no início do século XX, engajamento do governo republicano para acabar com os massacres, este só ocorreu devido às pressões internacionais e internas (Ver: Bauler, 2015, p. 68-72). Em 1914, o SPI funda o Posto Indígena Duque de Caxias, no Vale do Itajaí, para concentrar e pacificar os então denominados “Botocudos” (Santos, 1973; Corso, 2022). Esta iniciativa, muito mais que proteger as populações indígenas do ataque dos bugreiros, visava liberar as áreas ocupadas pelos indígenas para a colonização que avançava em toda a região norte catarinense.

O estado brasileiro, neste sentido, sob o prisma da “pacificação” promove o grande esbulho territorial do povo Laklãnõ/Xokleng, oficializando a violência contra os corpos e o patrimônio indígena. O SPI, neste caso em específico, atua por mais de 50 anos no sentido de promover o desenvolvimentismo no território demarcado, implementando a agricultura, a pecuária, a educação escolar, sob a sombra da dilapidação ambiental, que dizimou as florestas existentes neste território, com consequências negativas até a atualidade.

Pode-se dizer que a situação deste povo, que já era bastante complicada, piora após a extinção do SPI em 1967 e com a criação, no mesmo ano, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sob os auspícios do regime militar. A FUNAI, sob as premissas desenvolvimentistas de seu Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI), permitiu a entrada de empresas madeireiras na área, sobre as quais

possuía pouco ou nenhum controle, conforme explica Silvio Coelho dos Santos:

A exploração florestal que ocorre em Ibirama é decorrente de todo um quadro de dominação exercido pelos brancos. A não reação indígena a essa ação nefasta, deve ser entendida num contexto de miséria e de falta de alternativas para sobreviver. Proibir simplesmente a exploração florestal em Ibirama significa colocar os índios diante de uma situação de carência absoluta. Carência de recursos econômicos, de crédito, de alimentos (Santos, 1987, p. 45).

Para o povo Laklãnõ/Xokleng, a combinação entre o desenvolvimento, o aumento populacional do Vale do Itajaí e a necessidade de contenção das frequentes cheias dos rios que cortam a região trouxe outro grande problema. Entre os anos 1970 e 1990, uma série de projetos de obras hidráulicas foi desenvolvida para minimizar as consequências das cheias do rio Itajaí Açu e seus afluentes. Trata-se da construção de três barragens que visavam represar o excesso das águas durante as cheias. São elas: Barragem Oeste, no município de Taió; Barragem Sul, em Ituporanga e a Barragem Norte, no município de José Boiteux (Fraga; Köeller, 1999, p. 83-84).

As obras de construção da Barragem Norte iniciaram em 1975 e, segundo Corso, está inserida em um contexto onde o estado brasileiro e o governo catarinense buscavam soluções imediatistas para o controle das enchentes na região.⁴ Neste contexto, “o desenvolvimento regional, no modelo estabelecido desde a colonização, é colocado à frente de fatores ambientais e de realocação de centros urbanos” (Corso, 2022, p. 107).

4 A Região do Vale do Itajaí sofre historicamente com enchentes, inundações e deslizamentos. A cunho de exemplo, pesquisas realizadas na década de 1970 por João Francisco Silva em jornais de Santa Catarina, encontraram pelo menos 59 registros de enchentes somente no Vale do Itajaí, englobando o período de 1855 a 1975 (Silva, 1975 *apud* Fraga; Köeller, 1999, p. 84). Cabe destacar que a construção das barragens citadas, além de outras, não evitaram por completo essas cheias.

A Barragem Norte é considerada como o maior mecanismo de contenção de enchentes do Brasil, “contando com duzentos e setenta metros de base, dez metros de topo, 60 metros de altura a partir da base rochosa e com capacidade para o armazenamento de 387 milhões de metros cúbicos de água” (Corso, 2022, p. 108). Esta barragem, que foi concluída apenas em 1992, teve dois terços do lago formado dentro do território indígena, o que significa cerca de 870 hectares (Santos, 1987, p. 43). Mais um exemplo de violência contra o patrimônio indígena, conforme destaca Santos:

A época, anos setenta, a FUNAI não fez qualquer reivindicação ao DNOS. Ao contrário, a FUNAI considerou que as terras ocupadas pelos Índios integravam o patrimônio da União e assim o órgão tutor delas poderia dispor, inclusive cedendo-as para outro organismo federal. Nenhuma indenização foi prevista para os índios. Tampouco foram realizados quaisquer trabalhos destinados a preparar os indígenas para as mudanças que, breve iriam ocorrer (Santos, 1987, p. 44-45).

Fraga e Köeller destacam os diversos entraves para a população indígena que a barragem causou, levando a diversas revoltas e piquetes por parte deste grupo, visando ao impedimento da continuidade da obra (Fraga; Köeller, 1999, p. 84). Frente aos protestos, em 1982, em decorrência do iminente ajuizamento de uma ação contra o Departamento Nacional de Obras e Saneamento–DNOS (responsável pela obra) e a FUNAI, movida pela OAB-SC, ANAI-RS e antropólogos, o estado brasileiro repassou os recursos da indenização para a FUNAI e esta para os indígenas (Santos, 1987, p. 45). Todavia, inúmeros acordos de indenização firmados com os Xokleng ao longo dos anos 1990 e 2000 foram descumpridos. Segundo dados do CIMI, em ação transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) no mês de agosto de 2017, o estado de Santa Catarina, a União e a FUNAI foram obrigados a implementar ações compensatórias e de se-

gurança relativas à Barragem Norte. Sentença esta que nunca foi cumprida, inclusive tendo o governo abandonado a manutenção das estruturas da barragem (CIMI, 2023).

A construção da Barragem Norte, para além da dilapidação do território indígena, pode ser compreendida também no âmbito da violência simbólica, pois, entre os diversos impactos para a comunidade Laklãnõ/Xokleng, afetou a forma com que os indígenas se relacionavam com o meio ambiente e o próprio Rio Hercílio, além de contribuir para desagregação de famílias que tiveram que sair das áreas historicamente ocupadas, nas quais estabeleciam relações socioculturais e ambientais. Como destaca Ana Patté, professora e pesquisadora Laklãnõ/Xokleng, a obra “trouxe enormes prejuízos aos indígenas, pois alagou todas as terras mais férteis e produtivas da TI, destruindo as casas que antes se situavam à beira do Rio Hercílio, nas primeiras cheias ocorridas durante a sua construção” (Patté, 2015, p. 23). A mesma autora destaca o rescaldo da construção para a cultura de seu povo:

A cultura em geral foi afetada, a vida social mudou radicalmente pois tiveram que sair de suas casas que havia perto do rio da onde tiravam seu sustento e hoje moram em morros com riscos de deslizamento, e casas construídas pelo governo com risco de desabamento, as famílias saem para as cidades mais próximas para poder trabalhar, em frigoríficos, malharias, madeiras e outros trabalham como domésticas (Patté, 2015, p. 30).

A desagregação sociocultural é uma grande violência simbólica advinda com a construção da barragem, pois os indígenas, que antes ocupavam somente uma aldeia (Sede), acabaram tendo que formar outras oito, “enfraquecendo a agência do povo e sua organização social, sendo levados ao deslocamento interno forçado – e até os dias atuais essa perambulação ainda não acabou” (CIMI, 2020). Esse sentimento é corroborado pela memória Laklãnõ/Xokleng, cujas reminiscências são trazidas pelas pesquisas desenvolvidas pelas gerações mais novas,

como revela o professor e pesquisador Neuton Ndili, quando afirma que os “mais velhos são unânimes ao afirmar que a Barragem Norte foi a grande responsável pela mudança radical de vida de nosso povo [...] A criação das aldeias desarticulou a nossa organização social e é como se não fossemos mais um único povo” (Ndili, 2015, p. 28). É possível afirmar, neste sentido, que, ao perder o controle que possuíam sobre seu território, os Laklãnõ/Xokleng acabam perdendo o controle sobre suas vidas, seus corpos e suas maneiras de se relacionar com o meio.

No quesito subsistência, a obra causou uma redução drástica das áreas planas, apropriadas para a agricultura, pois as cheias inundam grande parte do território. O fato de, à época da obra, não ter havido estudos de impacto ambiental e social e nem sequer diálogo com o povo indígena em nenhum momento do processo de decisão, concepção e construção da barragem, ocasionou a perda de 95% da área fértil da Terra Indígena (Florit *et al.* 2016 *apud* Corso, 2022, p. 110). A consequência direta foi a escassez de alimentos produzidos na área, o que obrigou a população a buscar sua subsistência fora da comunidade e a consumir mais produtos industrializados, o que, por sua vez, aumentou as doenças vinculadas à uma dieta rica em açúcar, gordura e sódio.

Em virtude dos riscos trazidos pela construção da barragem, o povo Laklãnõ/Xokleng se mantém constantemente mobilizado, seja para exigir do estado ações de compensação aos prejuízos causados pela obra, seja para denunciar o descaso e as violências sofridas também por conta disso. Foram frequentes as ações tomadas pelo povo desde o início da construção da barragem, para exigir seus direitos. Ações estas que se configuraram em greves, ocupação do canteiro de obras, controle da casa de máquinas da barragem, retenção de funcionários da FUNAI, mas também a elaboração de documentos como cartas de esclarecimento, notas de repúdio, protocolo de intenções, denúncias, entre outras. A maioria destas ações, infelizmente, mostrou-se sem grandes efeitos práticos para além daqueles transitados

em juízo.⁵ Ações de reparação nunca foram cumpridas integralmente e o governo do estado de Santa Catarina, além disso, deixou as estruturas da citada barragem abandonadas, sem manutenção há cerca de dez anos.

O último ato dessa série de violências contra o povo e o patrimônio Laklãnõ/Xokleng ocorreu no dia 8 de outubro de 2023. Em virtude das fortes chuvas que assolaram o estado e o risco de iminentes enchentes no Médio e Baixo Vale do Itajaí, o governo do estado decide fechar as comportas das barragens existentes na região para impedir alagamentos em cidades como Blumenau, Brusque, Rio do Sul e outras. Entre as barragens a serem fechadas, estava a Barragem Norte. Ao saberem das ações do governo, os indígenas da TI Laklãnõ se mobilizaram para tentar impedir ou, ao menos, suspender temporariamente a ordem, a tempo de as famílias conseguirem sair das áreas a serem alagadas. Para isso, montaram acampamento em frente e em cima da Barragem Norte.

Em ato de extremo autoritarismo, governo e judiciário do estado de Santa Catarina determinaram o fechamento imediato das comportas, mesmo que, para isso, fosse necessária a utilização de força. E foi exatamente o que ocorreu. Na noite de domingo, 8 de outubro, a tropa de choque da Polícia Militar do estado utilizou-se de todo seu aparato de repressão para possibilitar o acesso dos engenheiros responsáveis aos mecanismos de fechamento da barragem. A população indígena que protestava contra o fechamento foi violentamente reprimida, com tiros de bala de borracha, *spray* de pimenta e gás lacrimogêneo. O resultado, obviamente, foram inúmeras pessoas feridas e as comportas da barragem fechadas. Estas ações, todavia, além de causar violências e imensos prejuízos à comunidade Laklãnõ Xokleng, não evi-

5 Em razão dos acordos descumpridos, uma ação transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) no mês de agosto de 2017, o estado de Santa Catarina, a União e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) foram condenados a implementar ações compensatórias e de segurança relativas à Barragem Norte. (CIMI, 2023).

tou as consequências das cheias para os municípios dos Médio e Baixo Vales do Itajaí, que ficaram invariavelmente inundados.

Considerações finais

Conforme relatado neste artigo, a história do povo Laklãnõ/Xokleng está repleta de inúmeros registros de violência física, sistêmica e simbólica. As provas são fartas e de múltiplas naturezas, com destaque aos documentos, à bibliografia e à oralidade indígena, que revelam desde as perseguições e mortes promovidas pelos “bugreiros”, com patrocínio e conivência do estado, até as mais recentes violências jurídicas, como a tese do Marco Temporal.⁶ A construção da Barragem Norte é mais uma das ações onde os interesses dos setores dominantes da sociedade e do estado se sobrepõe a uma minoria empobrecida e invisibilizada.

O empobrecimento, diga-se, é sobretudo material, ocasionado por séculos de exploração, perseguições e tentativas de extermínio, as quais redundaram na espoliação de seus territórios tradicionais e ao confinamento a um espaço diminuto para sua reprodução socioeconômica, como no caso da TI Laklãnõ. A invisibilidade é causa e consequência das atitudes de governantes e gestores, que se imis-cuem de garantir os direitos dos indígenas em prol do projeto desenvolvimentista, que sonega a existência de preceitos culturais próprios e específicos.

6 O chamado Marco Temporal, tese defendida por ruralistas e mineradores, com significativa representatividade no Congresso Nacional, pretende restringir os direitos territoriais indígenas, ao estabelecer que estes povos só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse em 5 de outubro de 1988. Foi baseando-se nesta tese que em 2013, o TRF-4 concede ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina a reintegração de posse de uma área que é parte da Reserva Biológica do Sassafrás, onde fica a Terra Indígena LaKlãnõ. A justificativa é que a área não era ocupada pelos Laklãnõ/Xokleng quando da demarcação final da TI, em 2003, portanto, aplicando-se os preceitos do Marco Temporal. Esta tese teve parecer contrário pelo Supremo Tribunal Federal em setembro de 2023. Todavia, à revelia da decisão do STF, em outubro desse mesmo ano, a Câmara do Deputados e o Senado aprovaram a retomada da tese por meio de nova lei (Lei 14.701/23). Mais informações em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1029997-congresso-promulga-o-marco-temporal-pa-ra-terras-indigenas-mas-polemicas-seguem-na-justica/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

O que o povo Laklãnõ tem feito, no caso da Barragem Norte e em outras ações de caráter reivindicatório, é tentar superar essa invisibilização. Para isso, organiza-se e protesta, faz greve, denuncia os abusos e as violências cometidas pelo estado e por outros setores, pois sabe que as medidas, mesmo que paliativas, só serão tomadas se houver coação da sociedade e apoio dos representantes nas esferas políticas. Enquanto isso, a cada período de chuvas, a angústia se instala entre eles, pois a iminência de novas enchentes preocupa mais e mais a cada ano. Enquanto não ocorrem, como bem destaca Neuton Camlém (2015, p. 32): “Na pequena cidade de José Boiteux, onde estão as aldeias, a vida seguirá. Os indígenas, na sabedoria milenar do silêncio, se recolherão para lamber as feridas. Mas, não se enganem. Enquanto viva, essa gente guerreira vai lutar por seus direitos”.

Referências

BAULER, Almir. **A dialética do contato:** colonização, pacificação e resistências dos históricos Botocudos (Xokleng/Laklãnõ) no Vale do Itajaí/SC (1850/-1929). Dourados: Editora da UFGD, 2015.

BONIM, Iara T. **Racismo:** desejo de exterminar os povos e omissão em fazer valer seus direitos. In: CIMI. **Relatório – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014.** Brasília, 2015. p. 40-44. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Comissão Nacional da Verdade.** – Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Colonialidade do poder e a violência contra os povos indígenas. **Revista PerCursos.** Florianópolis, v. 16, n.32, p. 103-120, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/artcle/view/1984724616322015103>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRINGMANN, Sandor F. **Entre os Índios do Sul:** Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967).

2015. 452f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BRINGMANN, Sandor F. **Índios, Colonos e Fazendeiros: Conflitos Interculturais e Resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829-1860)**. 2010. 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAMLÉM, Neuton. **Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklãnô a partir da construção da Barragem Norte**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CONGRESSO PROMULGA O MARCO TEMPORAL PARA TERRAS INDÍGENAS, MAS POLÊMICAS SEGUEM NA JUSTIÇA. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 3 jan. 2024, Política e Administração Pública. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1029997-congresso-promulga-o-marco-temporal-para-terras-indigenas-mas-polemicas-seguem-na-justica/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório** – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Dados de 2014. Brasília: CIMI, 2015, p. 40-44. Disponível em: https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO **Relatório** – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Dados de 2022. Brasília, DF: CIMI, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CORSO, João Vitor. **As faces do desenvolvimentismo brasileiro: a construção da Barragem Norte no Vale do Itajaí e os impactos socioambientais para a população indígena Xokleng Laklãnô**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

FRAGA, Nilson C.; KÖELLER, Vera. B. As enchentes no Vale do Itajaí-Açu, SC: das obras de contenção à indústria da enchente. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 17, p. 81-92, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12065>. Acesso em: 10 fev.2024.

GOVERNO DE SANTA CATARINA DESCUMPRE ACORDOS, ATACA POVO XOKLENG E PÕE EM RISCO POPULAÇÃO À JUSANTE DA BARRAGEM NORTE. **CIMI**, Chapecó, 8 out. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/10/governo-sc-atacaibiramalaklanobarragem/#:~:text=No%20intuito%20de%20acobertar%20a,viol%C3%94ncia%20na%20manh%C3%A3%20deste%20domingo>. Acesso em 11/02/2024.

NDILLI, Neuton C. V. **Mudanças socioambientais na comunidade Xokleng Laklãnõ a partir da construção da Barragem Norte**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PATTÉ, Ana Roberta U. **Barragem Norte na Terra Indígena Laklãnõ**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ROCHA, Leandro Mendes. **A Política Indigenista no Brasil (1930-1967)**. Goiânia: Editora da UFG. 2003.

SANTANA, Renato. Desalojados no próprio território: a Barragem Norte e o deslocamento forçado do povo Xokleng. **CIMI**, [S.l.], 18 out. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/10/desalojados-proprio-territorio-barragem-nortedeslocamento-forcado-povo-xokleng/>. Acesso em: 3 fev. 2024.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A barragem de Ibirama e os índios. **Geosul**, Florianópolis, v.2, n.4, p. 42-47, 1987. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12673>. Acesso em: 3 fev.2024

SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e Brancos do Sul do Brasil: a dramática experiência Xokleng. Florianópolis: EDEME, 1973.

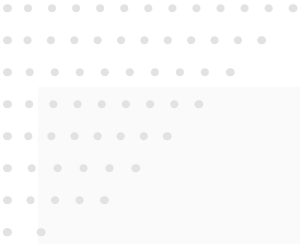
UBA, Felipe de Oliveira. **A devassa no Serviço de Proteção aos Índios: Relatório Figueiredo, burocracia e política (1963-1968)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História)–Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na Ditadura**. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

WIIK, Flavio Braune. Povos Indígenas no Brasil: Xokleng. **Instituto Socioambiental**, [S.l.], 10 jan. 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>. Acesso em: 2 fev. 2024.

WITTMANN, Luisa T. **O Vapor e o Botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850/1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ZELIC, Marcelo. Comissão Nacional Indígena da Verdade, uma emergência civilizatória. *In*: Conselho Indigenista Missionário. **Relatório** – Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil. Dados de 2022. Brasília: CIMI, 2023, p. 273-278.

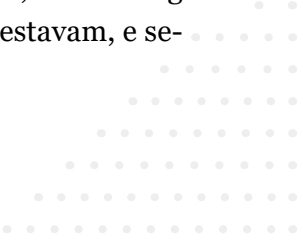


MILITARES, DEMARCAÇÕES E MARCO TEMPORAL: UM ESTUDO DO CASO XOKLENG, EM SANTA CATARINA

Pedro de Moraes Silva
UFPEL

Introdução

A Ditadura Militar brasileira (1964-1985) foi responsável por uma série de violências contra as populações originárias, conforme apurado pela Comissão Nacional da Verdade. A partir do trabalho da Comissão, está exposto o caso da construção da Barragem Norte em território pertencente às terras indígenas da comunidade Xokleng, da região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e os impactos socioambientais decorrentes dessa ação. Para além do fato de nenhum estudo de impacto ambiental ter sido apresentado pelo estado de Santa Catarina até a elaboração desse trabalho, essas alterações do território tradicional reservado aos Xokleng implicam em uma questão prática ao julgamento de repercussão geral, tramitado no Supremo Tribunal Federal, sobre o “marco temporal”. Essa tese, que ainda corre no legislativo, busca basear as demarcações indígenas a partir das terras ocupadas e disputadas até a data da promulgação da última constituinte, em 5 de outubro de 1988. Isso é dizer que: a partir das implicações impostas pelos militares junto à construção da estrutura, os Xokleng não poderiam estar ocupando suas terras, uma vez que estavam, e seguem estando desalojados das mesmas.



A partir de seu estabelecimento, em 2011, a Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014a) teve um papel central em cobrir essas lacunas, não apenas em relatando os abusos, infrações e violações aos direitos humanos cometidos pelo regime, mas também como elemento de reconstituição das perseguições e atentados contra determinados grupos, segmentos sociais e instituições. Esse trabalho, marcado especialmente no segundo volume da CNV (Brasil, 2014b), foca por exemplo nas violências do regime contra os povos indígenas brasileiros; desde a marcante omissão do governo às questões caras a essas populações, das forçadas expulsões de indígenas de seus territórios tradicionais, até as perseguições diretas e com caráter de limpeza étnica em alguns casos. Nesse emaranhado trágico, um dos casos citados é o dos Xokleng, na Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, em Santa Catarina (Brasil, 2014b, p. 220).

A partir dos eventos que se repercutem atualmente e pautam o debate público e político brasileiro, acalorado pela disputa entre os poderes, busca-se explorar cronologicamente os eventos relacionados à construção da Barragem Norte pelo regime militar e sua relação à demarcação das terras Xoklengs. Para isso, irá se: a) analisar os eventos acerca a demarcação do TI Ibirama Laklãnõ do povo Xokleng; b) analisar os eventos acerca a criação da Barragem Norte e as razões da escolha da região para construção da barragem durante o regime militar; c) analisar como a questão foi tratada no período posterior ao regime militar. A partir dessa análise, concebendo os impactos das ações diretas do regime militar nas demarcações indígenas da terra Ibirama La-Klãnõ, pretende-se conceber como isso influencia na validade das decisões judiciais baseadas na tese do marco temporal.

Tendo esse passo a passo traçado, busca-se averiguar o papel dos militares na criação da Barragem Norte e suas consequências que foram levadas a cabo no julgamento do marco temporal, já nas instâncias do Supremo Tribunal Federal. Essa intenção se justifica pela necessidade de esclarecer e reconstituir alguns marcos caros à ques-

tão indígena no Brasil, e em um nível mais direcionado, compreender o papel desempenhado pela Ditadura Militar brasileira em violências e cercamentos que geraram desafios ainda latentes e presentes na realidade dos povos originários do país—tantas vezes ignorados. Por fim, também é relevante deixar claro que essa proposta é um ponto de partida para pesquisas futuras, que buscam uma compreensão mais aprofundada e uma discussão mais ampla do tema.

A ditadura militar brasileira e suas implicações para os povos indígenas

Em 9 de abril de 1964, se instaurava através da Junta Militar o Ato Institucional nº 1 (AI-1), após o golpe de Estado promovido contra o governo democrático de João Goulart (PTB). A ditadura militar brasileira estava assim inaugurada, e comandaria o país por mais duas décadas, até o ano de 1985¹. Durante o período, 434 militantes foram assassinados pelo regime (ou se encontram desaparecidos) e:

(...) pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura militar e cerca de 20 mil brasileiros passaram por sessões de tortura. Além disso, existem 7.367 acusados e 10.034 atingidos na fase de inquérito em 707 processos judiciais por crime contra a segurança nacional; sem falar nas milhares de prisões políticas não registradas, nas quatro condenações à pena de morte, nos aproximadamente 130 banidos, nos 4.862 cassados, nas levas de exilados e nas centenas de camponeses assassinados (Comissão da Verdade, 2017, n.p.).

Perseguição política, tortura e exílio foram marcas do regime militar brasileiro, mas essas não foram as únicas violências promovidas pela ditadura. Muitas vezes por minorizada, ou excluída do debate público, está a questão indígena durante o período. Conforme abordado em *Negócio* (2017), uma série de graves violações aos direitos

¹ Para mais informações, ver: Brasil (2014a).

humanos dos povos indígenas foram promovidas pelos militares—contra as vidas, os corpos, as culturas e as terras das populações originárias brasileiras. Estima-se, a partir de dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que 8.350 indígenas, de todas as regiões do país, foram mortos pelo regime (seja por ação, ou omissão), com a consideração de que esses números podem ser ainda maiores (Brasil, 2014b).

A CNV apontou o impacto das grandes obras promovidas durante o período para a “colonização” do interior do país e a construção de marcos da infraestrutura nacional, como por exemplo a hidroelétrica de Itaipu, no Paraná (concluída em 1982) e as rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (concluídas em 1972 e 1976, respectivamente); essas obras foram responsáveis pelo deslocamento forçado de milhares de indígenas, através do uso da força de agentes do governo. Força essa responsável por verdadeiros genocídios, como os promovidos no território do povo Kiña, que viram $\frac{2}{3}$ de sua população desaparecer entre os anos de 1972 e 1975 (Negócio, 2017).

Essas pílulas são expostas para contexto, tanto histórico, como do *modus operandi* que a ditadura adotou contra as populações originárias. No estudo do caso Xokleng, mais detalhes serão explorados.

O povo Xokleng, a colonização de Santa Catarina e as primeiras demarcações

Porém, antes de adentrar ao caso específico das violações ligadas à construção da Barragem Norte, é necessário compreender quem são os sujeitos afetados, em uma abordagem histórica. Os Xokleng são um povo indígena brasileiro, da família macro-jê², com territórios originais que ocupavam os atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Desde o século XVIII, essas terras foram cruzadas pelas estradas que ligavam São Paulo com o lucrativo comércio do charque, no Rio Grande do Sul, com os primeiros embates remon-

2 Comumente e de forma genérica chamados de “botocudos”, por utilizarem botoques em seus lábios e orelhas. Esses grupos foram severamente perseguidos e sofreram um genocídio durante a conquista da Mata Atlântica, no século XVIII (Krenak, 2009).

tando ao período. Enquanto isso, em Santa Catarina, com a fundação de Lages (1777) e a expansão das atividades de agropecuária, se observa uma diminuição significativa da área das araucárias, essencial para a sobrevivência do grupo durante o período de inverno—quando saíam do litoral e iam ao planalto catarinense.

Com esse cerceamento inicial, o grupo já observa uma significativa diminuição de suas terras, mas que seria ainda agravado com o começo da colonização europeia no Sul do Brasil, a partir de 1824, inicialmente no Rio Grande do Sul e a posteriormente em Santa Catarina. Os indígenas Xokleng se assentariam assim na região do Vale do Itajaí, no nordeste do estado catarinense. No período, o grupo passava por conflitos internos entre diferentes facções—ao passo que passavam por embates diretos como colonos europeus.

É a partir da Lei de Terras de 1850 que os Xokleng têm todo seu território original invadido, com a fundação de Blumenau (1850) e posteriormente a de Joinville (1851), por colonos alemães, conforme apura o Armazém Memória (s.d., n.p.): “Com a chegada das colonizadoras no Vale do Itajaí e a imigração alemã, as últimas terras Xokleng foram invadidas, divididas e vendidas aos colonos”. As décadas posteriores, foram marcadas por extrema violência e catequização forçada por agentes imperiais, com ação de incursões punitivas por “bugreiros”³ na região.

Apenas em 1914 ocorre o primeiro contato pacífico entre os Xoklengs e os brancos, a partir do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)⁴. Em 1926, é delimitado o espaço que daria origem a Terra Indígena Ibirama, conforme:

3 “Bugreiros” foram caçadores e assassinos de indígenas, contratados pelo governo. “Bugre” é um termos racista e pejorativo usado contra indígenas.

4 Conforme Araújo (2016): “O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado em 1910 com o objetivo de pacificar e proteger os diversos povos indígenas do Brasil. Foi extinto em 1967, pelo então presidente Costa e Silva, após os escândalos de corrupção e crimes contra o índio, que envolviam o órgão”. O contato inicial com os Xokleng foi estabelecido por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.

A TI Ibirama está situada ao longo dos rios Hercílio (antigo Itajaí do Norte) e Plate, que moldam um dos vales formadores da bacia do rio Itajaí-açu, e está a cerca de 260 km a noroeste de Florianópolis e 100 a oeste de Blumenau. Localizada em quatro municípios catarinenses, cerca de 70% da área está dentro dos limites dos municípios José Boiteux e Doutor Pedrinho. Essa TI inicialmente denominada Posto Indígena Duque de Caxias, foi criada pelo chefe do governo catarinense, Adolfo Konder, em 1926, que destinou aos Xokleng uma área de 20.000 hectares. Em 1965 foi oficialmente demarcada e em 1975 recebeu o nome de Ibirama (Wilk, 2024, n.p.).

Porém, em 1952, uma área de 6.000 hectares do então Poste Indígena Duque de Caxias são retiradas dos indígenas pelo Estado de Santa Catarina. Nos anos seguintes, e fortemente a partir da década de 1960, se torna um período marcado por novas invasões e atividades da indústria madeireira na região (Armazém da Memória, s.d.). O território original dos Xokleng, que ocupava áreas de Curitiba à Porto Alegre, entre litoral e planaltos, se reduzia à hectares pouco protegidos e ameaçados pelo próprio governo do estado de Santa Catarina. Em menos de dois séculos, os indígenas foram perseguidos, mortos e assimilados.

O papel dos militares na construção da Barragem Norte

No começo da década 1960, em paralelo, no campo político-institucional brasileiro, uma série de turbulências aconteciam, acentuadas após a renúncia do presidente Jânio Quadros e transição para o seu vice, João Goulart. Crise essa que culminaria no golpe de Estado aplicado pelos militares, como já pontuado, no dia 1º de abril de 1964. Para além das violências, também já relatadas, um caráter importante da relação do regime com as populações originárias, é o aparelhamento de instituições de defesa dos interesses e direitos indígenas.

Já em 1967, por exemplo, com a criação Fundação Nacional do Índio (Funai)⁵, como órgão do Ministério do Interior, ou seja, a pasta responsável pelas obras de infraestrutura do país—os interesses indígenas estariam a mercê das grandes empreitadas da ditadura (Brasil, 2014b), como segue: há casos de graves violações de direitos humanos associados à extração de madeira e minérios, à colonização e a obras de infraestrutura (Brasil, 2014b, p. 205). Conforme o Armazém da Memória (s.d.), relatórios militares já observavam a situação da reserva, a relação das madeiras e o abuso de autoridade por parte da prefeitura da Cidade de Ibirama.

Assim, a construção da Barragem Norte inicia-se em 1976, em uma área tomada a reserva Ibirama, de aproximadamente 800 hectares. Apesar de resistência inicial dos Xokleng, agentes da Polícia Federal garantiram através do uso da ameaça de violência o andamento das obras. O empreendimento, responsável por conter enchentes nos municípios do Vale do Itajaí (como José Boiteux, Ibirama e Blumenau), acarreta em uma série de impactos ambientais na região: enchentes, redução da área adequada para agricultura e causando danos a pesca do rio Itajaí. Para além disso, a área corta a antiga sede das aldeias Xokleng—hoje os indígenas necessitaram se dissipar para outros oito aldeias (Cimi, 2020).

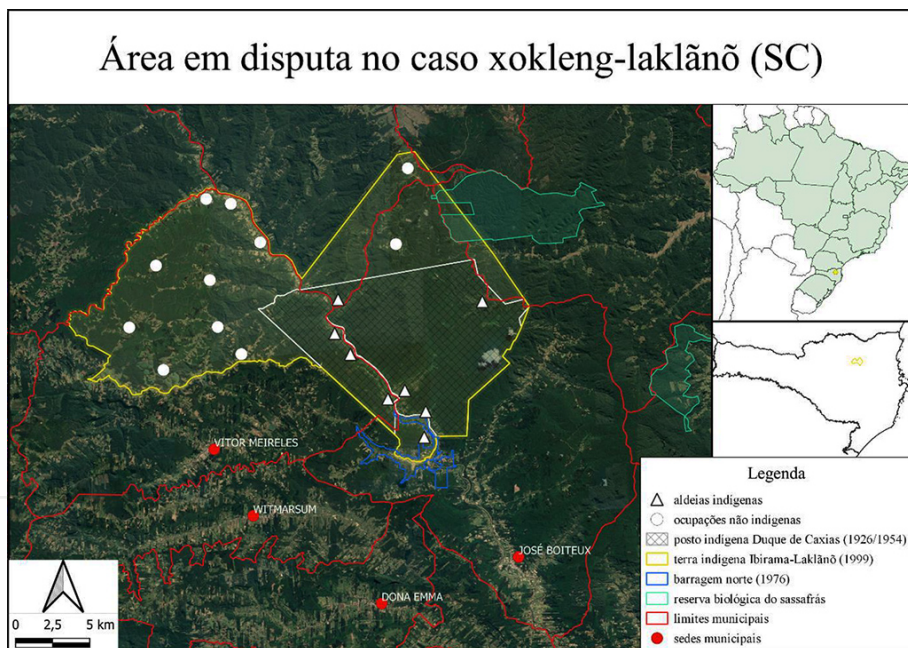
Os terrenos para plantar são poucos e pequenos. Uns até cultivam pepino, beterraba, feijão, mas é pouquinho. Mal alimenta a família. Não adianta assim. Então muitos Xokleng aqui da terra saem de madrugada para trabalhar nas cidades e voltam no final do dia. Se você caminhar pelas casas a essa hora, vai ver que estão só as crianças e uns poucos adultos cuidando. No geral as avós. Sem praticar nossa agricultura, sem pescar, sem andar livremente, sem ter condições de fazer as casas... isso vai enfraquecendo, obrigando a esses deslocamentos”, diz o cacique. Em linhas gerais, os Xokleng estão cercados por madeireiros, plantações de fumo e confinados

5 Substituindo o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

em 14 mil hectares que dividem com uma barragem e todo o raio de seu impacto (Cimi, 2020, n.p.)

A Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ foi demarcada em 2033, todavia parte do terreno é disputado por agricultores da região, com apoio do governo estadual de Santa Catarina (Câmara dos Deputados do Brasil, 2023). Não ocorreu nenhuma forma de recompensamento financeiro, nunca foi apresentando um plano de impacto socioambiental pelo Estado de Santa Catarina e, como será abordado na sessão a seguir, os Xoklengs agora enfrentam o risco de perder o reconhecimento dessas terras e conseqüentemente findar as expectativas de respostas à questão da Barragem, passados praticamente cinco décadas de sua construção.

Figura 1—Croqui da área em disputa no caso Xokleng-Laklãnõ (SC)



Fonte: Oliveira (2021, n.p.)

O debate em torno do “marco temporal”

Anos depois, em 2007, a tese do marco temporal é uma interpretação adotada pela Advocacia-Geral da União, em um entendimento dado a partir do caso da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, que implica que os povos originários poderiam reivindicar demarcações de terras, apenas no caso de que a estivessem ocupando até a data da promulgação da Constituição de 1988, ignorando possíveis expulsões ou conflitos históricos que tenham ocorrido até então. Conforme:

O marco temporal de ocupação. A Constituição Federal trabalhou com data certa — a data da promulgação dela própria (5 de outubro de 1988) — como insubstituível referencial para o dado da ocupação de um determinado espaço geográfico por essa ou aquela etnia aborígine; ou seja, para o reconhecimento, aos índios, dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam (Brasil, 2011, p. 7).

Desde então, baseada na noção de que as terras tradicionais indígenas seriam as ocupadas pelos grupos, no dia da promulgação da Constituição Federal, a tese vem sendo utilizada em instâncias estaduais para casos de disputada sobre a demarcação de territórios (Bragato; Neto, 2017). Recentemente no Brasil, para além da questão central sobre a demarcação, se observa um aumento das taxas de violência contra populações originárias e também de violações contra os seus direitos humanos, alinhado aos projetos de governos neoliberais e interesses de agentes do setor privado ligado ao agronegócio e a mineração, como aponta Mondardo (2022).

A tese do marco temporal, sobretudo, confronta a definição da própria Constituição sobre o conceito de terras originais dos povos originários, que compreende uma noção de território tradicional como direito dos indígenas, conforme:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (Brasil, 1988, art. 231).

Os argumentos em torno da tese se baseiam em dois eixos: os defensores de sua adoção, como Nunes Marques, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), compreendem que o marco temporal é essencial para garantir a soberania nacional “soberania e independência nacional, garantindo pilares para a segurança jurídica para os latifundiários proprietários de terra, como o próprio expõe: “Uma teoria que defenda os limites das terras a um processo permanente de recuperação de posse em razão de um esbulho ancestral naturalmente abre espaço para conflitos de toda a ordem (...)” (Agência Câmara de Notícias, 2023, n.p.).

Além disso, os defensores do marco temporal argumentam que sua aplicação é fundamental para garantir a estabilidade e o desenvolvimento econômico, especialmente em regiões onde há disputas territoriais. Eles afirmam que a delimitação clara das terras indígenas permite um planejamento mais eficiente e sustentável, incentivando investimentos e promovendo o crescimento socioeconômico das comunidades envolvidas. Dessa forma, acreditam que o marco temporal não apenas protege os direitos de propriedade privada, mas também contribui para o progresso social e econômico do país como um todo.

Em outra via, críticos do “marco temporal” argumentam que essa interpretação é injusta e contrária aos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal e por tratados internacionais, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008). Eles destacam que os povos indígenas foram expulsos de suas terras devido à colonização e a uma série de violências históricas, como também já foi exposto no caso dos Xokleng, o que torna injusto limitar

seus direitos territoriais com base em uma data arbitrariamente escolhida. Além disso, afirmam que essa interpretação ignora o princípio da ancestralidade e a ligação cultural e espiritual dos povos indígenas com suas terras.

Em setembro de 2023, o STF declarou inconstitucional, em julgamento de repercussão geral, o entendimento do marco temporal, em nove votos favoráveis a derrubar a tese, contra dois contrários. Os ministros compreenderam que os direitos dos indígenas às suas terras originais estão resguardados pela Constituição (Pajolla, 2023). Todavia, esse julgamento não encerra o caso. Ainda em outubro de 2023, a tese foi reintroduzida pelo legislativo, através da bancada do agro, tanto na instância da Câmara dos Deputados quanto na do Senado Federal. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realizou vetos parciais à proposta, o que foi respondido com um derrubada dos vetos pelo Congresso. Com isso, uma coalizão governista recorreu novamente ao STF, estendendo novamente a discussão sobre o marco (Agência Câmara de Notícias, 2024)

Considerações finais

Como foi levantado, durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), ocorreu uma intensa política de desenvolvimento baseado em grandes obras públicas, e que em diversos casos resultou na expulsão e no deslocamento forçado de comunidades indígenas de suas terras tradicionais. A construção desses projetos de infraestrutura, como a Barragem Norte, frequentemente ignorava os direitos territoriais dos povos indígenas, levando a conflitos e violações de direitos humanos.

Nesse contexto, a aplicação do “marco temporal” em disputas judiciais torna-se ainda mais controversa, pois muitas das terras reivindicadas pelos povos indígenas foram perdidas durante esse período de violações sistemáticas de direitos. Ignorar esse contexto histórico ao aplicar o “marco temporal” seria perpetuar as injustiças cometidas

durante a Ditadura Militar e privar os povos indígenas de seus direitos territoriais legítimos.

Com isso, o que se expõe é a necessidade de pautar o debate identificando exatamente os atores envolvidos nas violações contra populações originárias, os períodos e as causas. Considerar isso é relevante dentro das discussões sobre a memória política da Ditadura, muitas vezes relativizada, com uma narrativa propagada por certos sujeitos políticos como um período de violências pontuais, excepcionais e limitada aos grandes centros urbanos e contra grupos ditos terroristas de guerrilha. Esse discurso exclui o verdadeiro genocídio indígena promovido pelo regime, e faz escapar do debate público as mais distintas formas e repertórios de violência dos militares.

Referências

ARAÚJO, Rayane Barreto de. Imprensa e História: a crise do SPI e a violação dos direitos indígenas narradas pelo Jornal do Brasil (1966-1968). In: ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17, 2016, Nova Iguaçu. **Anais**. Nova Iguaçu: ANPUH, 2016, n.p.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; NETO, Pedro Bigolin. Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 156–195, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/21350>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. v. I. Brasília, DF: CNV, 2014a. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas**. Capítulo V. v. II. Brasília, DF: CNV, 2014b. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%20%20-%20Texto%205.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Petição nº 3388. Relator Min. Carlos Ayres Britto. **Diário da Justiça**. Brasília, DF, 20 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630133>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

COMISSÃO DA VERDADE DA PUC-SP. **Inicial**. São Paulo: PUC, 2017. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/home.html>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CONGRESSO PROMULGA O MARCO TEMPORAL PARA TERRAS INDÍGENAS, MAS POLÊMICAS SEGUEM NA JUSTIÇA. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 3 jan. 2024. Política e Administração Pública. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/1029997-congresso-promulga-o-marco-temporal-para-terras-indigenas-mas-polemicas-seguem-na-justica/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Desalojados no próprio território:: a barragem norte e o deslocamento forçado do povo xokleng. a Barragem Norte e o deslocamento forçado do povo Xokleng. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/10/desalojados-proprio-territorio-barragem-norte-deslocamento-forcado-povo-xokleng/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

ESPECIAL XOKLENG. **Armazém da Memória** – Um resgate coletivo da história. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://armazemmemoria.com.br/especial-xokleng/>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

KRENAK, Ailton. Genocídio e resgate dos “Botocudo”. [Entrevista concedida a] Marco Antônio Tavares Coelho. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 23, n. 65, p. 193–204, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000100014>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

NEGÓCIO, Carla Daniela Leite. A violência física e cultural contra os povos indígenas durante o regime militar. **Aracê – Direitos Humanos em Revista**, São Paulo v. 4, n. 5, p. 263-294, 2017. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/145>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MONDARDO, Marcos Leandro. Em defesa dos territórios indígenas no Brasil: direitos, demarcações e retomadas. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 26, n. 1, p. e-176224, 2022. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.176224. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/176224>. Acesso em: 24 abr. 2024.

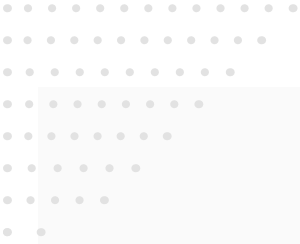
O QUE É MARCO TEMPORAL E QUAIS SÃO OS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 25 set. 2023. Meio Ambiente e Energia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

OLIVEIRA, Diogo de. Conheça a fundo a histórica da terra indígena Ibirama-Laklãnõ. **Portal Educadora**, Taió, 2021. Disponível em: <<https://www.portaleducadora.com/noticia/conheca-a-fundo-a-historia-da-terra-indigena-ibirama-laklano-e-o-marco-temporal/>>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024.

PAJOLLA, Murilo. Em julgamento histórico, STF derruba marco temporal das terras indígenas por 9 votos contra 2. **Brasil de Fato**, Lábrea, 21 set. 2023, Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/21/com-voto-de-fux-stf-forma-maioria-contrario-o-marco-temporal-das-terras-indigenas>. Acesso em: 28 fev. 2024.

WILK, Flávio Braune. Povo Xokleng. **Povos Indígenas no Brasil**. [S.l.], 10 jan. 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>. Acesso em: 22 fev. 2024.



OS MODOS DE (R)EXISTÊNCIA AO RACISMO

Camila Borges dos Anjos

Pesquisadora independente

Marilane Mendes Cascaes da Rosa

Unisul

| Primeiras palavras de (r)existência...

[...]

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

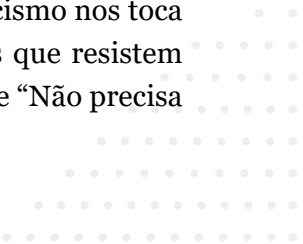
*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.*

O ontem – o hoje – o agora.

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo)

Iniciamos este texto dizendo que a temática do racismo nos toca profundamente, envergonha-nos e, assim como outros que resistem a ele, nós também tomamos partido dessa causa, porque “Não precisa



ser negro para lutar contra o racismo. Basta ser humano!”¹. Mas será que somente isso é suficiente para romper com os discursos racistas e impor uma nova forma de ver o negro? Certamente não, visto que esses discursos são frutos do trabalho da memória e da ideologia, de um racismo que é estrutural.

A ideologia, como nos ensina Pêcheux ([1975] 2014, p. 139), produz um tecido de evidências, dá a ver sentidos sobre as coisas, incidindo em sua representação no laço social. No caso dos negros, o ideológico faz ressoar sentidos que perpassam um imaginário da história vivida por esses sujeitos, uma história de sofrimento, perseguição, dor, mas também de luta, força e resistência. Embora a escravidão tenha “acabado”, seus sentidos continuam ecoando entre nós, sendo frequentes as diferentes formas preconceito contra o outro — que é negro —, de forma explícita e/ou velada.

Esse cenário de injúria se diz em diferentes espaços, do meio físico, nas ruas, ao virtual, na internet, sendo necessário, portanto, fazer frente a esses discursos. São formas de combater o preconceito as manifestações nas redes, as passeatas nos espaços públicos, os projetos desenvolvidos nas escolas, as campanhas que defendem a justiça racial, a implementação de ações afirmativas no ambiente laboral, entre outros. Dessa forma, estamos entendendo, de maneira semelhante a Lagazzi e Medeiros (2019), que os processos de resistência podem se dar de diferentes modos.

Com o ecoar das vozes antirracistas, torna-se possível desestabilizar discursos naturalizados no espaço social. E foi com esse intuito que em maio de 2023, em Tubarão/ SC, foi realizada uma manifestação no centro da cidade, denominada *Respeito não tem cor, tem consciência*, reivindicando justiça em relação a um ataque físico e a insultos verbais praticados contra um homem negro à época. O caso ganhou

1 Frases presentes em uma faixa utilizada na passeata do dia 27/05/2023 em Tubarão/SC. Disponível em: <https://horahiper.com.br/geral/-manifestacao-contra-racismo-em-tubarao-tem-debate-e-passeata-15275>. Acesso em: 29 fev. 2024.

repercussão local e regional, levantando a bandeira da igualdade e do antirracismo e convocando providências do poder público.

Pensando no modo como esse protesto pacífico se organizou, buscamos olhar para a resistência dos sujeitos manifestantes e seus efeitos no social. Para tanto, constituem o *corpus* desta pesquisa textos verbais e não verbais veiculados nas mídias, analisados à luz da Análise de Discurso de linha francesa. Assim, também, impregnamos nosso gesto de resistir e, semelhantemente a Conceição Evaristo, pelas nossas vozes, um eco de **liberdade, esperança e humanidade**, a fim de fazer ressoar outros sentidos ao discurso sobre o negro.

A resistência pela voz e pelo corpo

Há um consenso na literatura de que o racismo está enraizado na estrutura social e, muitas vezes, entrelaçado a outros indicadores ou formas de opressão. Angela Davis, bell hooks e Cornel West são alguns autores que discutem, em suas obras, a relação existente entre o racismo estrutural — não individualizado — e questões como gênero, encarceramento, raça, classe social, justiça racial, identidade e política.

Conceitualmente, o racismo, é compreendido como “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes” (Almeida, 2019, p. 21). Diante disso, não são isolados os casos de racismo vividos Brasil afora, diluindo-se na organização social e mostrando-se cotidianamente nas relações interpessoais e nas dinâmicas institucionais. Nas escolas, nos times de futebol, nas organizações, todos esses são espaços de manifestações racistas: xingamentos, insultos, provocações e, em grande parte das vezes, também agressões, como o caso que ocorreu em Tubarão/SC, que se deu em via pública.

Os noticiários nos mostram o deslindar dessas práticas racistas cotidianamente: “Macaco, escravo, preto adotado’: mãe denuncia escola particular em SP por omissão em casos de racismo contra filho

adolescente”²; Torcedores palmeirenses são vítimas de racismo durante visita à Bombonera pela Libertadores³; ‘Gritou bem alto macaco e todos ouviram. Foi uma situação bem triste’, disse funcionário vítima de injúria racial⁴. Esses são alguns casos que a mídia veicula, enquanto outros são silenciados.

Todo esse cenário tem feito com que cada vez mais pessoas se mobilizem em defesa da causa, como forma de combater o racismo e punir os responsáveis por praticá-lo. A luta contra o racismo se diz, assim, nos diferentes modos de resistência impetrados pelo sujeito, que busca, incessantemente, irromper novos modos de significação, fazer furo no discurso que o violenta diariamente.

Dela-Silva (2015, p. 210) explica que “[...] a resistência tende à polissemia, à ruptura no processo de produção de sentidos, ao deslocamento, que não se dá independentemente da repetição, mas na retomada de um dizer sempre em curso”. Nesses termos, à medida que a ideologia dominante faz trabalhar um discurso que estigmatiza o negro, os movimentos de resistência fazem deslocar o modo como o negro pode/deve ser visto/significado.

A necessidade de deslocar o lugar do negro faz com que constantemente o sujeito se posicione, mesmo tendo conhecimento de que, conforme enuncia Leandro-Ferreira (2015, p. 164), “[...] nem toda resistência provoque necessariamente ruptura”. Mas, podemos pensar que, embora não haja, de fato, uma ruptura, os atos de resistir dão a ver indícios de outros sentidos, desestabilizando a complexa rede da memória ao promover novas formas de se enxergar o negro e de fazer ouvir a sua voz.

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/18/macaco-escravo-preto-adotado-mae-denuncia-escola-particular-em-sp-por-omissao-em-casos-de-racismo-contra-filho-adolescente.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2023.

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/09/29/racismo-boca-bombonera-palmeiras.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2023.

4 Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/422724/turista-chinela-foi-presa-por-injuria-racial-contr.htm>. Acesso em: 19 out. 2023.

Essa mexida nas fileiras dos sentidos é marcada no social a partir dos discursos que se repetem em defesa dos direitos do negro. Conforme aponta Indursky (2013, p. 93), “No regime de repetibilidade, à medida que retomadas vão sendo feitas, podem ocorrer desde pequenas variações sintáticas e/ou lexicais até grandes alterações da ordem dos sentidos”. Isso permite afirmar que as formas de combater o racismo — pelo negro e por todos que lutam por essa causa — afetam o modo como é significado socialmente.

A resistência, nas palavras de Carneiro, Dela-Silva e Lagazzi (2021, p. 196), pode ser materializada em “Corpos que saem às ruas e se dão às lutas, fazendo ressoar corpos historicamente coagidos, abusados, escondidos, maltratados”, invisibilizados, injustiçados, excluídos da ordem social. A presença desses corpos indica uma nova direção de sentidos para o negro: evoca justiça, liberdade, igualdade, equidade e respeito.

O ato de se manifestar publicamente se mostra nesse corpo “[...] que olha e se expõe ao olhar do outro” (Leandro-Ferreira, 2013, p. 78). São diferentes corpos, de diferentes cores, expondo-se a todos para se fazerem vistos, ouvidos, ao resistirem, juntos, às formas de racismo. Para Carneiro, Dela Silva e Lagazzi (2021, p. 196), “A rua é lugar do caos, da resistência, de encontro, de marcha, de briga, lugar [...] de revolução”. Nela, é possível lutar, reivindicar, pleitear um espaço de escuta e se unir a outros corpos, outras vozes que emitem um mesmo som, em prol de uma causa comum.

A (r)existência na materialidade significativa

Para falar dos modos de resistir ao racismo, traremos, aqui, diferentes materialidades significantes, as quais não devem ser confundidas com materialidades de análise. Lagazzi (2017) diferencia essas materialidades dizendo que

[...] não se trata de sinonimizar materialidade significativa e material de análise. Trata-se de considerar o modo de estruturação dos materiais tomados para análise, o modo como materializam discursos. Trata-se, enfim, da formulação discursiva. Portanto, um filme tomado para análise não é uma materialidade significativa. Também não o é um anúncio, um documentário, um livro, uma peça de teatro, uma música quando tomados para análise. Devemos nos perguntar quais materialidades significantes compõem esses materiais passíveis de análise e nos permitem chegar a regularidades significativas de um funcionamento discursivo que se quer compreender (Lagazzi, 2017, p. 17).

Nesse sentido, as materialidades que vamos apresentar — fotografias divulgadas nos noticiários — devem ser vistas do ponto de vista da articulação do discurso, como ele aí se manifesta, e, a nosso ver, é justamente nesse lugar que a resistência do sujeito se inscreve. Na instabilidade dos sentidos, o que visualizamos é um discurso sempre sujeito ao que regula, mas igualmente à descontinuidade, à deriva, ou seja, um discurso que se dá na contradição, discurso suscetível a levar os sentidos sempre para outro lugar. Neste momento, para impregnar nosso gesto de análise, tomamos duas fotografias que circularam em reportagens na internet tratando sobre a manifestação contra o racismo.

Assim, ao analisarmos a primeira fotografia, estamos tomando a faixa, os dizeres presentes nela, os corpos de homens, mulheres e crianças, o espaço público e urbano como um modo de resistir, vendo a resistência em sua prática simbólica (Lagazzi, 2016). Ao se colocarem neste espaço, levantar os cartazes e faixas, os sujeitos tomam sua posição — a luta. Uma luta que deveria ser de todos, um direito de igualdade e de justiça que não é respeitado, por isso vão à rua, lugar de reivindicar, de fazer-se ouvir, conforme já pudemos observar a partir do que nos disseram Carneiro, Dela-Silva e Lagazzi (2021).

Figura 1: Fotografia da manifestação (1)

Fonte: Hora Hiper, 2023⁵.

Uma das faixas que abre a passeata é “Tire seu racismo do caminho/Vou passar com minha cor”. A partir dela, queremos pensar o significativo caminho, um caminho que precisa se abrir para outras perspectivas, contudo o racismo impede, ao impor obstáculos e não deixar o negro ser reconhecido. A faixa abre caminho para a luta e para a manifestação dessas pessoas.

Nela, as letras grafadas em maiúsculo recuperam o grito; o preto na primeira parte marca a raça — negra, que contrasta com o fundo branco, num gesto de buscar a integração racial. Em “Vou passar com minha cor”, escrito em azul, carrega a polissemia, o sentido da cor que ali se materializa, mas também da cor negra, daquele que, enquanto sujeito desejante, almeja trilhar esse caminho, um caminho que não o impede de passar, pelo contrário, acolhe-o. Um caminho na cidade e que, pela memória, recupera os sentidos da pólis, lugar do debate, das decisões, do cidadão, ou seja, a cidade é onde o sujeito é reconhecido e se reconhece, é legitimado, e é esse o lugar que o negro deseja ocupar.

5 Disponível em: <https://horahiper.com.br/geral/-manifestacao-contra-racismo-em-tubarao-tem-debate-e-passeata-15275>. Acesso em: 1 mar. 2024.

É a faixa que vem à frente, no primeiro plano, segurada por uma mulher negra e duas crianças, também negras, mostrando que a luta deve começar cedo e não faz distinção de gênero. Igualmente, o movimento não é de um só, de quem segura a faixa, mas de um grupo, de um coletivo que se posiciona contra o racismo e que, por meio da passeata, dos seus corpos ali expostos, da sua voz, dos outros cartazes e balões que seguram, dos guarda-chuvas, do caminho que percorrem na principal avenida da cidade, almejam fissurar o discurso racista.

A rua, então, coloca-se como o caminho, o lugar da luta, do resistir, do brigar por aquilo que lhes é de direito. A incessante luta, assim, dá a ver a resistência: “O sujeito resiste à dominação, resiste ao enquadramento, à manipulação [...]” (Leandro-Ferreira, 2015, p. 165), buscando, conforme dito anteriormente, deslocar os sentidos costurados na memória. E é essa descostura que também visualizamos na segunda fotografia, a partir dos gestos que se impõem na luta pela igualdade racial e pela justiça social.

Figura 2: Fotografia da manifestação (2)



Fonte: Hora Hiper, 2023⁶.

6 Disponível em: <https://horahiper.com.br/geral/-manifestacao-contra-racismo-em-tubarao-tem-debate-e-passeata-15275>. Acesso em: 1 mar. 2024.

No plano principal, estão as faixas e os cartazes levantados, no entanto, além deles, os braços erguidos e o punho cerrado, símbolo de enfrentamento e resistência, gesto de quem protesta nas ruas, gesto de solidariedade e apoio a causas relacionadas a conflitos sociais, neste caso, ao racismo. Esse gesto é, deste modo, um símbolo da luta antirracista e carrega os sentidos da força, da unidade e do pertencimento a um grupo minorizado. Os braços erguidos se unem, não é de um, mas de um grupo, amplia-se a força, é um manifesto político de resistência. E na luta, nos gestos de revolta e tensão, possibilidades de o discurso abrir brechas nos sentidos cristalizados, porque, como nos diz Pêcheux ([1975] 2014, p. 218), “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ousar se revoltar”.

A avenida é a mesma, porém, na primeira fotografia, o início e, na segunda, o centro, a praça. Pela memória, mais uma vez, os sentidos daquilo que ela representa, o lugar onde os cidadãos se encontravam para debater – aqui, sobre o racismo, a injúria racial cometida contra um dos seus. Na praça, faziam-se iguais, e é isso que se quer. A roupa que muitos vestem — cores escuras — pode ter o sentido da afirmação da sua própria negritude e da causa por que lutam, já que a passeata é constituída também por pessoas brancas.

Em uma outra faixa, agora com fundo preto e letras brancas, novamente o sentido de união, aproximação entre brancos e negros: “Não precisa ser negro para lutar contra o racismo/Basta ser humano!”. Porém, como se constrói o sentido de humanidade? Certamente, não é apenas aquilo que diz respeito à espécie humana, mas sua compaixão pelo outro, a solidariedade, o respeito pelo próximo, independentemente de sua cor. Os atos racistas são desumanos, reverberam sentidos de violência, de uma agressão que é histórica e que continua ecoando entre nós, dá-se numa dimensão muito maior do que aquela que é da ordem do agora, porém de um retorno constante a um passado e de uma memória que não cessa de se atualizar.

Entretanto, ao resistir, ao impor sua luta, tem-se a possibilidade de mudar, transformar a ordem das coisas, porque, segundo Mariani (1998, p. 26), a resistência permite romper “[...] rituais enunciativos, deslocando processos interpretativos já existentes”. E são esses deslocamentos que a manifestação antirracista anseia, uma prática que os legitime, um discurso que os integre e não lhes seja indiferente, que seja humano. Nesse movimento, “[...] o social se abre em sentidos e em possibilidades” (Lagazzi; Medeiros, 2019, p. 91), na contramão dos discursos instituídos no seio social.

Para Pêcheux ([1982] 2012, p. 17), “[...] toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que incubam sob a dominação ideológica”, e é isso que visualizamos no movimento e que as fotografias nos permitiram dizer: um dos modos de (r)existência dos sujeitos, considerando que atos de resistência como esse dão visibilidade à causa, fazendo furo, como nos disse Freda Indursky na palestra de abertura do Marcas da Memória 2023⁷, *numa rede de formulações já sedimentada, na tentativa de inaugurar uma nova rede de formulações*.

Desse modo, estamos entendendo a (r)existência como um lugar de deriva dos discursos dominantes que se impõem ao sujeito negro, afinal, embora esses sujeitos tenham, nos meios legais, os seus direitos garantidos, sabemos que há um distanciamento entre o dito e o praticado. Com isso, nesse espaço da rua, entendemos que ele encontra, “[...] em formas de (r)existência, o seu próprio direito à voz” (Marques, 2020, p. 118). É, portanto, no entrelaçamento de vozes e na exposição do corpo — negro, branco, de mulheres, homens e crianças —, que esse sujeito convoca outras possibilidades de significação.

7 Palestra da Conferência de abertura do VI Marcas da Memória: Violência de Estado e estado de violência: corpos e(m) resistência, no dia 24 de outubro de 2023, na Unisul em Tubarão/SC.

Palavras (nada) finais...

O caminho percorrido até aqui evidenciou um pouco da luta dos negros em busca do direito que têm no espaço social, que nem sempre é respeitado, como foi o caso ocorrido no mês de maio de 2023, em Tubarão/SC, assim como tantos outros que acontecem em outros lugares, com outros sujeitos, pela mesma motivação — a injúria racial.

Nessa conjuntura, a rua, por meio dos movimentos, das passeatas, das manifestações, mostra-se como um lugar possível para demarcar outros discursos sobre o negro, desconstruindo e deslegitimando os sentidos preestabelecidos. Novas discursividades são inauguradas no ato de convocar a igualdade social.

Os cartazes, as faixas, as camisetas, os gestos, a praça, a presença do corpo, todos esses elementos encontram-se materializados na fotografia, que põe em cena esse discurso de resistência, o qual, conforme nos dizem Lagazzi e Medeiros (2019), constitui o sujeito em sua possibilidade de se mover no simbólico. É pelo ato de resistir que o sujeito (r)existe, pois, na busca por seus direitos e justiça, ele reclama outros sentidos e, a partir disso, faz uma tentativa de se colocar numa outra condição de (r)existência.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARNEIRO, Ceres Ferreira.; DELA SILVA, Silmara Cristina; LAGAZZI, Suzy Maria. (D)o feminino em manifestação: discursos de resistência no espaço urbano. *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva (org.). **Ousar se revoltar**: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso no Brasil. 1. ed. Campinas: Pontes, 2021. v. 1. p. 189-201.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. Discurso, resistência e escrita: por uma análise discursiva dos espaços para os sujeitos na mídia. *In*: SOARES, Alexandre Ferrari; MARIANI, Bethania; DELA-SILVA, Silmara Cristina; MEDEIROS,

Vanise (org). **Discurso, resistência e....**Cascavel: Editora da Unioeste, 2015. p. 207-228.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

INDURSKY, Freda. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. **Signo y Señá**, Buenos Aires, n. 24, p. 91-104, dez. 2013. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/3210>. Acesso em: 1 mar. 2024.

LAGAZZI, Suzy. Resistência Simbólica (verbete) 1 vídeo. (4:20 min.) In: Mariani, Bethania (org.) **Enciclopédia Virtual de Análise de Discurso e áreas afins** (Encidis). Niterói: LAS; UFF, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I8xWY2wjiD0>. Acesso em: 19 out. 2023.

LAGAZZI, Suzy. Trajetos do sujeito na composição filmica. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto *et al.* (org.). **Análise do discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2017. v.3. p. 23-39.

LAGAZZI, Suzy; MEDEIROS, Vanise. Resistência e ética em tempos difíceis: a política no esquecimento em esse viver ninguém me tira. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva (org.). **Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital**. Campinas: Pontes, 2019. p. 77-92.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O corpo como materialidade discursiva. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2697/2242>. Acesso em: 02 mar. 2024.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir...primado prático discursivo!. In: SOARES, Alexandre S. Ferrari *et al.* (org.). **Discurso, resistência e...** Cascavel: Editora da Unioeste, 2015. p. 159-167.

MANIFESTAÇÃO CONTRA RACISMO EM TUBARÃO TEM DEBATE E PASSEATA. **Hora Hiper**, Tubarão, 27 maio 2023. Disponível em: <https://horahiper.com.br/geral/-manifestacao-contraracismo-em-tubarao-tem-debate-e-passeata-15275>. Acesso em: 19 out. 2023.

MARIANI, Bethânia S. C. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, Editora da Unicamp, 1998. p. 21-58.

MARQUES, Juliene da Silva. **Mulheres encarceradas:** discurso, voz e resistência. 2020. 136f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 12 mar. 2024.

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e discurso:** uma crítica a afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, (Título original: Les vérités de La Palice).



O ALVO DA COR: UM GESTO DE LEITURA

Aretuza Pereira dos Santos

UESC

“Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que o sujeito e os sentidos se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para o sujeito)”

(Eni Orlandi – As formas do silêncio no movimento dos sentidos)

“A gente entende que isso não é algo aleatório, mas uma experiência racializada. O que as polícias alegam é que as abordagens não têm esse viés racial, que não vão parar alguém simplesmente pela cor de pele”

(Aline Mizutani – Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP)

Introdução

Constantemente, nos jornais digitais, circulam reportagens que explicitam resultados de pesquisas que trazem ao público discussões em relação ao modo de agir das polícia militar para com jovens/homens negros, ressaltando que as práticas violentas são maiores

a depender da raça e do gênero. Se as abordagens policiais são norteadas pelo viés racial ou não, tais discussões disputam por ocupar um lugar de veracidade, embora o sentido produzido tome direção ao alvo de cor negra, provocando tensões e conflitos no campo da segurança pública.

Silvia Ramos *et al.*, no livro/relatório¹ *Pele alvo: a cor que a polícia apaga* (2022), comenta

A polícia é a mão visível e fardada do Estado na esquina. Altamente racializada, é o elo inicial do sistema de justiça criminal, o primeiro mecanismo que está em contato direto com todos os cidadãos, independentemente de estarem envolvidos em ocorrências como vítimas ou agressores. Esses policiais saem às ruas instruídos a buscar elementos suspeitos, focalizando bairros negros e jovens negros, em geral com o álibi de apreender drogas. São nessas operações que ocorrem à maioria das mortes provocadas por essas corporações. A ação policial é a face mais visível e palpável do racismo (Ramos *et al.*, 2022, p.6, grifos nossos).

Com efeito, os autores, a partir das análises de dados², afirmam que a ação policial e o racismo são imbricados promovendo a maioria das mortes da população negra, e que a polícia é o representante do Estado, a mão fardada que promove a violência genocida racial.

1 Livro organizado por Silvia Ramos e publicado pelo CESeC—Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, fundado em 2000, na Universidade Candido Mendes, instituição acadêmica dedicada aos temas da violência e da segurança pública no Brasil. Em seus vinte anos de existência, o CESeC realizou estudos sobre criminalidade, violência, polícia, mídia, justiça, drogas, prisões e sistema socioeducativo; produziu dados estatísticos novos; monitorou, avaliou e propôs políticas públicas; ministrou cursos; dentre outros. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/o-cesec/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

2 No livro, encontramos discussões sobre o racismo e o número de mortes decorrentes de intervenção do Estado, demonstrando, por meio de dados fornecidos pelos estados que compõem a Rede de Observatórios da Segurança (BA, CE, MA, PE, PI, RJ e SP), via Lei de Acesso à Informação, que existem pessoas que possuem a “pele alvo”. São dados de 2021, produzidos pelas polícias, resultantes de práticas cotidianas de agentes públicos. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Pele-alvo-2.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2023.

No texto, *Marcas de uma memória militar: somos uma força forte* (2022), discuto o quanto a polícia militar ocupa um lugar de contradição, haja vista de um lado promover a segurança e proteção, do outro, a violência praticada gera o estranhamento, o medo e a inconfiabilidade na segurança. No artigo, destaco o comentário dos coronéis-autores Bengochea, Guimarães e Gomes em relação à finalidade da criação da polícia militar no Brasil,

A polícia foi criada no século XVIII, para atender a um modelo de sociedade extremamente autocrático, autoritário e dirigido por **uma pequena classe dominante. A polícia foi desenvolvida para proteger essa pequena classe dominante, da grande classe de excluídos**, sendo que foi nessa perspectiva seu desenvolvimento histórico. **Uma polícia para servir de barreira física entre os ditos “bons” e “maus” da sociedade.** Uma polícia que precisava somente de vigor físico e da coragem inconsequente; **uma polícia que atuava com grande influência de estigmas e de preconceitos** (Bengochea; Guimarães; Gomes, 2004, p.121, grifos nossos) ³.

Deste modo, observamos que, desde sua criação, a polícia está a serviço das classes dominantes, protegendo-as das classes excluídas que eram (são) estigmatizadas e vítimas de preconceitos, e, parece continuar de acordo ao relatório de Silvia Ramos *et al.* (2022, p. 6) “Esses policiais saem às ruas instruídos a buscar elementos suspeitos, focalizando bairros negros e jovens negros, em geral com o alibi de apreender drogas”, bem como explana Rogério Modesto (2021, p.13) “um genocídio em nossa formação social: são sempre homens, negros, trabalhadores precarizados e moradores de locais precarizados o alvo desse tipo de ação policial”. Tais enunciados mobilizam sentidos em direção a um saber que diz o quanto a polícia não é segura (para alguns?) e suas práticas são pautadas no racismo, discriminação

3 Para mais informações, consultar Santos (2022).

e violência. Com efeito, se temos *uma polícia que serve de barreira física entre os “bons” e os “maus” da sociedade, que precisa de vigor físico e coragem inconsequente para atuar com grande estigmas e preconceitos, saem às ruas para buscar elementos suspeitos moradores de bairros precarizados*, logo, a polícia se insere numa formação discursiva racista, discriminatória e autoritária. Louis Althusser, no livro *Sobre a reprodução* (2008), faz a seguinte consideração quanto à dinâmica repressiva no universo militar, “as forças armadas e a polícia: no interior, elas formam seus próprios recrutas, simultaneamente, pela repressão e pela inculcação ideológica; no exterior, agem pela repressão violenta, mas também pela discussão e pela persuasão” (Althusser, 2008, p. 109). Nesse sentido, a reprodução da repressão e da inculcação ideológica desde o processo de formação dos recrutas contribuem para a reprodução da violência?

Abrimos um parêntese para citar Robert Connell⁴ que no texto *Políticas da Masculinidade* (1995) relata a contribuição do Estado em estimular a construção de uma masculinidade com traços violentos

Durante o processo de colonização, o estado tentou controlar a belicosa e violenta masculinidade de fronteira [...] promovendo, nos acampamentos agrícolas um padrão doméstico de patriarcado. Décadas mais tarde, **o próprio estado viu-se envolvido em estimular uma masculinidade violenta, para poder participar das guerras** imperiais do início do século XX (Connell, 1995, p.191, grifos nossos).

Nesse sentido, a construção imaginária de uma masculinidade com implicações violentas atravessam o além-tempo, configurando em um dos maiores problemas da polícia militar, na atualidade, que é o crescente número de violência praticada por policiais de gê-

4 É uma mulher transexual e a maior parte de sua obra foi publicada sob o nome R. W. Connell. Raewyn Connell é conhecida pelo trabalho pioneiro sobre masculinidades– *Masculinities*, de 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/NMGGe5JnBZ93ssk8ynxZMJc/?lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2023.

nero masculino, majoritariamente, negros também do gênero masculino. Por conseguinte, a performance do homem másculo ocupa um lugar social ao qual legitima e condiciona uma posição dominante cujas práticas têm raízes no poder violento e opressor de origem colonial. Posto isso, o problema estrutural da violência policial realmente tem sua matriz imbricada em questões de raça, classe e gênero, ou, é apenas a reprodução de uma norma baseada em uma masculinidade violenta? Marcas do racismo estrutural que mantém os privilégios da branquitude? Afinal, quais sentidos estão em disputa quando circula socialmente a expressão “*a cor que a polícia apaga*”, se estamos numa conjuntura em que temos policiais negros praticando violências contra negros e também policiais negros vitimados? Se o Estado sempre se utilizou da força da masculinidade para exercer o poder coercitivo sobre as guerras, as massas, o que fazer/dizer quando os agentes *negros* desse Estado também *morrem* e bem mais do que os agentes *brancos*?

Neste ensaio, a partir de materiais veiculados em jornais virtuais, propomos discutir sobre o que se mantém, apaga e ressignifica em alguns dizeres que circulam quando enunciado expressões como “*Pele alvo: a cor que a polícia apaga*”. Para tanto, à luz da teoria materialista que, enquanto prática de compreensão histórica dos processos semânticos, permite compreender como essas tensões se processam no campo da linguagem, buscamos no fio do discurso pistas que auxiliassem a compreensão de como e através de que elementos textuais e discursivos emergem as tensões sociais quando um negro é vitimado por policiais *versus* quando um policial negro é vitimado por outros negros.

O alvo e a movência de sentidos

Partindo do princípio de que para se compreender o processo de produção de sentidos do discurso, é necessário analisar como os sentidos se constituem, como são formulados, como circulam

e como os sentidos silenciados significam no jogo ideológico daquilo que não é dito, mas faz sentido, à luz da análise do discurso materialista (AD), começamos a pensar como a discursividade em torno da expressão “*Pele alvo: a cor que a polícia apaga*” significa para e por sujeitos, uma vez que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Pontuemos que para Michel Pêcheux,

Os sujeitos são discursivamente constituídos pelas formações discursivas, que designam “o que pode e o que deve ser dito”, e fornecem as evidências que “fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, sob a ‘transparência da linguagem’ o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados” (Pêcheux, [1975] 2009, p.146).

Observemos que o sentido atribuído a cada palavra, enunciado ou expressão “*Pele alvo: a cor que a polícia apaga*” será autorizado pela formação discursiva, a qual representa, no discurso, a formação ideológica que coloca os sujeitos em suas posições, e sofrem modificações a depender das posições sustentadas e implicadas em uma determinada conjuntura socio-histórica. Cabe comentarmos que Louis Althusser (2008), ao discutir sobre a estrutura e funcionamento da ideologia, afirma que a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência e que a sua existência material é realizável pelos aparelhos ideológicos de Estado. Assim, “Dito de outro modo, os indivíduos são interpelados em sujeitos, a partir do funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado, e, porque foram interpelados, passam a produzir a manutenção do funcionamento desses aparelhos” (Modesto, 2018, p. 128).

Bethania Mariani (1998), no livro *PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*, ao esclarecer que, para se compreender os sentidos produzidos pelas denominações e as regiões discursivas organizadas no seu entorno, deve-se levar em consideração que

[...] é preciso desconstruir superfícies linguísticas, deprender o conjunto de empregos das palavras, os tipos de ligação que elas mantêm entre si, o modo como ocorrem nos textos, como podem estar significando, os efeitos que produzem, sua relação com a história oficial, em resumo, trata-se de ver o funcionamento de palavras e expressões que atuam como denominações. Um tal ponto de vista permite verificar conflitos, adesões, silenciamentos etc., produzido entre as formações discursivas, permite ainda, delinear e acompanhar as tendências históricas na produção dos sentidos, seu passado e seu futuro, seu movimento, ou seja, as redes de filiações de sentidos que organizam a tessitura do discursivo (Mariani, 1998, p. 119, grifos nossos).

Isto posto, compreendemos que a AD não se interessa pelo que está atrás do texto, mas como o discurso produz sentidos através da materialidade linguística, que corresponde à ordem equívoca da língua, e suas propriedades, que correspondem à relação que se estabelece com as condições de produção dos dizeres. Assim, desconstruir a superfície linguística e observar as outras possibilidades do dizer auxiliam na compreensão de como se instauram o assujeitamento, as oposições ideológicas e as condições contraditórias do modo de reprodução/transformação das relações sociais.

Pensando nos sentidos produzidos em torno do sintagma *pele alvo* e a discursividade circulante, selecionamos duas reportagens publicadas em 2021 e 2023 que discutem como as pessoas negras são “alvos” de violência letal. Vejamos:

- Em 2021, a *Ponte Jornalismo*,⁵ diante do assassinato de dois policiais⁶, traz a seguinte reflexão: **Por que o racismo também mata policiais** e acrescenta ao corpo da matéria

[...] **A pele negra é sempre um alvo, seja por quem veste farda, seja quando ela própria veste a farda. As pessoas negras**, que correspondem a 56% da população brasileira, mas representam 79% dos mortos pela polícia, **também são as principais vítimas da violência que atinge os próprios policiais**, segundo dados do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, referentes a 2019. Na visão do cientista em humanidades Dennis Pacheco, pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, **a prevalência da morte de homens negros na Polícia Militar se dá por conta do racismo estrutural. [...] O racismo é estrutural e estruturante**. A maioria dos policiais morre fora de serviço em bicos para complementar renda [...] fazendo bicos com segurança privada. E isso é uma consequência da baixa valorização”, afirma. O pesquisador explica que os salários são baixos e os planos de carreira, muito deficitários. **“Se socialmente os negros estão sujeitos a ocupar as posições menos prestigiadas, menos valorizadas e remuneradas nos postos de trabalho gerais, na polícia não seria diferente**. A diferença é que na polícia existe um risco à vida inerente a essas posições desprestigiadas”, aponta. [...] **O predomínio é de negros entre as vítimas da violência letal na categoria de profissionais de segurança pública, assim como nos in-**

5 É uma organização sem fins lucrativos e tem como objetivo aumentar o alcance das vozes marginalizadas pelas opressões de classe, raça e gênero. Disponível em: <https://ponte.org/por-que-o-racismo-tambem-mata-policiais/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

6 A do soldado da PM Leandro Martins do Patrocínio, 30 anos, negro, que tivera o corpo encontrado em uma área ao lado da Favela Heliópolis, no Sacomã, zona sul da capital paulista; e a da cabo Juliane dos Santos Duarte, 27 anos, mulher negra, lésbica e periférica, fora morta na Favela de Paraisópolis por integrantes da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). Disponível em: <https://ponte.org/por-que-o-racismo-tambem-mata-policiais/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

lices gerais de homicídios, em que negros responderam por 74,4% dos 47.796 homicídios ocorrido em 2019. [...] “Policiais negros acabam sendo aqueles que estão mais colocados em posições que envolvem o confronto, que são mais expostos a troca de tiros” (Ramos, 2021, n.p., grifos nossos).

Nessas sentenças produzidas pela *Ponte Jornalismo*, parafrasticamente, obtemos um parecer conceitual em relação as pessoas negras: *As pessoas negras são as principais vítimas da violência letal e do racismo estrutural, são alvos de tiros, não são ocupantes de posições sociais privilegiadas, valorizadas e remuneradas*. O marcador de negação (não) mobiliza sentidos de exclusão, do não poder pertencer aos lugares sociais privilegiados, valorizados e (bem) remunerados, remetendo a uma filiação de sentidos inscritos na memória social de que ao negro é destinada a senzala. Para Freda Indursky (2013, p.197) “os substantivos subsistem por si mesmos no discurso, enquanto os adjetivos precisam aparecer unidos e a outros nomes do discurso para subsistir.” Neste caso, o sintagma ligacional que indica um estado permanente (ser-são) enunciado enquanto ponte de ligação do sujeito ao qualificador do sujeito⁷ aparece como pistas de um saber que denúncia às opressões históricas e contemporâneas do negro: *pessoas negras são vítimas de violência letal*. Produzindo um efeito de sentido de indignação, logo, qual a força necessária a “romper o círculo encantado da ideologia dominante⁸ do qual *pessoas negras* implica em *vítimas*”? Lewis Gordon (2008), ao prefaciá-lo texto *Peles negras, máscaras brancas* de Frantz Fanon expõem que para o prefaciado “este racismo dos negros contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco” (Gordon, 2008, p. 15). Por conseguinte,

7 O predicativo do sujeito é o elemento da frase que tem a função de dar ao sujeito uma qualidade ou uma característica específica. Isso é feito através da conexão entre o sujeito e um verbo de ligação. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/lingua-portuguesa/predicativo-do-sujeito>. Acesso em: 8 jul. 2023.

8 (Pêcheux, [1975] 2009, p. 281).

a ilusão ideológica que afeta este sujeito negro o faz criar uma imagem de si mesmo como não racista, embora suas práticas denunciem ao contrário, levando-o a se identificar⁹ com uma formação discursiva racista e a se contra-identificar (revolta? rejeição?) com a formação discursiva antirracista. Com efeito, quais sentidos atravessam a memória social do negro ao sofrer e ao praticar crimes contra sua etnia?

- Em 24 de junho de 2023, o Departamento de polícia da Geórgia, nos Estados Unidos, foi alvo de críticas ao usar a imagem de um homem negro como alvo para treinamento de tiro para civis. A corporação pediu desculpas publicamente¹⁰.

O chefe de polícia de Villa Rica, Michael Mansour, afirmou que **alvos com homens negros são usados em todo o estado para treinamento e que durante a aula o departamento também usou outros alvos retratando pessoas brancas e asiáticas. Segundo Mansour, o policial que postou as fotos compartilhou apenas a dos alvos de homens negros que foram usados e que isso é “apenas um erro inocente, mas foi um erro”.** “Sou muito transparente ao dizer que erramos. **Em nenhum momento aceitarei que me chamem de racista ou que nosso departamento seja racista porque cometemos um erro**”. O prefeito de Villa Rica, Gil McDougal, disse que estava “pessoalmente constrangido” pelas fotos e afirmou que o “incidente não reflete os valores” locais. McDougal iniciou uma investigação no departamento. **Os alvos utilizados em nossa recente aula de armas de fogo retratam imagens realistas de pessoas e fazem parte de um pacote que inclui imagens de alvos de pessoas**

9 As modalidades de assujeitamento ideológico proposto por Michel Pêcheux ([1975] 2009, p.197-200) compreendem: a identificação (bom sujeito/caminha sozinho), a contra-identificação (mau sujeito/rejeições, inversões e revoltas) e a desidentificação (efeito de ruptura ideológica, transformação da forma-sujeito pelo acontecimento).

10 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/06/24/policia-dos-eua-usa-imagem-de-homem-negro-para-treinamento-de-tiro.htm>. Acesso em: 8 jul. 2023.

de diversos grupos étnicos (Uol Noticias, 2023, n.p., grifos nossos).

A notícia de cunho internacional e o pedido de desculpas repercutiram negativamente, e, apontam que o racismo estrutural existe e resiste permeando o mundo não como exceção, e sim como regra. Para a AD, o sujeito do discurso já é interpelado ideologicamente e sua prática discursiva demonstra uma relação constitutiva com o imaginário que o afeta; esse assujeitamento (interpelação) se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva – materialização na linguagem da formação ideológica – que o domina, além de pressupor um desdobramento em diferentes modalidades de identificação com a forma-sujeito da formação discursiva. Dessa forma, a partir desses enunciados em negrito, construídos do lugar de chefe de polícia em posição de autoridade, chegamos a seguinte parafraseagem: *Homens negros são usados como alvo por policiais para treinamento e apenas alvos de homens negros foram expostos por policiais nas redes sociais*. No *Infopédia*¹¹, encontramos a seguinte definição para o sintagma *alvo* “objeto no qual se procura acertar, quando se *dispara uma arma de fogo*, sendo que *errar o alvo* é não conseguir o que se pretendia, falhar um objetivo; e *ser alvo* de ser objeto de, estar sujeito a”. Logo, *homens negros estão sujeitos a serem alvos do disparo de arma de fogo por policiais*, ou, *homens negros são alvos expostos por policiais*¹². O sintagma *alvo* também admite a definição de brancura, sendo assim, permite-se a formulação “*se não é um alvo (bran-*

11 Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/alvo>. Acesso em: 5 jul. 2023.

12 Segundo o CESeC, a proporção de mortes decorrentes de ação policial em relação a todas as mortes violentas intencionais em cada estado foi calculada segundo dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança de 2022. Na pesquisa referente ao número de mortes decorrentes de intervenção do Estado por raça ou cor – estados monitorados pela Rede de Observatórios – 2021, destaca-se o Rio de Janeiro e a Bahia com o maior número de mortes pela polícia, sendo que em Pernambuco, Ceará e Piauí há um controle de letalidade, em São Paulo uma pequena redução e no Maranhão a rede informa que a Secretaria de Segurança impede a análise dos dados sobre letalidade policial ao não divulgar a distribuição de cor dos mortos. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Pele-alvo-2.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2023.

co), *extermina-se*". O sentido do todo remete à filiação a uma rede de já-dito referente ao desrespeito e a opressão imposta a quem tem a pele negra e a uma rede a-ser-dito reforçando práticas estigmatizadas e desqualificadoras. Nesse jogo de constituição entre a memória do dizer e atualidade a-dizer, os sentidos se movimentam em direção às diversas formas de silenciamento, equívocos, falhas, apagamentos, deslizamentos e ambiguidades. Para Eni Orlandi (2009),

[..] ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (Orlandi, 2009, p. 53).

Por conseguinte, o efeito de interpelação ideológica submete o sujeito a agir de acordo com os ditames de determinada formação discursiva, assim, não importa a este sujeito falante formular "eu não sou racista" se as marcas e propriedades presentificadas no discurso especificam a natureza de sua posição. Vejamos o recorte¹³:

(Rd¹): Segundo Mansour, o policial que postou as fotos compartilhou apenas a dos alvos de homens negros que foram usados e que **isso é "apenas um erro inocente, mas foi um erro". "Sou muito transparente ao dizer que erramos. Em nenhum momento aceitarei que me chamem de racista ou que nosso departamento seja racista porque cometemos um erro"** (Uol Notícias, 2023, n.p., grifos nossos).

13 Indursky (2013, p. 6) esclarece que a "noção de recorte discursivo foi formulada por Orlandi para distinguir o gesto do linguista, que segmenta a frase, do gesto do analista de discurso, que, ao recortar uma sequência discursiva, recorta uma porção indissociável de linguagem e situação".

A refutação, por meio de negação polêmica do chefe de polícia de Villa Rica, homem branco, que se defendeu da acusação de racismo após um policial postar fotos de homens negros como alvo nas aulas do departamento de polícia—*“Em nenhum momento aceitarei que me chamem de racista ou que nosso departamento seja racista porque cometemos um erro inocente”*—mobiliza sentidos em direção ao imaginário da opinião pública de um homem ético que cometeu um erro inocente, por isso não pode ser atacado, nem exposto, nem criticado. Logo, como pode um “bom sujeito” aceitar a acusação de ser racista? O “bom sujeito”, na memória do dizer, são *ocupantes de posições sociais privilegiadas, valorizadas e (bem) remuneradas*. Dito de outra forma, o sujeito do discurso se identifica com o saber da formação discursiva que reconhece hierarquicamente o lugar social do branco e o lugar social do negro, ou seja, identifica-se com a formação discursiva racista e autoritária *não aceitarei que me chamem de racista*. Lewis Gordon (2008, p. 15), afirma que “Muitos brancos, por exemplo, investem nele, já que teoricamente preferem uma imagem de si mesmos como não racistas, embora na prática ajam frequentemente de forma contrária.” O efeito de sentidos mobiliza saberes de que uma parcela da sociedade rejeita atitudes racistas, logo, faz-se necessário mascarar “aquilo que lhe foi dado a pensar” onde parece travar uma luta contra a evidência ideológica. O interdiscurso disponibilizou dizeres que retomam a um já-dito onde uma parcela da população não admite mais o desrespeito aos negros e a banalização da opressão histórica proveniente da escravidão. O sintagma *erro* é definido¹⁴ como “aquilo que resulta de uma má compreensão ou de análise deficiente de um fato ou de um assunto” e “afastamento do que é considerado o bom caminho ou a boa conduta” mobilizando sentidos de reconhecimento do erro, mas sem culpa, sem crime, sem pecado. Dessa forma, expor apenas homens negros como alvo, configura uma falha, um desvio, uma inexatidão do que se pretendia de modo inocente apenas melhorar as habilidades para se atingir um alvo. Assim, uma falha, que é

14 Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/erro>. Acesso em: 8 jul. 2023.

inocente, não tem culpa. Os sintagmas “erro inocente, transparente, não aceitarei, não somos racistas” apresentam cargas ideológicas que apontam a um campo semântico em torno de uma ideologia racista e autoritária.

Considerações

A produção de sentidos acionados através da expressão *Pele alvo: a cor que a polícia apaga* ancora-se na relação entre a história e a língua suscitando, no imaginário social, sentidos de denúncia em relação aos policiais que se utilizam de corpos negros como alvo letal, um ponto que se mira. O sentido do todo remete à filiação a uma rede de já-dito de que a polícia executa negros. Para Rogério Modesto (2018, p. 135), há vários funcionamentos das formas de denúncias e assevera que “a compreensão fundamental da denúncia retoma a própria performance da acusação. A denúncia é, nesse sentido, culpabilizar, tornar o outro culpado, responsável, implicado com uma posição-sujeito construída nesse processo de interpelação.” Nesse sentido, dizer que a polícia tem como alvo pessoas de pele negra é uma materialidade denunciante: “*se não é um alvo (branco), extermina-se*”. A movência de sentidos mobilizados tomaram direções ao retorno, ao mesmo, ao já dito, na conjuntura dos dizeres, de cunho racista, entretanto, “não há dominação sem resistência¹⁵” que ocorre quando há *falhas* no processo de interpelação ideológica do sujeito que pode ocorrer de inúmeras maneiras, inclusive, quando *pessoas negras são vítimas de pessoas negras*.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Bascarena: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1970.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹⁵ (Pêcheux, [1975] 2009, p. 281).

ALVO. *In: Infopédia Dicionários*. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/alvo>. Acesso em: 5 jul. 2023

BENGOCHEA, Jorge; GUIMARAES, Luis; GOMES, Martins. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *Perspectiva*, São Paulo, v.18, n. 1, p.119-131, mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/YnF7wwP4V9TFhxvbpXJysGq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2023.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p.185-206, jul./dez.1995. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1224/connel_politicas_de_masculinidade.pdf?seq. Acesso em: 5 jul. 2023.

ERRO. *In: Priberam Dicionário*. Lisboa: Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/erro>. Acesso em: 8 jul. 2023.

EUA: POLÍCIA PEDE DESCULPAS APÓS USAR IMAGEM DE HOMEM NEGRO COMO ALVO. **Uol Notícias**, São Paulo, 24 jun. 2023. Internacional. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimasnoticias/2023/06/24/policia-dos-eua-usa-imagem-de-homem-negro-para-treinamento-de-tiro.htm>. Acesso em: 1 jul. 2023.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. **Littera: Revista e Estudos Linguísticos e Literários**, São Luís, v.9, n.17. 2018. Dossiê Raça, gênero e brasilidade: discursos, identificações, subjetividades. Disponível em: <http://periodicoseletricos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10378>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da Abralin**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 1–19, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>. Acesso em: 1 jul. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

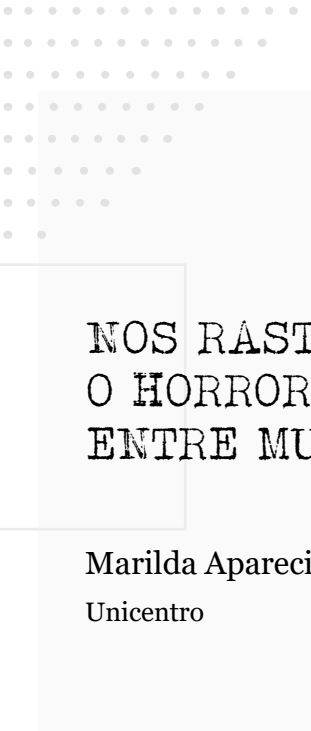
ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RAMOS, Beatriz D. Por que o racismo também mata policiais. **Ponte Jornalismo**, [S.l.], 12 jun. 2021. Disponível em: <https://ponte.org/por-que-o-racismo-tambem-mata-policiais/> Acesso em: 1 jul. 2023.

RAMOS, Silvia *et al.* **Pele alvo: a cor que a polícia apaga**. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2022. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Pele-alvo-2.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

SANTOS, Aretuza P. Marcas de uma memória militar: somos uma força forte. In: FERNANDES, C.; DALTOÉ, A.; AIUB, G. **Efeitos da presença de Freda Indursky na Análise do Discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2022, p.133-150.



NOS RASTROS DA HISTÓRIA: O HORROR COMO ESPETÁCULO, ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Marilda Aparecida Lachovski

Unicentro

*A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.*

*A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.*

(Evaristo, 2008)

Introduzindo uma questão

Certidão de óbito. Poema denúncia–grito do sujeito autor, em sua condição de existência, constituído e atravessado na relação entre língua e história. Poesia grito, sussurrando aos poucos, na brecha da história contada, narrada, experienciada como luta, como modo de resistir, por uma parcela da população. Nela, ressoam vozes caladas, negadas, interdidas no traço da mesma história, do mesmo país, mas que funcionam e se significam, de modos muito distintos. Por mesmo assim, permanecerem, funcionam aqui como restos, vestígios, paragens. É, portanto, no anseio de juntar esses restos, agregar

as dessemelhanças, que nos amparamos, na escrita do presente. Esse presente, esfacelado, multifacetado e imposto (de certo modo), como legítimo, nos permite e nos instiga a desdobrar esse tempo—esmiuçando as aparências e percebendo o funcionamento da língua, sempre não transparente, nunca uma.

Em nossa visão, são esses restos, sujeitos despossuídos de seus direitos civis, políticos e jurídicos são os mesmos que crescem os números de crimes, de páginas de jornais, de *posts* nas redes sociais, das notícias espetacularizadas. É com eles que nos encontramos assim, num atropelo. São os sem nome, sem direitos, sem nada, sujeitos em suas dores, costurados e divididos no/pelo político. Tomamos, na escrita do presente, os “espetáculos” de horror, no e pelo linchamento, e nesses, por fugir à regra da esfera pública de normatização, o corpo espetáculo é parte da materialidade do sujeito desviante, do sujeito avesso ao direito jurídico e que pela sua resistência faz ressoar memórias da violência urbana como espetáculos públicos, memórias que bordeiam a construção do objeto corpo como lugar de (re) produção de sentidos. Diante disso, nos remetemos a um mal da sociedade brasileira, ferida ainda aberta e latente—a naturalização das práticas de violência como um sintoma. Esse sintoma ao qual nos referimos aponta para a organização e funcionamento de uma estrutura, que tem na lógica de consumo (de bens e de pessoas) sua eficácia proeminente¹.

Assim, nosso texto versa sobre mudanças e permanências, sobre os modos de controle e dominação e (re)produção da violência, como forma e veículo de dominação. Para nós, a literatura, como lugar de observação do discurso, nos permite, numa relação de entremeio

1 Nos referimos à tese, defendida em 2021, intitulada *Violência e dominação: o Estado, a mídia e a (re)produção dos “despossuídos”*, sob orientação da profa. Dra. Amanda E. Scherer. No texto de tese, destacamos que os modos de dominação, como partes da constituição da história do país, sob a forma da escravidão, permanecem e se atualizam, no e pelo presente, na e pela mídia e sob a tutela do Estado. São esses “restos” de um passado recente que constituem e legitimam a (re)produção dos “despossuídos”—sujeitos aliados de seus direitos civis e jurídicos.

com a Análise de Discurso, refletir sobre o funcionamento da violência exercida no e pelo Estado, num movimento de apagamento/negação dos direitos civis e jurídicos, que se (reproduzem na construção das personagens nessas obras. Neste sentido, tomamos como *corpus* a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, publicada em 1938, e situada no período Modernista, em sua segunda fase, como regionalista e realista, logo, numa (re)leitura da formação social brasileira.

Quanto à obra em análise, a situamos como aquilo que Antonio Candido (2000) chamou “literatura empenhada”, já que, no Modernismo, há a necessidade de uma literatura engajada e inscrita nas práticas sociais. Numa relação entre mudanças e permanências, situamos esses sujeitos, tais como a família discursivizada na obra em questão, como «despossuídos», como aqueles que não têm a garantia dos direitos. Na obra, podemos destacar, além da seca que assola a região até os dias atuais, outros muitos problemas que, não só atualizam a obra, mas que a ressignificam. Fabiano os evoca pelas relações de trabalho, propriedade privada e o patrão (mundo objetivo), relacionando-os às metáforas do cativo, que sinalizam sua interioridade. A figura do “juro” assemelha-se, para Fabiano, ao “tronco” / “cadeia” e ao “cipó de boi” (faz ressoar a memória da escravidão); consecutivamente: “patrão” sugere a figuração “governo dos brancos” / “amo”.

Por um movimento analítico: literatura, história e marginalização

O espetáculo da segregação e da marginalização, se desenha, na e pela obra. Para nós, como já defendemos em outro texto, os modos de dominação retornam e ressoam como memória construída e aprendida, mas também como uma espécie de trauma que deve ser silenciado, fadado ao esquecimento, porém, ronda o presente e traz junto a si, os sentidos já lá, colados à história e que por esse retorno, inquietam e perturbam, desestruturam as evidências na e pela língua, material-

zada no discurso. No fio da narrativa, Fabiano e sua família, não são sujeitos de direito—são alijados neles. No jogo das evidências, apaga-se a condição de vítima do mesmo sistema que os inclui, excluindo, o que ressoa na tomada de posição:

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra. Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando:—Você é um bicho, Fabiano (Ramos, 2023, p. 53-4).

Bicho e homem, como pares antagônicos, funcionam e inscrevem o sujeito personagem, dentro e fora do sistema, da lógica de mercado. Apaga-se o direito de “ser”. A punição, como parte da mesma lógica, recobre a existência do sujeito na prática social e jurídica—Fabiano se dá conta do “não ser”. Costurando a relação entre a obra e as práticas jurídicas, podemos dizer que Fabiano, sujeito personagem, é um exemplo de como punir de modo eficaz e subjugar a sua constituição enquanto parte do corpo social, no entanto, parte indesejada, anormal e que deve, em nome da igualdade de direito, ser extirpada—condenado a não ser, a não existir.

Por outro lado, se nas punições públicas é a ação da justiça legal e legitimada que pratica tal punição ou que exerce o direito de punir, mas a população, pares do sujeito desviante das regras e normas instituídas; por outro, surge mais uma problemática já que o estado que organiza e se responsabiliza pela paz social e resolução dos conflitos é o mesmo que se isenta da ação civil. Nelas, pelo vislumbre da justiça, os atos de violência irrompem como expiação de uma culpa que, nos parece, não ter ainda encontrado lugar de paragem. A testemu-

nha, presença elementar para uma possível verdade arregimentada, está oculta, transfigurada na multidão que assiste e assume sua também inércia diante das medidas punitivas, organizando um certo contrato de silêncio, aparentemente incapaz de ser revogado. No social, como universal, vítima e culpado alternam posições, se dissimulam e se camuflam, não havendo distinção.

Na obra, a discursividade, a dominação e os modos de coerção demandam não só o aparato jurídico, mas se ampliam nas práticas sociais. São as lutas do sujeito Fabiano e da família no desejo e necessidade de resistir. A partir de Lacan (2005), podemos dizer que a “luta” do sujeito que se desdobra em sua interioridade/exterioridade é sempre indício de uma falta, mas que é pela mesma falta, constitutiva de sua identificação, que lhe é posto o desejo como necessidade de preenchimento dos “furos”. A falta é, ao mesmo tempo, causa do desejo e percurso para que o objeto desse desejo seja possível, recaindo sobre um sujeito sempre faltoso, desejante. É no jogo da relação entre *o que é* e *o que poderia ser* que o sujeito se constitui duplamente: como efeito de linguagem (pelo desejo e pela falta, constitutivos de sua condição, mas também pelo caráter heterogêneo e faltoso da linguagem), e como assujeitado (no funcionamento da ideologia, pelo trabalho do inconsciente).

Espaço de movimento, de divisão e de heterogeneidade, o corpo do sujeito é lugar de inscrição dessa luta pela sua identificação, de seu desejo de preenchimento, de seu objeto de desejo, de sua falta. É por ser sempre faltoso que tem necessidade de registro de suas ações, de seus gestos, de suas interpretações acerca de si mesmo, do outro e do mundo, e por isso, ilusoriamente abre mão de sua incompletude e diz, produz e reproduz sentidos, imbuído no desejo de significar e (ressignificar suas relações, criando representações de si e do outro, em práticas sociais. É assim que se encontra a medida da vigilância moral e a articulação do desejo através do corpo do sujeito, afeito aos modos de infração e repressão.

E é nessa divisão, nesse registro que se dá na e pela língua, em discurso, que o sujeito carrega, inscrever, escreve e é escrito; no/pelo seu corpo como parte dessa sua materialidade. Como texto, o corpo é espaço de significação, de dizer, de discursos. O corpo do sujeito como lugar de produção de discursos, em AD, é espaço onde se cruzam memória, apagamentos e ideologia; elementos esses que possibilitam a materialização de dizeres, sendo esse sujeito atravessado pelo real da língua e da história, não tendo nenhum controle sobre o que diz ser ou pensa ser, pois essa é a sua condição: quanto mais livre imagina ser, mais é assujeitado pela ideologia – o que o condiciona enquanto sujeito, propriamente dito (Orlandi, 2012a). Esses discursos, por sua vez, são materialidades que constituem, junto com o corpo, o próprio sujeito, sendo que é na língua que se realizam os efeitos de sentidos (Orlandi, 2012b, p.83).

Pensando na constituição da história do Brasil, situamos nos modos de repressão e dominação, o corpo negro, escrito e inscrito na e pela língua. Nesse sentido, o negro ocupou uma posição dual na ordem jurídica brasileira: de 1530 a 1888, é considerado objeto de direito e após 1888 é sujeito de direito. Como objeto de direito, é como já dissemos, parte dos bens móveis do senhor, bem como integra a parcela dos semoventes, logo, era considerado acessório do bem móvel. Por esse entendimento, poderia também pertencer a mais de um senhor, na forma de condomínio, ou seja, partilhado por terceiros. Assim, com a morte do proprietário, passava a contar no acervo de herança. Como objeto ainda, poderia ter sua alforria de acordo com o desejo do senhor, ou pela compra de sua liberdade sob prazos e custos postos pelo mesmo, ou na condição de ser batizado e ser declarado livre pelo mesmo senhor, ou seja, prevalece a posição de mando. Desse modo, de 1850 até 1888, a definição de *negro* estava para *escravo*, e *branco* para *livre/cidadão*. É a partir de 1889, no advento da República que o negro compõe juridicamente a parcela de sujeito de direito, no entanto, não significa que foi visto como igual ao branco – era para o di-

reito um caso especial – não para ser protegido, mas para ser ainda mais punido pelos homens livres. É então titular de direitos e deveres. É cidadão. Em outras palavras, é sujeito de direito para sofrer as penalidades impostas pelo Estado. As garantias não lhes são ofertadas, sob nenhum aspecto.

Resistindo aos modos de produção aos quais eram submetidos e tendo a liberdade como uma possibilidade que se desdobrava na pretenha escolha de com quem e o que fazer para seu sustento, passaram a compor um quadro de comportamento que se tornou padrão para os negros brasileiros: a marginalização. Raça e classe, nesse sentido, passam a compor um quadro aparentemente homogêneo, no entanto, se negro atestava para escravo no período escravocrata, hoje sinaliza para vários sentidos outros, tais como: pessoa de pele escura; tratamento carinhoso (nego); escuridão, no sentido de atraso, de obstáculo; como infortúnios; como coisa suja; e nós diríamos – aponta a princípio para a população pobre. Logo, ser pobre e negro é, por esse viés, ter um lugar pré-construído e delimitado, numa espécie de controle e dominação tão sutil que escravidão/servidão se organizam e funcionam juntas, legitimando esses sujeitos como marginais ou marginalizados. Souza (2017) compreende, nesse sentido, a escravidão como um conceito de reprodução dos valores de uma sociedade colonial como seu berço, mesmo atravessando as diferentes dimensões temporais, a função dessa classe condenada, continua a mesma. Nas suas palavras, o processo de servidão continua a exercer seu papel na sociedade, e nesse sentido, a classe média ainda cumpre sua função posta desde a “pré-história” da “ralé”:

[...] serve às classes incluídas como mecanismo de distinção em duas frentes: uma simbólica, para provocar o prazer da “superioridade” e do mando; e outra material e pragmática, no sentido de criar uma classe sem futuro, que pode, portanto, ser explorada a preço vil (Souza, 2017, p. 67).

Na observação dos modos de exercício de domínio da classe dominante a partir de sua aplicabilidade na divisão e exclusão social, segundo o autor, se reproduz ainda, não só o ódio ao pobre, mas também a todos os aspectos que lhe digam respeito, tornando assim natural a percepção incutida e repetida de que é ele, o pobre, e suas tentativas de superação dessa desigualdade que constitui o grande desafio na atual organização social brasileira, logo, o que se tem como aprendido efetivamente aprendido é de origem interna, e não apenas uma cópia de modelos europeus. Isso justifica segundo Souza (2017, p. 71), a construção da identidade de grupos e classes sociais, não só separando-as, mas estabelecendo os ditames do processo de “estigmatização dos grupos percebidos como não participantes dessa herança”, em nome de uma “ânsia de modernização”.

Logo, para o autor, o Brasil tem uma relação muito particular com a escravidão, não deixando de ser um país escravocrata como nos é ensinado, mas apenas passando por um momento de transição no qual a mesma ainda é praticada, e por esse entendimento:

[...] como a escravidão exige tortura física e psíquica cotidiana como único meio de dobrar a resistência do escravo a abdicar de sua própria vontade, as elites que comandaram esse processo foram as mesmas que abandonaram os seres humilhados e sem autoestima e autoconfiança e os deixaram à própria sorte (Souza, 2017, p. 83).

Cabe-nos destacar que diferentemente das leituras marxistas, por exemplo, Souza (2017), entende a classe social não só como uma relação posta na infraestrutura, mais precisamente de ordem econômica, mas a define como “fenômeno, antes de tudo, sociocultural”, portanto, segundo ele, como um “aprendizado” que por sua vez, permite ou não o “sucesso social”. Isso, para o autor, se justifica no Brasil, pois, “a nossa singularidade em relação à Europa” se dá pela intensa heterogeneidade das classes sociais, e do abismo que se cria entre elas,

visível pelas e nas carências que reproduzem a miséria, diferentemente da cor da pele que não pode ser mudada, segundo Souza (2017) e compõe notoriamente o que o mesmo chama de “capital cultural”, monopolizado e gestado pela classe dominante.

Sendo uma ordem impessoal, esse capital é, sobretudo, exclusivamente utilizado contra as classes populares, materializado na regulação e até mesmo na “proibição” de que essas classes exerçam uma forma de poder: o acesso ao conhecimento. A assimilação e a incorporação do conhecimento como capital cultural que produz as justificativas para as distinções e para os privilégios, para as interpretações e posições alcançadas dentro de uma mesma classe, conduzindo uma para o abandono e outra para o sucesso. Negar o humano, nesse sentido, tem também uma relação com a violência simbólica (e física), sendo elas de ordem racial e moral, que atestam para a organização dos movimentos sociais e os modos de comportamento da sociedade. Como parte desse processo de negação está inscrita a recusa ao estranho, ao excluído; àqueles que, ocupando as margens da sociedade, demarcam um lugar ao mesmo tempo de mudanças e de indefinição social, pois, não lhes sendo dado lugar de fala para defesa, são sujeitos inativos na responsabilidade de busca do “bem coletivo”.

Ao trazermos essas considerações, nos remetemos aos modos de distinção social já apontado inicialmente por Souza (2017, p. 124) entendendo que essa prática enquanto parte de uma esfera pública e organizada por argumentos produzidos e mantidos na mediação capitalista, se refere a um tipo de convencimento que busca unir verdade e justiça. Esse convencimento se dirige e se firma na existência da classe média dominada pela elite, ao passo que, segundo Souza (2017, p. 115), “o domínio sobre as classes populares baseia-se, ao contrário, mais na repressão e na violência material”, e por isso, a esfera pública torna-se um “espaço de pressão das classes que haviam sido alijadas do processo de esclarecimento”, (Souza, 2017, p. 121). A mídia, nesse sentido, ocupa lugar não só de mediadora, mas de certa forma retro-

alimenta a violência, e desse modo, como lugar de visibilidade do que seria o coletivo, o social ou daquilo que é considerado informação, acaba por tratar a violência como espetáculo, dando a ver e reafirmando pela repetição da exposição dessas punições, o seu poder de controle, sua parte na marginalização (e criminalização) desses sujeitos.

Quando nos referimos à violência como espetáculo, o fazemos a partir da leitura de Debord (2003, p. 13,), na obra *A sociedade do espetáculo*, na qual o autor aponta para a organização da sociedade que tem suas condições de produção como uma “imensa acumulação de *espetáculos*” em imagens que a configuram como pura contemplação. Para Debord (2003, p. 13-14), concentrando “todo o olhar e toda a consciência”, é também “o foco do olhar iludido e da falsa consciência”, por outro lado, produz a unificação que “não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada”, e por isso, define-se, entre outras coisas, como o resultado e o projeto do modo de produção existente. Por esse funcionamento, entre muitas definições postas pelo autor, o espetáculo é o “modelo presente da vida socialmente dominante”, a qual existe e se organiza a partir da fragmentação de imagens que instauram a afirmação de uma aparência de toda a vida humana, ou seja, demanda uma “negação da vida que se tornou visível”, “como simples aparência” (Debord, 2003, p. 16).

Neste sentido, Medeiros (2013, p. 104), afirma que a sociedade do espetáculo definida por Debord (2003), é a sociedade do consumo na qual “o consumo e a imagem (representação reificada) ocupam o lugar da ação direta. Provocam o isolamento e a separação dos sujeitos e seus modos de socializar, de se constituírem enquanto sujeito”. Logo, como algo “grandioso, positivo, indiscutível e inacessível”, nas palavras de Debord (2003, p. 17- 18), o espetáculo traz uma única mensagem: “o que aparece é bom, o que é bom aparece”, exigindo da mesma sociedade uma aceitação passiva, mesmo que já a possua, uma vez que não permite nenhuma réplica, modelando uma “multi-dão crescente de imagens-objetos”, sob um comportamento hipnótico.

Assim, a sociedade do espetáculo tem sua tendência no fazer ver a partir de diferentes mediações especializadas, porém, não é identificável ao olhar, e por isso se pauta nos meios de comunicação de massa. Para o autor, esses meios de comunicação não sendo neutros, são convenientes a esse modo de produção – unilateral e instantâneo (Debord, 2003, p. 22).

A mídia, a partir dessa leitura, não apenas faz parte da organização da sociedade do espetáculo/do consumo, mas tem papel fundamental, produzindo “a alienação do espectador em proveito do objeto contemplado” ao mesmo tempo retirando-lhe a compreensão de sua existência e de seus desejos, e por isso, afirma o autor: “o homem alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele. Quanto mais sua vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela” (Debord, 2003, p. 27).

Para nós, a sociedade do espetáculo, tal como define o autor, ligada à lógica de produção capitalista, tem na mídia um lugar para *fazer ver* através da repetição exaustiva de determinados fatos ou eventos, nos quais são expostos determinados sujeitos e seus respectivos grupos sociais. Essa mesma exaustão é parte da distribuição de poderes, hierarquizando não só a economia, mas todas as práticas que podem ser socializadas, reforçando a divisão sob a aparência de unificação.

De acordo com Medeiros (2013, p. 107), a mídia recorre à espetacularização como um “modo de arranjar sentidos” como “um efeito (matéria signifiante) chave da prática midiática construída em uma textualidade possível, já dada, naturalizada, e ainda assim, repetida (parafraçada) sob ‘novas-velhas’ roupagens”. É, portanto, a partir dessas novas roupagens que seguimos, refletindo sobre como a mídia reproduz as formas de dominação, descrevendo e dando a ver o que é o linchamento, construindo um sujeito sempre já acusado, suspeito ou bandido e, além disso, construindo uma ideia de justiça amparada em um efeito de unidade e neutralidade. Produz-se por esse movimen-

to, um “fugidio limite entre o dizer e não dizer”, pois, segundo Orlandi (1984):

O novo, nessa perspectiva, não é exclusividade do foco nem precisa ter um lugar em um segmento da linguagem. É intervalar. É o resultado de uma situação discursiva, margem de enunciados efetivamente realizados. Esta margem, este intervalo, não é vazio, é o espaço ocupado pelo social. Efeito de sentido. Multiplicidade (Orlandi, 1984, p. 13).

É por sinalizar para esse espaço intervalar que o “novo”, também nos permite retomar Courtine (1999, p. 19), pois, segundo o autor, há nesse retorno a presença de uma “voz sem nome”, que por sua vez, dá contornos à existência de um sujeito que, no interdiscurso, “não tem nenhum lugar que lhe seja assinalável, que ressoa no domínio de memória”. Se todo enunciado nunca é fechado em si mesmo, nunca pronto ou estabilizado, os sentidos em sua constituição heterogênea atestam também para a opacidade da língua em sua incompletude, apontam para a divisão, para os deslizamentos, para os efeitos de sua inscrição na história, no social, político e simbólico. Essas possibilidades constituem o dizível, como base para as formulações que se desdobram entre o mesmo e o diferente. Compreendemos, a partir dessas possibilidades, que há também deslizamento quanto ao uso dos termos que definem linchamento e justificação, pois, funciona nesse jogo o efeito de equidade entre ambos, destacando no segundo sua legitimidade advinda da justiça como fundamento para o linchar, daí nos remetermos ao “fazer justiça com as próprias mãos” quanto às práticas de linchamento.

O dizível, nesse sentido, é sempre “relação”, rompendo com o estabilizado, pois:

[...] Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para os dizeres futuros. Todo discurso é visto como um esta-

do de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (Orlandi, 2012b, p. 39).

Pelo funcionamento da memória como a “existência histórica do enunciado no seio das práticas discursivas” (Courtine, 1999, p. 53), é possível colocarmos em questão como o funcionamento da memória permite a lembrança, repetição, o apagamento, a refutação; mas que por esse mesmo funcionamento, deixa “a marca de seu desaparecimento” (Courtine, 1999, p. 15), entrando por esse processo, na “ordem do discurso”. Entrar na ordem do discurso, segundo Courtine (1999, p. 16), é colocá-lo na ordem das “línguas de estado”, que por sua vez, “dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda”, tal como se faz, no Brasil, com a escravidão—não só um evento histórico recortado, logo, com faltas, mas por vezes, interdito, negado.

Assim, segundo Althusser (1985), toda formação social produz e reproduz ao mesmo tempo as condições de produção, e nesse processo de reprodução, o Estado como aparelho repressivo tem sua existência e necessidade atrelada à prática jurídica (polícia, tribunais, prisões e exército) e à ideologia. Logo, é pelo Estado que se dão as forças de execução e intervenção repressiva, na junção com a burguesia e, aliados assim, contra o proletariado. Neste sentido, ressoa um passado que não se esquece, mas que retorna e atravessa o presente, na reprodução dos modos de dominação e exclusão dados como “naturais”, e que legitimam ainda, a divisão social baseada na cor da pele e na renda. Desse modo, a violência exercida contra esses sujeitos nos remete às medidas punitivas inscritas no Brasil colonial e que apontam para um modo de controle e disciplina, ainda em funcionamento.

■ Por um efeito de finalização, ainda sem concluir...

Despossuir. Não ser e não existir, apenas viver. São direitos retirados ou denegados, e entre eles, o poder dizer. Numa leitura de Arendt (2007), nessas condições, o sujeito não é agasalhado por nenhum poder ou direito, e logo, nem pelos direitos humanos, sendo “despossuído”. Assim, por não poder falar em sua defesa, ou não sendo representado por nenhuma instância legal, institucional ou jurídica, produz, por uma contradição, uma re(existência) – é testemunho da exclusão inclusiva à qual é submetido. Repetem-se e somam-se aos índices, os muitos Fabianos – os sujeitos do “não ser”. As muitas Sinhás Vitórias, sonhando com uma cama de lastro e algum sapato que não a faça parecer um papagaio, são também chamadas por outros nomes: Anas, Marias, Lúcia e outras intermináveis outras. Acresce-se o direito de ser e só ser, aquilo que é permitido, estruturado e legitimado ideologicamente, politicamente.

Prevalece, neste sentido, a decisão daqueles aos quais é dado o direito de definir quem são e por quanto tempo, as vidas que podem ser tiradas, primeiro socialmente, em suas experiências restritas ao espaço marginalizado da cidade, do foco, do centro, do olhar e das políticas públicas. Sua exclusão, punição e morte são dadas como naturais, legitimando os modos de dominação e de marginalização. Mas não é natural, não pode ser.

Não é natural não ter nome, sonhar com uma cama de couro, como fazia Sinhá Vitória. Não é natural a fome, a impossibilidade de sonhos. Não é natural morrer de sede em um país que tem imensos lençóis d’água. Não é natural o abandono, o desalento. Não é natural “ser bicho”, numa terra de gente. Tempos difíceis, intragáveis... não é natural assistirmos ao espetáculo do horror e comemoração da morte de uns em detrimento da irresponsabilidade de outros. Ainda é tempo, e há tempo, para a desnaturalização dessas práticas. É preciso haver tempo. Nosso grito tem sido gemido, sussurro. E assim não conseguimos respirar, nem ser.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**. O poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BUTLER, Judith. Vida precária. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. **Contemporânea**. São Carlos, n. 1 p. 13-33, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>. Acesso em 10/05/24.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos 1750-1880. 10. ed. Rio de Janeiro: Martins, 2000.

COURTINE, Jean-Jacques. Chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Tradução de Freda Indursky. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 1999.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Coletivo Periferia, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Nandyala, 2008.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: J. Lacan, **Escritos** (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACHOVSKI, Marilda Aparecida. **Violência e dominação**: Estado, a mídia e a (re)produção dos “despossuídos”. 2021. 160f. Tese (Doutorado em

Letras)–Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Artes e Letras
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos: a justiça popular no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MEDEIROS, Caciane Souza de. **Sociedade da imagem**. A produção de sentidos da mídia do espetáculo. Santa Maria: Editora da UFSM; PPGL, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2012a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 2ª ed. São Paulo/Campinas: Pontes, 2012b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba: Fiube, n. 10, 1984. p. 9-25 [Série Estudos]

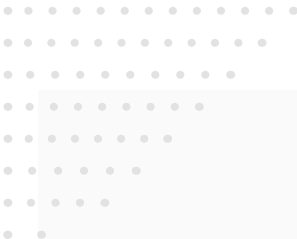
RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 161. ed. Rio de Janeiro: Record, 2023.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. **A Grande Mulher Nua**. 2. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1999.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao Deserto do Real!** Tradução de Paulo Cezar Castanheira, São Paulo: Boitempo, 2003.



OCUPA ALESC: A OCUPAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA PELOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Rodrigo Antonio Mattos

PPGE/Unisul

Vanessa Policarpo Maciel

PPGE/Unisul

Introdução

Este texto foi elaborado para o VI Marcas da Memória: Violência de Estado e Estado de Violência, realizado no ano de 2023, na Universidade do Sul de Santa Catarina, a partir das nossas percepções de um acontecimento que participamos efetivamente: a ocupação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina por um grupo de trabalhadores da Educação que estavam em greve, que recebeu o nome de Ocupa ALESC, este movimento representou a resistência de professoras e professores à desvalorização salarial catarinense.

Mattos (2020, p.91), aponta que “a memória individual se transforma em coletiva a partir das mãos do pesquisador, unindo essas várias memórias, através da sua problematização, do seu questionamento dos fatos ocorridos sobre determinado tema”. A produção desta pesquisa tem como objetivo reconhecer a Ocupa ALESC como ação de resistência frente a luta do magistério catarinense durante a greve

de 2015. A investigação tem como objetivos secundários apresentar a história da ocupação como resistência, discutir perdas trabalhistas significativas para o magistério catarinense e rememorar a mobilização dos trabalhadores em educação de Santa Catarina no intuito de forçar a negociação do governo do estado com a categoria à revelia da direção sindical e as relações entre os ocupados e os trabalhadores da Assembleia Legislativa.

Para aprofundar nossos conhecimentos sobre as relações de trabalho entre trabalhadores de áreas distintas e debater o tema, que por vezes é polêmico e causa estranheza, principalmente na conjuntura onde as disputas políticas não pareciam tão polarizadas, pois estamos falando do ano de 2015, início do segundo governo Dilma, e de uma relação republicana entre o governo federal e o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, optamos pelo diálogo com Marx, Goffman, Hall e Mattos.

No primeiro semestre de 2015, testemunhamos a maior greve da história dos trabalhadores da educação de Santa Catarina, estendendo-se por 72 dias, de março a junho. Esse movimento grevista, como tantos outros ao longo da história, impôs aos manifestantes desgastes significativos, levando a categoria a uma das maiores derrotas já enfrentadas pela Educação catarinense. Durante essa jornada de resistência, uma ação se destacou: a ocupação da ALESC (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) por trinta e três dias. Nove subsedes do SINTE participaram ativamente, com uma rotatividade de aproximadamente 150 professores. Eles dormiram, comeram e circularam entre os deputados, funcionários da Assembleia e visitantes, deixando uma marca indelével de protesto e determinação.

Ocupa Alesc: a ocupação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina pelos trabalhadores em Educação.

A educação de Santa Catarina, no início da década de 2010 havia vivenciado duas greves importantes, em 2011 e 2012, tendo a pri-

meira uma adesão inicial muito grande, com as atividades suspensas por sessenta e quatro dias, e um desfecho um tanto controverso, com uma parte da categoria querendo a continuidade do movimento e a direção sindical defendendo que a categoria teve avanços na pauta da mobilização. Em 2012, a categoria novamente volta a interromper as atividades, desta vez por dezoito dias, no intuito de reivindicar o cumprimento do acordo referente ao final da greve do ano anterior.

O movimento grevista de 2015 teve suas raízes nas frustrações das mesas de negociações estabelecidas durante a greve de 2011, bem como na ilusória promessa de acordo feita pelo governador do Estado, no contexto de uma escalada governista visando à retirada de direitos historicamente conquistados pela categoria. Desde a aprovação da Lei n. 11.738/2008, que estabelece o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, e a impetração da ADIn 4167 por seis governadores estaduais, incluindo o de Santa Catarina, questionando dispositivos dessa lei, os docentes estavam buscando formas de organização para fazer valer seus direitos conquistados.

Na reconstituição do contexto das políticas de valorização da remuneração do magistério, importa também ressaltar a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) nº 4.167 impetrada por cinco governadores, entre eles o de Santa Catarina, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando aspectos importantes da lei do PSPN (Bassi; Bollmann, 2019, p.129).

Mesmo após o julgamento favorável aos educadores na ADIn, o governador estadual recusou-se a cumprir a determinação de pagar o piso salarial na carreira, alimentando assim os movimentos grevistas com uma energia incomum. Além da questão salarial, o governo adotou medidas intimidatórias, como a ameaça de incorporar parte ou a totalidade dos rendimentos dos professores ao vencimento, incluindo elementos como a regência de classe. Para aumentar a pressão sobre

parte do corpo docente, o governo ameaçou transformar os professores contratados temporariamente (ACTs) em trabalhadores horistas, pagando-os por hora trabalhada, em vez de por bloco de carga horária, o que representaria uma mudança significativa e desfavorável em suas condições de trabalho e remuneração.

A classe emergente da burguesia, em sua busca por lucro e acumulação de capital, utiliza o Estado como um instrumento para regular os salários. Essa regulação visa comprimir os salários dentro de limites que favoreçam a produção de mais-valor, ou seja, que permitam aos capitalistas obterem uma quantidade maior de valor do trabalho dos empregados do que o valor pago a eles em forma de salário. Essa estratégia frequentemente envolve a extensão da jornada de trabalho e a manutenção do trabalhador em um estado de dependência considerável em relação ao empregador. Esse processo é fundamental para a acumulação primitiva de capital, um conceito analisado por Marx (2013). A acumulação primitiva refere-se ao processo histórico pelo qual o capitalismo se estabeleceu, incluindo a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, a transformação da força de trabalho em uma mercadoria e a concentração inicial de capital nas mãos de poucos. Nesse contexto, a intervenção do Estado na regulação dos salários é um dos mecanismos utilizados para garantir a exploração contínua da classe trabalhadora em benefício da classe dominante.

O movimento grevista impôs desgastes significativos aos manifestantes, como tantos outros ao longo da história, resultando em uma das maiores derrotas para a categoria. Além de não cumprir com o reajuste referente à data-base de janeiro de 2015, o governo planejava incorporar a regência de classe no início de 2016. Essa medida representava um golpe adicional para os professores, agravando ainda mais a situação e intensificando a mobilização grevista.

Mesmo com o governo massacrando os trabalhadores da Educação, durante a greve tivemos algumas vitórias, entre elas a retirada da Medida Provisória 198 que transformava o Professor

Temporário em horista, contratando o mesmo por hora e não mais por módulo de 10, 20, 30 ou 40 horas. O movimento que forçou a retirada da pauta da ALESC a medida provisória citada anteriormente passou pela invasão do plenarinho da entidade no dia 3 de março de 2015, pelos professores que estavam mobilizados para não perder direitos conquistados, como aponta o *site* de notícias *G1 Santa Catarina* (2015).

Professores ocuparam a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) na manhã desta terça-feira (3) em Florianópolis e houve confusão e invasão nos corredores do local. Nesta terça ocorreria a votação da medida provisória que muda a forma de remuneração de professores temporários no estado. A proposta foi tirada de pauta na sessão, pelo conflito (G1, 2015, n.p.).

A iniciativa dos trabalhadores da educação, organizados em ação conjunta, que consistiu na ocupação do espaço e na pressão exercida sobre os deputados, resultando na devolução da Medida Provisória ao legislativo, combinada ao início da greve decidida em assembleia estadual do SINTE/SC, levou parte dos professores grevistas a defender a ocupação da ALESC como estratégia central no comando de greve.

Milhões de famílias coexistindo em condições econômicas similares, as quais delineiam seus modos de vida, interesses e culturas, destacando-se pela divergência em relação ao estilo de vida, interesses e cultura de outras classes. Nesse cenário, essas famílias se consolidam como uma classe, estabelecendo uma contraposição, muitas vezes hostil, em relação às demais classes (Marx, 2011).

Marx (2011) discute a coexistência de diferentes classes sociais, destacando a divergência em relação ao estilo de vida, interesses e cultura de cada uma delas, o movimento da greve de 2015 despertou entre os trabalhadores a dinâmica de classes e a luta por direitos tra-

balhistas e sociais. Essa iniciativa demonstra a mobilização de uma classe específica (os trabalhadores da Educação) em defesa de seus interesses coletivos, em contraposição ao sistema político vigente.

A greve estadual da categoria que iniciou no dia 24 de março, se estendendo por setenta e dois dias, teve algumas estratégias para buscar a negociação com o governo e forçar os deputados estaduais a sentar com o sindicato para modificar as proposições para a mudança no plano de carreira.

Vale ressaltar que o SINTE/SC, o maior sindicato de trabalhadores do estado de Santa Catarina, representa todos os trabalhadores da rede estadual de educação, composto por trinta regionais distribuídas em todo o território catarinense, com uma direção estadual encarregada de administrar toda essa estrutura organizacional. Tanto a direção estadual quanto as regionais são eleitas de forma independente a cada três anos, e muitas vezes as regionais são lideradas por grupos opositores à direção estadual. Em 2015, as eleições para as direções estaduais e regionais ocorreram em um formato proporcional, possibilitando a composição de dirigentes de diferentes chapas, inclusive oponentes, sendo que sete regionais eram lideradas por grupos contrários à direção do SINTE estadual. A disputa interna no SINTE/SC é uma questão histórica entre grupos que apoiam a filiação à CUT e aqueles que defendem a desfiliação da central sindical. Naquele momento, os opositores eram representados pelos grupos CSP/Conlutas e independentes, que faziam parte da direção, além do SINTE Pela Base, que não integrava a direção estadual.

Com a MP 198 entrando na Comissão de Constituição e Justiça –CCJ da ALESC, os professores se mobilizaram fazendo vigílias semanais, com a deflagração da greve a vigília foi acentuada, sendo decidido pelo Comando de Greve que os professores ocupassem a ALESC por três dias entrando no dia 7 de abril e saindo no dia 9 de abril, alcançando uma vitória com a retirada da MP198 da pauta da ALESC, sendo rejeitada pelo presidente da casa.

No entanto, à medida que a mobilização dos trabalhadores em educação avançava e se estendia, os professores decidiram, durante uma reunião do Comando Estadual de Greve, retomar a ocupação. Esta retomada ocorreu em 28 de abril, inicialmente planejada para encerrar em 30 do mesmo mês. Entretanto, a ocupação teve fim em 29 de maio, após uma decisão judicial que proibiu manifestações públicas a menos de duzentos metros de prédios públicos.

A resistência dentro da resistência em período (pré) polarização

Erving Goffman (1988, p. 42) no livro *Estigma* pontua que “[...] é possível que haja signos cujo significado varie de um grupo para outro, ou seja, que a mesma categoria seja diferentemente caracterizada”. Nesse sentido, que percebemos que entre trabalhadores, de distintas funções, não se reconhecem na condição de subalternos no sistema do capital, e nesse rol inclui também os docentes, como mostra Mattos (2020, p.63), “[...] mais árduo ainda foi a tentativa de construir nesses profissionais ligados a educação uma consciência social”. Se nos educadores, essa consciência de classe é difícil, imagine nos trabalhadores da ALESC, que independente da função dentro da casa legislativa, percebem salários acima da média da população catarinense e são submetidos ao crivo do presidente da casa e dos parlamentares que os indicam. Durante os dias de ocupação foi possível fazer um paralelo entre os tratamentos interpessoais entre os professores acampados e as pessoas que todos os dias, seja funcionários, deputados ou mesmo visitantes, passavam pelos corredores da casa legislativa.

Os manifestantes resistentes, em oposição à própria direção estadual do sindicato, batizaram a ocupação como Ocupa ALESC. Inicialmente sugerida pela direção do sindicato como uma ocupação de três dias, após esse período, o grupo decidiu de forma democrática permanecer nas dependências da Assembleia Legislativa. A escolha da sede do poder legislativo em vez do Centro Administrativo

do Executivo estadual teve como objetivo pressionar os deputados da base governista a exigir do governo uma negociação. Isso se justificava pelo fato de que trinta e quatro dos quarenta deputados estaduais faziam parte da base do Governo Estadual.

De acordo com Stuart Hall (2006, p.17): “As sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela “diferença”, elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições do sujeito”- isto é, “identidades-para os indivíduos”. Os conflitos que surgiram durante o período de ocupação da ALESC refletem as dinâmicas de diferença e divisão social descritas por Stuart Hall. Enquanto os policiais militares, representantes do poder do Estado, buscavam impor ordens e restrições ao grupo ocupante, estes resistiam, rejeitando as demandas policiais. Essa interação inicial evidencia as diferentes “posições do sujeito” na sociedade contemporânea, onde os indivíduos ocupam papéis e identidades diversas, muitas vezes em conflito. A repressão policial, como a limitação do espaço para dormir, o uso exclusivo do banheiro de visitantes e o corte de energia, ilustra as formas como as instituições estatais buscam controlar e regular ações que desafiam a ordem estabelecida. Por outro lado, a resistência dos ocupantes demonstra a persistência das lutas por justiça e igualdade em meio a um cenário de diversidade e conflito social.

Nas conversas no dia a dia da ocupação surgiram muitas divergências internas, nos primeiros três dias, com aval da direção estadual do Sinte/SC professores de toda parte do Estado se alojaram no saguão da ALESC. Com a decisão do Comando de Greve de desocupar no terceiro dia, um grupo de professores das sub-sedes do litoral catarinense resolveram bancar a continuidade. Mesmo que politicamente houvesse convergências como a oposição a Direção Estadual do Sinte/SC, havia também diferenças tanto política, como religiosa, de gênero, de raças e principalmente sobre os rumos que a greve deveria tomar.

Com a continuidade da ocupação, avalizada pelas sub-se-des regionais de Araranguá, Criciúma, Tubarão, Laguna, São José, Florianópolis, Itajaí, Joinville e com a participação de um professor da regional de Canoinhas, o grupo dividiu os ocupados em grupos responsáveis pela alimentação, segurança e comunicação. As diferentes personalidades mostraram como é possível uma vida em comunidade, porém em diversos momentos os conflitos se afloraram, evidenciando os estigmas do cotidiano: a professora negra que usava o turbante e criou um congado nas escadarias da ALESC; o professor de direita que nunca havia feito uma greve e que se transformou em liderança; a professora que trouxe a discussão do machismo estrutural; o professor vegetariano que cultivava sua própria horta; o professor de origem burguesa que só usava roupas de marcas; a professora organizada e mãezona que ajudava a todos; o professor sindicalista que fazia amizade com todos os andarilhos ao redor da ALESC.

As diferentes comissões criadas para organizar a ocupação, se dividiram com integrantes de regionais diferentes, inicialmente sendo criadas as comissões de organização, comunicação e segurança. A primeira tendo como objetivo organizar as reuniões, a alimentação, os horários, os espaços e os recursos da estadia. A comissão de comunicação ficou responsável de criar uma página na plataforma Facebook criar material para expor na ALESC e nas redondezas, e dispor na página da rede social ‘Facebook’¹, que posteriormente virou uma comunidade e no encerramento deste artigo dispunha de dois mil e seiscientos seguidores. A comissão de segurança tinha por propósito controlar quem entrava e saía dos espaços da ocupação, nomeando os integrantes, verificando a regional do SINTE que ele representava, organizando a vigília noturna e preservando o patrimônio da assembleia.

Durante o período de ocupação, foram estabelecidas as comissões de Alimentação e de Finanças. Essas comissões tornaram-se

1 Página foi criada pela comissão de comunicação da ocupação da ALESC (@ocupaalesc). Disponível em: <https://www.facebook.com/ocupaalesc/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

necessárias à medida que o movimento continuava, inicialmente financiado pela comissão de greve estadualizada do SINTE/SC. No entanto, com a persistência da ocupação, tornou-se imperativo sistematizar o financiamento do movimento, levando à criação da comissão de Finanças. Ficou decidido que as direções regionais contribuiriam com recursos próprios para custear a estadia dos ocupantes, enquanto o SINTE/SC se encarregaria de fornecer alimentação e um local para banho dos manifestantes.

Nos primeiros dias, houve atrasos na entrega da alimentação, bem como na quantidade fornecida, o que levou à criação da comissão de Alimentação. Esta comissão tinha como objetivo registrar o número diário de professores que necessitavam de alimentação no local, pressionar a direção estadual para entregar as refeições no horário correto e adquirir outros alimentos para os horários alternativos.

Além da compra de alimentos, foi necessário a aquisição de colchões de ar, o traslado de professores das suas regionais para Florianópolis e o retorno para suas casas, a compra de material para a produção de cartazes e faixas, o deslocamento para as Assembleias de Greve (foram duas fora de Florianópolis durante este período, uma em Biguaçu e outra em Chapecó) e a organização de atos públicos para forçar uma negociação com o governo. Todo esse movimento necessitava de uma estrutura financeira, com a coordenação dos gastos e a prestação de contas. Os grupos representados na ocupação também contaram com ajuda financeira, apoio logístico e doações de alimentos de outras entidades, como o SindSaúde/SC, Sintrasem e Ocupação Amarildo.

Ademais, representantes do Ocupa Alesc também participaram de um ato em Curitiba em protesto a barbárie provocada pela PM do Paraná, ordenado pelo governador paranaense, como registrou a jornalista Carolyne M. Dornelles (2019), no jornal eletrônico *A Verdade*:

No dia 29 de abril de 2015 o Brasil assistiu, perplexo, a Polícia Militar do Paraná agir com violência contra professores da rede estadual de ensino, sob as ordens do então governador do Estado, Beto Richa (atualmente respondendo pelos crimes de corrupção passiva e fraude em licitação) e de Fernando Francischini, que na época era Secretário de Segurança (Dornelles, 2019, n.p).

Nos primeiros dias do movimento, a comissão de organização e comunicação optou por visitar os gabinetes dos deputados. Os grupos, compostos por cerca de quinze professores, trajando camisas sindicais e discutindo sobre os assuntos da greve, eram recebidos com olhares que variavam entre a indiferença e a desaprovação.

Os professores, já acampados na ocupação por quase trinta dias, eram constrangidos ao tentar interagir com os deputados. Foram recebidos com olhares estigmatizados e tratados como intrusos naquela casa legislativa. Em muitos gabinetes, os funcionários dispensavam-nos com indiferença, sem nem mesmo permitir-lhes a entrada, enquanto em outros, mal ultrapassavam a recepção, sendo os assessores parlamentares evasivos, sugerindo o agendamento de uma reunião para o futuro ou simplesmente ignorando-os. Esses trabalhadores, como a maioria da classe trabalhadora, perceberam que estavam destinados a servir, em vez de serem ouvidos e respeitados, como aponta Mattos e Maciel (2023, p.5617), “[...] a escola pública foi estruturada de acordo com os objetivos do capitalismo, educando os futuros operários para que estes não criassem problemas, sendo servis, não críticos e condicionados ao trabalho”.

É crucial destacar que, naquele momento, acentuada polarização política que viria a caracterizar Santa Catarina como um polo à direita ainda não era claramente perceptível. No entanto, tanto nas atividades dos ocupantes da ALESC quanto no tratamento dispensado pelos funcionários da casa e na relação com os dirigentes do SINTE/SC,

já era possível perceber esses indícios, os quais, para nós trabalhadores, só contribuía para aumentar nossa opressão diária.

Desde os policiais responsáveis pela segurança da casa, com quem nos comunicávamos constantemente, pois eram os intermediários nas negociações e repassavam as decisões da presidência, até os encarregados da manutenção, os funcionários da limpeza e, principalmente, os assessores parlamentares—muitos deles sem formação acadêmica, trajando ternos e escondidos por trás de siglas partidárias -, que durante todo o período de acampamento jamais abriram seus gabinetes para acompanhar a ocupação, todos nos tratavam, os ocupantes, como se não fôssemos contribuintes, funcionários públicos como eles, ou mesmo cidadãos catarinenses.

Enquanto nas reuniões de pais, nas redes sociais e nas manifestações de rua os grevistas encontravam apoio para continuar sua luta pelos direitos, na ALESC o olhar era diferente. As escolhas dos grevistas são explicadas por Goffman (1988, p.20), pois o professor ocupante “[...] descobrirá que há pessoas compassivas, dispostas a adotar seu ponto de vista no mundo e a compartilhar o sentimento de que ele é humano e “essencialmente” normal apesar das aparências e a despeito de suas próprias dúvidas”.

Goffman (1988, p.11) questiona “como a pessoa estigmatizada responde a tal situação? Em alguns casos lhe seria possível tentar corrigir diretamente o que considera a base objetiva de seu defeito”. Para muitos, uma forma de mudar a maneira dos professores serem vistos pelos funcionários da casa seria levantar acampamento e ir embora. Para os professores, a forma de deixar de ser estigmatizado é ser valorizado, ter condições de trabalho para poder realizar uma atuação pedagógica, deixar um legado para as gerações futuras. Que valorização é esta? Claro que passa por salário digno, mas vai muito além disso, ser um agente de transformação social, garantindo aos alunos condições de aprendizagem. Para isso, é necessário estrutura física, material de apoio, segurança alimentar e nutricional, professores com tempo

para planejamento e para atender os alunos com dificuldade. Porém, para ser aceito por determinados grupos algumas escolhas não podem ser feitas, pois não serão aceitas. Conforme afirma Goffman (1988), a aceitação social depende das escolhas feitas pelo indivíduo:

O momento crítico na vida do indivíduo protegido, aquele em que o círculo doméstico não pode mais protegê-lo, varia segundo a classe social, lugar de residência e tipo de estigma mas, em cada caso, a sua aparição dará origem a uma experiência moral. Assim, freqüentemente se assinala o ingresso na escola pública como a ocasião para a aprendizagem do estigma, experiência que às vezes se produz de maneira bastante precipitada no primeiro dia de aula, com insultos, caçoadas, ostracismo e brigas (Goffman, 1988, p.31).

Desta forma, o grupo social que não aceita o outro, pois esse não pertence ao seu espaço, justifica que os pares devem conviver, cada qual no seu habitat. E ter condições de trabalho e pedagógicas são escolhas que confrontam diretamente o sistema capitalista vigente, afrontam o mercado de trabalho, que não quer a ruptura, nem cidadãos insurgentes.

Dir-lhe-ão que junto a “seus iguais” se sentirá melhor, e assim aprenderá que aquilo que considerava como o universo de seus iguais estava errado e que o mundo que é realmente o seu é bem menor. Deve-se acrescentar que quando; na infância, o estigmatizado consegue atravessar seus anos de escola ainda com algumas ilusões, o estabelecimento de relações ou a procura de trabalho o colocarão, amiúde, frente ao momento da verdade (Goffman, 1988, p.31).

No trigésimo segundo dia de ocupação, após a avaliação dos grupos percebeu-se a necessidade de ir embora, voltar a vida normal, porém existia um sentimento que não podíamos desistir depois de tanto tempo. A realidade de alguns colegas era extrema e ao mesmo tempo

contagiante. Um dos professores da sub-sede de Itajaí havia entregue sua casa alugada a imobiliária, estando sem ter para onde voltar. Um outro professor da sub-sede de Joinville defendia uma Ocupação Eterna, pois mesmo que pareça brincadeira, o sentimento era que a “casa do povo” era o lar desses professores que estavam dispostos, mesmo que sem ter noção de algumas decisões, a lutar pela sua categoria até as últimas consequências.

Dentro desta perspectiva, novas lideranças foram moldadas, percebendo através de tratamentos diferenciados, estigmatizados, que existe dentro desta luta de classe, dois lados claros, o trabalhador e o patrão, mas que a sociedade e as relações inter-pessoais vão além dos lados expostos dentro da luta de classe. Muitas vezes, o servidor público não se vê como trabalhador, colocando-se como superior aos trabalhadores da iniciativa privada, reproduzindo o discurso do patrão, que no nosso caso é o governo do Estado.

A libertação do trabalhador não pode ser meramente baseada na abolição da propriedade privada, mas sim na transformação completa do sistema, incluindo uma mudança fundamental nas relações sociais. Conforme destacado por Antunes: “O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é apenas um avanço nas forças produtivas; é também um aprofundamento das relações sociais capitalistas” (Antunes, 1982, p. 49).

Dentro do contexto da ocupação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina durante a greve dos trabalhadores em Educação de 2015, ao dialogarmos com as ideias de Goffman, podemos compreender que uma mudança nas concepções sociais não é viável sem a formação dos agentes sociais. É imperativo deixar de lado nossos preconceitos e estigmas e buscar conhecer o outro—o diferente.

Considerações finais

A análise do evento da Ocupa ALESC revela uma luta intensa dos profissionais da educação em Santa Catarina ao longo do perí-

odo entre 2010 e 2015, caracterizado por greves e movimentos reivindicatórios. As mobilizações anteriores, em 2011 e 2012, marcadas por desdobramentos controversos, prepararam o terreno para a greve de 2015. Fundamentada na insatisfação com as promessas não cumpridas do governo e na ameaça aos direitos conquistados, a categoria, respaldada pela lei do piso do magistério e pelas disputas internas no sindicato, demonstrou sua força e determinação. A recusa do governador em pagar o piso salarial exacerbou a resistência, resultando em uma das maiores derrotas, com o governo chegando a ameaçar até mesmo a estrutura contratual dos professores.

No contexto desafiador, a greve de 2015 viu conquistas significativas. A retirada da Medida Provisória 198, que buscava converter professores temporários em horistas, foi um triunfo importante, evidenciando a eficácia da mobilização. A ocupação da Assembleia Legislativa emerge como um marco, com os professores resistindo por 33 dias, enfrentando desafios e pressões. No entanto, as vitórias coexistiram com contradições internas, evidenciadas pelas divergências políticas entre os próprios manifestantes. As disputas internas no sindicato, com diferentes direções e orientações, também revelaram complexidades na unidade da categoria.

A resistência dos professores na ALESC não se limitou apenas ao confronto com o governo. Eles também enfrentaram o estigma social, sendo tratados com indiferença e desdém pelos funcionários da casa legislativa e enfrentando a incompreensão de alguns deputados. A ocupação evidenciou a necessidade de desmistificar os estigmas associados à classe trabalhadora, reforçando a importância da valorização profissional e da luta por condições de trabalho dignas. A polarização política latente, embora não totalmente perceptível na época, influenciou as interações, mostrando as complexidades da dinâmica social. A ocupação da ALESC não apenas simbolizou a luta por direitos, mas também revelou as complexidades das relações sociais e a

necessidade contínua de conscientização e mobilização para enfrentar estigmas e buscar uma educação digna e valorizada.

Quase uma década após a greve, os trabalhadores em educação continuam enfrentando os impactos da desvalorização imposta à categoria pela incorporação da regência de classe e pela consequente criação de um plano de carreira com uma tabela salarial comprimida. Ao longo desses anos, a categoria não conseguiu mais mobilizar-se.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Cortez, 1982.

BASSI, Marcos; BOLLMANN, Maria. Resultados das políticas de valorização do magistério público em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 100, n. 254, p. 127-148, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3292>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Processo ADI 4.167: inteiro teor do acórdão 147, de 27 de fevereiro de 2013. 2013. Brasília, DF: STF. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4645355>>. Acesso em: 13 mai. 2024.

DORNELLES, Carolyne M. **Quatro anos do massacre dos professores do Paraná. A Verdade**, Curitiba, 23 maio 2019. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2019/05/quatro-anos-do-massacre-dos-professores-do-parana/#:~:text=No%20dia%2029%20de%20abril%20de%202015%20o,como%20um%20dos%20mais%20entusiastas%20pol%C3%ADticos%20do%20bolsonarismo>>. Acesso em: 5 jan. 2024.

CONFUSÃO MARCA PROTESTO DE PROFESSORES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: mudança de remuneração de professores temporários entraria em pauta. após conflito, sessão na Alesc foi adiada nesta terça (3) em Florianópolis. **G1SC**, Florianópolis, 3 mar. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/03/confusao-marca-protesto-de-professores-na-assembleia-legislativa.html>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GOFFMAN, Erwing. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Rodrigo Antonio. **Entre lembranças e lutas**: memórias de professores sobre a constituição do Sinte Regional de Araranguá. Araranguá: Edição do autor, 2020.

MATTOS, Rodrigo Antonio; MACIEL, Vanessa Policarpo. Os caminhos da organização sindical dos trabalhadores em educação de Santa Catarina. **Contribuciones A Las Ciencias Sociales**, [S.L.], v. 16, n. 7, p. 5615-5629, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1097>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SOBRE AS ORGANIZADORAS



Andréia da Silva Daltoé

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL; Pesquisadora pelo Instituto Ânima. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Líder do Grupo de Pesquisa Relações de Poder, Esquecimento e Memória (GREPEM- CNPq/UNISUL) e do Coletivo Pró-Educação (Tubarão/SC); Integrante do Grupo de Estudos Pecheutianos (GEP-CNPq/Unipampa) e do Coletivo Testemunho e Ação da Sig Intervenções Psicanalíticas de Porto Alegre/RS.

E-mail: andreiadaltoe@gmail.com



Giovanna Benedetto Flores

Jornalista, graduada pela Unisinos, mestra em Ciências da Linguagem pela Unisul e doutora em Linguística pela Unicamp. Fez pós-doutorado em Estudos Mediáticos/História da Imprensa na Universidade Fernando Pessoa, no Porto/Portugal. Foi docente do curso de Jornalismo da Unisul de 2000 a junho de 2022 e professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, também na Unisul, de 2011 até junho de 2022. Desenvolve pesquisas no campo da Análise de Discurso, principalmente sobre discursos da/na mídia, historicidade, discurso político e ditadura militar. Atualmente, faz pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense. É vice-líder do

Grupo de Pesquisa Discurso, Cultura e Mídia. Autora do livro *Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro*. Organizadora, com parcerias, de coletâneas e dossiês voltados à Análise de Discurso e questões da história e ditadura militar brasileira.

E-mail: gbflores@gmail.com



Nadia Neckel

Uma das mães do Lucas Rodrigo e da Bruna Valentina, dada aos afectos das gentes, dos bichos e das artes... Sempre às voltas com o Discurso Artístico e as produções do Corpo Poético-Político. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (Linha de Linguagem e Cultura) e do Curso de Cinema e Audiovisual da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Pesquisadora pelo Instituto Ânima. Licenciada em Artes Cênicas (UFSM); Mestre em Ciências da Linguagem (Unisul) e Doutora em Linguística (Unicamp); Pós-doutorado na mesma instituição. Membro dos grupos de pesquisa ÉPOCA (Estética e Política na Contemporaneidade) e Discurso, Cultura e Mídia/ (CNPq).

E-mail: nregia75@gmail.com



Juliana da Silveira

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL-UNISUL) e pesquisadora pelo Instituto Ânima. Professora nos cursos do Depto de Comunicação & Artes da Unisul. Graduada em Letras Português-Francês pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), com mestrado e doutorado em Letras pela mesma instituição. Doutorado com período sanduíche na Sorbonne Paris Cité, dirigido pela linguista Marie-Anne Paveau e pós-doutorado em Ciências da Linguagem (PNPD/CAPES), É líder do Grupo de Pesquisa GEPOMI–Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos; membro do Contradit–Coletivo de Trabalho, Discurso e Transformação.

MARCAS DA MEMÓRIA

Violência de Estado e estado de violência: corpos e(m) resistência

VOLUME 2

Desenvolve pesquisas nas áreas de Linguística e Análise de Discurso, atuando principalmente em temáticas em torno de: língua e discurso; materialidades discursivas; discursos ordinários; rumor(es) e humor(es) em espaços enunciativos informatizados; discurso, política e tecnologia.

Site pessoal (produção acadêmica): www.julianadasilveira.com.br.

E-mail: juliasilveira@hotmail.com



SOBRE OS AUTORES

Alexandre Costi Pandolfo

Nascido em Porto Alegre, em agosto de 1985. Sou membro do Coletivo Testemunhos da Pandemia. Atuo como psicanalista, professor, escritor e artista. Doutorei-me em Letras na área da Teoria da Literatura, na PUCRS. Interesse-me, estudo e pesquisa sobre estética, filosofia da arte e filosofia política; teoria literária, literatura brasileira e literatura comparada; sobre literatura, memória e testemunho; psicanálise, linguagem, sonho e cultura; arte e intervenções urbanas; e também sobre violência criminal, Estado e poder punitivo. Escrevi os livros “*A criminologia traumatizada*” (Lumen Juris, 2010), “*A costura arrancada*” (Bestiário, 2015), “*Textura crítica da impostura*” (Class, 2017) e “*Apuros*” (Lapices, 2017).

E-mail: alexandrecostrapandolfo@gmail.com

Amanda Beatriz Bail

Sou graduada em Publicidade e Propaganda pela Univali, com especialização em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela PUCRS. Atualmente faço graduação em Ciências Sociais na UFSC e sou membra do Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC.

E-mail: amandabbail@hotmail.com

Aretuza Pereira dos Santos

Comendadora, doutoranda em Letras (UESC), mestre em Estudos de Linguagens (UNEB), licenciada em Letras Vernáculas (UEFS). Atuo como professora de Língua Portuguesa e pesquisadora no campo da Análise do Discurso. Integro os grupos de pesquisa GEP (Grupo de Estudos Pecheutianos)

e GEDUESC (Grupo de Estudos Discursivos). Autora de diversos artigos, poemas, crônicas, contos e dos livros *Proseares entre Sombras & Sonhos* (Ecos, 2021), *A greve da polícia militar da Bahia no campo do discurso: disputas pelo sentido* (Pontes, 2021), *Aretuzar: mais que emoções em versos* (Baronesa, 2022) e org. da *Antologia Avós, marcas do Amor* (Ecos, 2021).

E-mail: aretuzapsantos@gmail.com

Camila Borges dos Anjos

Sou doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e graduada em Letras – Português/Inglês pela mesma instituição. Participo dos grupos de pesquisa Oficinas de AD: conceitos em movimento (UFRGS) e Relações de Poder, Esquecimento e Memória (Grepem-CNPq/UNISUL). Trabalho com temas ligados à migração, refúgio, subjetivação do sujeito, língua, cultura, estrangeiridade e xenofobia.

E-mail: mentori.phd@gmail.com

Carlos Artur Gallo

Bolsista de Produtividade do CNPq (PQ-2). Professor do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Estágio Doutoral realizado na Universidade Complutense de Madri (UCM, Espanha). Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME), desenvolve pesquisas sobre políticas de memória e possui artigos publicados no Brasil e no exterior.

E-mail: galloadv@gmail.com

Fernanda Lunkes

Doutora em Estudos de Linguagem (UFF/CNPq), mestra em Letras (UEM) e licenciada em Letras/Português (Unioeste). Sou professora da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (UFSB) e ao Profletras (UESC). Vice-líder do Grupo de

Pesquisa/CNPq “Mídia e(m) Discurso”/MiDi. Sou autora do livro “*Depressão e medicalização no discurso jornalístico*”. Organizei, com diferentes parcerias, obras voltadas à Análise de Discurso, linha de pesquisa à qual se filiam minhas principais pesquisas.

E-mail: flunkes@gmail.com

Francielle Limberger Lenz.

Nasci em Rio Pardo, em 1985. Graduada em Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), me especializei em Atendimento Clínico com ênfase em Psicanálise e me tornei mestre em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde integrei o LAPPAP—Laboratório de Pesquisa em Psicanálise, Arte e Política, pesquisando entre psicanálise-literatura. Atualmente, atuo como psicóloga e psicanalista em consultório particular, sou membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), compondo o Núcleo de Psicanálise de Crianças e Adolescentes; Membro do Coletivo Testemunhos da Pandemia e participo como parte da equipe de apoio no Projeto Gradiva—projeto que oferece atendimento clínico psicanalítico a mulheres vítimas de violência.

E-mail: francielle.lenz@gmail.com

Freda Indursky

Licenciada em Letras pela UFRGS, mestre pela Faculté des Lettres et Sciences Humaines da Université de Besançon, França e doutora em Ciências da Linguagem pelo IEL/UNICAMP. Professora Titular pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFRGS, atualmente atua como professora convidada no PPG-Letras da UFRGS. Publicou artigos em diferentes periódicos nacionais e estrangeiros. É autora dos livros *A fala dos quartéis e as outras vozes* e *O discurso do/sobre o MST: movimento social, mídia, sujeito*. Projeto atual de pesquisa: O papel das mídias na sociedade brasileira contemporânea.

E-mail: freda.indursky@gmail.com

Josiele Zevierzecoski

Mestranda no PPGL da Universidade Estadual do Centro-Oeste- UNICENTRO.
Bolsista CAPES.

E-mail: josiele2711@gmail.com

Karol Braga

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), na linha Texto e Discurso. Graduada em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) Faço parte do grupo de pesquisa “Produção e Divulgação de Conhecimento”.

E-mail: karol.fbr@gmail.com

Lucas Alves Selhorst

Sou doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), na linha Texto e Discurso, com bolsa Capes/Prosuc. Mestre em Ciências da Linguagem (PPGCL/Unisul). Licenciado em Letras–Inglês pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Graduando em Letras–Português na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participo dos grupos de pesquisa “Produção e Divulgação de Conhecimento” e “GEPOMI–Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos”.

E-mail: lucasselh@hotmail.com

Luciana Iost Vinhas

Sou professora no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atuo na graduação em Letras e, também, no PPGLT, como docente permanente. Também sou docente permanente no PPGL da Universidade Federal de Pelotas. Desenvolvo, atualmente, pesquisas sobre gênero, classe e raça nos processos de produção de sentidos pela Análise Materialista de Discurso em relação com a Teoria da Reprodução Social.

E-mail: lucianavinhas@gmail.com

Luciane Botelho Martins

Licenciada em Letras Português-Inglês e graduada em Pedagogia pela FURG concluí o mestrado em Letras na UCPel e o doutorado em Letras na UFPel, com período Sanduíche na Universidade de Buenos Aires/AR. Atualmente, sou lotada no Centro de Letras e Comunicação – CLC/UFPel, onde atuo como docente nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Letras, com disciplinas da área de Linguística e Ensino. Como pesquisadora, mobilizo o arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista para investigar os processos discursivos que envolvem desde a formulação até a circulação de sentidos de/em textos multimodais, atenta aos discursos político e religioso de governos golpistas.

E-mail: luciane.martins@ufpel.edu.br

Luiz Carlos de Oliveira

Sou doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem–Unisul (bolsista Capes/Prosuc). Cursei mestrado em Letras (concentração em Linguagem e Sociedade) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná–Unioeste. Cursei especialização em História Regional pela Universidade Paranaense – Unipar; fiz especialização em Ensino da Arte, Cultura e História Afro-Indígena pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste; cursei especialização em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Santa Catarina–IFSC. Tenho graduação em História pela Universidade Paranaense – Unipar.

E-mail: naosoueuemesmo@gmail.com

Luiz Felipe Souza Barros de Paiva

Sou Graduado em História pela UDESC, mestre e doutorando em Educação pela UFSC, bem como, pesquisador vinculado ao Instituto Memória e Direitos Humanos da UFSC.

E-mail: luizfpaiva@live.com

Maíra Brum Rieck

Sou psicanalista membra da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) e do Instituto APPOA. Sou idealizadora e coordenadora do Museu das Memórias (*In*)Possíveis. Sou psicóloga e tenho especialização em atendimento clínico pela UFRGS. Sou mestre em Educação (UFRGS). Trabalho com violência de Estado há muitos anos. Participei do Clínicas do Testemunho, RS. Atualmente, faço parte da ONG ALICE (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação) e do Coletivo Testemunho e Ação. Sou autora do livro *Enigmas do nome próprio: um encontro entre psicanálise e prostituição*.

E-mail: mairarieck@gmail.com

Maria Amélia Teles

Mais conhecida como Amelinha Teles. Feminista e militante dos direitos humanos.

Trabalhei em diversos jornais. Na clandestinidade, militei na imprensa, no jornal “*A Classe Operária*”, editado pelo PCdoB. Fui jornalista do *Brasil Mulher*, jornal feminista que circulou durante a ditadura. Em 1972, fui presa e torturada pelo DOI-Codi/ SP, juntamente com meu companheiro, César Augusto Teles. Tive meus filhos Janaína de 5 anos e Edson Luis de 4 anos, sequestrados juntamente com minha irmã, grávida de 8 meses, Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Meus filhos foram obrigados a assistir as torturas infligidas a mim e ao meu marido, César Augusto Teles. Minha irmã também foi torturada e as crianças ficaram por um tempo no DOI-Codi, e foram usadas para pressionar e torturar os seus pais e sua tia Criméia.

Sou conhecida por denunciar as torturas, os assassinatos e desaparecimentos de militantes políticos durante a ditadura. Hoje vivo em São Paulo desde que saí da prisão, e recebi o título de cidadã paulistana em 2007, pela Câmara Municipal de São Paulo. Desenvolvo um trabalho de militância feminista histórica. Sou fundadora da União de Mulheres de São Paulo, uma das coordenadoras do Projeto Promotoras Legais Populares (educação popular feminista em direitos), integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e fui assessora da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. Sou escritora e autora de diversos livros sobre feminismo e direitos humanos. Continuo firme na luta em defesa da liberdade, da justiça social e da democracia.

E-mail: amelinhateles@gmail.com

Maria Cleci Venturini

Doutora em Letras (UFSM). Docente nos programas de Pós-Graduação em Letras, Unicentro e UFPR. Coordenadora do GT de Análise de Discurso da Anpoll e do Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários–LABELL.

E-mail: mariacleciventurini@gmail.com

Maria Soledad Méndez

Oriunda da Argentina, nasci em 1984. Licenciada em Psicologia pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Membro do Coletivo Testemunhos da Pandemia. Participo no projeto Caixa Postal, Ateliê de leitura e escrita para mulheres no sistema prisional de Florianópolis. Interessada e envolvida ao longo da minha carreira em questões de subjetividade, memória, direitos humanos e violências. Atuo também como psicóloga na clínica particular, com a psicanálise.

E-mail: msolemendez@gmail.com

Mariana Corale

É atriz, dramaturga, encenadora e pesquisadora no campo das artes. É mestra e doutoranda em Teatro no Programa de Pós-Graduação em Artes da Cena, na Universidade do Estado de Santa Catarina–UDESC. É bacharel em artes cênicas pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Tem especialização em Arte, Crítica e Curadoria pela PUC/São Paulo. É integrante da Cia Embróglío. Trabalhou com importantes nomes do Teatro brasileiro: Isa Kopelman, Marcelo Lazzaratto, Renato Cohen e Cacá Corrêa. Atualmente dedica-se à direção de atores, encenação, criação de figurinos e bordados como inscrição da memória.

Mariana Jantsch de Souza

Licenciada em Letras (FURG), bacharel em Direito (UFPel), mestra em Letras (UFPel), doutora em Letras (UCPel), pós-doutoranda em Ciências da Linguagem (Unisul). Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), câmpus Venâncio Aires.

Desenvolvo pesquisas que exploram a interface entre Análise de Discurso e Ciências Jurídicas, especialmente voltadas para a compreensão dos direitos fundamentais/direitos humanos e seu funcionamento em práticas discursivas em circulação social. Atualmente, dedica-se à análise de discursos violentos representativos da extrema direita brasileira.

E-mail: marianasouza@ifsul.edu.br

Marilane Mendes Cascaes da Rosa

Sou doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e graduada em Letras – Português/Inglês pela mesma instituição. Atuo como professora na graduação e pós-graduação na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Participo dos grupos de pesquisa Discurso, Arquivo e Autoria (UFRGS) e Relações de Poder, Esquecimento e Memória (Grepem-CNPq/UNISUL). Trabalho com temas ligados à metáfora, discurso, língua, ensino, leitura, interpretação, silenciamento e memória.

E-mail: cascaes2@gmail.com

Marilda Aparecida Lachovski

Doutora em Letras, pela Universidade Federal de Santa Maria–UFSM. Estágio pós-doutoral em andamento, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste–UNICENTRO. Bolsista CAPES.

E-mail: lachovskimarilda@gmail.com

Pedro de Moraes Silva

Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas e mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: pedro.moraes@ufpel.edu.br

Rodrigo Antonio Mattos

Doutorando em Educação no PPGE/Unisul. Professor de História da Rede Estadual de Educação. Pesquisador do GREPEM – Grupo de Estudo e Pesquisa do Ensino Médio. Possui Licenciatura em História pela UNIASSELVI. Especialização em Interdisciplinaridade na Prática Educativa pela FURB. Mestrado em Educação pela UNESC. Ex-conselheiro Estadual do SINTE/SC. Ex-Coordenador Regional do Sinte Araranguá. Diretor de Comunicação Regional do Sinte Araranguá. Vencedor do Prêmio Ayres Koerig de Literatura e autor do livro “*Entre lembranças e lutas*”.

E-mail: rodrigomattos81@gmail.com

Sandor Fernando Bringmann

Graduado em História (Licenciatura Plena e Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre e doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto do Departamento de Metodologia do Ensino (Men-UFSC), Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA-UFSC). Subcoordenador do curso de Licenciatura Intercultural Indígena (LII-UFSC). Membro do Instituto Memória e Direitos Humanos (IMDH-UFSC). Atua com pesquisa sobre memória, identidade, oralidade e educação no contexto das populações indígenas da região Sul.

E-mail: sandor.bringmann@ufsc.br

Talita Ferreira Gomes da Silva

Mestranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-graduanda em Educação, Gêneros e Sexualidades pela UniVitoria. Graduada em Letras: Português pela Universidade Estadual de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: talitaferreiragomes@gmail.com

Tânia Ferreira Rezende

Licenciada em Letras Modernas (Português/Inglês) pela UniEvangélica de Anápolis, Goiás; Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFG; Doutorado em Linguística pela UFMG; e Pós-Doutorado pela USP. Professora na Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia, onde atua no ensino, pesquisa, extensão e orientação na área de Português, língua de relações intra e interculturais, na graduação e na pós-graduação, na LP Linguagem, Sociedade e Cultura, com ênfase em Sociolinguística, Cosmolinguística e Letramentos, nas perspectivas da transculturalidade e do translinguajamento.

E-mail: taferez@ufg.br

Thomas Falconi

Sou doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (PPGCL–Unisul) e graduando em Letras–Inglês pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (2017) e em Sistemas Para Internet pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2020). Especializado em Tecnologia para Negócios: AI, Data Science e Big Data (PUCRS). Participo dos grupos de pesquisa “Produção e Divulgação de Conhecimento” e “GEPOMI–Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos”.

E-mail: thomas.falconi@gmail.com

Vanessa Policarpo Maciel

Doutoranda em Educação no PPGE/Unisul. Mestra em Educação pela Unisul. Pesquisadora do GEDIC–Grupo de Pesquisa Educação, Infância e Cultura da Universidade do Sul de Santa Catarina e na Linha de Pesquisa Educação para a Democracia em contextos locais e globais. Possui graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci e graduação em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Atualmente é assistente técnica pedagógica–Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de Educação.

E-mail: vpolicarpomaciel@gmail.com



Pontes